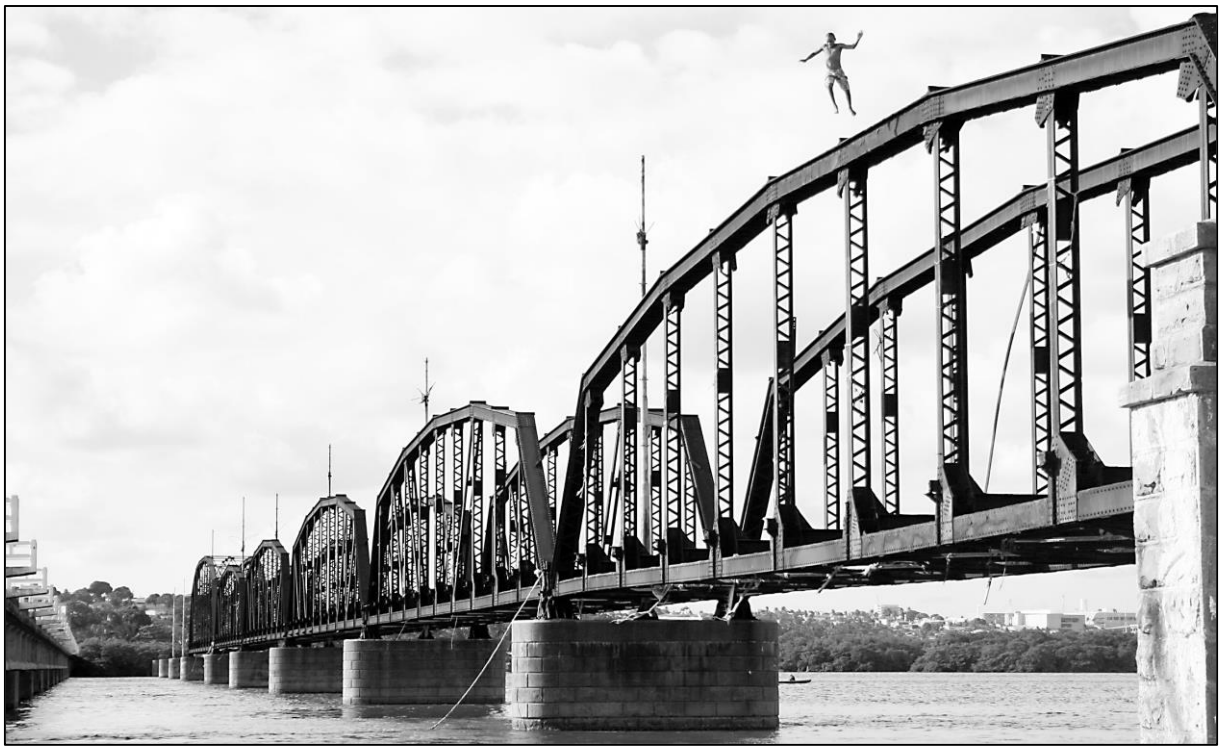
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fernanda Rocha de Oliveira

Novos olhares e antigas práticas no tombamento de centros históricos: o caso de Natal-RN



Rio de Janeiro

2016

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fernanda Rocha de Oliveira

Novos olhares e antigas práticas no tombamento de centros históricos: o caso de Natal-RN

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Profª. Drª. Marcia Sant'Anna

Supervisora: Litany Santos Eufrásio

Rio de Janeiro

2016

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Norte.

O48n Oliveira, Fernanda Rocha de.
Novos olhares e antigas práticas no tombamento de centros históricos: o caso de Natal-RN / Fernanda Rocha de Oliveira – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

219 f.: il.

Orientadora: Marcia Sant'Anna

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015.

1. Patrimônio Cultural. 2. Tombamento. 3. Centros Históricos. 4. Preservação. I. Sant'Anna, Marcia. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.690981

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fernanda Rocha de Oliveira

Novos olhares e antigas práticas no tombamento de centros históricos: o caso de Natal-RN

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2015.

Banca examinadora

_____

Professora Dra. Márcia Genésia Sant'Anna (orientadora)

_____

Professor Me. Evandro Domingues – PEP/MP/IPHAN

_____

Professora Dra. Simone Scifoni – USP

Dedico este trabalho a todos aqueles que
já me encorajaram e inspiraram dizendo:
acredito em você!

Agradecimentos

Agradecimentos, como todos sabem, sempre são falhos por deixarem alguns de fora. Mas prefiro correr o risco e expressar minha gratidão a, pelo menos, parte daqueles que a merecem.

Em primeiro lugar, de praxe, mas não menos verdade, agradeço a minha família, que sempre, SEMPRE, me incentivou nos estudos, oferecendo todo o suporte que eu pudesse necessitar, seja de natureza financeira, afetiva ou psicológica.

Também agradeço a meus mestres, professores que não somente passaram conteúdos, mas que me trouxeram ensinamentos para toda a vida. Em especial, registro a dedicação da minha orientadora Marcia Sant'Anna, que mesmo diante das limitações de uma orientação à distância, soube se fazer presente e atenta na construção deste trabalho e do meu aprendizado.

Meus amigos, que são parte fundamental no meu crescimento diante da vida: os faço representar por aquelas que me acompanharam ao longo desse período do mestrado de maneira intensa, cativante e frutífera: Rai, Mari e Fer. As admiro profissional e pessoalmente, e exatamente por isso, vocês tiveram importância fundamental nesta etapa da minha vida.

Também represento meu agradecimento a todos os profissionais que colaboraram para a realização deste trabalho – respondendo questionários/entrevistas, atendendo a solicitações/dúvidas, ou quaisquer outras necessidades – na figura da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Norte, que, por meio de toda sua equipe (independente da hierarquia), se mostrou muito receptiva, pessoal e profissionalmente.

Agradeço, por fim, a todas as fontes de inspiração que a vida me deu o prazer de experimentar... Espero ter feito jus ao privilégio de tê-las usufruído, transformando-as nas reflexões que aqui me proponho a registrar.

Como sempre o urgente não deixa tempo
para o importante.

(Tiras da Mafalda. Autor: Quino)

Resumo

A pesquisa aqui empreendida, desenvolvida no âmbito da Superintendência do IPHAN-RN, partiu de uma dupla crítica ao processo de tombamento do centro histórico de Natal: quanto à forma vertical que ocorreu, e quanto à seleção de bens culturais, decorrente do modelo metodológico e administrativo que adotou. Para tal, foram apontadas algumas questões iniciais que delinearam um referencial teórico, de modo a subsidiar a busca pela identificação das incongruências entre o discurso patrimonial e sua prática efetiva – tendo como estudo de caso o referido tombamento –, bem como o apontamento de sugestões para revisão das posturas responsáveis por esse descompasso. Tendo como objeto de estudo o discurso patrimonial e sua relação com as práticas preservacionistas (suas demandas, valorações, entraves e perspectivas de melhoramentos), procurou-se contemplar tanto a ótica institucional/técnica quanto a social. Para tal, os procedimentos metodológicos adotados foram: o levantamento de referências bibliográficas e arquivísticas (para traçar o histórico do campo da preservação, nas escalas internacional, nacional e local); a realização de entrevistas, para registro da trajetória das ações de preservação em Natal, do processo de tombamento ocorrido e das visões técnicas sobre a temática; e, por fim, a aplicação de uma metodologia experimental que faz uso de questionários para investigar valores atribuídos socialmente a bens culturais de Natal, e os relaciona à construção de diretrizes de intervenção focadas nos valores identificados. Para este último, tomou-se como inspiração o trabalho desenvolvido por Julia Pereira (2012) e as contribuições de Aloïs Riegl (com base em sua obra "O Culto moderno dos monumentos"), com o objetivo de oferecer aos respondentes a possibilidade de refletir, com base nas diferentes valorações que imputavam aos bens, qual a forma de tratamento (conservação) que eles pensavam ser a mais adequada para esses patrimônios. Assim, a estrutura do trabalho abarca um histórico dos discursos que pautaram a preservação do patrimônio urbano, seguido de uma imersão no caso de Natal-RN (registrando os principais marcos e bens que vêm delineando sua transformação urbana, assim como as políticas e os atores da cena preservacionista local). Um capítulo foi reservado para análise do processo de tombamento ocorrido em Natal, e outro para a demonstração dos resultados obtidos com a aplicação da metodologia de campo adotada. Neste último, foram ponderadas as repercussões do tombamento – seja a partir de considerações técnicas, seja a partir da análise dos valores sociais –, de modo a fornecer subsídios para o posicionamento sobre a necessidade de ratificação ou rerratificação do tombamento ocorrido, bem como de sistematização de apontamentos a serem refletidos em futuros processos de patrimonialização de bens materiais. Por fim, foram colocadas as principais reflexões resultantes deste trabalho, as dificuldades encontradas, implicações metodológicas dignas de maiores comentários, entre outras ponderações sobre a prática de preservação através do instrumento do tombamento.

Palavras-chave: Tombamento; Centro Histórico; Atribuição de Valor; Natal-RN.

Abstract

The research here undertaken, developed at the IPHAN-RN's Superintendence, started from a double critique of protection process of Natal historical center: regarding such the vertical way that has occured, as the selection of cultural goods, due to the methodological and administrative model adopted. For this, were highlighted some initial questions that outline a theoretical reference, in order to support the search for inconsistencies between the protection discourse and its actual practice - taking as study case the said preservation process - as well pointing suggestions for revision of the positions responsible for this mismatch. Having the heritage's speech and its relation to the preservation practices (their demands, assessments, obstacles and improvements prospects), we tried to cover both institutional/technical and social perspectives. Therefore, the methodological procedures adopted were: the survey of literature and archival references (to trace the preservation historic field, at international, national and local scales); the conduction of interviews, to register the conservation actions trajectory at Natal; the preservation process occurred and the technical views on the subject; and finally, the application of an experimental methodology that makes use of questionnaires to investigate social values attributed to Natal cultural goods, and relate them to the construction of intervention guidelines focused at the identified values. it was taken as a inspiration the research developed by Julia Pereira (2012) and the contributions of Aloïs Riegl (based at his work "Der moderne Denkmalkultus") in order to offer to the responders the opportunity to reflect, based at the different values attributed to goods, which treatment form (conservation) they thought was the most appropriate for these heritage. Thereby, the research structure includes a history of discourses that guided the preservation of urban heritage, followed by an immersion in Natal-RN case (registering the main milestones and goods that come delineating its urban transformation, as well as the policies and actors of the local preservationist scene). A chapter was reserved for analysis of preservation process occurred at Natal, and other to the demonstration of the results obtained with the methodology adopted. In this latter, the impact of preservation were measured - either from technical considerations, or based on social values analysis - in order to provide subsidies to the position about the need of ratification or re-ratification of preservation process occurred, as well for notes systematization to be reflected in future heritage processes of material goods. Ultimately, the main reflections resulting from this work were placed: the difficulties found, the methodological implications worthy of comments, among other considerations about the practice of preservation by the instrument of conservation.

Keywords: Listed; Historical center; Value Assignment; Natal-RN.

Lista de Ilustrações

Foto da capa – Fonte: SANTOS, 2010.
Figura 1 - Esquema de classificação dos valores de culto aos monumentos, proposta por Riegl (2006). Fonte: elaboração própria, com base na obra. 37
Figura 2 - Mapa da Divisão Administrativa de Natal. Fonte: NATAL, 2008b. 65
Figura 3 - Forte dos Reis Magos. Fontes: NATAL, 2006; EDUARDO, 2010, p. 15. 67
Figura 4 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação. Fontes: NATAL, 2006; EDUARDO, 2010, p. 15. 68
Figura 5 - Gravura holandesa VEROVINGE VAN RIO GRANDE IN BRAZIL ANO 1633, com edição da autora. Fonte: NATAL, 2007. 68
Figura 6 - Igreja Bom Jesus das Dores. Fontes: NATAL, 2006; NATAL, 2008a, p. 33. 69
Figura 7 - Mapa da cidade do Natal elaborado em 1864 - Atlas do Império do Brasil - Cândido Mendes de Almeida, 1868. Fonte: NATAL, 2007. 72
Figura 8 - Rua Dr. Barata, na Ribeira (Natal), em 1915. Foto: Arquivos da FJA/CEPEJUL. Fonte: FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO (2004, p. 122). 73
Figura 9 - Ponte de Igapó, ainda em funcionamento. Fonte: MIRANDA, 1999. 74
Figura 10 - Construção do antigo Teatro Carlos Gomes (hoje, Alberto Maranhão (esquerda) e seu estado atual. Fontes: NATAL, 2006; EDUARDO, 2010, p. 15. 75
Figura 11 – Prédio da prefeitura (esquerda, acima), prédio do IGHRN (esquerda, abaixo). Fonte: NATAL, 2006. Vista a partir da Igreja Matriz, contemplando o prédio do IHGRN no primeiro plano e, ao fundo, o da Prefeitura (direita). Fonte: Luana Cruz , 2013 (IPHAN/RN). 76
Figura 12 - O Plano Palumbo foi elaborado em 1929, na gestão do prefeito Omar O'Grady. Fonte: NATAL, 2007. 77
Figura 13 - Foto com os componentes do Bloco Carnavalesco Deliciosos da Folia, de 1958 e do acervo de Carlos Roberto de Miranda Gomes, ex-integrante da trupe (CAVALCANTI, 2010). 78
Figura 14 - Mapas axiais de Natal de 1864 a 1990. O detalhe em "x" (cor vermelho) aponta a localização dos *shopping centers* construídos na década de 1990, às margens da mesma avenida: Senador Salgado Filho. Fonte: Ferraz, Trigueiro e Tinoco (2007 apud ASSUNÇÃO, 2014, p. 75) (editado pela autora). 79
Figura 15 - Vista aérea do Centro Histórico de Natal-RN - Fonte: Arquivo do Iphan/RN, s/d. ..... **Erro! Indicador não definido.**
Figura 16 - Mapa do Circuito Histórico, Turístico e Cultural de Natal. Fonte: NATAL, 2003. 94
Figura 17 - imagem do projeto de integração do Teatro Alberto Maranhão, a praça Augusto Severo e o prédio da antiga Rodoviária. Imagem extraída da reportagem sobre a Revitalização da Ribeira. Fonte: SILVA, 2005. 97
Figura 18 - Vista para o Largo do Teatro Alberto Maranhão e adjacências, na Ribeira. Detalhe do impacto gerado pelas torres habitacionais ao fundo. Fonte: Google Street View, 2014. 99
Figura 19 - Mapa com a localização do eixo de verticalização na Ribeira Alta, situando-o tanto em relação às zonas previstas na legislação urbanística municipal quanto às poligonais de tombamento do IPHAN. Fonte: Nascimento (2012b, p. 60), editado pela autora. 100
Figura 20 - Vista da verticalização do eixo da av. General Gustavo Cordeiro de Farias a partir da Ribeira "Baixa". Fonte: Nascimento (2012b, p. 18). 101
Figura 21 - Roteiros do "Guia para Composição de Roteiros Pedestres de Visitação Turística ao Corredor Cultural de Natal - Cidade Alta/Ribeira": do Rosário (igreja), à esquerda, e da praça (André de Albuquerque), à direita. Fonte: NATAL, 2007. 102
Figura 22 - Corredor Cultural de Natal. Fonte: acervo da SEMURB. ASSUNÇÃO, p. 83. 102

Figura 23 - Folder do evento "Cidade em Alta". Fonte: Arquivo pessoal de Heliana de Carvalho. ... 103
Figura 24 - Trechos da apresentação de slides feita pelo IPHAN-RN no evento "Cidade em Alta". Fonte: Arquivo do IPHAN-RN (editado). ... 104
Figura 25 - Trecho da matéria publicada antes do evento de lançamento pelo IPHAN-RN do livro sobre o Centro Histórico. Fonte: HOLLANDA, 2007, p. 19, (edição da autora). ... 105
Figura 26 - Imagens da II e IV Caminhadas Históricas, respectivamente, à esquerda e à direita. Fontes: Assunção (2014, p. 84) e Galvão (2010). ... 108
Figura 27 – Mapa contendo a delimitação da área inventariada (linha vermelha) e a indicação do corredor cultural de Natal (hachura amarela). Fonte: arquivos internos do IPHAN-RN. ... 113
Figura 28 - Planta com a primeira delimitação de tombamento proposta. Fonte: Arquivo do Iphan-RN. ... **Erro! Indicador não definido.**
Figura 29 - Planta da primeira delimitação proposta para o tombamento. Fonte: Arquivo do IPHAN-RN. ... 130
Figura 30 - Planta da segunda delimitação proposta e aceita como versão final para o tombamento. Fonte: Arquivo do IPHAN-RN. ... 131
Figura 31 - Mapas das transformações urbanas de Natal entre 1690 e 1840. Fonte: MELO; FILHO, 2007, pp. 28-30. ... 141
Figura 32 - Mapa contendo a sobreposição das poligonais de tombamento (em rosa) e de entorno (em amarelo), o perímetro da malha viária constante no mapa datado de 1840 (azul), e a localização das comunidades do Passo da Pátria e Maruim. Fonte: Google Earth, 2015. ... 142
Figura 332 - Mapeamento dos bens e áreas citados na pesquisa de campo. Fonte do mapa: Google Earth, 2015 (editado pela autora). ... 174
Figura 37 - Modelo de ficha pertencente ao INRC. Fonte: IPHAN, 2000, anexo 2. ... 196
Figura 38 - Itens do questionário e ficha aplicado a edificações, pertencente à metodologia do INRC. Fonte: IPHAN, 2000. ... 197

Gráfico 1 - Bens mais representativos e áreas de ampliação de proteção citados pelos entrevistados. Fonte: pesquisa, 2015. ... 139
Gráfico 2 - Perfil dos respondentes segundo atividade exercida. Fonte: pesquisa, 2015. ... 147
Gráfico 3 - Vínculo dos respondentes com o centro histórico. Fonte: pesquisa, 2015. ... 147
Gráfico 4 - Questão 11: grau de interesse de participação da população. Fonte: pesquisa, 2015. ... 148
Gráfico 5 - Ciência do tombamento de acordo com o vínculo com o centro histórico. Fonte: Pesquisa, 2015. ... 150
Gráfico 6 - Ciência do tombamento de acordo com o tipo de atividade no centro histórico. Fonte: pesquisa, 2015. ... 150
Gráfico 7 - Questão 02: grupos de respostas para o significado de tombamento. Fonte: pesquisa, 2015. ... 152
Gráfico 8 - Conhecimento e concordância quanto às poligonais de tombamento. Fonte: pesquisa, 2015. ... 153
Gráfico 9 - Questão 03: relação entre o tipo de uso e a existência de memórias atreladas ao centro histórico. Fonte: pesquisa, 2015. ... 156
Gráfico 10 - Ausência ou presença de memórias atreladas ao centro histórico de pessoas que lá moram. Fonte: pesquisa, 2015. ... 156
Gráfico 11 - Questão 07: motivos para preservar o patrimônio cultural. Fonte: pesquisa, 2015. ... 158
Gráfico 12 - Questão 10: relação entre a conservação de bens culturais e a qualidade de vida. Fonte: pesquisa, 2015. ... 159

Gráfico 13 - Questão 08: bens culturais usados/observados/conhecidos. Fonte: pesquisa, 2015. 163
Gráfico 14 - Questão 12: valores atribuídos. Fonte: pesquisa, 2015. 165
Gráfico 15 - Questão 12: tipos de bens citados. Fonte: pesquisa, 2015. 167
Gráfico 16 - Questão 12: valores atribuídos por tipo de bem. Fonte: pesquisa, 2015. 168
Gráfico 17 - Questão 12: opções de intervenções em bens mais votadas. Fonte: pesquisa, 2015. 170
Gráfico 18 - Questão 12: tipo de intervenção por grupos de bens. Fonte: pesquisa, 2015. 171
Gráfico 19 - Lista dos bens e áreas citados por respondentes e entrevistados. Fonte: pesquisa, 2015. 173
Gráfico 20 - localização dos bens citados em relação às poligonais de tombamento. Fonte: pesquisa, 2015. 186

Quadro 1 - Projetos executados pelo PCH no Rio Grande do Norte (aprovados até 1979). Fonte: Correa (2012, pp. 286-287). 85
Quadro 2 - Questão 05: motivos para discordância quanto às poligonais de tombamento. Fonte: pesquisa, 2015. 153
Quadro 3 - Questão 06: respostas para o significado de patrimônio (bem) cultural. Fonte: pesquisa, 2015. 154
Quadro 4 - Questão 04: respostas contendo descrições positivas do centro histórico. Fonte: pesquisa, 2015. 160
Quadro 5 - Questão 04: respostas contendo descrições negativas do centro histórico. Fonte: pesquisa, 2015. 161
Quadro 6 - Classificações dos bens que estão fora do centro histórico, de acordo com o vínculo que possuem com o mesmo, a relevância que apresentem do ponto de vista técnico, o número de menções, a ação ou instrumento (e respectivo nível) sugerida (o). Fonte: pesquisa, 2015. ..... **Erro! Indicador não definido.**
Quadro 7 - Classificações dos bens que estão no entorno do centro histórico, de acordo com a relevância que apresentam do ponto de vista técnico, o número de menções, a ação ou instrumento (e seu respectivo nível) sugerida (o). Fonte: pesquisa, 2015. ..... **Erro! Indicador não definido.**

Lista de Abreviações e Siglas

AABB	Associação Atlética Banco do Brasil
Antiga Sectur, hoje SETUR	Secretaria Municipal de Turismo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CBTU	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CEF	Caixa Econômica Federal
CF 88	Constituição Federal de 1988
CMC	Conselho Municipal de Cultura
CNPC	Conselho Nacional de Políticas Culturais
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CODERN	Companhia das Docas do Rio Grande do Norte
CONPLAM	Conselho de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Natal
COOPERE	Grupo de Trabalho para Projetos Estruturantes da Ribeira e Entorno
DEPAM	Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização
DET	Divisão de Estudos e Tombamentos
DL 25/37	Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937
FJA	Fundação José Augusto
GPROT	Gerente de Proteção
HUL	*Historic Urban Landscapes*
IAPHACC	Instituto dos Amigos do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural e da Cidadania
IBA	Inventário de Bens Arquitetônicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPHA	Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IHGRN	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
INBI-SU	Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos
INCEU	Inventário de Configuração de Espaços Urbanos

INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN-RN	Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Norte
IPLANAT	Instituto de Planejamento Urbano de Natal
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
MONUMENTA	Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano
OUCH	Operação Urbana Consorciada Centro Histórico
OUR	Operação Urbana Ribeira
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC CH	Planos de Ação para Cidades Históricas
PACH-Natal	Plano de Ação para Cidades Históricas em Natal
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste
PDN	Plano Diretor de Natal
PEP/MP	Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural
PPSH	Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano
PRAC	Plano de Reabilitação de Áreas Centrais
PRODETUR	Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo
PRRNH	Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SAMBA	Sociedade dos Amigos do Beco da Lama e Adjacências
SEMURB	Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo
SHU	Sítio Histórico Urbano
SNPC	Sistema Nacional do Patrimônio Cultural
SPHA	Setor de Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Arqueológico
STTU	Secretaria de Transportes e Trânsito Urbano
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Sumário

1 INTRODUÇÃO 25
2 AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO ... 41
2.1 A trajetória do mundo ocidental 41
2.2 A trajetória brasileira 47
3 OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO NA CIDADE DE NATAL: UM ESTUDO DE CASO 65
3.1 Histórico das transformações urbanas de Natal 66
3.2 O cenário da preservação natalense: trajetória das ações de patrimonialização 81
3.2.1: IHGRN, IPHAN-RN e Fundação José Augusto: criação e primeiras ações dos organismos de cultura do estado 82
3.2.2 O campo da preservação em debate: as décadas 1980-1990 86
3.2.3 Século XXI: os anos que precederam e que sucederam o tombamento 92
4 O PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE NATAL PELO IPHAN ... 111
4.1 Considerações preliminares 112
4.2 A primeira fase – estudos e delimitação inicial 119
4.3 A segunda fase – alterações e proposta final 124
4.4 Análise da versão final 129
5 AS REPERCUSSÕES DO TOMBAMENTO E OUTRAS POSSIBILIDADES 135
5.1 O olhar técnico 135
5.2 A visão da população 146
5.3 Ratificação ou rerratificação das poligonais? 172
5.4 Proposta de diretrizes para a instrução de processos de tombamento de centros históricos 189
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 203
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 209
APÊNDICE A – Relação dos entrevistados 221
APÊNDICE B – Entrevistas aplicadas 223
APÊNDICE C – Questionário aplicado 227
APÊNDICE D – Matriz de Compatibilidade e Conflito 231
APÊNDICE E – Tabela de Atribuição de valor e sugestão de tratamento 233
APÊNDICE F – Mapa com a localização de bens próximos ou pertencentes ao centro histórico de Natal 237
APÊNDICE G – Mapa com a espacialização de ações propostas 239
APÊNDICE H – Quadro dos bens citados pelos respondentes 241

1 INTRODUÇÃO

O contexto de formulação da problemática que gerou a presente pesquisa começa com uma solicitação feita pela Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Norte (IPHAN-RN), ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/MP). Tratava-se da requisição, em edital de 2013, de um(a) aluno(a) que pudesse participar das atividades de elaboração de uma normativa para o centro histórico[1] que fora tombado em 2010 na cidade, pelo Instituto.

Por se tratar de um mestrado profissional, inicialmente houve um processo de vivência da aluna selecionada nas atividades do órgão, incluindo a participação nas discussões técnicas sobre o assunto. Foi quando se pôde ter contato com algumas críticas à forma como ocorreu o tombamento do conjunto urbano daquela cidade. Paralelamente, o contato com discursos sobre a necessidade de democratização das ações de patrimonialização permitiu a gradativa verificação de um distanciamento entre o que apregoava a teoria preservacionista e o que refletia a prática institucional ocorrida no âmbito do referido tombamento.

Assim, foram consideradas problemáticas ao menos duas condições constatadas: a primeira foi a forma vertical como ocorreu o processo, que foi resultado de estudos meramente técnicos, que não apontaram a opinião de outros setores da população. A segunda, referente aos bens selecionados, é consequência da primeira, já que a escolha dos bens se deu unicamente pela ótica da instituição.

Neste sentido, a necessidade de normatização deste sítio, embora urgente, tornou-se uma preocupação secundária, posto que antes de se definir como preservar, é preciso haver uma maior clareza sobre o que deveria ser objeto de proteção. E para avançar neste entendimento é preciso compreender *como*, *por que* e *para quem* se deu o processo de tombamento na cidade.

Desse modo, foram suscitadas algumas indagações iniciais, para as quais foram buscados autores que pudessem contribuir para se refletir sobre elas: Quais as convergências e divergências entre os atuais discursos da preservação no cenário nacional e a prática que delineou o tombamento do centro histórico de Natal? E que questões políticas, sociais e culturais estão por trás delas?; Qual foi o nível de participação social ocorrido no processo de

[1] Conforme se verá no capítulo a seguir, a nomenclatura "centro histórico" já foi teoricamente muito questionada, tendo sido adotadas outras, tais como "sítios históricos urbanos" ou "conjuntos urbanos". Contudo, considerando que ela ainda vem sendo empregada pelo IPHAN em suas nomenclaturas de tombamentos e que a mesma ficou enraizada no cenário natalense, foi aqui adotada em diversos momentos.

tombamento de Natal; qual tem sido o nível de discussão/desejo de preservação neste cenário?; Quais são os entraves para que o processo de democratização das ações patrimoniais se efetive na prática; que perigos pode haver ao se dar poder ao povo e que ferramentas podem ser reformuladas para se adequarem melhor a essa proposta?; A população, de fato, quer essa democratização? E o IPHAN está "disposto" a ser apenas um dos agentes com voz? Que bens a população tem valorado como merecedores de preservação? Que mecanismos contribuiriam para averiguar isso?

Um ponto de partida para a discussão de boa parte dos questionamentos supracitados é a avaliação de que atores estão envolvidos na prática dos tombamentos, que interesses eles têm e de que estratégias se utilizam para atingi-los. É dizer: efetuar uma análise das relações de força do campo no patrimônio.

Conforme lembra Sant'Anna (1995), a própria constituição de patrimônios faz dos objetos aos quais se atribui esse status elementos de estratégias de poder e de resistência: manutenção de símbolos de poder (função educativa), mecanismo de unificação social (nacionalismos), formas de sustentabilidade, qualidade ambiental (atributos objetivos e subjetivos), potencial econômico (turismo), entre outros. Neste sentido, a autora associa a noção de "patrimônio" à noção de dispositivo (de Foucault), já que os bens culturais, segundo ela,

> [...] visam a construir nacionalidades ou identidades nacionais; a conferir status a determinada produção artística, arquitetônica ou, genericamente, cultural; a incentivar ou incitar a utilização de determinado repertório formal na produção arquitetônica ou urbanística; a reforçar a afirmação e a resistência cultural de grupos étnicos minoritários ou dominados; a regular a utilização e a ocupação do solo urbano pela limitação à propriedade privada etc. [...] a produzir, em última análise, significados (SANT'ANNA, 1995, p. 15).

Estas relações de poder, contudo, não são dadas, mas construídas. O poder não é uma coisa que se possa dar ou receber, mas é o exercício de uma relação. Ele "não se localiza no Estado ou em seus aparelhos, mas atravessa os aparelhos e as instituições, sendo o próprio Estado uma resultante de engrenagens e focos de poder que apenas se situam em outro nível" (FOUCAULT, 1988 apud SANT'ANNA, 1995, p. 8).

Neste sentido, são valiosas as reflexões trazidas por Bourdieu[2] por meio do conceito de poder simbólico. Para o autor, existe um poder invisível, o "poder simbólico", que "só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem". Segundo ele, este poder ocorre somente quando houver reconhecimento: "[...] o poder simbólico [...] se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que

[2] BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 7-8.

exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença".[3] Assim, o poder de manter uma ordem ou de subvertê-la é mérito da crença na legitimidade para fazê-lo, e não das palavras proferidas em si[4].

Com isso, parte-se aqui da afirmação que o poder de constituir o patrimônio não é "do Estado", mas tem sido a ele delegada determinada função decorrente da relação que a própria sociedade criou e vem (re)estabelecendo com ele.

Importante se faz, paralelamente a este processo de análise das relações de poder, verificar as forças de resistência, e suas motivações. Certeau (2008, pp. 41-42), se refere aos procedimentos "minúsculos" e cotidianos que a sociedade, por não se submeter completamente aos aparelhos produtores da disciplina, apresentam em contrapartida, conformando o que ele chama de antidisciplina:

> Há bastante tempo que se tem estudado que equívoco rachava, por dentro, o 'sucesso' dos colonizadores espanhóis entre a etnias indígenas: submetidos e mesmo consentindo na dominação, muitas vezes esses indígenas *faziam* das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. Os indígenas as subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função das referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. [...] Em grau menor, um equívoco semelhante se insinua em nossas sociedades com o uso que os meios 'populares' fazem das culturas difundidas e importas pelas 'elites' produtoras de linguagem" (CERTEAU, 2008, p. 39-40).

Trazida para o contexto atual, essa realidade de antidisciplina é facilmente detectável. Acontece quando, por exemplo, diversos bens considerados de valor cultural são destruídos da noite para o dia, mesmo estando sob a "virtual" tutela do Estado. Ou quando movimentos reivindicam a proteção a determinados bens que não se encaixam nos critérios de seleção de órgãos preservacionistas.

Na trajetória do campo do patrimônio, as práticas foram delineadas por diversas relações de poder e de resistência, permeadas por distintos discursos. E dentre os mais atuais consta o da democratização dos processos de patrimonialização, que não atende somente a "obrigações constitucionais", mas representa uma forma de promover, por meio de uma nova dinâmica, uma apropriação da bandeira patrimonial. Assim, as relações de poder anteriormente estabelecidas são reformuladas, dando voz a outros interesses e acarretando uma nova configuração de poder *versus* resistência.

---

[3] BOURDIEU, Op. Cit, pp. 14-15.
[4] BOURDIEU, Op. Cit, p. 15.

Entre os possíveis entraves para o estabelecimento efetivo desse novo arranjo de poder estão as "tristes tradições" das políticas culturais no Brasil, apontadas por Albino Rubim, quais sejam: o dificultoso desenvolvimento da cultura e o caráter tardio das políticas culturais (Ausência); a relação entre governos autoritários e políticas culturais (Autoritarismo); e a instabilidade decorrente da mudança constante dos responsáveis pela cultura, que leva, por vezes, ao desmonte das estruturas erguidas em mandatos anteriores (Instabilidade) (RUBIM, 2007).

Considerando o atual modelo político democrático brasileiro, tem-se uma articulação entre mecanismos de representação (por voto) e os de participação (por instrumentos). Para Teixeira (2002), o grande desafio da teoria política contemporânea seria, então, aliar ambos mecanismos, de modo a haver a representação da maioria, porém, sem tendência ao particularismo de interesses e à manipulação plebiscitária.

Trazendo essa discussão para o campo do patrimônio, são caras as observações de Filho (2011), citando outros autores:

> Os debates teóricos a cerca de uma teoria contemporânea da conservação estão baseados no equilíbrio, no debate, no consenso, na negociação (AVRAMI et. al, 2000). Quando a participação democrática da população torna-se um imperativo das ações de preservação, conservar um bem sai do círculo dos experts para chegar ao círculo da negociação entre os diversos stakeholders (MUÑOZ VIÑAS, 2005). Ao ampliarmos o número de grupos envolvidos com a proteção de um determinado bem, estabelecemos possibilidades deles definirem se uma paisagem está sofrendo algum impacto, se ela necessita ser revitalizada, ou se ela apenas está seguindo seu ritmo de mudanças.

A articulação apontada por Teixeia (2002) entre representação e participação é analogamente trazida para o campo do patrimônio de modo a se tentar associar o poder de decisão do Estado (representado pela figura dos experts) ao dos cidadãos (mediante democratização dos processos de patrimonialização). Não se pode mais, segundo a teoria contemporânea da conservação apresentada por Muñoz Viñas (2005), delegar a função de proteger o patrimônio somente a um grupo seleto, mas compartilhá-la com outros atores sociais, de modo negociado.

Muñoz Viñas (2005) traz, em sua argumentação, importante discussão para provocar uma revisão da atribuição de competência exclusivamente aos detentores do saber técnico da área da conservação de bens culturais, conforme ocorreu (e ainda ocorre, em muitos lugares) ao longo dos anos no campo do patrimônio:

> Science has little to do with decisions regarding tastes, beliefs, preferences and expectations, except for the authority it may exert upon offended users, making it easier for them to accept the 'offense' as being scientifically based. However, science

> has an important role to play in technical decisions, as it can collaborate in developing more efficient conservation techniques. However, relying on science is not a perfect solution, as science, just like conservation and many other activities, is far from perfect. Reality can be far too complex to fully comprehend; instruments may lack the precision required to measure quantities which might be relevant; and hypotheses can fail when confronted with reality (MUÑOZ VIÑAS, 2005, p. 184).

No supracitado texto, o autor argumenta que a única autoridade que a ciência tem sobre aqueles que usufruem um patrimônio é quanto ao desenvolvimento de técnicas mais eficientes sobre sua conservação. Contudo, sobre as preferências ou expectativas que se atribuem a um bem cultural, a exatidão da ciência não pode ter prioridade, visto que a precisão dos seus instrumentos não é suficientemente adequada à complexidade envolvida nesses processos.

Conforme aponta Teixeira (2002, p. 102), a inexistência de canais permanentes de interlocução entre os diversos atores e estruturas de poder é uma das dificuldades da relação entre organizações da sociedade civil e poder político.

Experiências como a do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC)[5], a do Colegiado de Patrimônio na Bahia[6] e a das políticas desenvolvidas em Porto Alegre e Belo Horizonte[7] têm buscado essa articulação entre sociedade e políticas públicas, mesmo que alguns deles ainda de modo incipiente ou ainda sem registro de ações mais consistentes.

Apesar de alguns setores da Cultura já virem se mobilizando em prol dessa articulação Estado-Sociedade, nota-se uma histórica resistência de tais avanços chegarem no âmbito da dimensão material do patrimônio cultural. Talvez por nela se manter a lógica de uma exigência de certo perfil (competência técnica) para a participação ativa na política, conforme apontado por Bourdieu (2004). Quanto à temática da exigência de competência, este autor questiona esse tipo de postura frente às desigualdades de condições sociais (incluindo, aí, os fatores econômicos e culturais) às quais os cidadãos são submetidos. Isto porque aqueles usualmente apontados como sendo os que detêm mais capital cultural ou financeiro (considerando também

---

[5] Estruturado a partir do Decreto n° 5.520/2005, conta com a representação de dezenove setores culturais, dentre os quais está o patrimônio material, que está com Plano Setorial em vias de elaboração. Fonte: <http://www.cultura.gov.br/cnpc>. Acesso em: 7 nov. 2015.

[6] Através da Lei Orgânica da Cultura do Estado da Bahia (nº 12.365), sancionada em 2011, são previstas eleições para esse colegiado, que "tem o papel de orientar e respaldar decisões políticas, atuando como instâncias de consulta, participação e controle social das ações promovidas pelas secretarias e órgãos do governo." Fontes: <http://www.secom.ba.gov.br/2014/09/121079/Eleicoes-para-Colegiado-de-Patrimonio-terminam-no-dia-20-deste-mes.html/mobile=1>; <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=90>. Acesso em: 7 nov. 2015.

[7] Segundo por Meira (2013), os espaços de participação cidadã na gestão do município de Porto Alegre têm sido ampliados desde 1989, sendo responsáveis pela inclusão do olhar dos cidadãos moradores de bairros afastados do centro da cidade nas políticas patrimoniais. Em Belo Horizonte, Starling (2009, p. 147) aponta que cidadão e sociedade, pelo princípio da co-responsabilidade, passaram a assumir um papel executivo central nas políticas públicas, inclusive na do órgão de preservação do estado (o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA).

que este possibilita mais tempo livre), terão sempre mais chances de se dedicarem a cumprir estas exigências e, assim, a concentrarem também o capital político (BOURDIEU, 2004, p. 164).

Pensar sob a ótica de democratizar o poder de decisão pode gerar um alerta com a preocupação assinalada por Assunção (2014), relativa aos efeitos que o processo de midiatização pode acarretar em grande parte da população. Como alerta Magnavita (2010, p. 71):

> Não devemos falar de patrimônio, hoje, sem nos referirmos, primeiro, à mídia (processos midiáticos da construção de subjetividades individuais e/ou coletivas, hoje dominante nas "sociedades de controle", no novo estágio do capitalismo); segundo, sem entender a forte presença do mercado (pois, na atual fase do capitalismo informacional, tudo vira mercadoria, inclusive os bens culturais); e, terceiro, sem sublinhar a relação saber/poder sob a égide da ação política, pois se torna impossível, hoje, pensar em patrimônio sem essas variáveis.

Vê-se, pois, o poder que ditas "sociedades de controle" podem ter na formação do pensamento na sociedade, já que atuam segundo os próprios interesses que, muitas vezes, são atrelados aos do mercado – em detrimento do bem-estar coletivo. Nesse ponto de vista, a capilarização do acesso aos debates[8] patrimoniais por meio da sua diluição no cotidiano das pessoas pode ser a forma de levar ao cidadão subsídios para um posicionamento patrimonial mais crítico, capaz de subverter a lógica de saber/poder que vem regendo a prática preservacionista.

A importância desse debate social reside na construção dos valores que justificam a atuação preservacionista. Atribuídos consciente ou inconscientemente, de forma construída ou manipulada, com base em motivações pessoais ou coletivas, eles são carregados de significados (re)construídos permanentemente, e constituem uma peça-chave para se definir o patrimônio de uma sociedade. E se uma definição (delimitação) de qualquer ideia acarreta uma diferenciação entre o que está dentro e o que está fora dessa concepção, é válida a reflexão sobre os métodos de valoração empregados.

> A questão da atribuição de valor – que hoje nos aparece em toda sua complexidade – não parecia ser, no entanto, até há algumas décadas, uma questão controversa, nem digna de maior investigação [...] A maior parte dos conceitos que norteavam então as escolhas e opções na constituição do corpus patrimonial derivada do campo das artes, usando-se noções como as de 'obra-prima', 'valor intrínseco' e 'autenticidade' [...] Esse quadro vai mudar substancialmente no final do século XX, com a introdução de novos agentes no campo do patrimônio e com a crescente ênfase que se dá aos aspectos intangíveis dos bens culturais... (CASTRIOTA, 2011, pp. 55-56).

[8] Prefere-se, aqui, utilizar "debates" em detrimento de "educação" para que não se confunda a intenção de sensibilizar com a de ensinar valores.

Deste modo, vê-se que os valores não são intrínsecos aos objetos, como antes de difundia, mas resultado de uma atribuição feita segundo um discurso, uma estratégia. Quanto maior for o questionamento sobre as práticas de valoração, maior complexidade elas apresentarão. Nesse sentido, é bastante compreensível que, considerando o vasto tempo transcorrido entre os primeiros esboços de discursos relativos ao patrimônio e os dias atuais, as variantes que integram esta equação já tenham sofrido intensas transformações. Estas acompanharam as diversas fases ideológicas, econômicas e políticas das sociedades, moldando-se e moldando-as.

Ao se pensar criticamente sobre o valor, pode-se questionar algumas "objetificações culturais"[9] – tais como "nação", "sociedade", "grupo" e "cultura", de modo não meramente a naturalizá-las, mas de verificar a quais ações, desejos e expectativas correspondem. Conceitos como Cultura, Memória e Identidade, por exemplo, devem ser analisados enquanto posicionamento de valores atribuídos e narrativas adotadas, e não como mera identificação de valores inerentes e registro de fatos históricos.

E, sendo o valor algo que muda constantemente, Márcia Chuva (2011, p. 163) aponta algumas pistas para melhor desenhar uma perspectiva integradora do patrimônio cultural:

> 1) Os valores identificados nos bens culturais, visando a sua patrimonialização, são atribuídos pelos homens e, portanto, não são permanentes, tampouco são intrínsecos aos objetos ou bens de qualquer natureza. Logo, os processos de patrimonialização de qualquer tipo de bem cultural de qualquer natureza devem colocar em destaque os sentidos e os significados atribuídos ao bem pelos grupos de identidade relacionados a ele. Contudo, os instrumentos a serem adotados para sua efetiva proteção ou salvaguarda podem variar e serem aprimorados de acordo com a natureza e o tipo do bem cultural.
>
> 2) Os sujeitos produtores de sentido são vários, diferenciados e deveriam ser confrontados em fóruns de discussão. Nas ações de proteção e salvaguarda, os sujeitos a que nos referimos são aqueles cujas relações estabelecidas com os bens culturais os tornam constituintes e constituídos por tais bens, numa dialética construção de identidades por meio de elos comuns ao grupo. Por haver uma concorrência para a atribuição de valores por grupos que se diferenciam por interesses diversos, as políticas públicas de patrimônio precisam, portanto, explicitar quem são os sujeitos que estão sendo privilegiados, para que não se tornem políticas 'lobistas'. A título de exemplo, podemos pensar nos processos de gentrificação, que ocorrem, com frequência, em sítios urbanos tombados como patrimônio cultural. A percepção da cidade apenas como patrimônio cultural material induz a um entendimento limitado dos moradores e usuários cujos modos de vida estão vinculados àquele espaço. Se esta população for expulsa do sítio tombado, cabe perguntar o que exatamente se pretendia preservar naquele amontoado de pedra e cal.

Estas recomendações demonstram vários dos pontos que conformam o discurso de preservação pautado na abertura à democratização das políticas patrimoniais. Se antes, "a total confiança em seus próprios recursos intelectuais, e o entendimento da preservação como

[9] Segundo José Reginaldo, é a tendência de materializar entidades sociocientíficas, como se fossem coisas no mundo natural – a exemplo de nação, sociedade, grupo e cultura (GONÇALVES, 2002, p. 14).

atividade exclusivamente técnica, também levaram o SPHAN[10] a se distanciar da própria sociedade, tornando-se, de certo modo, impermeável aos seus reclames" (SANT'ANNA, 1995, p. 114), hoje assiste-se a um discurso de intenção de incorporação deste tipo de prática mais democrática pelo IPHAN, buscando estabelecer um contraponto em relação ao seu histórico de atuação com exclusividade no poder de decisão.

Conforme apontam Certeau, Giard e Mayol (2009, pp. 199-200), "na perspectiva de uma democratização, condição para uma nova estética, duas redes retêm particularmente a atenção: os gestos e os relatos". Se os relatos são os discursos aos quais se quer dar publicidade, os gestos são os seus resultados concretos, aquilo que foi selecionado do passado e reempregado em função de usos presentes. Se "a credibilidade do discurso é em primeiro lugar aquilo que faz os crentes se moverem" (CERTEAU, 2008, p. 241), como pode o IPHAN traduzir uma real confiabilidade se a sua prática não for condizente com seu discurso? Talvez, diante do excesso de bens proclamados patrimônio e das críticas relativas ao distanciamento de alguns discursos e práticas do instituto justifique mais uma colocação de Certeau (2008): "Existem agora demasiados objetos para crer e muito escassa credibilidade".

Contextualizados esses pensamentos e trazendo-os para o tema de estudo (o cenário do tombamento federal em Natal), vê-se a importância de se atentar para os elementos que deflagram as relações de poder que regeram os processos de patrimonialização ali ocorridos. Assim, tem-se que o objeto de estudo da presente pesquisa se debruça além do centro histórico constituído legalmente, abarcando também o discurso patrimonial e sua relação com as práticas preservacionistas (suas demandas, valorações, entraves e perspectivas de melhoramentos), contemplando tanto a ótica institucional quanto a social.

Foram traçados, como objetivo geral deste estudo, a identificação das incongruências entre o discurso patrimonial e sua prática efetiva no âmbito federal, bem como o apontamento de sugestões para revisão das posturas responsáveis por esse descompasso, tendo como estudo de caso o centro histórico de Natal. Para tanto, os objetivos específicos foram:

- Verificar em quais pontos as práticas preservacionistas no âmbito do tombamento do centro histórico de Natal ficaram aquém dos conceitos já difundidos sobre a temática no campo teórico e jurídico;

- Apontar elementos que contribuíssem para o entendimento das relações de poder que vêm ocorrendo em Natal em torno da temática preservacionista, e que, simultaneamente,

[10] Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje IPHAN).

justificassem a trajetória de preservação vivida pela cidade, subsidiando reflexões sobre as demandas por patrimonialização e sobre a democratização destas;

- Aplicar procedimentos metodológicos e analíticos que permitissem propor considerações a serem incorporadas, desde o início, nos processos de tombamento, passando pelos métodos de seleção de bens e culminando nos cuidados com os instrumentos a serem utilizados.

Um dos procedimentos metodológicos adotados foi o levantamento de referências bibliográficas para efetuar um diálogo conceitual que subsidiasse reflexões pertinentes sobre a temática em tela, bem como para traçar o histórico do campo da preservação (nas escalas internacional, nacional e local). Também foram efetuados levantamentos arquivísticos (Arquivo Central do IPHAN, Arquivo Interno do IPHAN-RN, Arquivo do Jornal Tribuna do Norte) e entrevistas para melhor embasar o registro da trajetória das ações de preservação em Natal.

O recurso da entrevista – que também auxiliou a etapa de campo – foi aplicado em dois grupos-alvo: pessoas que participaram do processo de tombamento, ligadas ao IPHAN; e pessoas que discutem a preservação do patrimônio no cenário local. Para melhor entendimento da motivação da opção por cada um deles, foi elaborado quadro com a lista de entrevistados pretendida, incluindo a justificativa da escolha e a situação final correspondente a cada um deles (ver Apêndice A). Foi aplicado o mesmo roteiro de entrevista para, de modo a solicitar dos entrevistados que, mesmo nas temáticas que não dominassem, emitissem suas opiniões e interpretações com base no conhecimento que tinham. O conteúdo foi agrupado em três blocos: questões voltadas ao processo de tombamento, ao corredor cultural de Natal, e às poligonais de tombamento. Para tanto, foram extraídos alguns trechos da instrução de tombamento que suscitaram questões tanto relativas a lacunas identificadas, quanto que visavam auxiliar no entendimento de como se deu o seu processo, já que o registro documental é limitado, e algumas discussões e negociações debatidas durante o seu desenvolvimento não foram explicitadas no dossiê que o compõe.

Quanto aos demais procedimentos metodológicos voltados ao terceiro objetivo, foi dada especial atenção à temática da investigação dos valores atribuídos a bens culturais de Natal. Embora, a princípio, tenha se considerado que o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) poderia ser um bom instrumento para ser utilizado neste objetivo (inclusive, valorizando o conceito de Referência Cultural da população), sua aplicação foi inviabilizada

pelo fato de exigir um trabalho de grupo e um perfil profissional interdisciplinar, que não seria possível alcançar diante das condições desta pesquisa.

Assim, tomou-se como inspiração o trabalho desenvolvido por Julia Pereira (2012). Embora a presente pesquisa não tenha adotado todos os instrumentos utilizados pela autora em sua metodologia de identificação de valores atribuídos, o roteiro de seus questionários e a classificação quanto aos tipos de valores culturais foram a base para a construção dos questionários aqui adotados.

Para averiguação de valores atribuídos socialmente, foram aplicados questionários junto a setores da população, de modo a verificar os bens e os valores que parte dela tem destacado ou rechaçado. Tomou-se por base um mapeamento dos atores inseridos no perímetro de tombamento – realizado pelo pesquisador Fernando Siviero (2014)[11]. A partir daí, foi proposta uma amostragem estratégica para a coleta de opiniões. Ao invés de abordagens avulsas em pontos da cidade, foram considerados os atores que representassem instituições, estabelecimentos e organizações civis que, ou por estarem inscritos naquele território ou por terem sobre ele uma atuação direta, apresentam um interesse potencial na sua gestão. Além disso, estes indivíduos, por estarem atrelados a coletividades, passam a ter uma potencial representatividade de opinião maior do que a meramente individual.

Foram considerados como critérios se seleção da amostragem os atores que seriam mais diretamente afetados com relação a intervenções em imóveis; os atores vinculados a temáticas culturais; as instituições de ensino de nível superior (uma vez que colégios têm um público mais jovem e, com isso, mais limitado quanto à construção de conceitos e vivências); as entidades religiosas (um representante de cada religião dentre os estabelecimentos mapeados, para dar mais equilíbrio de opinião); e empresas e instituições da comunicação (por serem os responsáveis pela circulação da informação). As categorias abordadas, então, foram as instituições administrativas (em geral), as de ensino superior, as religiosas, as com vínculos culturais diretos, as de comunicação e as organizações sociais.

Embora, à primeira análise, possa parecer ser uma escolha um tanto parcial (ao menos comparativamente a outras abordagens), em verdade, há um fator positivo nessa população amostral: assim como em outras formas de abordagem, haverá pessoas que moram ali e outras que não, mas a maioria ao menos trabalha ali, havendo, assim, mais chances de envolvimento

[11] Tratou-se de um levantamento de instituições e equipamentos atrelados ao centro histórico de Natal que visava ao mapeamento de atores sociais potenciais para a construção de um projeto baseado no conceito de territórios educativos, realizado por este autor em 2012, e publicado na sua dissertação como apêndice (ver SIVIERO, 2014).

contínuo com a área do que pessoas que simplesmente transitam. Algumas delas, inclusive, são de instituições ou estabelecimentos ativamente envolvidos nas questões relativas ao centro histórico. Sem embargo, há também desvantagens nessa opção amostral empregada, que serão apontadas nos resultados da pesquisa.

Quanto ao conteúdo dos questionários, pretendeu-se abarcar questões relacionadas ao processo de tombamento e a bens culturais de Natal. Foram estipuladas diferentes formas de se buscar dos respondentes os bens que lhes vinham à cabeça, utilizando-se descrições, hipóteses de perda, entre outros artifícios.

Incorporando a categorização empregada por Pereira (2012) em sua metodologia[12], foram adotados os seguintes valores: arquitetônico, urbanístico, paisagístico, estético, religioso, científico, social e afetivo. O valor afetivo foi diferenciado do valor social e do religioso por se entender que algumas pessoas podem reconhecer a importância social ou religiosa de um bem, mas não obrigatoriamente ter com elas uma relação de pertencimento ou de afeto; assim como há pessoas que veem em determinados bens um valor que não se justificaria com as demais categorias.

Esta categorização de valores foi inserida no instrumento metodológico de investigação como forma de ir além dos bens classicamente apontados como sendo merecedores de proteção. Aqueles que, talvez por costumeiramente aparecerem nos noticiários por receberem grandes verbas para restauração, ficam no imaginário da população como um dado pronto, recebido e reproduzido[13].

Considerando que o documento de orientação para elaboração de normas, confeccionado pelo IPHAN, registra que as diretrizes para a normatização de bens já devam ser construídas junto com os estudos para tombamento (IPHAN, 2010, p. 4), vê-se a importância de se pensar, simultaneamente, o que e como preservar. Assim, para complementar este mecanismo de identificação de valores atribuídos, foram utilizadas as contribuições de Aloïs Riegl (2006) como inspiração[14] para elaborar um método de reflexão no qual o tipo de valor

[12] Tomando inicialmente por base as categorias de valor da Carta de Burra – a significância histórica, estética, científica e social – a autora viu a necessidade de adaptação destas, tendo acrescido as camadas de valor "espiritual" e "ambiental" (PEREIRA, 2012, p. 82/125).
[13] Ver Assunção (2014).
[14] É importante frisar que se trata de uma inspiração no sentido de haver a ciência tanto de que o trabalho deste autor foi desenvolvido num contexto de sociedade bastante diferente do atual, quanto de que os resultados por ele apresentados não são tão operacionais quanto aqui se aplica.

imputado a um bem forneça pistas para o estabelecimento das diretrizes de intervenção e salvaguarda dele.

Para entender a forma como as contribuições desse autor inspiraram a confecção de parte do questionário, é interessante efetuar um pequeno resgate da sua obra "O culto moderno dos monumentos". Esta analisa o culto aos monumentos não apenas pelo olhar dos intelectuais, mas também pelo das pessoas comuns, contemplando os efeitos subjetivos e afetivos do monumento[15]. As distinções entre os tipos de culto aos monumentos apresentada por Riegl remete a uma válida e sensata diferenciação na forma de se tratar esses bens. Inclusive, sob esta ótica, a depender das valorações recebidas por uma edificação, poderia haver conflito entre as práticas de conservação necessárias para a manutenção de cada um dos valores atribuídos.

Para o autor, haveria, então, três tipos principais de monumentos: o Monumento Intencional (MI) – obras comemorativas que relembram momentos específicos, construídas com essa finalidade; o Monumento Histórico (MH) – obras que remetem a momentos específicos, mas cuja escolha é determinada por nossas preferências subjetivas (podendo incluir os intencionais); e o Monumento Antigo (MA) – que abarca todas as criações do homem que testemunhem sua passagem no tempo, independente da finalidade original ou significação atribuída a posteriori[16]. O culto a estes monumentos estaria, para Riegl, ligado a diferentes tipos de valores, esquematizados a seguir:

[15] RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos**: sua essência e sua gênese. Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina vicentine. Goiânia: Ed. da UCG, 2006, p. 59.

[16] Uma das críticas ao trabalho do autor é a limitação e estanqueidade das categorias que propõe, já que as diversas formas de culto ao patrimônio nem sempre se encaixam nestas previstas por ele. Contudo, considera-se relevante a sua contribuição no sentido de fornecer pistas para o estabelecimento de padrões básicos de valores atribuídos, a partir dos quais pode haver uma reformulação.

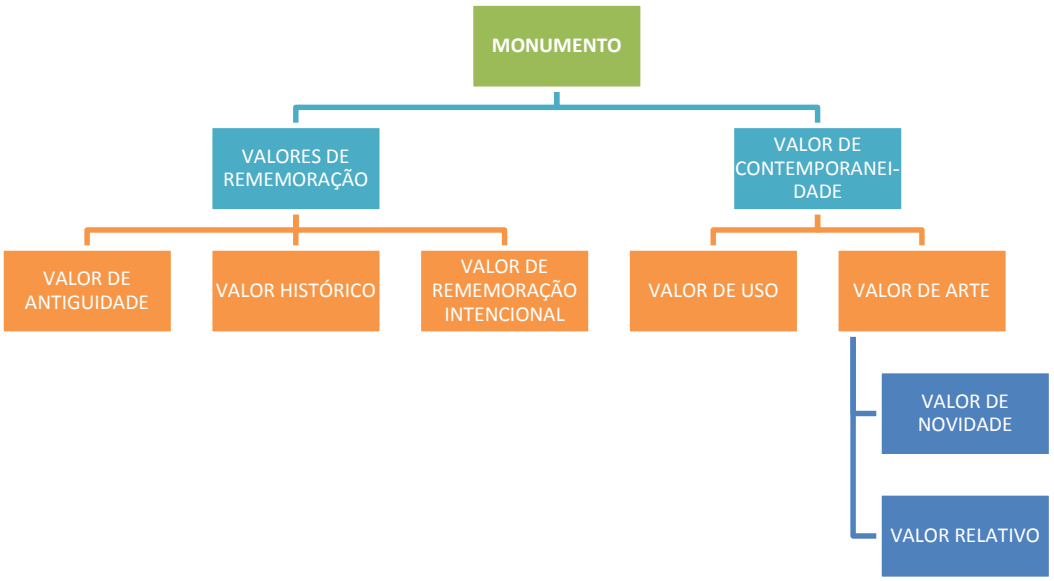


Figura 1 - Esquema de classificação dos valores de culto aos monumentos, proposta por Riegl (2006). Fonte: elaboração própria, com base na obra.

O culto moderno aos monumentos estaria, então, atendendo a dois tipos principais de valores: os de rememoração – revivendo imagens, sentimentos e/ou informações do passado – e os de contemporaneidade, que atendem aos anseios do presente.

Quanto aos **valores de rememoração** o "valor de antiguidade" é partilhado não somente pelas pessoas cultas, mas também pelas massas: "O monumento não é mais que um substrato sensível necessário para produzir no espectador uma certa impressão difusa, suscitada no homem moderno pela representação do ciclo necessário do devir e da morte, da emergência do singular fora do geral e de seu progressivo e inelutável retorno ao geral"[17]. Este valor defende "[...] a possibilidade de perceber claramente esses traços [de degradação]"[18] e, por tanto, opõe-se aos "valores de contemporaneidade", já que das obras modernas espera-se a integridade. Já o "valor histórico" representaria "um estado particular, de alguma forma único, no desenvolvimento de um domínio humano"[19] e, por tanto, nele vela-se pela conservação do monumento em seu estado presente: não seria necessário reparar destruições passadas, mas dever-se-ia evitar destruições futuras, parando o processo natural de degradação[20] – contrapondo-se, em certa medida, ao tratamento esperado sob a ótica do "valor de antiguidade" de respeito à ação do tempo. Ainda mais conflituoso em relação a este valor é o "valor de rememoração intencional", pois, como é o que busca guardar sempre presente e vivo na

[17] RIEGL, Op. Cit., p. 51.
[18] RIEGL, Op. Cit., p. 71.
[19] RIEGL, Op. Cit., p. 76.
[20] RIEGL, Op. Cit., p. 78.

consciência das gerações futuras os monumentos, combate a ação dos agentes naturais para manter a obra sempre íntegra, tendo, pois, a restauração como seu postulado. "Essa terceira classe de valores de rememoração constitui assim a transição para o sentido dos valores atuais"[21].

Já os **valores de contemporaneidade**, não residem nem na antiguidade do monumento nem no valor de rememoração que dele decorra, mas na propriedade que ele possui de responder às expectativas dos sentidos (valor de uso) ou do espírito (valor de arte, seja ele elementar - de novidade – ou relativo; seja de função profana ou religiosa), tanto quanto as criações novas o fazem.

"O valor de uso refere-se aos edifícios e obras antigas que continuam a ser utilizados e que não devem por em risco a vida daqueles a quem abrigam". Com isso, "muitas vezes, pelo fato de seu uso, demandam restaurações, adaptações que conflitam com os valores históricos e de antiguidade"[22]. Já para um monumento apresentar valor de arte deve atender a duas exigências: possuir um valor de novidade – atribuível a toda obra nova, o qual, para ser preservado, carece de medidas contrárias ao culto do valor de antiguidade[23], sendo também considerado o valor artístico do público pouco culto, porque pode ser apreciado por todo indivíduo, mesmo aquele desprovido de cultura, dado seu caráter de novo, concluído[24]; possuir um valor artístico relativo, concernente "tanto à especificidade do monumento quanto à sua concepção, forma e cores"[25] que denotam a ruptura entre a vontade artística moderna e as expressões anteriores, contrário, então, ao valor de novidade, já que só pode ser apreciado por aqueles que possuem cultura estética.

Assim, foi lançada, no questionário, uma classificação que tenta explicar as cinco tipologias por Riegl apresentadas. Cada uma delas correspondendo a uma letra (a, b, c, d ou e) que representa uma opção de tratamento. Respectivamente, as opções associam-se aos valores de rememoração (o de antiguidade, o histórico e o de rememoração intencional) e os valores de contemporaneidade (de uso e de arte). Considerando o pré-teste realizado, foi aberta a opção de o respondente aderir a um meio termo entre duas opções.

Cruzando-se esta perspectiva de valoração com a extraída da metodologia de Pereira (2012), seria possível uma sobreposição de valores: um bem que tivesse reconhecido seus valores históricos e arquitetônicos, deveria, ao olhar de uma pessoa, ser tratado com rigidez

[21] RIEGL, Op. Cit., p. 85.
[22] RIEGL, Op. Cit., p. 39.
[23] RIEGL, Op. Cit., p. 97.
[24] RIEGL, Op. Cit., p. 98.
[25] RIEGL, Op. Cit., p. 97.

quanto à sua autenticidade, mas para outra pessoa, que tivesse uma relação diferenciada com ele, poderia haver a flexibilidade de sacrificar alguns elementos originais em nome da manutenção do seu uso. Para uns, mais vale a originalidade, a antiguidade pura; para outros, a necessidade de satisfação atual é mais forte, requerendo destes bens um tratamento mais dinâmico, moderno.

Como produto final de análise e compilação dos dados gerados por estes procedimentos metodológicos foram gerados gráficos e quadros que buscam destrinchar as informações, quantitativa, qualitativa e analiticamente. A partir deste material, foram elaborados mapas contendo a espacialização dos bens no território, em imagens aéreas atualizadas, de modo a verificar quantos destes bens estão contemplados pelo tombamento ocorrido.

Sabe-se que o procedimento metodológico de organização de dados sobre a atribuição de valor, aqui adotado, não dá conta, por suas limitações, de sintetizar todas essas discussões que visam a análises mais amplas (como os objetivos que os atos de poder envolvidos almejaram nos processos de patrimonialização ocorridos). Conforme lembra Pereira (2012, p. 25), a crítica a esse processo de simplificação de uma construção de valores que ocorre de maneira linear e objetiva se dá por ele desconsiderar os conflitos de identificação, seleção e gestão. Contudo, julgou-se válido adotá-lo por se tratar de uma ferramenta exequível para uma só pesquisadora, e por seu resultado possibilitar o exercício de se dar peso a novos atores e valores não apenas no discurso, mas na prática preservacionista, buscando quebrar um pouco a recorrência do uso exclusivo de inventários e de arquitetos para a definição de ações com tamanho alcance e impacto, como são as decorrentes de um tombamento.

A relevância do presente trabalho reside, pois, na oportunidade de buscar ferramentas para entendimento dos entraves que vêm gerando esta imagem negativa do órgão, buscando equacionar as possíveis discrepâncias entre a teoria difundida e a prática apresentada, bem como propondo alternativas a estas, de modo a fornecer pistas de novas posturas institucionais.

Para tanto, no capítulo 2 consta um histórico sobre os discursos que pautaram a preservação do patrimônio urbano nos diferentes contextos e escalas (internacional e nacional). Oportunamente, foram pontuadas noções em torno da temática específica da preservação de centros históricos: suas definições, marcos legais e críticas que desencadearam as diferentes terminologias para ele adotadas. Por fim, foi feita uma análise sobre os diferentes tipos de cidade-patrimônio experimentados de acordo com as mudanças que apresentaram nas diferentes fases da trajetória preservacionista urbana brasileira.

No capítulo seguinte, efetuou-se uma imersão no caso de Natal-RN, narrando, primeiramente, parte da sua história e transformação urbana, de modo a registrar os principais marcos que vêm delineando sua ocupação territorial, bem como servindo de contextualização para alguns bens que foram citados no capítulo seguinte. Também foram registradas as políticas e os programas que marcaram sua trajetória patrimonial, bem como os atores que tiveram protagonismo nessa história.

O quarto capítulo foi reservado para análise do processo de tombamento ocorrido em Natal. Foram efetuadas considerações iniciais (para algumas contextualizações à leitura) e, em seguida, feito o registro dos principais fatos que marcam a diferenciação entre a primeira poligonal apresentada e a final, decorrente de uma ampliação da primeira. Por fim, são ainda avaliadas as principais questões relacionadas à versão final do tombamento (homologada).

No Capítulo 5, fruto da metodologia de campo adotada, são ponderadas as repercussões do tombamento, seja a partir de considerações técnicas, seja a partir da análise dos valores apontados pela população (representada pela amostra coletada nos questionários). Na oportunidade, os dados coletados foram densamente trabalhados por meio de quadros, gráficos e mapas, de modo a fornecer subsídios para o posicionamento sobre a necessidade de ratificação ou rerratificação do tombamento ocorrido e para a exemplificação de uma operacionalização do método aplicado. Também neste capítulo são sintetizados alguns apontamentos que, de acordo com o trabalho realizado, foram considerados importantes para serem refletidos em futuros processos de patrimonialização de bens materiais. As recomendações foram agrupadas quanto à dinâmica do processo, quanto à seleção de bens e quanto aos instrumentos a serem utilizados.

Por fim, são propostas considerações finais, nas quais foram colocadas as principais reflexões resultantes deste trabalho, as dificuldades encontradas, implicações metodológicas dignas de maiores comentários, entre outras ponderações sobre a prática de preservação através do instrumento do tombamento.

2 AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO

A trajetória teórico-prática do campo da preservação do patrimônio urbano traz diversas pistas que possibilitam a compreensão e a valorização dos avanços já obtidos, assim como a projeção de novos desafios. Segundo CHOAY,[26] "o culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra".

2.1 A trajetória do mundo ocidental

Para se chegar ao entendimento atual do que constitui patrimônio no mundo ocidental, foi verificada, primeiro, a necessidade de preservar – manter um objeto para que ele pudesse continuar sendo usufruído. E esta "necessidade", em verdade, sempre respondeu a um interesse, fosse político, religioso, artístico, científico, ou outros. Riegl (2006) diferencia, inclusive, os monumentos que já nasceram com a intenção de perdurar ao longo dos anos daqueles que passaram a ser vistos como tal, por terem sido atribuídos a eles novos valores com o passar dos anos.

A influência das diferentes áreas do saber para a construção do discurso patrimonial foi, desde sempre, reveladora. Desde os humanistas (e suas contribuições, aos olhares de artistas, a partir das décadas de 1420 e 1430[27]) aos demais profissionais (incluindo historiadores) que ingressaram no campo institucional do patrimônio brasileiro na década de 1980[28], muitas trocas de conhecimento possibilitaram a complexa visão que se tem do patrimônio hoje. Elas foram sendo refletidas em diversos documentos e estudos realizados, e gradativamente sendo concretizadas por meio de instrumentos jurídicos e políticas públicas.

O acontecimento [talvez] mais emblemático do começo das ações (modernas e ocidentais) de proteção de patrimônio foi a Revolução Francesa (fim no século XVIII), quando

[26] CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. 3. Ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006, p. 12.
[27] CHOAY, Op. Cit. pp. 49-50.
[28] IPHAN, 2008, p. 53.

o novo Estado organiza, pela primeira vez, um aparelho administrativo para proceder ao recolhimento e inventário da produção artística herdada do clero e da nobreza: "o 'patrimônio nacional' foi a fórmula encontrada pelos burgueses para incitar a turba a um comportamento menos destrutivo e justificar a intervenção do Estado" (SANT'ANNA, 1995, p. 14). Foi a partir daí que teve início o processo de sedimentação das práticas preservacionistas em diversos países ocidentais, através da regulamentação legal da intervenção do Estado e da implantação de políticas que, com o passar do tempo, sofreram mudanças por se adaptarem aos interesses e pensamentos correntes de diferentes fases das sociedades.

Mas, acompanhando este processo, outro surgiu a partir da transformação do espaço urbano durante a Revolução Industrial (séc. XVIII-XIX). As formações citadinas antigas alcançaram sua identidade conceitual como patrimônio ao representarem um discurso de resistência às novas modalidades de urbanização, que se apoiavam, a princípio, no então novo conceito de saúde pública e nas demandas da industrialização para instrumentalizar um também novo poder disciplinar social (SANT'ANNA, 1995, p. 24). Tratou-se de um momento de profundas modificações que causaram uma "perturbação traumática do meio tradicional", bem como a "emergência de outras escalas viárias e parcelares"[29].

Neste panorama, Choay[30] apresenta alguns pensamentos que incrementaram a noção de patrimônio urbano histórico durante os séculos XIX e XX. Valores atribuídos à textura (malha) da cidade, bem como à arquitetura doméstica, passaram a considerar a malha urbana como um todo. Deste modo, ela (a malha) passou a exercer o papel de monumento histórico e, com isso, suas arquiteturas não deveriam ser modificadas para adaptarem-se aos novos usos, permanecendo intocadas[31]. O valor pedagógico também passa a ser atribuído à cidade antiga, seja por meio da identificação de uma qualidade estética em seus elementos morfológicos[32], seja pela concepção da cidade histórica como objeto museal ameaçado de desaparecer[33].

Merece destaque a obra do italiano G. Giovannonni (1873-1943), "que atribui simultaneamente um valor de uso e um valor museal aos conjuntos urbanos antigos, integrando-os numa concepção geral da organização do território"[34]. Segundo Choay, o autor "teria sido o primeiro a integrar a área urbana histórica numa concepção geral de planejamento territorial, a

[29] CHOAY, Op. Cit. p. 179.
[30] CHOAY, Op. Cit. pp. 179-180.
[31] Abordagem de John Ruskin.
[32] Abordagem de Camillo Sitte.
[33] Abordagem de Viollet-le-Duc.
[34] CHOAY, Ibid.

qual preconizava o equilíbrio entre as atividades urbanas e rurais a partir da sua estreita associação e do controle do crescimento urbano"[35].

De acordo com Junior (2008), em diversas publicações, a partir de 1913, Giovannoni "diferencia a *arquitetura maior* – os monumentos já reconhecidos àquela época, como igrejas, castelos, palácios, conventos e fortalezas – e a *arquitetura menor* – as casas e quarteirões que compõem o tecido urbano edificado das cidades antigas". Estas últimas teriam seu valor artístico e ambiental constituído pelo seu conjunto:

> Milhares de cidades e burgos da Itália [...] apresentam exemplos visíveis desta vida arquitetônica expressada nas obras menores e nos conjuntos edificados. Alguns destes exemplos, nos quais todo um núcleo urbano ou todo um bairro é monumento, do qual nenhum elemento poderia modificar-se sem alterar o caráter ambiental. [...] Eles fazem parte do mais amplo tema dos conjuntos irregularmente pitorescos nos quais o valor do ambiente e do todo espontaneamente composto é a própria essência da arquitetura (GIOVANNONI apud JUNIOR, 2008).

Além da integração do fragmento urbano antigo ao plano diretor local e do valor ambiental do monumento ao seu ambiente[36], também compõe a doutrina de conservação e restauração de Giovannonni a defesa de que "conjuntos urbanos antigos requerem procedimentos de preservação e de restauração análogos aos que foram definidos por Boito[37] para os monumentos"[38].

Na contramão de muitos estudos que consideravam o valor dos bens somente pela ótica erudita, vale destacar o trabalho de Aloïs Riegl (1858-1905), que estabeleceu princípios de proteção para os monumentos da Áustria. Ao contrário da concepção de valor adotada pela maioria dos países, ele não efetuou a classificação ou inventário dos monumentos existentes, mas promoveu uma discussão fenomenológica dos valores (por ele considerados mutáveis) que informaram a seleção dos bens que comporiam o patrimônio histórico, "mostrando que o culto ao passado parte de uma exigência cultural e artística do presente" (SANT'ANNA, 1995, p. 30).

Todos estes debates forneceram bases para experiências de tratamento conceitual e prático das áreas urbanas consideradas patrimônio. Cada avaliação dos prós e contras enfrentados pela adoção de determinadas teorias incrementou a formulação de novos desafios e diretrizes para transpô-los.

---

[35] CHOAY, Op. Cit. p. 28.
[36] Segundo notas de tradução de Kühl (2013, p. 94-95), ora o autor trabalha com a noção de ambiente como "contexto do monumento", ora como grupamentos de "arquitetura menor".
[37] Camillo Boito tornou central a questão da autenticidade da obra, adotando, como postura, um meio termo entre o intervencionismo de Viollet-le-Duc e o não intervencionismo radical de Ruskin. Ver Sant'Anna (1995, p.29).
[38] CHOAY, Op. Cit. pp. 200-201.

O conceito de "centro histórico" é exemplo disso. Configurado pela primeira vez na experiência de construção de um anel viário em Viena (século XIX), que dividia o núcleo antigo das áreas da cidade que atenderiam à então nova dinâmica urbana industrial, refletia a crença de ser impossível adaptar as áreas antigas às novas exigências sem que houvesse sua destruição (SANT'ANNA, 1995, pp. 58-59). Porém, com o passar do tempo, obras como a de Giovannonni contribuíram tanto para a superação desta mentalidade, quanto para o início do reconhecimento oficial do valor patrimonial das áreas urbanas[39].

Por outro lado, as contribuições de Giovannonni deram à centralidade um papel de destaque na década de 1960, que passou a reverberar no discurso preservacionista italiano por duas décadas[40]. A lei italiana de 1967, que já codificava a preservação dos centros históricos em termos de zoneamento urbano, vinculava, assim, patrimônio e centralidade[41].

E este papel da centralidade gerou a dicotomia centro-periferia, passando a representar novo desafio a ser superado: o critério de seleção dos centros históricos, à época, resumia-se aos assentamentos urbanos oriundos do período pré-industrial. Estes setores não podiam ser isolados da dinâmica da cidade, contudo, não possuíam estrutura para monopolizarem a centralidade das cidades modernas. Com isso, passou-se a buscar, primeiramente, alternativas de novas centralidades e, posteriormente, "o foco do debate sobre os centros históricos é a identificação do seu papel na estrutura urbana, saindo-se completamente do plano estético e cultural para o plano econômico e social"[42].

A preservação do centro histórico passa a ser vista como necessária para o bem da saúde econômica da cidade, dado o investimento de capital nele realizado (habitação, infraestrutura e serviços). Considerando que a carência de investimentos na habitação vinha constituindo um dos principais fatores que levavam à degradação dos centros históricos, a discussão para solução deste problema transbordou os limites da área central, direcionando-a para o patrimônio edificado existente, e passando a incluir, nos critérios de seleção, outros períodos de produções posteriores ao pré-industrial.

---

[39] De acordo com Sant'Anna (1995, pp. 59-60), este reconhecimento se deu somente por volta da década de 1930, juntamente à criação da legislação francesa de proteção de sítios e paisagens e à elaboração da Carta de Atenas, no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Esta Carta compõe, junto a outras de mesma natureza e às Recomendações internacionais, documentos "que representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos às vezes globais, outras vezes locais" (CURY, 2004, p. 07).

[40] SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Salvador: 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, p. 59.

[41] SANT'ANNA, Op. Cit., p. 60.

[42] SANT'ANNA, Op. Cit., p. 64.

Surge, então, a crítica ao conceito de centro histórico, dada a superação dos contextos que lhes deram origem e solidificação: se, em dado momento, ele foi construído sob uma ideia de vínculo entre patrimônio e centralidade, tal referência passou a ser relativizada com a criação de novas centralidades; se antes se limitava a uma demarcação do núcleo original (pré-industrial), gradativamente, foi sendo ampliado para abarcar outras produções posteriores, inclusive as existentes fora das áreas centrais. Assim, a permanência dessa terminologia passou a indicar uma deficiência metodológica[43].

Ademais, tal designação já não podia mais dar conta de todas as possibilidades de configuração de bens urbanos que foram sendo identificadas com o passar dos anos e com o avanço dos debates conceituais. Houve uma superação da noção inicial de "centro histórico", sendo substituída pela noção de cidade histórica e, depois, de patrimônio urbano (SANT'ANNA, 1995), conforme se verá adiante.

A Recomendação de Nairóbi de 1976 – segundo Meneguello (2005, p. 2) – foi a primeira carta patrimonial a adotar, claramente, a expressão "conjuntos" como terminologia mais abrangente, que incluiria todas as construções e espaços resultantes de assentamento humano, podendo ser distinguidos entre os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e os lugarejos, bem como os conjuntos monumentais homogêneos.

Junto aos debates conceituais, procederam-se indagações sobre os valores a serem preservados nas cidades históricas. A Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas, de 1986[44], defendia que, entre esses valores, estavam: a forma urbana (traçado e parcelamento); a relação entre espaços livres, verdes e construídos; a forma e o aspecto das edificações (interna e externamente, a partir de sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decorações); a relação com seu entorno (natural ou construído); e as vocações adquiridas pela cidade ao longo de sua história (CURY, 2004, p. 282). Vê-se, pois, que a ampliação deste leque que abarca o patrimônio passou a agregar tanto elementos naturais quanto construídos.

A Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972)[45] trouxe, em seus primeiros artigos, definições que distinguiram o patrimônio cultural do natural (CURY, 2004, pp. 178-179). Porém, duas décadas depois, a mesma entidade adotou um novo conceito na Lista do Patrimônio Mundial que quebraria esta dicotomia – o da *paisagem cultural*. De acordo com Rafael Ribeiro (2007), a partir de então, as concepções que reforçavam uma

[43] Sobre isso, ver o supcapítulo *A crítica ao conceito de Centro Histórico* (SANT'ANNA, 1995, pp. 65-69).
[44] Promovida pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS).
[45] Promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ocorreu em Paris.

suposta divisão conservadora que diferenciava os bens naturais (menos modificados pelo homem) e os culturais, foram superadas. Passou-se a "adotar a própria paisagem como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem" (RIBEIRO, 2007, p. 40), com foco na gestão desta relação de modo integrado, em um contexto amplo e visando contribuir para uma sociedade sustentável (FILHO, 2011, p. 5).

Figueiredo (2013), no entanto, questiona a efetividade desta categoria na dissolução das dicotomias natural/cultural e material/imaterial, inclusive pelo fato de que – segundo alega – a própria UNESCO ainda praticaria estas divisões. A autora cita, primeiramente, pesquisa realizada por Fowler, em 2003, sobre as paisagens culturais nos dez primeiros anos de vigência da categoria. Assim, embasa sua observação de que "as paisagens urbanas de cidades consideradas de grande porte, de fato, não tiveram espaço nesta categoria [...] por serem de difícil percepção, tanto do ponto de vista óptico e material, quanto social e imaterial". Outros fatores apresentados foram a dificuldade de os grandes centros urbanos apresentarem o fator da "excepcionalidade" exigido pela categoria, e uma suposta dominação da ideia de "intocabilidade" dos bens ainda presente nas instituições internacionais, incompatível como o tipo gestão de bens localizados em ambientes tão dinâmicos e complexos.

Segundo a autora, em decorrência dessas dificuldades, "há alguns anos, a UNESCO vem ameaçando a retirada de bens da Lista do Patrimônio Mundial em virtude de problemas de preservação e gestão"[46]. Assim ocorreu com a Paisagem Cultural do Vale do Elba, em Dresden, na Alemanha:

> O caso de Dresden foi tomado como exemplar, visto que o governo local desafiou a UNESCO quando resolveu consultar a população, através de um plebiscito, questionando sua preferência em construir a ponte e desafogar o tráfego ou permanecer com o título de Patrimônio Mundial. A população preferiu a ponte[47].

É nesse contexto, decorrente de eventos adversos e das dificuldades encontradas na apropriação efetiva do conceito de paisagem cultural, que Figueiredo situa a criação de uma nova abordagem pela UNESCO: a da "paisagem histórica urbana" (*Historic Urban Landscapes – HUL*). Esta seria entendida como uma "zona urbana resultante de uma estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que transcende a noção de 'conjunto' ou 'centro histórico' [...]". Assim, abarca todo o contexto urbano e seu entorno geográfico, ou seja, inclui outras escalas de leituras e elementos, como a topografia e as características naturais diversas, percepções visuais, aspectos imateriais, entre outros.

---

[46] FIGUEIREDO, Vanessa. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? **REVISTA PAISAGEM E AMBIENTE**: ENSAIOS, n. 32, SÃO PAULO, 2013, p. 108.
[47] FIGUEIREDO, Ibid.

Essa abordagem visa oferecer ferramentas para a gestão das transformações físicas e sociais, integrando as intervenções contemporâneas de modo harmônico com o patrimônio e seu entorno histórico, tais como: ferramentas de conhecimento e planejamento, sistemas normativos, ferramentas financeiras e de participação cidadã. Nesta última, defende-se não apenas a ampliação da representação de interlocutores, mas "conferir-lhes capacidade de atuação para que determinem os principais valores da sua zona urbana, elaborem uma visão que reflita sua diversidade, estabeleçam objetivos e acordem medidas para salvaguardar seu patrimônio e promover um desenvolvimento sustentável" (UNESCO, 2011).

Embora ainda não seja possível avaliar a eficiência das proposições desta abordagem – com base em resultados concretos de cidades que tenham sido eleitas para a aplicação de seus instrumentos –, considera-se aqui válidas as reflexões e induções à mudança de postura que traz. A importância que atribui ao planejamento de modo mais integrado, ao respeito da natural dinamicidade dos conjuntos urbanos e à inclusão da sociedade nos processos de patrimonialização é considerada de grande valia para guiar a atuação preservacionista contemporânea.

2.2 A trajetória brasileira

Embora, no Brasil, tenha havido registros de iniciativas de preservação de monumentos históricos desde o século XVIII, e o campo do patrimônio tenha começado a ganhar mais vulto no final da década de 1910 por motivo da evasão de bens e obras de arte para outros países[48], é somente na década de 1920, com as discussões oriundas do Movimento Moderno, que a preservação ganha cada vez mais força no país.

De acordo com Miranda (2014, p. 4), "o Decreto n. 22.928, de 12 de julho de 1933, inaugurou a proteção do patrimônio cultural brasileiro mediante a criação da figura do Monumento Nacional", representada pela cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais.

A *função social da propriedade*, que só apareceu explicitamente na Constituição Federal de 1967 (GASPARINI, 2005, p. 34), teve sua essência inicialmente construída já nestas primeiras décadas do século XX[49]. Pode-se dizer que sua institucionalização veio desde a Constituição de 1934 (ratificada e ampliada na Constituição de 1937), a qual imputava, no seu

[48] Sobre isso ver o capítulo de Antecedentes, em MEC-SPHAN/Pró-Memória (1980).
[49] Cf. Sant'Anna (1995, p. 3).

art. 148, competência aos seus entes federados para "[...] proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País [...]" (RABELLO, 2009, p. 30).

Tal avanço político-jurídico teve como contexto favorável o Estado Novo, caracterizado "pelo crescimento do próprio aparelho, pela centralização da administração e pela intervenção em vários setores da economia e da sociedade" (SANT'ANNA, 1995, p. 76). Nesse contexto é perceptível o poder simbólico exercido pelo Estado sobre a sociedade, no qual o primeiro, mediante argumentos de defesa de uma identidade nacional, inicia oficialmente as políticas públicas destinadas à preservação do patrimônio histórico e artístico; e o segundo, reproduz tais crenças, a que se fazem sujeitos.

Assim, foi promulgada a Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, que modificou a estrutura do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e nela criou a primeira instituição voltada para a preservação do patrimônio no Brasil. [50] Trata-se da autarquia federal que tem sido, desde então, a responsável por coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro: o antigo SPHAN.

Conforme exposto, a Constituição de 1937 ratificou as disposições de proteção do patrimônio estabelecidas em 1934. Logo em seguida à sua promulgação foi instituído o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (DL 25/37) e, com isso, criado o mais conhecido instituto jurídico de preservação brasileiro: o Tombamento. Este instrumento tem por escopo a proteção ao patrimônio histórico, artístico ou cultural brasileiro, através da imposição de restrições parciais aos proprietários dos bens considerados de interesse público, de modo a que estes tenham resguardados os valores a eles atribuídos no momento do tombamento. Isto acarreta a relativização dos direitos de uso, gozo e disposição referentes ao direito de propriedade (GASPARINI, 2005).

Dentro deste papel de coordenadora dos processos de preservação do patrimônio brasileiro, a autarquia passou por diferentes períodos, cujas práticas (técnicas e políticas) refletiram mudanças de conceitos ao longo dos anos, assim como mecanismos de poder e de resistência. Conforme lembra José Reginaldo Gonçalves (2002, p. 39), "de acordo com as narrativas de que fazem uso, o objeto de suas preocupações e atividades, o patrimônio e o papel das instituições a ele associadas são diferentemente concebidos".

Em seus trabalhos, Sant'Anna (1995; 2004) faz o registro da trajetória do campo do patrimônio no cenário brasileiro. Da criação do então SPHAN à década de 1990, a autora identifica três grandes categorias que traduzem os valores preponderantes nas operações de

[50] BRASIL, 1937.

seleção, salvaguarda e conservação do patrimônio urbano: cidade-monumento, cidade-documento e cidade-atração.

É importante frisar, entretanto, que essas diferentes fases pelas quais a área urbana-patrimônio passou não são, obrigatoriamente, excludentes entre si. De fato, o que se percebe é que resquícios de uma fase permanecem em outras, como formas de resistência ou de estranheza em relação aos novos discursos; ou ainda, devido à amarração das estruturas de regulamentação estatal e/ou à acomodação em relação às práticas tradicionais de preservação.

Na gestão do primeiro diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, a narrativa formulada nas três primeiras décadas do órgão visava ao convencimento da população sobre a existência e a necessidade de valorização e de preservação de um patrimônio histórico e artístico brasileiro. Esta foi uma fase fortemente atrelada ao contexto político do Estado Novo, quando houve uma intensa ação estatal, centralizada e restrita ao plano federal, sendo o patrimônio utilizado estrategicamente para a construção de uma identidade nacional e para a valorização de uma arte genuinamente brasileira. Assim, os critérios para seleção de bens "ainda estavam muito atrelados ao espírito modernista de busca pela arte 'puramente brasileira'" (BIONDO et al, 2014, p. 114).

Neste contexto, as cidades mineiras tiveram destaque, pois se enquadravam na visão de um patrimônio nacional concebido como um "monumento artístico, uma obra de arte acabada, que deveria ser preservada como tal"[51]. Assim, "a cidade-patrimônio era correntemente denominada de '**cidade-monumento**' e as operações de conservação eram realizadas com vistas a reforçar uma unidade estética vinculada ao que os intelectuais modernistas que fundaram o SPHAN concebiam como valor artístico"[52]. Para tanto, aplicavam-se regras rígidas e mantinham-se representações fiscalizatórias nas principais cidades[53].

Em correspondência de Rodrigo M. F. de Andrade para Jair Brandão Costa, representante do SPHAN em Diamantina-MG (em 1941), o então presidente do SPHAN aponta qual o entendimento que tinha dos monumentos enquanto conjunto:

> [...] O que constitui monumento, pelo seu excepcional valor histórico e artístico, nos aludidos casos, não é nenhum dos edifícios considerado em si mesmo, isoladamente, mas a sua coexistência, a sua conservação em conjunto, formando um todo que, por isso mesmo, assume feição urbanística e arquitetônica de valor inestimável, tanto do ponto de vista puramente histórico, como do histórico-artístico. É **esse conjunto** que

[51] SANT'ANNA, Marcia. **A cidade-atração**: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2004, p. 27.
[52] SANT'ANNA, Ibid., grifo nosso.
[53] SANT'ANNA, Ibid.

> importa preservar, no seu todo, pois **empresta às cidades, que ainda apresentam essa documentação viva da sua formação e desenvolvimento originários, a sua fisionomia peculiar** [...] (SANT'ANNA, 1995, p. 138, grifo nosso).

Vale salientar que, neste momento, o discurso do patrimônio representou a articulação de mecanismos de poder em prol do afastamento dos bens culturais da dinâmica de transformação urbana (que tomou ainda mais força a partir da década de 50, com a ampliação do processo de industrialização). Mas, ao serem poupados, muitos destes bens foram desvalorizados ou abandonados (SANT'ANNA, 2004, p. 27).

Segundo Lia Motta (2000), a partir da década de 1960, os termos cidade e *cidade monumento* foram substituídos pelo termo *sítio urbano,* passando a designar um trecho da cidade que se admite que cresça, e a partir do qual se incorporam valores mais amplos, acompanhados dos conceitos de entorno e ambiência, e da utilização social dos monumentos. O termo foi utilizado, por Rodrigo M. F. de Andrade, em texto sobre a conservação de conjuntos urbanos, publicado em 1968 na revista da UNESCO (MOTTA, 1987, p. 117)[54]. Segundo Guimaraens (2012), "para justificar a conservação dos sítios urbanos, Rodrigo inicia o texto conceituando-os ao afirmar que estes constituíam 'criação notável e representativa da vida e da organização social de um povo, em determinada fase de sua evolução'", reiterando as disposições por ele efetuadas na supracitada correspondência ao representante do IPHAN em Diamantina-MG, décadas antes.

Com a entrada de um novo gestor no IPHAN, Renato Soeiro (1967-1979), "os tombamentos, que antes se limitavam aos monumentos isolados, passaram a dirigir-se mais para a preservação de conjuntos – embora ainda sob o viés de valoração essencialmente estético-histórica" (BIONDO et al, 2014, p. 114).

> Foi também durante esta administração que se assistiu ao começo da intenção em conciliar a preservação dos valores tradicionais com o desenvolvimento econômico das regiões, a partir da qual se buscou fomentar o potencial turístico cultural e se iniciou grandes projetos de investimento público no setor (MEC-SPHAN/Pró-Memória, 1980 apud BIONDO et al, 2014, p. 114).

Foi durante a atuação de Soeiro, a princípios da década de 1970, que teve início o segundo momento da trajetória da preservação urbana no Brasil, quando o dispositivo de patrimônio se adaptou para corrigir o efeito indesejado da desvalorização do patrimônio, e se transformou, criando para este uma mais-valia (SANT'ANNA, 1995, pp. 27-28). É uma fase marcada pelo aproveitamento econômico do patrimônio, que começa nesta década e se estende (embora com menos força) até a década seguinte.

---

[54] Trata-se do texto "Conservação de conjuntos urbanos", que foi também publicado no *Jornal do Brasil*, em maio de 1970 (GUIMARAENS, 2012).

Com as pressões por crescimento urbano decorrentes do chamado "milagre econômico brasileiro", o IPHAN passou a compartilhar a gestão do patrimônio com instituições estaduais[55], e integrou o patrimônio a políticas de desenvolvimento econômico, visando ao seu aproveitamento econômico através do turismo. Este, por sua vez, passou a ser incorporado como um fator de valorização e promoção dos bens nas operações de seleção, revertendo o processo de desvalorização e abandono que estes bens sofreram durante o processo de industrialização. Foi quando se investiu, pela primeira vez, em campanhas publicitárias para divulgação das cidades-patrimônio como lugares turísticos, levando ao surgimento da cidade-monumento como uma atração[56] (SANT'ANNA, 2004, p. 28).

É nesse contexto que, em janeiro de 1973, foi nomeado Grupo Interministerial para efetivar estudos sobre a situação do patrimônio histórico do Nordeste, de modo a atender, por meio da utilização e salvaguarda dos bens históricos, a um dos principais objetivos do governo: "a geração de renda no Nordeste, como fruto dos benefícios esperados do incremento de diversas atividades sócio-econômicas [sic]" (MEC-SPHAN/PRÓMEMÓRIA, 1980, p. 21).

Surge, assim, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH), a partir do qual se "discutiu a relação desenvolvimento econômico e preservação do patrimônio" (CORREA, 2012, p. 18), propondo o aproveitamento deste através do fomento ao turismo. Previa o esforço integrado dos três níveis do poder público e o estabelecimento de uma política de preservação que "superasse a falta de estrutura administrativa do IPHAN" (SANT'ANNA, 1995, p. 155).

Cientes de que o problema da conservação das cidades históricas não seria resolvido somente pelo viés turístico, a partir de 1979 novas mudanças ocorreram, e o programa passou a ter como objetivo principal o desenvolvimento "de um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas que objetivam identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar bens do patrimônio cultural brasileiro, **propiciando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e uso adequado desses bens**", passando

[55] Neste período foi induzida a criação de órgãos estaduais de preservação, sobretudo com a realização dos Compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971). Porém, de acordo com Sant'Anna (2004, p. 28), "embora as operações de conservação tenham sido, em grande parte, descentralizadas, suas regras continuaram emanando da instituição federal".

[56] Segundo Sant'Anna, a ideia da cidade como atração turística surge aí, mas neste momento (anos 70) ainda não se configura a cidade-atração. Ao invés dele, a autora adotou o termo cidade-histórica, como referência à maneira como o programa de desenvolvimento do turismo ligado ao patrimônio (Programa de Cidades Históricas) as denominou.

a se constituir não mais como um programa de desenvolvimento somente regional, mas nacional (SANT'ANNA, 1995, p. 165, grifo nosso).

Foi neste momento, por exemplo, que foram apoiados: elaborações de planos urbanos para núcleos históricos; incentivo às atividades culturais locais; formação de recursos humanos; e incentivo à pesquisa de bens culturais (SANT'ANNA, 1995, pp. 165-166). Deflagra-se, aqui, uma primeira tentativa de aproximação do IPHAN com a sociedade. Porém, certamente ainda de maneira tímida, dado que o contexto político à época era da Ditadura Militar (1964-1985).

Paralelamente à gestão de Renato Soeiro foi criado, em 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), por iniciativa do Ministério da Indústria e Comércio, em cooperação com a Universidade de Brasília (UnB). O CNRC se propunha um "sistema referencial básico a ser empregado na descrição e na análise da dinâmica cultural brasileira" (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 23). De acordo com Oliveira e Amaral (2015):

> O CNRC promoveu levantamentos socioculturais, inventários de padrões de tecelagem manual e de trançado indígena, debates sobre a questão da propriedade intelectual de processos culturais coletivos, a discussão sobre legislação e políticas públicas sobre produtos artesanais e programas de fomento à atividade. Essa movimentação ao longo dos anos produziu a ampliação da concepção sobre os patrimônios e bens culturais e a complexidade da atuação do Estado na sua proteção. É neste contexto de ampliação conceitual e política que, em 1985, o IPHAN tombou a Serra da Barriga, em Alagoas, onde se localizaram os quilombos de Palmares e, em 1986, foi tombado o Terreiro da Casa Branca, na Bahia, um dos mais importantes e antigos do candomblé.

Ao trabalhar na perspectiva das referências culturais, deslocou-se o foco da valoração do patrimônio mediante atributos meramente estéticos e estilísticos, passando-se a exercer uma nova postura em relação à noção de patrimônio cultural: de atribuição de valor pautada nos sentidos sociais, fruto de uma reconfiguração das relações poder, especialmente, no que toca ao papel dos novos saberes:

> Levada às últimas consequências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional, etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de 'patrimônios culturais', legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. Relativizando o critério do saber, chamava-se a atenção para o papel do poder (FONSECA, 2000, pp. 11).

Conforme lembram Oliveira e Amaral (2015), esta perspectiva, que enfatiza a diversidade cultural do país, bem como os avanços concretos obtidos – como os tombamentos ocorridos em 1985 e 1986 –, somaram-se, posteriormente, "a uma efetiva articulação dos movimentos sociais ao longo do processo de redemocratização do país", gerando contribuições significativas para a Constituição Federal de 1988, promulgada anos depois.

Apesar do salto positivo dado com a implantação do CNRC, no final da década de 1970, a prática elitista e centralizada no IPHAN no âmbito do patrimônio material foi criticada, representando uma resistência a este exercício do poder[57]. Vários projetos de lei buscaram influir nas práticas de seleção dos bens, buscando transferir a competência de determinar o tombamento ao poder legislativo (SANT'ANNA, 1995, pp. 108-109).

Aloísio Magalhães, que estivera à frente do CNRC, passou a dirigir o IPHAN em 1979, constituindo o primeiro diretor que vai levar a participação social ao plano político. A partir da década de 1980, houve uma fase de grande produção discursiva sobre as práticas preservacionistas e a revisão do que seria valor histórico trouxe transformações para o campo: por um lado, houve estímulo à inserção social nas políticas educacionais voltadas ao patrimônio[58]; por outro, a seleção das áreas constituídas como patrimônio passou a abarcar não apenas monumentos artísticos, mas os bens que constituíssem documentos representativos dos processos históricos, econômicos e sociais de produção do espaço urbano.

> A grande mudança na prática de seleção ocorre na década de 80. [...] De cidade-monumento, relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira foi capaz de construir, a área urbana-patrimônio passa a cidade-documento, objeto rico em informações sobre a vida e a organização social do povo brasileiro nas várias fases da sua história [...] (SANT'ANNA, 1995, p. 209[59]).

É neste segundo momento da trajetória da preservação no Brasil que se estabelece uma nova visão sobre a cidade-patrimônio: a de **cidade-documento**, cuja importância não era mais conferida somente por um ideal de unidade estética ou por determinado conjunto de atrativos turísticos, mas pela capacidade dos objetos de concentrarem, em si, informações históricas (SANT'ANNA, 2004, p. 29).

Neste período, respondendo às demandas econômicas (falta de investimentos públicos significativos para a execução de programas de preservação), sociais e políticas (reinvindicações motivadas pelo processo de redemocratização vivido no país, seja das minorias, que requeriam seu lugar na história social, seja dos segmentos médios, que lutavam por uma política de desenvolvimento urbano sustentável), foi favorecida a apropriação do patrimônio como instrumento de política urbana, de construção de cidadania e de afirmação

---

[57] Retomando o conceito de antidisciplina, de Certeau.

[58] Vide "Projeto Interação", registrado no documento "Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC" (1981), que "tinha como finalidade desenvolver 'ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade'" (BRANDÃO, 1996, p. 293 apud IPHAN, 2014, p. 8). De acordo com Cecília Londres Fonseca (2012, p. 19), tal projeto teve como inspiração as ideias de Aloísio Magalhães, que tinha como frase consagrada "a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio".

[59] De acordo com a autora, um marco dessa nova conceituação da área urbana-patrimônio é a Informação nª 135/86, de 18/09/86, de autoria do arquiteto Luiz Fernando P. N. Franco. (SANT'ANNA, 1995, p. 209).

social. Tais forças reorganizaram novamente as estratégias e discursos em torno do patrimônio, "promovendo uma ampliação conceitual, temática e tipológica do seu universo de bens, assim como do seu campo institucional, o qual passou, a partir desse momento, a incluir associações civis" (SANT'ANNA, 2004, p. 29). Vale salientar, porém, que isso não massificou o fenômeno da preservação, permanecendo sua prática ainda "essencialmente estatal ou restrita a nichos bem delimitados e engajados da sociedade civil"[60].

Oficializado em 1985, o Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos (PRRNH), teve como destaque no seu discurso a preservação urbana e a participação da comunidade, sendo esta considerada um princípio metodológico a nortear as intervenções (SANT'ANNA, 1995, pp. 190; 192). Para tanto, buscou-se linhas de crédito junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH), mas o programa nunca foi efetivamente implantado. Isto porque, "embora [o PRRNH] fosse um programa interessante e afinado com as mais recentes recomendações internacionais, a SPHAN não deu a ele o devido apoio, nem o grupo responsável por sua execução estava, aparentemente, articulado politicamente para conseguir sua continuidade" (SANT'ANNA, 1995, p. 197).

Em 1987, ocorreu o 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, no qual foi redigida a Carta de Petrópolis. Nele foram debatidas as questões relativas a duas temáticas aqui destacadas.

A primeira é referente à ampliação da importância da participação social nos processos relacionados ao patrimônio, seguindo as tendências apresentadas nesta década. De acordo com a supracitada carta, o inventário é considerado instrumento básico de conhecimento da área a ser protegida, e para sua realização é recomendada a participação da comunidade porque ela "proporciona não apenas a obtenção do conhecimento do valor por ela atribuído ao patrimônio, mas também, o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio" (BRASIL; IPHAN, 1987).

A segunda questão destacada, apontada por Meneguello[61], é a da centralidade (e, com isso, o conceito de centro histórico[62]). No evento, foi cunhado o conceito Sítio Histórico Urbano (SHU), cujo qualificativo "histórico" não ensejou atribuir somente a esta área tal valor – como

[60] SANT'ANNA, Ibid.
[61] MENEGUELLO, Cristina. O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos. In: Patrimônio: **Revista Eletrônica do IPHAN**, v. 1, Campinas, SP, BRASIL, 2005, p. 3.
[62] Até o ano de sua pesquisa, Meneguello (2005, p. 3) afirma que no Brasil "a expressão 'conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico' é utilizada apenas para os casos de São Luís do Maranhão, Diamantina e Goiás". Porém, segundo lista atualizada do IPHAN, surgiram outros casos: João Pessoa-PB (2009), Antonina-PR, Manaus-AM e Natal (2010). Fonte: IPHAN, 2015b.

se as demais áreas da cidade também não fossem históricas –, mas intencionou dar ênfase aos espaços críticos detentores de maior significância. Tal adoção considerava a polifuncionalidade inerente a estas áreas[63], frisando, contudo, a importância da permanência no SHU das populações residentes e das atividades tradicionais compatíveis com sua ambiência[64].

Este tipo de pensamento – de envolvimento da população – se coadunava com o quadro político e social da época. Conforme registra Siviero (2014, pp. 25-26), fenômenos políticos e sociais que almejavam a construção e solidificação de uma sociedade cada vez mais democrática já se projetavam a partir de meados da década de 1980. Exemplos disso, no âmbito do Estado, foram as experiências de orçamento participativo[65] e os fóruns temáticos regionais e nacionais.

No ano seguinte ao Seminário supracitado, foi promulgada a atual Constituição Federal (CF 88). Conforme colocado anteriormente, os avanços obtidos a partir das ações do CNRC e dos movimentos sociais organizados permitiu o registro, neste documento, de avanços no pensamento preservacionista. Um deles foi a ampliação do rol de bens que constituem o patrimônio nacional: antes limitado a bens materiais, passa a incluir aqueles de natureza imaterial.

Porém, para Meneses (2009, p. 33), o maior avanço teria sido o "deslocamento da matriz de valoração" dos bens a serem considerados patrimônios. Isto porque segundo o Decreto-Lei 25/1937 – que, por muitos anos, regulamentou que a seleção dos bens –, cabia somente ao órgão competente (IPHAN) fazê-lo. Já com a escrita trazida pela nova CF 88, é da população que deve emanar esta valoração. Busca-se, deste modo, uma gradativa mudança do processo vertical de construção do patrimônio para adotar um procedimento mais horizontal, participativo e coletivamente construído.

> Nessa perspectiva, a política do patrimônio cultural deixa de ser um instrumento de constituição e preservação de monumentos históricos nacionais e passa a ser encarada como instrumento político de reconhecimento e afirmação da existência social de distintos e heterogêneos grupos sociais (por meio da atribuição de valores às suas referências culturais materiais ou imateriais). Trata-se, portanto, de uma política pública que interfere diretamente na esfera pública e privada da sociedade brasileira, gerando conflitos e tensões político-sociais diversos ou interferindo neles (SIVIERO, 2014, p. 15).

[63] MENEGUELLO, Ibid.
[64] MENEGUELLO, Op. Cit., p. 4.
[65] Vêm sendo registradas diversas experiências de Orçamento Participativo desde 1989. Segundo Souza (2004 apud BATISTA; SILVA, 20--) esta foi a prática de ampliação da participação popular mais consistente no Brasil, havendo de fato uma significativa delegação de poder decisório à população.

Tal visão é base para o entendimento dos acontecimentos que subsidiaram discursos como o apregoado por Muñoz Viñas (2005), que vem apontando a necessidade de inclusão de novos atores sociais na prática da conservação contemporânea, compartilhando o poder de decisão – que antes cabia somente aos experts – com outros agentes da sociedade.

A partir deste cenário, o valor atribuído aos bens materiais passa a estar correlacionado a outro valor correlato, imaterial, que dá vida a esses patrimônios. Esta tendência de uma maior relação entre materialidade e imaterialidade foi apontada por Maria Garzedin (2011), que aborda, inclusive, o papel sociocultural e econômico que os espaços livres (públicos e privados) exercem, uma vez que são palco de várias formas de apropriação pela sociedade, de maneira a cumprir seu caráter ativo, interagindo com diferentes usos, fatos históricos, e outras práticas culturais.

> Considerando essa interação entre as duas dimensões, ao pensar o centro histórico é possível afirmar que este não se conforma somente pela configuração material dos elementos que o compõe – edifícios, ruas, praças, mas também pelos usos e sentidos atribuídos por seus usuários, que configuram relações sociais que ali se estabelecem e imprimem a esse espaço urbano outros valores, tão importantes quanto o histórico, o artístico, o arquitetônico. Ao ver o centro histórico não somente como um espaço delimitado em um perímetro que contém os elementos mais representativos arquitetônicos, históricos e paisagísticos, é interessante compreender que tais usos e sentidos são os aspectos que costuram conexões com outras partes da cidade, com outras realidades e com outras temporalidades; materializam relações de poder que dão ao espaço um caráter político (onde se estabelecem discussões); e permitem a compreensão da relação entre os componentes materiais e subjetivos do espaço urbano (NARDI; CASTELLS, 2010, p. 7).

Contudo, é preciso salientar que a apropriação desses novos discursos não ocorre de maneira instantânea nem uniforme pelo território. O próprio IPHAN possui diversas unidades descentralizadas que, embora vinculadas a uma gestão central, são submetidas a diferentes contextos locais (sociais, econômicos e políticos) e compostas por técnicos que possuem visões conflitantes entre si.

O terceiro e último momento apontado, referente aos anos 1990, teve como contexto sócio-político-cultural a ocorrência de uma onda de "requalificações urbanas", executada pelo poder público em áreas centrais (incluindo a Ribeira, em Natal). Tais ações produziram espaços de turismo e lazer, promovendo as cidades contempladas no nível nacional. A ocorrência de Programas pelo governo federal trouxe novos atores para o cenário preservacionista, incluindo as instâncias locais[66], as agências financeiras nacionais e multilaterais (Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID) e os parceiros internacionais, como a UNESCO e

[66] Nos anos 90 as operações de patrimonialização efetivaram-se, finalmente, nos planos regional e estadual.

o governo Francês, que foram fontes de financiamentos e ganharam destaque na cena patrimonial (SANT'ANNA, 2004, pp. 30-31). Em sua pesquisa, Sant'Anna (2004, p. 30) considerou que tais ações poderiam significar indícios de que no Brasil talvez estivesse havendo uma tendência para implantação, com suas peculiaridades, da lógica de produção e gestão urbana que tivera grande repercussão na década anterior em cidades europeias e norte-americanas, nas quais o patrimônio foi estrategicamente acionado para a captação de diferenciais de identidade, possibilitando dinâmicas específicas de atividades e valorização imobiliária.

> Nas últimas décadas do século XX, a função econômica do patrimônio, presente desde sua constituição, prevaleceu, finalmente, sobre as de conhecimento, formação e coesão social que também o integram. Setores e bairros antigos, até há pouco tempo abandonados, se tornaram importantes fronteiras de reprodução do capital imobiliário, e o patrimônio um instrumento-chave de estratégias de valorização do solo urbano (SANT'ANNA, 2004, p. 20).

Para a autora, tais intervenções e programas revelaram que, nesta fase, o sítio urbano declarado patrimônio crescentemente adquiria a função de atrair (inclusive investimentos externos), tornando-se um importante recurso para a economia urbana e um instrumento promocional de grande força e apelo. "Os anos 90, mostravam, que, após ter sido apropriada como monumento da arte nacional e documento da nossa formação histórica e urbana, a cidade-patrimônio firmava-se, após o breve ensaio dos anos 70[67], como **cidade-atração**" (SANT'ANNA, 2004, p. 31, grifo nosso).

Porém, como alerta Sant'Anna, apesar dos investimentos maciços e das inúmeras vantagens e incentivos oferecidos para investimento em recuperação e conservação do patrimônio, ocorridos a partir das ações surgidas nesta última década do século XX, a resposta do setor privado ficou aquém das expectativas pela ausência de um mercado consumidor significativo para este nicho[68]. Apesar do relativo fracasso, a partir daí foi possível a abertura do campo para "objetivos de maior alcance social, como o provimento de unidades habitacionais para rendas médias e baixas [...]"[69].

Paralelamente, é válido registrar que a participação da sociedade nos processos de patrimonialização deste período (através de organizações não governamentais, associações civis ou movimentos sociais), embora tenha sido fraca se comparada com os anos 1980, teve alguma representatividade em São Paulo, a partir de grupos que reivindicavam interesses

[67] Tais reflexos, embora solidificados na década de 90, inseriam-se num processo maior ocorrido desde o final da década de 60 (SANT'ANNA, Op. Cit., p. 338).
[68] SANT'ANNA, Op. Cit., p. 339.
[69] SANT'ANNA, Ibid.

imobiliários ou sociais (incluindo camadas populares). Tais fatores favoreceram a transição para uma nova prática patrimonial, suscitando novo embate de forças que vem, crescentemente, reforçando a necessidade de uso do patrimônio como instrumento de política urbana e desenvolvimento social[70].

Buscando ferramentas metodológicas, conceituais e de gestão para embasar esse aumento da complexidade e das amplas possibilidades de leitura da cidade sob a ótica preservacionista, o IPHAN passou a adotar estratégias cada vez mais interdisciplinares desde a virada do século XXI. Exemplos delas foram o Decreto nº 3.551/2000[71] e o chamado INRC:

> Paralelamente às discussões que culminaram na promulgação do Decreto nº 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial como patrimônio cultural brasileiro, o IPHAN empreendeu a elaboração de uma metodologia que fosse adequada à identificação e produção de conhecimento sobre bens culturais, agora segundo a noção de referência cultural e a concepção de patrimônio em vigor com a Constituição Federal de 1988. É nesse panorama que se encaixa o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) (OLIVEIRA; AMARAL, 2015).

Trabalhando com o conceito de Referência Cultural, o INRC pretendeu uma superação da divisão material e imaterial. Trouxe, inclusive, o conceito de *lugar*, que trata das complexas relações existentes entre estruturas físicas e valores culturais. Segundo o INRC, Lugares são "[...] espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas [...] tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais" que, do ponto de vista arquitetônico, "podem ser identificados e delimitados pelos marcos e trajetos desenvolvidos pela população nas atividades que lhes são próprias" (IPHAN, 2000, pp. 31-32).

Porém, conforme apontam Oliveira e Amaral (2015), a prática não tem demonstrado uma apropriação efetiva deste conceito de referência cultural no âmbito da seleção de bens materiais. Do ponto de vista da aplicação do INCR, numa análise das pesquisas ocorridas entre 2008 e 2014, das 56 concluídas, houve apenas um tombamento como decorrência da aplicação desta metodologia (IPHAN, 2015a apud OLIVEIRA; AMARAL, 2015). Do ponto de vista da sua aplicação nos estudos para tombamento de centros históricos, um questionamento é salutar: "quantos, dos 80 processos de Tombamento solicitados e deferidos entre 2006 e 2014 (IPHAN, 2015a, p. 18), consideraram em suas análises, a despeito da metodologia empregada, um levantamento da significação e valores atribuídos a estes bens para a população que os vivencia?" (OLIVEIRA; AMARAL, 2015).

---

[70] SANT'ANNA, Op. Cit., p. 340.

[71] De acordo com Miranda (2014, p. 21), este decreto é o que regulamenta a proteção de bens imateriais, tais como tradições, modos de fazer, de se expressar, etc. Contudo, adverte que a tutela desses bens também pode ocorrer por meio de decisão do Poder Judiciário (por meio de ação civil pública ou de ação popular).

Paralelamente, outro avanço importante foi criado, este relacionado à gestão do solo, como um todo: o Estatuto da Cidade. Publicado através da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta os arts. 182 e 183 da CF 88 e estabelece diretrizes gerais de uma política urbana que "tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana" (BRASIL, 2001). Por meio desse documento, foram disponibilizados diversos instrumentos potenciais para efetuarem uma parceria entre o planejamento urbano e as estratégias voltadas à preservação do patrimônio. No entanto, vale ressaltar que a eficácia destes sempre depende dos atores que os conduzem.

A chegada desses instrumentos se somou à daqueles surgidos a partir da Constituição Cidadã (que promoveram o incremento da participação popular na construção orçamentária), traduzindo um crescente cenário de democratização das políticas públicas. Contudo, deve-se frisar que a ampliação de atores nessas ações leva a uma complexificação do processo e a um aumento de conflitos. Com isso, convém analisar com cuidado as contribuições que algumas práticas vêm demonstrando na temática da negociação entre diversos grupos.

É o caso, por exemplo, dos métodos que vêm sendo empregados para incorporar a participação da sociedade civil qualitativamente em todas as etapas das ações de reabilitação. "Assim como indicado na metodologia de elaboração do Plano Diretor, propõe-se um diálogo permanente entre os estudos e levantamentos técnicos (leitura técnica da cidade) e a leitura da realidade cotidiana para a construção de um conhecimento significativo sobre a área"[72]. São exemplos de ações/instrumentos para essa prática: apoio às organizações comunitárias, mobilização de atores sociais, estímulo à participação via Conselhos Municipais – por meio da organização de assembleias gerais e periódicas, bem como de reuniões específicas com setores da sociedade civil organizada – e, principalmente, a representação social via Núcleo Gestor, incluindo a instalação de escritório ou ponto de referência que promova a articulação entre lideranças locais.

Outra ferramenta é a "Matriz de Compatibilidades e Conflitos"[73], também utilizada em planos de reabilitação urbana. Segundo material de apoio elaborado no âmbito do Ministério

[72] BRASIL, 20--b.

[73] A construção dessa ferramenta se dá a partir do estabelecimento de ações previstas para determinado cenário (Exemplo: Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Confins-MG, conforme modelo disponibilizado no Apêndice D), que são descritas sequencialmente em linhas e numeradas para identificação. Em seguida, os números identificadores são colocados em colunas também sequenciais, de modo a se efetuar o cruzamento de uma ação com as demais (representadas pelos números). Assim, é apontado (por legenda de cores) o nível de compatibilidade entre ações, verificando desde as que traduzem uma potencialidade (por coexistirem perfeitamente) às que representam conflitos.

das Cidades[74], "[...] é um método de análise de cenário (uma rua, uma praça, bairro) ou de áreas temáticas (segurança, habitação) usado como meio de se organizar as informações obtidas pelo diagnóstico do Plano de Reabilitação com o objetivo de extrair diretrizes".

Neste sentido e, considerando a supracitada tendência de ampliação da participação social nas políticas públicas, vislumbra-se a possibilidade de se trabalharem ações voltadas à gestão do patrimônio de modo similar, de maneira a sistematizar "as oportunidades ou pontos positivos, bem como as fraquezas ou pontos negativos que, inter-relacionados, levarão à construção das proposições e diretrizes [...]" que atendam aos estudos técnicos, como também às visões da realidade vivida pela população.

Especificamente no âmbito do patrimônio, uma ferramenta que tem buscado essa ligação entre IPHAN e sociedade é o Projeto das "Casas do Patrimônio", surgido em 2007. Segundo Biondo e Oliveira[75], o objetivo do projeto é o estabelecimento de "uma nova forma de relacionamento institucional com a sociedade civil", que envolveria a articulação de agentes e espaços em prol da valorização do Patrimônio Cultural, "de acordo com uma perspectiva transversal e dialógica, entre o órgão, a sociedade civil e os poderes públicos locais"[76].

Para Siviero (2014), no contexto atual, é possível a interação social através da participação social em todo o processo de preservação do patrimônio cultural urbano – incluindo-se aí desde as etapas do tombamento às ações e intervenções preservacionistas. Assim, a aplicabilidade desta política no âmbito do patrimônio material reside na possibilidade de garantir que os bens culturais sejam constituídos "**pela complexa e conflituosa arena político-social local** que, ao mesmo tempo, os representa e compõe" (SIVIERO, 2014, p. 16, grifo nosso).

Porém, conforme atentam Biondo e Oliveira, embora o Projeto das "Casas do Patrimônio" seja uma ferramenta que, "uma vez consolidada, poderia contribuir para uma efetiva articulação entre as atividades institucionais e as vozes e percepções da sociedade civil em geral, promovendo a cidadania cultural", ainda é muito cedo para analisar a eficácia deste instrumento quanto às suas proposições[77].

---

[74] BRASIL, 20--a.
[75] BIONDO, Fernanda; OLIVEIRA, Fernanda. Políticas de preservação na perspectiva da cidadania cultural: um estudo do processo de tombamento do centro histórico de Natal/RN In: **VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS Casa de Rui Barbosa**, 2015, Rio de Janeiro. Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p.531.
[76] BIONDO; OLIVEIRA, Ibid.
[77] BIONDO; OLIVEIRA, Op. Cit., pp. 532/537.

Ademais, no entendimento de Motta (2000 apud OLIVEIRA; AMARAL, 2015), a prática preservacionista construída pelo IPHAN ao longo de suas primeiras décadas de atuação formou um quadro de percepção social em relação à noção de patrimônio cultural que consolidou uma referência de padrões estético-estilísticos eruditos e de excepcionalidade como definição de patrimônio cultural. E para reverter esta lógica, que se manteve presente ao longo das décadas seguintes (mesmo com ampliações conceituais e avanços práticos), é necessário um investimento a longo prazo. Trata-se não somente de repensar valores, mas de rever as relações de saber e poder, de modo a promover na comunidade a perspectiva de legitimidade para assumir, efetivamente, seu papel protagonista.

Vale citar, ainda, que da década de 1990 aos dias atuais, dois grandes programas foram lançados para a área do patrimônio: o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano – MONUMENTA (1ª fase 1999-2002/2ª fase: 2003-2010); e a linha Cidades Históricas, pertencente ao pacote do governo federal do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Cidades Históricas).

Quanto ao MONUMENTA, Giannecchini (2015, pp. 12-13) considera que o programa teve como pontos positivos o fortalecimento da capacidade de investimento do IPHAN, bem como sua articulação com outros ministérios e órgãos da administração, e o estímulo à descentralização, com foco nos municípios e no pacto entre os atores. Entretanto, para ela:

> [...] mesmo com as contribuições para o aumento dos recursos federais, para o foco na gestão e para a descentralização, constata-se limitada consolidação das inovações, sem a institucionalização de ideias, critérios e métodos do MONUMENTA. Isto é particularmente notável ao se observar que o subsequente programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas - PAC CH, até o momento, suprimiu as componentes educativas, de fortalecimento e capacitação, limitando-se à componente de obras. Parte da experiência do MONUMENTA foi reproduzida na estrutura atualmente criada para gerenciamento do PAC CH dentro da instituição, com uma coordenação independente dos departamentos técnicos e vinculada à presidência do IPHAN (GIANNECCHINI, 2015, p. 14).

Sobre o PAC Cidades Históricas, talvez caiba ainda acrescentar duas observações efetuadas com base nas informações sobre o programa constantes na publicação "Formulação e Implementação"[78] (BRASIL, 2014). Segundo o documento, na etapa que antecedeu o programa, foi lançada chamada pública para elaboração conjunta de Planos de Ação para Cidades Históricas (PAC CH). Esta teria sido dirigida a municípios em situação específica, quais sejam: com sítios e conjuntos urbanos tombados em nível federal; com bens registrados

[78] Corroborando com a supracitada crítica apresentada por Giannecchini, deve-se lembrar de que as intenções iniciais do PAC-CH foram alteradas e os Planos de Ação perderam este caráter abrangente, constituindo-se apenas um rol de intervenções pontuais em diversos bens tombados – vide lista de bens contemplados, disponibilizada no site do IPHAN (IPHAN, 201-).

como patrimônio imaterial; e com sítios e conjuntos urbanos em processo de tombamento em nível federal.

Denota-se, por um lado, um benéfico estímulo à formulação de Planos de Ação, que são ferramentas que auxiliam na meta de estruturação de um Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC). Trata-se de "um instrumento de planejamento integrado para gestão do patrimônio cultural com enfoque territorial", que deve ser elaborado conjuntamente entre IPHAN, Estados e Municípios. Além de não poder se restringir às áreas protegidas (devendo levar em conta o contexto que as envolve, sua dinâmica), na sua elaboração deve-se "definir objetivos, ações e metas para orientar a atuação integrada do poder público, em suas diferentes instâncias, setor privado e sociedade civil organizada" (BRASIL, 2009, p. 11).

Por outro lado, esse tipo de limitação de investimento em cidades com bens patrimonializados (ou em vias de serem) pode acarretar uma corrida por abertura de processos para proteção no IPHAN. E um dos efeitos dessa demanda é a urgência na elaboração de estudos que subsidiam a instrução do tombamento (obrigatória). Como consequência, sobra pouco tempo para o investimento em trabalhos mais aprofundados, investigados junto à população e com ela construídos.

Nessa trajetória da preservação pode-se verificar que, em alguns pontos, houve avanços; em outros, o sistema apresenta grandes dificuldades de concretizar o discurso na prática. Assim, cabe questionar: quanto da política de valorização e seleção monumental ainda permanece? Quanto dos aspectos de cidade-atração seguem ditando as regras – e quanto disso pode ser positivo ou negativo? Quanto do critério da "intocabilidade" ainda rege a seleção de bens, nos mais diversos níveis de proteção? Quais as mudanças estruturais dos órgãos de preservação necessárias para efetivar objetivos que ainda parecem idealizados?

Enquanto as respostas não aparecem, a certeza que se tem é que avanços precisam ser acompanhados de instrumentos. É central, na trajetória brasileira, a dificuldade de criação (ou revisão) de outros instrumentos para além do tombamento adequados à preservação e à gestão de áreas urbanas-patrimônio. Em seu trabalho, Sant'Anna (1995) tenta mostrar que não foi por falta de conhecimento dos limites e problemas do DL 25/37 que isso não ocorreu. Buscando compreender as motivações dessa postura, a autora aponta que foram muito mais as relações de poder presentes no campo e na instituição que levaram a essa situação.

Embora Miranda (2014, p. 9) lembre que, a partir da CF 88 (art. 216, §1º.), vários são os instrumentos de proteção ao patrimônio cultural[79], e que aponte jurisprudência que corrobora para seu entendimento[80], o instituto do tombamento continua sendo o principal no âmbito material. Mas para alcançar grandes pretensões de gestão, é preciso "um esforço de adaptação das políticas existentes e da criação de novos instrumentos com os quais faça realidade esta visão" (UNESCO, 2011). Se na teoria se percebe a necessidade de articular material e imaterial, respeitar as dinâmicas urbanas e de atribuições de valor, é necessário que se consiga ir além do uso do tombamento como o mais recorrente mecanismo de proteção de áreas urbanas; é preciso repensar, ainda, desde a estrutura política e jurídica até a prática/técnica.

[79] Segundo este parágrafo da constituição, constituem instrumentos os inventários, entre outras formas de acautelamento, os registros, a vigilância, o tombamento e a desapropriação.

[80] O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul julgou, em 2009, o caso da Chácara Eberle, no município de Caxias do Sul, registrando que "ainda que o tombamento não tenha sido efetivado [...], inexiste impedimento de que essa tutela se dê mediante intervenção do Judiciário, ao menos até que se investigue se o bem realmente possui valor histórico-cultural-paisagístico para a municipalidade" (MIRANDA, 2014, p. 12).

3 OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO NA CIDADE DE NATAL: UM ESTUDO DE CASO

Natal, capital do Rio Grande do Norte, é uma das mais antigas cidades do país, embora não seja tão fortemente associada a esta condição comparativamente à imagem vendida das suas belas praias e dunas mundo afora.

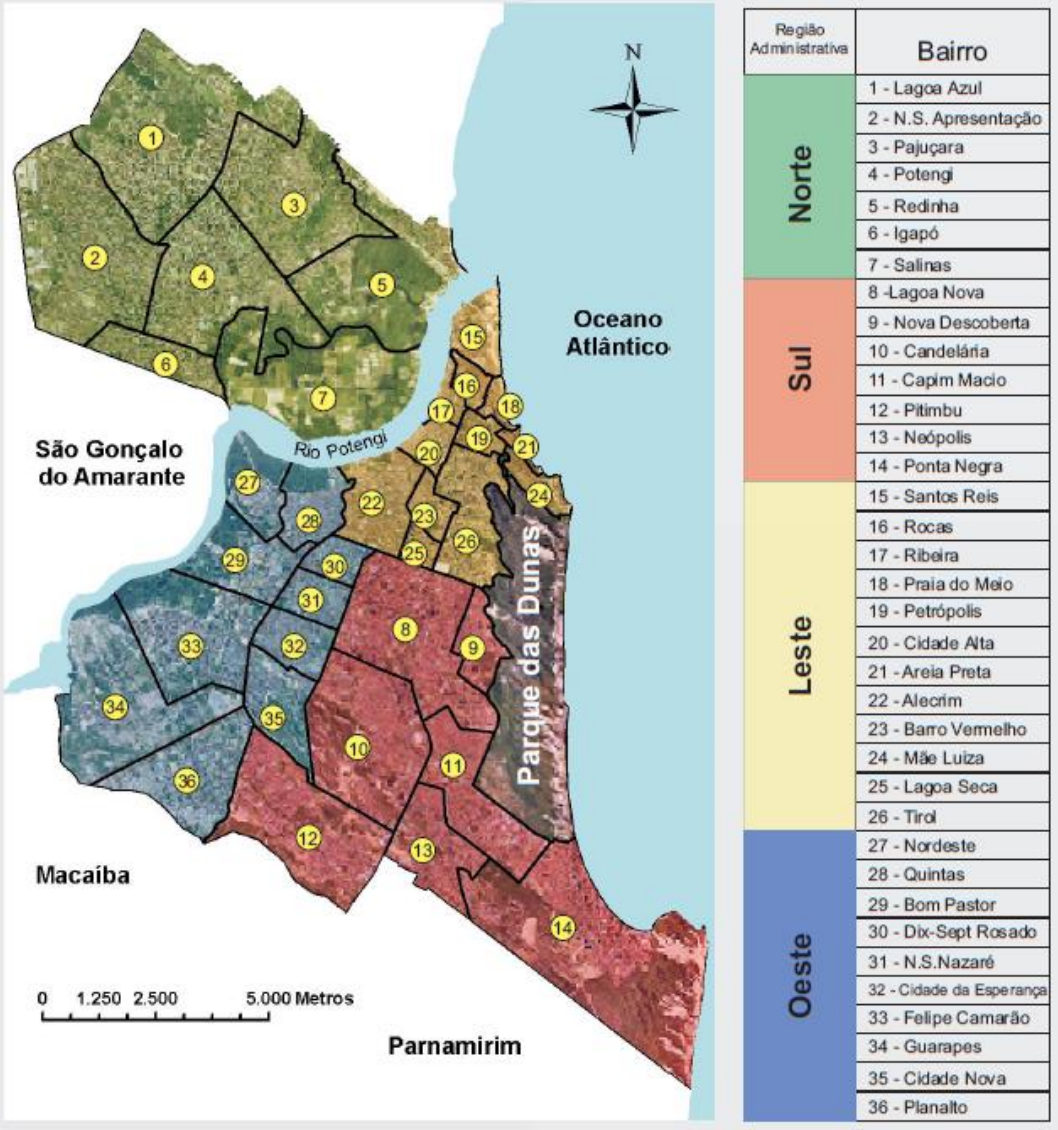


Figura 2 - Mapa da Divisão Administrativa de Natal. Fonte: NATAL, 2008b.

Qual seria, pois, a narrativa satisfatória para contar a evolução urbana vivenciada por Natal nestes mais de quatro séculos de existência? Que elementos seriam suficientes para explicar a lógica de implantação de uma igreja, a origem de um conjunto específico de adornos,

a justificativa para algumas posturas sociais e o encantamento por determinados bens intangíveis?

Alguns autores já buscaram traçar essa trajetória. João Maurício Fernandes de Miranda (1999) traz, em sua obra, a evolução urbana da cidade de 1599 a 1999, apresentando um material rico de iconografia, relatos, fotografias, testemunhos, e outros documentos de forte peso histórico. Já Diógenes da Cunha Lima (2011), propõe uma nova biografia de Natal, composta por frases de figuras ilustres, versos e rimas de um teor poético singular. Por sua vez, Melo e Filho (2007), trazem uma leitura de base notoriamente técnica, pincelando contribuições de uma arquiteta e de um historiador. Todas, obras de indubitável valor.

Fato é que, além destas, há muitas outras, cada qual elegendo os elementos que julga de maior destaque para transmitir a imagem que anseia, a construção de um olhar sobre o passado que levou ao presente da capital potiguar.

Longe de buscar esgotar as diversas possibilidades de narrativas, nesta etapa do presente trabalho se almeja uma descrição da evolução da "Natal Menina" para a "Natal Mulher"[81], de modo a contextualizar o surgimento de alguns dos bens que hoje são considerados, por alguns, patrimônio da cidade.

Em seguida, pretende-se fazer um breve panorama sobre o histórico das ações de preservação locais, de modo a se compreender as bases do pensamento protecionista na cidade, nas décadas que precederam a instituição do tombamento do seu centro histórico.

3.1 Histórico das transformações urbanas de Natal

A partir da criação das Capitanias Hereditárias (em 1532), um novo território foi desenhado sobre o já existente, ocupado por indígenas. Com a chegada dos franceses, foram mantidas relações comerciais entre estes dois povos, o que levou ao fracasso da principal expedição militar portuguesa do século para ocupação da então IX Capitania[82]. Tal cenário só veio a mudar a partir de uma nova expedição, organizada em 1597 por determinação do Governador Geral do Brasil, e comandada pelos capitães-mores Feliciano Coelho (da Paraíba)

[81] Referência à estruturação adotada por LIMA (2011): Natividade da Cidade (1599); Natal Menina (1599-1817); Natal Menina-moça (1817-1935); Natal mulher (1935-2011).
[82] Território hoje correspondente ao estado do Rio Grande do Norte. Ver Nesi (2012, p. 13).

e Mascarenhas Homem (de Pernambuco) (MELO; FILHO, 2007, p. 11). Eles teriam chegado à barra do Potengi em 25 de dezembro deste mesmo ano – no dia da festividade natalina.

É curioso como Santos (2013, pp. 259-260), ao analisar o fato supracitado de modo pouco científico mas, quiçá, muito sentimental, a ele atribui a origem de um suposto e histórico sentimento de submissão dos potiguares aos pernambucanos. Segundo ele, ao se buscar colonizar a Capitania do Rio Grande sob as ordens de representantes de capitanias já colonizadas, gerou-se uma condição psicológica de superioridade dos mandatários vizinhos, que se teria perpetuado ao longo dos anos. Mesmo que a argumentação do autor possa estar fragilmente construída, é interessante atentar para como essa colocação reflete a inquietação de alguns potiguares diante da pouca autoafirmação de alguns natalenses que, não raro, se veem inferiores a paraibanos e pernambucanos no parâmetro da identidade cultural[83].

A partir da referida expedição, foi dado início à edificação de uma fortaleza, em 6 de janeiro de 1598, dia de Santos Reis, que deu nome à construção. O Forte dos Reis Magos se tornou o ponto estratégico de defesa da cidade, a partir do qual foi possível estabelecer seu povoado inicial, entre 1599 e 1600.



Figura 3 - Forte dos Reis Magos. Fontes: NATAL, 2006; EDUARDO, 2010, p. 15.

Natal foi a quarta cidade a ser fundada no Brasil (antecedida por Salvador, de 1549, pelo Rio de Janeiro, de 1565, e pela antiga Filipéia, de 1584 – hoje João Pessoa)[84]. Como o Sistema do Governo Geral – que previa a criação do estatuto jurídico antes da povoação efetiva – estava implantado desde 1549, Natal já nasceu com o status de cidade (MELO; FILHO, 2007, p. 11).

O local eleito para construção da primeira igreja – "a primitiva capela de Nossa Senhora da Apresentação, no local onde hoje se encontra a Matriz" – e para a concessão da primeira

[83] Essa opinião, de cunho empírico, tem base nas observações feitas durante a realização da pesquisa, sobretudo no período de aplicação de questionários e entrevistas.
[84] MEDEIROS, 2014, p. 86.

data e sesmaria foi um elevado, onde houve as bases para sua colonização inicial (instalação de casas, espaço religioso e um governo próprio), em 1611[85] (MELO; FILHO, 2007, pp. 11-12).



Figura 4 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação. Fontes: NATAL, 2006; EDUARDO, 2010, p. 15.

Na primeira metade do século XVII, holandeses invadiram o território (entre 1631 e 1654, fato de repercussão nacional), motivo pelo qual pouco restou das construções anteriores – tendo permanecido apenas algumas do século XVI, como o Forte dos Reis Magos e a Igreja Matriz. A seguir, pode-se contemplar um mapa com a configuração do território neste período.

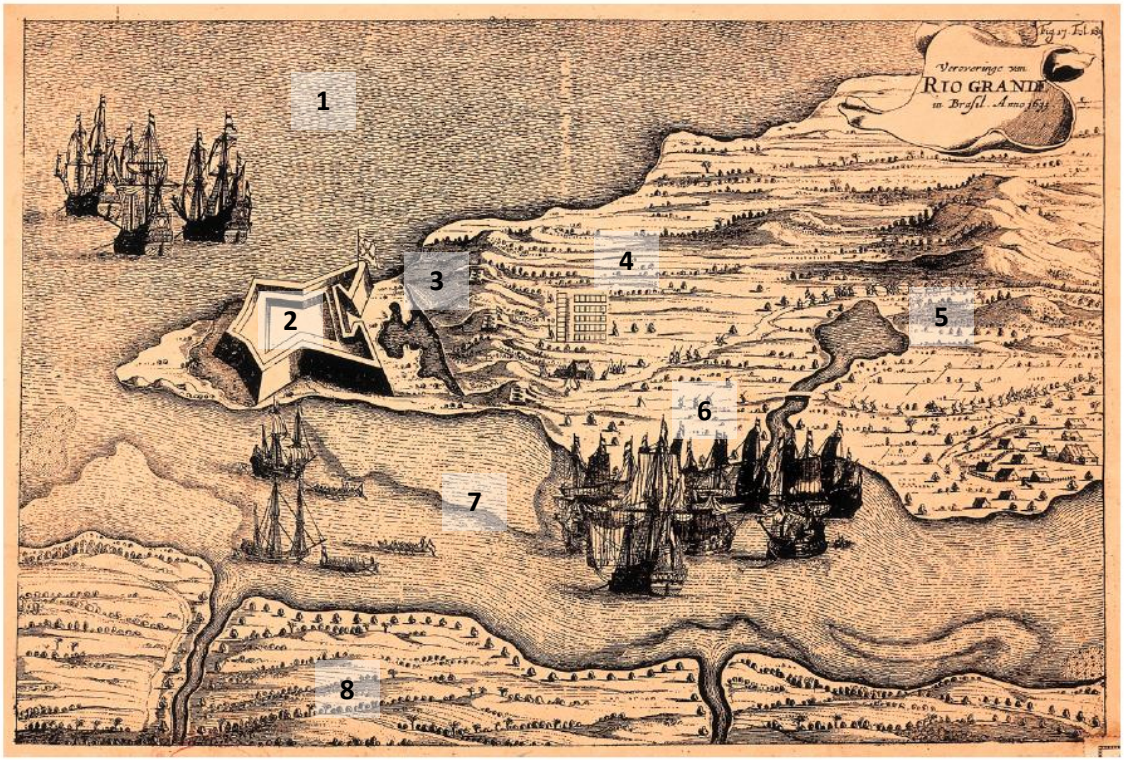


Figura 5 - Gravura holandesa VEROVINGE VAN RIO GRANDE IN BRAZIL ANO 1633, com edição da autora. Fonte: NATAL, 2007.

[85] Correspondente ao bairro da Cidade Alta.

No mapa, podem ser identificados os seguintes elementos que influenciaram no processo de ocupação e desenvolvimento da cidade: o número 1 indica o Oceano Atlântico, local de chegada dos conquistadores; o Forte dos Reis Magos, no número 2, é um elemento de destaque na gravura, pois simboliza a ocupação e defesa do território; no número 3 é possível verificar um braço de rio que avança sobre a parte baixa da cidade (área que seria chamada Alagado da Ribeira), logo antes de um relevo mais acidentado (que viria a ser a ladeira de acesso à Cidade Alta, número 4), sobre o qual foi erguido o povoado inicial; no número 5 vê-se o "Rio de beber água", cuja ligação com o povoado inicial constituiu um dos primeiros caminhos da cidade; o número 6 indica a locomoção de barcos, denotando a ocupação do porto que existiu na área hoje correspondente ao Passo da Pátria; no número 7 marca-se o Rio Potengi, que margeia todo esse território, dividindo-o da Zona Norte de Natal (número 8).

Com a retomada do crescimento (ainda que lento) da cidade, outras igrejas foram erguidas somente mais de um século depois da Matriz: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Igreja do Rosário), que em 1714 já estava concluída, e fora construída por escravos para atendimento às classes sociais menos favorecidas[86]; a Igreja de Santo Antônio (Igreja do Galo), provavelmente concluída em 1766[87]; e a Igreja do Bom Jesus das Dores, cuja existência, em data igual ou anterior a 1776, fora evidenciada por documentos[88].

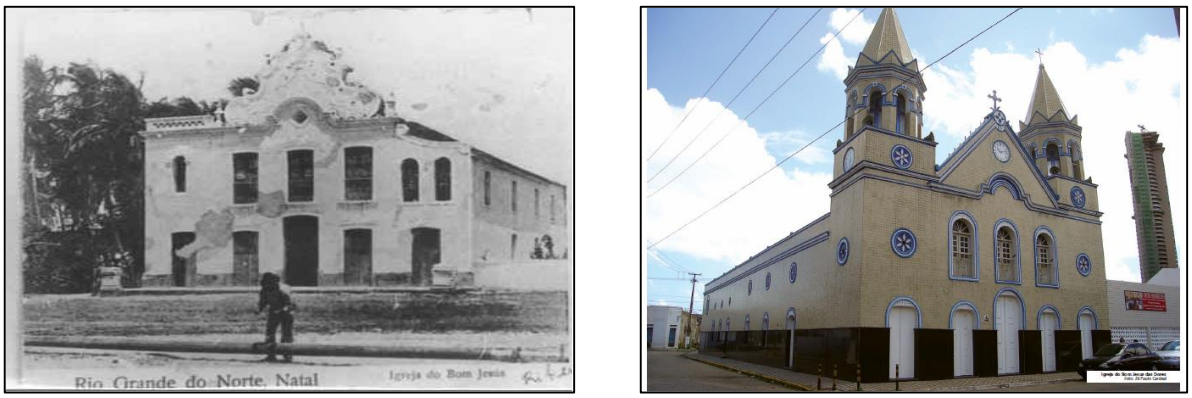


Figura 6 - Igreja Bom Jesus das Dores. Fontes: NATAL, 2006; NATAL, 2008a, p. 33.

Além das igrejas, tiveram destaque na conformação da malha urbana e como ponto de socialização os largos e praças. O marco zero da cidade, por exemplo, é a atual Praça André de Albuquerque, local considerado o mais antigo logradouro da cidade[89].

[86] NESI, Jeanne. **Natal Monumental**. Natal: IPHAN, 2012, p. 21.
[87] NESI, Op. Cit., p. 39.
[88] NESI, Op. Cit., p. 113.
[89] NESI, Jeanne. **Caminhos de Natal**. Natal: Gráfica Diplomata, 2002, p. 15.

Seguindo o ritual hispânico e português, foram fincadas duas cruzes em Natal para demarcar os primeiros limites urbanos da cidade: uma a norte (no local onde hoje existe a Praça das Mães); e outra a sul (na Praça Santa Cruz da Bica, provavelmente construída à época da fundação da cidade)[90]. Já as praças João Tibúrcio e Capitão José da Penha datam do século XVIII[91].

Conectando estes espaços entre si e com pontos estratégicos estavam os chamados "caminhos", que antes recebiam denominações de acordo com os pontos que ligavam. Existia, até o século XVII, a Rua fronteira à matriz (hoje, Pç. André de Albuquerque) e o Caminho do Rio de Beber água (hoje, ruas da Conceição e Santo Antônio), na Cidade Alta; e o Caminho da Fortaleza (que servia de ligação entre a Cidade Alta e o Forte dos Reis Magos, hoje corresponde à Rua Frei Miguelinho), que denotava uma ocupação ainda tímida do bairro da Ribeira[92].

Junto às já mencionadas igrejas construídas no século XVIII, compõem o acervo edificado do período colonial natalense outros dois imóveis: o antigo Armazém da Capitania Real (onde funcionou a antiga sede do IPHAN-RN, cuja data estipulada de construção é também o século XVIII) e o prédio do Museu Café Filho (concluído em 1820)[93]. Destes, apenas a Igreja do Bom Jesus localizava-se na Ribeira; os demais foram erguidos no núcleo inicial da Cidade Alta.

No século XVIII, a ligação efetiva entre os Bairros da Ribeira e da Cidade Alta tomou vulto com a construção de uma ponte, em 1732 (hoje imperceptível), que venceu o braço do Rio Potengi que conformava o citado "Alagado da Ribeira". Formaram-se, assim, novos caminhos até o fim desse período: no bairro da Cidade Alta, o Beco da Lama (que era delimitado pelos fundos dos lotes, onde se lavava roupa); também o Caminho que vai para a Ribeira (hoje, Av. Câmara Cascudo); e no bairro da Ribeira, a Rua da Praia (que já fora também Rua da Alfândega e Rua do Comércio, é hoje a Rua Chile), a Rua das Lojas (hoje, Rua Dr. Barata) e a Campina da Ribeira (hoje, Av. Duque de Caxias)[94].

Neste século tem destaque um fato que marca até hoje a religiosidade local. Em 1753, pessoas encontraram um caixão que encalhou numa pedra à margem do Rio Potengi, contendo a estátua de uma Nossa Senhora com um menino e um rosário, com os dizeres: "No ponto onde este caixão parar, não haverá perigo". A pedra na qual o caixão encalhou virou suporte para a

[90] NESI, Op. Cit., p. 28.
[91] NESI, Op. Cit., pp. 31-32; 111-112.
[92] Melo e Filho (2007, p. 28).
[93] Nesi (2012, pp. 31; 43).
[94] Melo e Filho (2007, p. 29).

imagem da Santa, considerada Nossa Senhora da Apresentação, passando a ser conhecida como Pedra do Rosário (NESI, 2012, pp. 23-24). Este monumento, situado na Av. do Contorno, é bastante conhecido pelos natalenses[95].

Ribeira e Cidade Alta se desenvolveram, até o século XIX, lenta e praticamente independentes, pois, apesar da construção da ponte de 1732, a ladeira que conectou as duas áreas – que já se chamou Ladeira da Cruz e hoje corresponde à Av. Câmara Cascudo – era íngreme e precária (SIMONINI, 2010 apud ASSUNÇÃO, 2014, p. 58). E, até meados desse século, Natal ainda se limitava a estes bairros, tendo surgido, até esse período, a Rua da Palha (hoje, Vigário Bartolomeu), a Rua da Luz (hoje, Vaz Gondim), a Rua Nova (atual Av. Rio Branco) e a Rua do Sarmento (hoje corresponde à Rua João Pessoa[96] e a seu prolongamento, a Praça Kennedy)[97].

Entre as edificações construídas durante o século XIX, pode-se exemplificar o Memorial Câmara Cascudo (que funcionou como Tesouraria da Fazenda[98]), o antigo Hospital de Caridade – que desde 1956 funciona como Casa do Estudante (NESI, 2012, pp. 47-48) –, o Antigo Palácio do Governo da Rua Chile (ou Palácio da Ribeira, que hoje abriga a Escola de Dança EDTAM)[99], como também o novo Palácio do Governo (hoje Pinacoteca), erguido no local onde hoje fica a Praça Sete de Setembro[100]. Ainda foram construídos o prédio onde hoje funciona o Centro de Turismo de Natal[101] e o Cemitério Público, no bairro Alecrim. Também foi nesse período que foram fixados os primeiros habitantes na região que hoje corresponde ao Passo da Pátria[102], que já no período colonial servia de importante porto de integração da cidade com o rio, junto ao qual existiu uma feira para abastecimento da Cidade Alta[103].

---

[95] De acordo com Assunção (2014, p. 123), há, em espaços do centro histórico, uma tradição religiosa enraizada, tendo destaque a festa da Padroeira de Nossa Senhora do Rosário, cuja comemoração refere-se à descoberta da referida estátua.

[96] "Recebeu dos seus freqüentadores, a merecida e carinhosa denominação de O Grande Ponto. Ali discutia-se política, esportes e ficava-se em dia com as 'fofocas' da Cidade... [...] Ainda hoje o calçadão da João Pessoa é um local de concentração de artistas, passeatas e comícios políticos (NESI, 2002, p. 60).

[97] Melo e Filho (2007, p. 30).

[98] Sua função atual homenageia Câmara Cascudo, porque este ícone natalense atuou em sua defesa diante da ameaça de sua demolição, por considerar o edifício testemunha de importantes acontecimentos ocorridos na Província, e um exemplo de construções do passado (NESI, 2012, pp. 59-61).

[99] Entre os grandes acontecimentos políticos e sociais que foi palco, inclui-se a adesão do Rio Grande do Norte à Proclamação da República, em 1889 (NESI, 2012, pp. 50-51).

[100] Melo e Filho (2007, p. 14).

[101] O prédio, que passou por modificações diversas, já funcionou como asilo, orfanato e ficou mais conhecido pela antiga penitenciária que abrigou (NESI, 2012, pp. 67-68).

[102] Miranda (1999 apud MELO; FILHO, 2007, p. 24).

[103] IPHAN (Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 174).

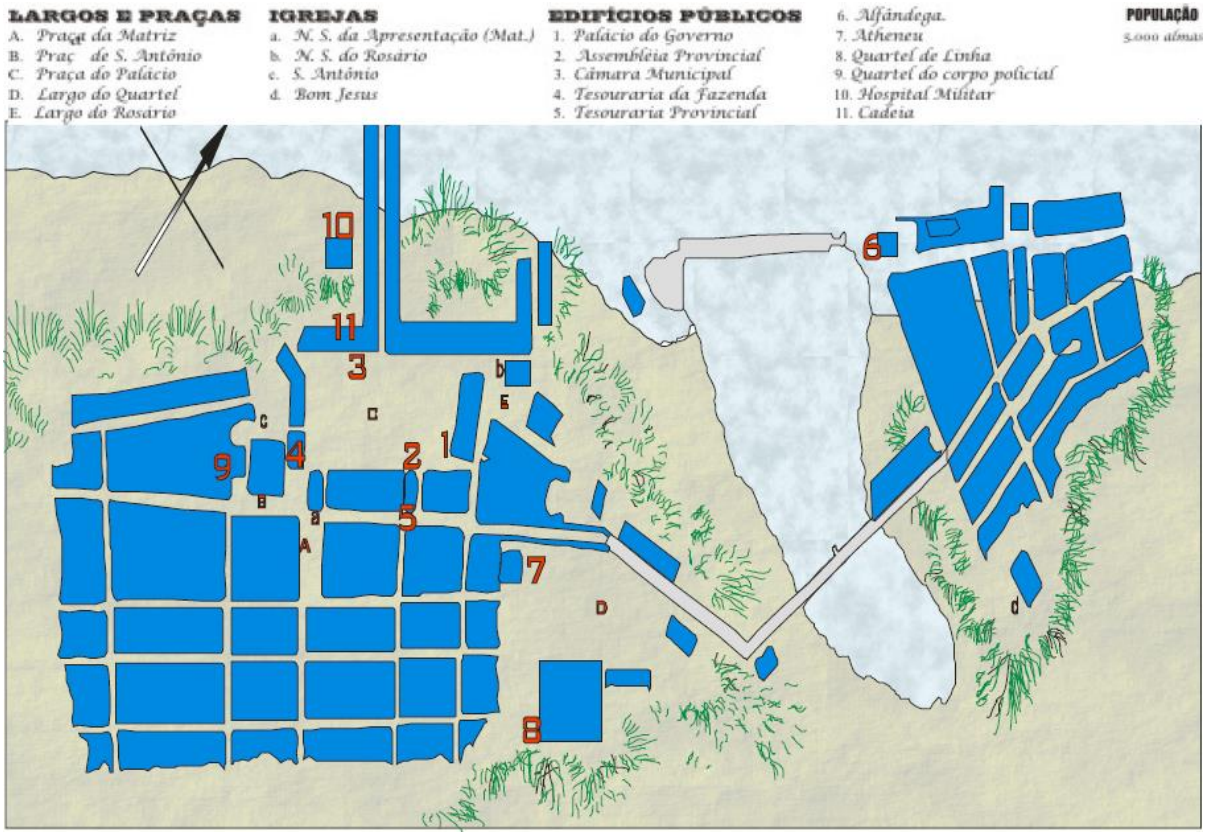


Figura 7 - Mapa da cidade do Natal elaborado em 1864 - Atlas do Império do Brasil - Cândido Mendes de Almeida, 1868. Fonte: NATAL, 2007.

À esquerda da imagem, encontra-se a ocupação mais desenvolvida, da Cidade Alta. No número 10 aparece o prédio que hoje corresponde à Casa do Estudante, na região do Passo da Pátria. O caminho que se forma à direita desta edificação era o acesso ao porto, que posteriormente perdera espaço para o Cais do Salgado, representado na imagem acima na porção de solo que arremata o Alagado que separa Cidade Alta e Ribeira. A imagem também mostra a ponte construída em 1732, que liga ambos bairros, bem como a Alfândega, que chegou a dar nome à rua que hoje corresponde à Rua Chile (número 6).

A cidade foi crescendo aos poucos, e sua estrutura urbana se desenhou junto aos seus melhoramentos – seja por serem reflexo dos avanços já alcançados, seja por possibilitar outros futuros. Do ponto de vista da infraestrutura, convém destacar, ainda no século XIX, a construção do Cais da Tavares de Lira, que fora iniciada em 1869 (quando era "Cais 10 de Junho"). Por servir de atracadouro de um meio de transporte, foi cenário de importantes acontecimentos sociais, sobretudo de recepções de pessoas ilustres (NESI, 2002, pp. 120-121).

Na transição entre os séculos XIX e XX – e, sobretudo, neste último –, é que a cidade tomou outro ritmo de crescimento. Foi o período em que ocorreram modernizações importantes, como a construção do atual porto de Natal, a abertura de estradas carroçáveis, o projeto de

novos bairros (o antigo Cidade Nova – hoje correspondente aos bairros Petrópolis e Tirol – e o Alecrim), além da chegada da energia elétrica e do bonde (TEIXEIRA, 2006, p. 82 apud MELO; FILHO, 2007, p. 24).

Com a implantação do porto, foram trazidos avanços técnicos externos que, atrelados ao desenvolvimento econômico logrado pela cidade, "permitiram a transformação da antiga área alagada do Rio Potengi na Ribeira em uma praça ajardinada em conformidade com os padrões modernos da época": a Praça Augusto Severo (antiga Praça da República), inaugurada em 1902 (SIMONINI, 2010 apud ASSUNÇÃO, 2014, p. 60).



Figura 8 - Rua Dr. Barata, na Ribeira (Natal), em 1915. Foto: Arquivos da FJA/CEPEJUL. Fonte: FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO (2004, p. 122).

Associada ao bonde que ligava a Cidade Alta à Ribeira, está uma história de origem popular, anterior a 1889[104], que ainda hoje é narrada por muitas pessoas. É a rivalidade entre cangoleiros (moradores da cidade baixa – da Ribeira e da Rocas – assim chamados porque comiam cangulo, um peixe seco) e xarias (moradores da Cidade Alta, que comiam xaréu, um peixe fresco). Diz-se que as crianças, infladas por essa disputa, chegavam a jogar sabão nos trilhos do bonde para evitar que este efetuasse a ligação entre os bairros.

Esta e outras histórias dão vida aos espaços construídos que vemos hoje. É o caso, por exemplo, da edificação construída em 1910, mais conhecida como a Casa da viúva Machado.

[104] NATAL, 2003, p. 5.

A mulher, a quem a casa é relacionada, era conhecida popularmente como papafigo[105]. Como a viúva Machado ficou reclusa em sua casa e teria sido acometida por uma grave doença que fez crescer suas orelhas, o mito foi a ela associado, espalhando-se pela cidade (SOARES, 2011).

Entre as novidades que seguiram aparecendo na cidade, Ferreira e Dantas (2006 apud MELO; FILHO, 2007, p. 16) acrescentam que, entre 1908 e 1913, foram introduzidos o telefone, o telégrafo, o abastecimento de área e o serviço público. Segundo Nesi (2012, pp. 87-88), também houve a criação da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte e do prédio da sua antiga Estação, respectivamente em 1905 e 1906. Em 1916, foram construídas as oficinas da estrada, anexas ao prédio e destinadas à manutenção dos trens, e inaugurada a Ponte de Igapó, para travessia dos trens entre as porções territoriais natalenses, que são separadas pelo rio Potengi (NESI, 2012, pp. 87-88; 129).

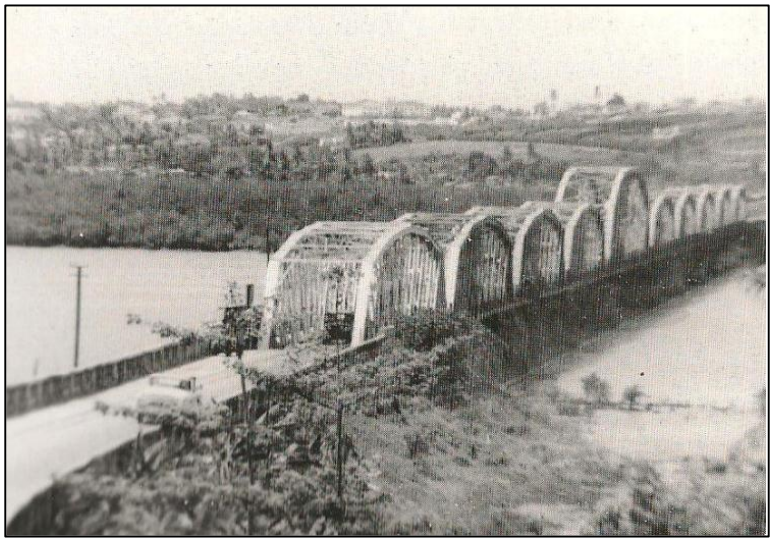


Figura 9 - Ponte de Igapó, ainda em funcionamento. Fonte: MIRANDA, 1999.

A Ribeira, bairro que servia de porta de entrada para diversos produtos chegados a partir do seu porto e da sua ferrovia, já despontava como principal centro cultural e comercial da cidade (NESI, 2012, p. 83). Ela trazia para Natal um cenário de modernidade, passando a ter como suas marcas o comércio e a boemia. Segundo Melo e Filho (2007, p. 25), figurava como uma espécie de "Cais da Europa" nos discursos da elite local. Esta antiga imagem da Ribeira ainda permanece viva na memória de alguns natalenses.

> O bairro teve seu período áureo nos anos 40, quando era núcleo do comércio de Natal, atraindo as mais importantes figuras da elite natalense e o povo em geral com grande movimentação no final das tardes. Durante a Segunda Guerra Mundial, por lá

[105] Segundo o mito da cultura popular nordestina, o papafigo seria uma figura que tem a orelha demasiadamente grande por motivo de uma doença e que, para aliviar os sintomas, comeria fígado de crianças.

> circulavam personalidades civis e militares mundiais, hospedados no Grande Hotel, o mais importante da cidade naquela época (NATAL, 2008c, p. 7).

Fato marcante apontado pela citação acima e que impactou a cidade – arquitetônica, urbanística e socialmente – foi a Segunda Guerra Mundial. A Marinha e a Força Aérea Brasileira criaram bases ali, a princípios da década de 1940[106]. Foi também quando ocorreram as obras da edificação hoje conhecida como "A Rampa", na área correspondente à antiga Base de Hidroaviões de Natal, erguida devido a interesses das Forças Armadas norte-americanas[107].

É vastíssimo o número de edificações que hoje são consideradas de valor histórico e que tiveram sua construção na primeira metade do século XX. Dentre as mais emblemáticas estão: o Teatro Alberto Maranhão (1904), o prédio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN, de 1906), o prédio da Prefeitura (1922, também chamado Palácio Felipe Camarão) e o Grupo Escolar Augusto Severo (de 1908, que funcionou depois como Faculdade de Direito)[108].

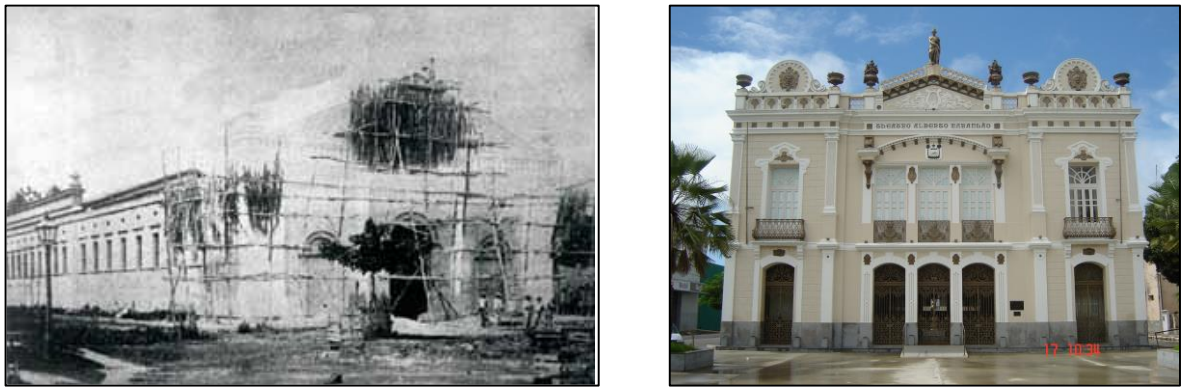


Figura 10 - Construção do antigo Teatro Carlos Gomes (hoje, Alberto Maranhão (esquerda) e seu estado atual. Fontes: NATAL, 2006; EDUARDO, 2010, p. 15.

O século XX marcou imensamente o crescimento urbano de Natal, que aumentou em velocidade exponencial. As mudanças ocorridas imprimiram à cidade ares modernos, impulsionados pelo “discurso de intelectuais do porte de Manoel Dantas, cujas ideias fundamentais tinham seus alicerces no futurismo”, tendo como motes ideologias como “modernização”, “civilização” e “progresso” (MELO; FILHO, 2007, p. 15).

---

[106] MELO; FILHO, 2007, p. 16.
[107] Fonte: <http://www.fundacaorampa.com.br/af_missao.htm>. Acesso em: 05 ago. 2015.
[108] Nesi (2012, pp. 83-85; 95-97; 99-100; 137).



Figura 11 – Prédio da prefeitura (esquerda, acima), prédio do IGHRN (esquerda, abaixo). Fonte: NATAL, 2006. Vista a partir da Igreja Matriz, contemplando o prédio do IHGRN no primeiro plano e, ao fundo, o da Prefeitura (direita). Fonte: Luana Cruz , 2013 (IPHAN/RN).

Foi também este o século dos Planos Urbanísticos e de embelezamento. Dentre eles, Melo e Filho (2007, p. 25) destacam o Plano Geral de Sistematização (1929-1930), o Plano Geral de Obras (1935-1939) e, anos depois, o Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal (de 1967).

Porém, neste ínterim, cabe destacar o que apontam Ana C. Dantas et al. (2006) e Ferreira et al. (2008), segundo Assunção (2014, pp. 19-20):

> [...] com o fim da Guerra um quadro de crise econômica e social se instalou na cidade, dentre os fatores para esta crise destacam-se: a alta inflação e o desemprego. Este quadro foi agravado pelo movimento migratório do interior do Estado para a Capital, ocasionado por extensos períodos de secas que ocorreram na década de 1950. Neste contexto de crise, a produção imobiliária de novas áreas foi estimulada pelo governo, em 1950 e 1960 o crescimento físico da cidade se acentuou e também foram dados os primeiros passos para atrair o turismo.

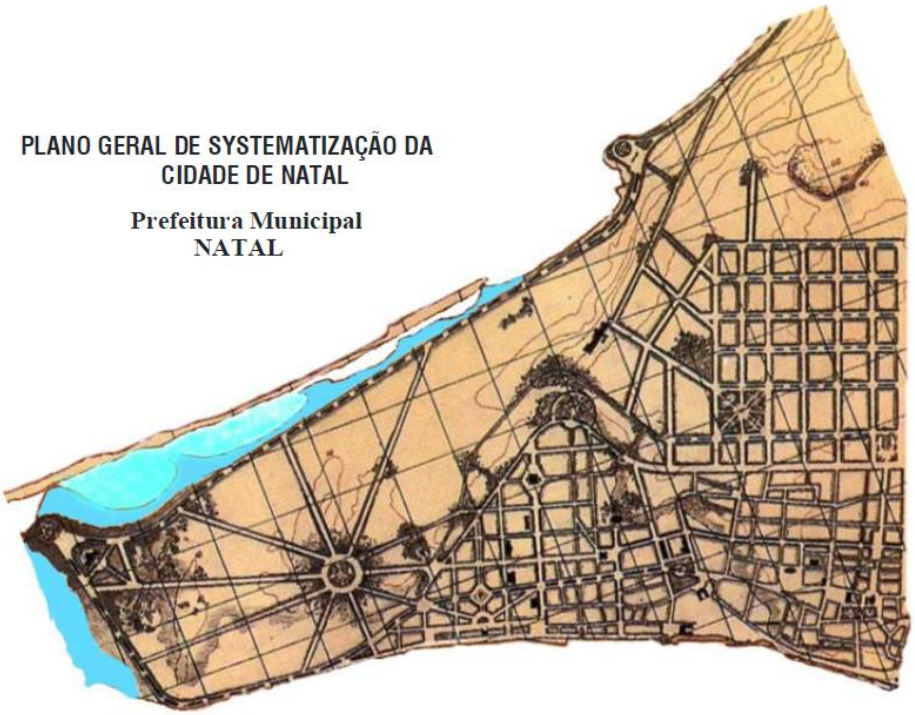


Figura 12 - O Plano Palumbo foi elaborado em 1929, na gestão do prefeito Omar O'Grady. Fonte: NATAL, 2007.

Assunção destaca ainda dois importantes empreendimentos que possibilitaram os supracitados passos para atração do turismo: as inaugurações do Aeroporto Augusto Severo (1959), em Parnamirim-RN, e do Hotel Internacional Reis Magos (1965), na Praia do Meio.

Ademais, conforme consta nos estudos do processo de tombamento do centro histórico de Natal, "de modo pioneiro, e visando 'compensar' o quadro de atraso industrial peculiar do Rio Grande do Norte e de Natal, Djalma Maranhão apontou para o reconhecimento das belezas naturais existentes, incentivando a prática do turismo [...]" (DANTAS et al. 2006, pp. 264-265 apud IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fl. 23). E, desde então, começa a ter força o modelo de desenvolvimento econômico da cidade, voltado para o turismo, sobretudo do tipo sol e praias.

Também é nesse período que ganham evidência os clubes sociais, e que se têm destaque – sobretudo durante a administração do Prefeito Djalma Maranhão (1961-1964) – as artes e a cultura populares. O Carnaval era considerado das mais animadas festas populares desde o século XIX (NESI, 2002, p. 48). Nos períodos festivos, (tanto no carnaval como nos ciclos junino e natalino), viam-se "espetáculos folclóricos da nau-catarineta, do pastoril, dos bois, presépios e lapinhas; das pitorescas batalhas carnavalescas nos diversos bairros da cidade" (FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, 2004, p. 34).



Figura 13 - Foto com os componentes do Bloco Carnavalesco Deliciosos da Folia, de 1958 e do acervo de Carlos Roberto de Miranda Gomes, ex-integrante da trupe (CAVALCANTI, 2010).

Outras tradições, embora não se tenha o exato registro desde quando já integravam as manifestações culturais locais, podem ser bastante antigas também. É o caso do Maculelê, do Caboclinhos, da Capoeira, do frevo, da quadrilha junina, etc. Tem destaque o grupo Araruna, que introduziu em Natal (por volta da década de 1940) os passos de uma clássica dança aristocrática de salão, de origem europeia. Em 1954, por incentivo de Câmara Cascudo, foi fundado o Araruna Sociedade de Danças Antigas e Semidesaparecidas (BRASIL; NATAL, 20--, p. 42).

Câmara Cascudo foi considerado uma das figuras mais ilustres de Natal, tendo vivido no período entre os séculos XIX e XX (1898-1986). Ele deixou, em várias de suas obras, a análise que fazia da sua cidade e do seu povo. Seus posicionamentoseram favoráveis à modernização da cidade, conforme trouxe em sua análise, Gabriela Assunção (2014, p. 65):

> Na crônica *Natal uma Cidade Sempre Nova* (publicada em 1949) fica evidente o posicionamento de Cascudo. Nela o autor afirma que as construções simples da cidade foram feitas para durarem pouco e sendo, portanto, constantemente reconstruídas, restando quase nada dos séculos anteriores ao século XIX. Para o autor: "Natal é uma cidade sempre nova, sem casario triste e sujo, sem sobradões lúgubres que ainda o Recife é obrigado a manter" (CASCUDO 1949, In: LIMA, 2008).

Tal postura parece ainda estar impregnada no discurso de alguns natalenses, que parecem ter a novidade e a moda como meta constante. Desde o pós-guerras mundiais (considerado um marco que divide a história da cidade nos aspectos de crescimento e de modernidade), o desenvolvimento urbano de Natal passou a ser centrado no rodoviarismo, criando novas áreas de atração de moradores e investimentos. A imagem a seguir dá uma dimensão do crescimento vertiginoso da cidade a partir deste período:

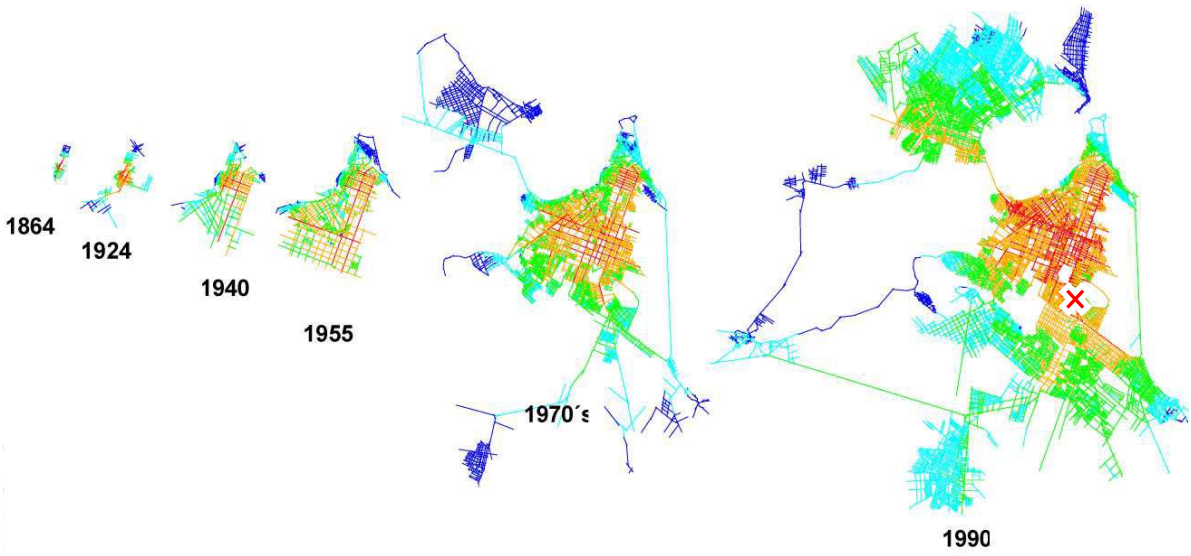


Figura 14 - Mapas axiais de Natal de 1864 a 1990. O detalhe em "x" (cor vermelho) aponta a localização dos *shopping centers* construídos na década de 1990, às margens da mesma avenida: Senador Salgado Filho. Fonte: Ferraz, Trigueiro e Tinoco (2007 apud ASSUNÇÃO, 2014, p. 75) (editado pela autora).

Segundo relato de João Galvão em matéria de jornal, "pesquisas dizem que na passagem de 70 para 80, começa o esvaziamento do bairro [Cidade Alta]. Depois de 80 [...] surge o primeiro *shopping center*, o Natal Shopping, já no início dos anos 90. A partir daí, o bairro começou a entrar em decadência", disse o arquiteto João Galvão (ALVES, 2007). E apenas dois anos depois da implantação do supracitado *shopping*[109], outro foi inaugurado: o Via Direta, muito próximo do primeiro. "Neste contexto, a Cidade Alta e a Ribeira perderam papel de destaque no cotidiano da cidade, assim como potencial de atrair investimentos (públicos e privados) e parte do seu casario ficou subutilizado" (ASSUNÇÃO, 2014, p. 68).

A Cidade Alta, que "até a 'invasão do comércio' era um bairro quase exclusivamente familiar e de população numerosa" (PINTO, 1971 apud ASSUNÇÃO, 2014, p. 66), passa por uma intensa renovação entre as décadas de 1970 e 1990, conforme destacam Assunção (2014, p. 20), Melo e Filho (2007, p. 27): substituição de edificações no trecho comercial entre a Avenida Rio Branco, a Rua João Pessoa, a Rua Princesa Isabel e a Rua Ulisses Caldas, a exemplo do casarão construído por João Crisóstomo Galvão (de 1900), que fora substituído pelo edifício moderno que hoje sedia o Tribunal Regional Eleitoral; ou a Assembleia Legislativa do Estado, que foi construída a partir da demolição de boa parte do casario da Rua da Conceição.

[109] Fontes: <http://www.natalshopping.com.br/ShoppingDetalhe>; <http://www.mixmidia.com.br/noticias/1309/via%20direta%20shopping%20comemora%2015%20anos%20de%20atuacao%20em%20natal>. Acessos em: 25 ago. 2015.



1. Prefeitura / Palácio Felipe Camarão
2. Praça Sete de Setembro
3. Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
4. Pinacoteca / Palácio do Governo / Palácio da Cultura / Palácio Potengi
5. Museu Café Filho / Casa de Café Filho
6. Antiga sede do IPHAN – Cidade Alta
7. Praça André de Albuquerque
8. Prédio do IHGRN
9. Igreja de Nossa Senhora da Apresentação / Igreja Matriz / Antiga Catedral
10. Casa do Estudante

Figura 15 - Vista aérea do Centro Histórico de Natal-RN - Fonte: Arquivo do Iphan/RN, s/d.

Foi no período acima mencionado que surgiu o primeiro edifício de altura expressiva no centro: o Edifício Ducal. Este e outros prédios passaram a ser considerados – por alguns estudiosos – patrimônios modernos natalenses (assim como o prédio da Associação Atlética Banco do Brasil – AABB[110], o Grande Hotel e o Hotel Reis Magos). Segundo Assunção (2014, p. 86), o estudo de Edja Trigueiro et al. (2010) atenta para o rápido desaparecimento destes exemplares produzidos durante os anos 1950 a 1970, presentes em diversos bairros da cidade, como Cidade Alta, Ribeira, Rocas, Praia do Meio, Areia Preta, Petrópolis, Tirol, Alecrim, Quintas, Lagoa Seca, Lagoa Nova, dentre outros.

A Ribeira, que outrora foi local de carnavais de rua, clubes, hotéis, do cinema Politeama, do Teatro, de grandes instituições como a Escola Doméstica e o Grupo Escolar Augusto Severo, e das festas em dias de competição dos clubes de remo; entrou num grave estado de decadência, sobretudo a partir da transferência da Rodoviária da cidade[111] para outro bairro. Em texto publicado na revista do IHGRN, Eider Furtado lamenta a situação:

> Quem diria, há algumas décadas, que um dia se depararia com a Ribeira caindo aos pedaços? Ou com a velha Cidade Baixa debatendo-se para escapar do 'estado de calamidade' colocado no seu caminho?
>
> [...]
>
> Não se pode negar o esforço que instituições privadas – já que o poder público não se mexe –, dentre elas a Associação Comercial e Empresarial do Rio Grande do Norte, já comemorando os seus cento e vinte anos de existência, têm desenvolvido no sentido de fazê-la renascer da quase cinza (FURTADO, 2013, p. 115).

Já no século XXI, porém, o mercado imobiliário parece estar voltando a demonstrar interesse por um setor específico da Ribeira – a chamada Ribeira Alta – devido a estratégias próprias e a políticas urbanas locais, conforme se verá no subcapítulo a seguir.

3.2 O cenário da preservação natalense: trajetória das ações de patrimonialização

Efetuado este panorama vivido pela área central de Natal, pretende-se agora pontuar alguns dos marcos que construíram a cena preservacionista da cidade, de modo a contextualizar o momento que antes e depois da proposição do tombamento do seu centro histórico. Aqui não

[110] Associação Atlética Banco do Brasil.

[111] O Terminal Rodoviário Presidente Kennedy foi implantado na Ribeira, tendo sido projetado segundo os princípios da arquitetura moderna, em linguagem simples. Inaugurado em 1963, funcionou por dezoito anos, tendo sido desativado em 1981 e seu uso transferido para um novo terminal, implantado no bairro da Cidade da Esperança (NOBRE; PEREIRA, 2008).

se esgotam todas as ações ocorridas neste âmbito, porém, são registradas algumas delas para entendimento da atmosfera que precedeu o tombamento federal do centro histórico da cidade.

3.2.1: IHGRN, IPHAN-RN e Fundação José Augusto: criação e primeiras ações dos organismos de cultura do estado

Mais antiga instituição cultural do Estado, o IHGRN foi fundado em 29 de março de 1902, e não teve, a princípio, uma sede própria. Em 1906, durante o governo de Augusto Tavares de Lira, foi construído o prédio que passou a abrigá-lo a partir de 1938 (LIMA; SOARES, CASCUDO, [1938-1940] 2013). O local abriga, ainda hoje, importante acervo cultural do estado (NESI, 2012, pp. 95-97).

Entre os sócios fundadores do IHGRN, há grandes nomes. Cinco foram governadores do Rio Grande do Norte: Alberto Maranhão, Pedro Velho, Ferreira Chaves, Tavares de Lyra e Antonio José de Mello e Souza[112]. No discurso proferido durante sua posse, o presidente Valério Mesquita atribuiu ao instituto o papel de "guardião do mais importante acervo histórico do estado". Mais que isso, segundo Ferreira et al (2004), a entidade teria possibilitado a "inserção de diversos intelectuais, empenhados na construção da história de Natal como cidade, no seu quadro de sócios" – dentre eles, Câmara Cascudo –, permitindo a elaboração de estudos mais fundamentados por meio deste valioso acervo.

Embora não se trate de um órgão executor de política cultural, ele serviu de "centro de discussão intelectual que, bem ou mal, reverberava temas candentes colocados nacionalmente" (FERREIRA et al., 2004). Por isso, pode ser considerado uma peça-chave na construção de uma mentalidade (ainda que possivelmente restrita) de preservação natalense, fruto de um poder simbólico exercido pela elite local. Ademais, deve-se atentar para os atores sociais que ali atuaram, possibilitando o direcionamento de mecanismos de poder para a temática cultural/patrimonial.

Foi somente no final da década de 1940 que um órgão nacional de preservação iniciou sua atuação no estado. Após uma visita ao Rio Grande do Norte, Lúcio Costa[113] – que de 1937

[112] Fonte: <http://ihgrn.blogspot.com.br/p/historia.html>. Acesso em: 24 ago. 2015.
[113] Arquiteto e Urbanista conhecido por sua atuação no período modernista brasileiro.

até 1972 foi Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET) do IPHAN[114]–, solicitou o tombamento da Fortaleza dos Reis Magos – que se deu em 1949.

A instalação de unidade física do IPHAN no estado potiguar ocorreu por volta da década de 1960. De lá até o presente momento, a unidade passou por diferentes gestores[115] e foi submetida às unidades regionais de outras localidades (Pernambuco, Ceará e Paraíba)[116], até se tornar, em janeiro de 2011, a Superintendência do IPHAN-RN. Dentro desse histórico, convém marcar a atuação da gestora Jeanne Nesi, que ingressou como diretora em 1995, permanecendo à frente ao órgão por 17 anos.

Quanto ao desempenho do órgão no Rio Grande do Norte, no âmbito dos bens materiais houve, depois do tombamento do Forte, três outros tombamentos em Natal: um referente a imagens sacras (1962), outro do prédio conhecido como Sobradinho ou Museu de Café Filho (1963) e outro do Palácio Potengi (Palácio do Governo/Pinacoteca, tombado em 1965)[117].

Em seguida, as ações do IPHAN passaram a ser acompanhadas pelas do órgão estadual de preservação: a Fundação José Augusto (FJA). Segundo Sant'Anna (1995, p. 160), foi a partir do PCH (iniciado em 1973) que a maioria das entidades estaduais executoras foi criada, incluindo a do Rio Grande do Norte. Porém, cabe ressaltar que esta instituição já existia desde 1963[118], embora a ela só tenha sido atribuída da função de gerir as solicitações de tombamentos estaduais a partir da Lei n.º 4.775, de 03 de outubro de 1978.

Segundo documento de comemoração dos 40 anos da FJA, esta teria surgido num cenário de carência de atividades culturais na capital potiguar, mediante pressão de alguns segmentos comunitários, incluindo a universidade, a imprensa e a população em geral (FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, 2004, p. 36). Denota-se, nesta afirmação, uma intenção social local favorável à implantação deste aparato administrativo.

Fazendo um breve relato sobre a atuação do órgão, tem-se que, ao longo dos anos, a FJA passou por reestruturações e suas ações, até 2003, podem ser agrupadas em três fases principais: da sua criação (1963) a 1974, que teve como destaque a função educacional; de 1975

---

[114] Nascimento (2012a).
[115] Segundo relato via e-mail, de Jeanne Nesi, até sua entrada haviam passado gestores pela unidade, tendo sido Oswaldo de Souza o primeiro.
[116] Não foi possível averiguar com exatidão a linha cronológica das mudanças de denominação da unidade do IPHAN no Rio Grande do Norte devido a algumas incompatibilidades entre as fontes levantadas: no portal do IPHAN, no seu Setor de Gestão de Pessoas, bem como na publicação de Paula Porta (2012).
[117] Ver:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_pelo_Iphan_%202015.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.
[118] Decreto-lei nº. 2.885, de 8 de abril de 1963 (FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, 2004, p. 39).

a 1982, quando se destacou por sua Ação Cultural – incluindo a criação e operacionalização da Consultoria Técnica (em julho de 1975), a partir da qual atuou em diversos projetos; e de 1983 a 2003, quando apresentou algumas editorações e ações de proteção e restauração, bem como teve um desenvolvimento da atividade museológica (FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, 2004, p. 43-47).

O desempenho da instituição possibilitou, antes mesmo de receber a atribuição de gerir tombamentos estaduais, que o Rio Grande do Norte fosse um dos primeiros estados a se engajar no PCH (FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, 2004, p. 125). Segundo relatório do Programa, ainda em 1973, foram assinados convênios com 7 dos 9 estados nordestinos, dentro dos quais constou o Rio Grande do Norte, com um projeto[119] (CORREA, 2012, p. 138).

No segundo semestre de 1975, através da recém-criada Consultoria Técnica, a FJA atuou, ainda no âmbito do PCH, na elaboração de diversos projetos para a restauração do Solar do Ferreiro Torto, em Macaíba; do Casarão do Antunes, em Ceará-Mirim; e do prédio da antiga Casa de Detenção, hoje Centro de Turismo de Natal e efervescente polo comercial de artesanato. Ela manteve-se nessa linha de atividades até sua designação formal como entidade executora do PCH[120], a partir da supracitada lei de 1978 (FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, 2004, p. 125). Os demais projetos que receberam dotações orçamentárias (e respectivas contrapartidas) no estado do Rio grande do Norte seguem no quadro 1.

Nota-se que, pela lista de projetos contemplados, o foco de investimento foi dado nos bens individualizados, majoritariamente classificados como monumentos, corroborando para a visão de cidade-monumento que regeu as primeiras décadas do campo da preservação do patrimônio.

É nesse contexto que, em julho de 1978, o então diretor do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Fundação José Augusto, emite ofício circular a Renato Soeiro, diretor do IPHAN à época, informando a previsão de realização do I Seminário de Valorização do Patrimônio Histórico e Artístico em Natal-RN. O seminário se realizaria sob a égide do Programa de Cidades Históricas, sendo fruto de uma ação conjunta entre a Secretaria de

[119] Embora não se tenha informações de qual seria especificamente esse projeto, segundo dados da Fundação José Augusto (2004, p. 125), a restauração do Fortaleza dos Reis Magos teria ocorrido por volta de 1974.
[120] Conforme consta na periodização da atuação do órgão, a FJA teve um período de Consultoria Técnica, mesmo antes de ser "oficializada" sua atuação por meio de um instrumento jurídico. Com isso, as obras do PCH ocorriam com sua cooperação mesmo antes de existir o documento legal de 1978. Teriam começado, provavelmente, em 1974, com a obra de restauração do Forte.

Planejamento da Presidência da República e a FJA. Teve a finalidade de "adequar o conteúdo do referido Seminário às necessidades e expectativas dos órgãos participantes"[121].

PROJETO	CIDADE	TIPO	ANO CONCLUSÃO
Forte dos Reis Magos – restaurado e adaptado para Museu das Fortificações	Natal	monumento	1976
Antiga Casa de Detenção de Natal - restauração e adaptação para Centro de Turismo.	Natal	monumento	1976
Agenciamento do Centro de Turismo de Natal.	Natal	monumento	1976
Solar do Ferreiro Torto- restauração e adaptação para Restaurante Típico e Museu.	Macaíba	monumento	1978
Solar do Antunes – restauração e adaptação para Sede da Prefeitura Municipal	Ceará-Mirim	monumento	1978
Casa Grande do Engenho Guaporé - restauração e adaptação para Museu e Restaurante	Ceará-Mirim	monumento	1978
Casa de Câmara e Cadeia - restauração e adaptação para Biblioteca Pública Municipal	Acari	monumento	1979
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Acari	monumento	1979
Casa Paroquial - restauração e adaptação para Centro de Cultura	Jardim do Seridó	monumento	1981
Praça Onofre José Soares	Ceará-Mirim	urbano	1980
Igreja de Nossa Senhora do Desterro	Vila-Flor	monumento	1982
Igreja de Santo Antônio	Natal	monumento	1981
Antiga Cadeia Pública	Mossoró	monumento	1982
Antigo Quartel General	Natal	monumento	1983

Quadro 1 - Projetos executados pelo PCH no Rio Grande do Norte (aprovados até 1979). Fonte: Correa (2012, pp. 286-287).

Embora não se possa, pela pesquisa aqui empreendida, averiguar se a cooperação entre estes primeiros organismos de preservação atuantes no cenário local ficou aquém do desejado, é possível identificar alguns pontos em que suas ações se complementaram.

Como colocado, o IHGRN foi um articulador de grandes pensadores e gestores de Natal. Com isso, foi berço de discussões que levaram não somente à construção gradativa (ou à imposição?) de uma mentalidade preservacionista local, mas pela influência dos seus sócios, pode ter tido reflexos de ordem prática na política natalense.

As atividades do IPHAN no estado foram, inicialmente, muito pontuais, não tratando do seu patrimônio de uma maneira mais ampla, já que se restringia, a princípio, ao Forte e a alguns monumentos isolados. Mas com a chegada da FJA, há uma importante articulação da política nacional de preservação com o estado, propiciando uma troca entre ambos: de um lado, uma instituição provedora, dotada de diretrizes de atuação, informada por uma vasta carga de

[121] Arquivo Central do Iphan, AA02/M0006/P06/CX0030/101/P0177/fl 01.

décadas de atuação; do outro lado, uma entidade executora, capaz de encabeçar projetos nos bens locais.

3.2.2 O campo da preservação em debate: as décadas 1980-1990

É importante o registro de alguns marcos regulatórios para acompanhamento de como o debate preservacionista era refletido na correspondente legislação específica e, de modo inverso, como esta impactava a sociedade. Logo no princípio da década de 1980 foi promulgado o Decreto nº 8.111 de 12 de março de 1981, que regulamentava o instrumento legal que dispunha sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico do Estado – a Lei nº 4.775, de 03 de outubro de 1978. A partir dele, o processo de tombamento deveria ser aberto por iniciativa própria ou solicitação externa à FJA, a qual avaliava tecnicamente o valor dos bens, e remetia o processo – com estas e outras informações – ao Conselho Estadual de Cultura.

Assim, a Fundação continuou a ganhar espaço no campo patrimonial local, efetuando atividades de registro, de consultorias técnicas e de tombamentos. Nesta década de 1980, diversos bens entraram para o rol daqueles protegidos a nível estadual[122].

Foi também nessa década que surgiram os primeiros registros sobre a ideia de um corredor cultural na cidade. Talvez por influência da implantação do Projeto Corredor Cultural no Rio de Janeiro, em 1979, que constituiu o primeiro projeto de preservação da área central carioca[123].

Em pequena nota de jornal veiculada em agosto de 1983 registrou-se que a FJA, com a cooperação da Prefeitura e da Fundação Roberto Marinho, se empenhava em transformar a Avenida Junqueira Aires (hoje, av. Câmara Cascudo) em "uma espécie de 'corredor cultural'" (PORTO, 1983). O corredor cultural parece, aqui, ser ainda pouco conhecido. Segundo relato de Haroldo Maranhão[124], arquiteto que sempre esteve debruçado sobre a temática, em meados da década de 1980 já se falava sobre o tema, mas muito pouco. Novos registros voltariam a aparecer na década de 1990, como se verá a seguir.

---

[122] Ver Assunção (2014, p. 71) e FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO (2004, pp. 123-124).

[123] Segundo Mirela Macedo (2004), "Na fase de sua concepção, ao longo do ano de 1979, foi criada a primeira instância de gestão do Projeto Corredor Cultural: a Câmara Técnica, que contou com a participação de intelectuais cariocas, e a Equipe Técnica, formada por técnicos da Prefeitura Municipal. Esta instância foi responsável pela elaboração das primeiras estratégias de intervenção, instrumentos legais e o conceito de preservação do Projeto Corredor Cultural.

[124] Entrevista realizada em Natal, dia 13 de abril de 2015.

Enquanto isso, em Mossoró, demonstrou-se um empenho concreto na oficialização deste tipo de projeto. Em matéria de outubro de 1983, registrou-se que, no dia 11 daquele mês, haveria a assinatura do decreto de criação do Corretor Cultural de Mossoró, cuja área passaria a ser tombada (ACKEL..., 1983).

Se o corredor cultural não teve força para, em Natal, construir um primeiro indício político de atribuição de valor histórico/cultural ao seu centro antigo, para Siviero (2014, p. 39), o Plano Diretor de 1984 teve. Para João Galvão[125], arquiteto que atuou na prefeitura por muitos anos e que corrobora com essa opinião, "as proposições sobre nosso patrimônio ocorreram oficialmente desde os estudos do Plano Diretor Físico-territorial de Natal – Lei nº 3.175 de 29 de fevereiro de 1984". Contudo, é interessante frisar que no zoneamento proposto à época do PD 84, o patrimônio histórico ainda não tinha peso significativo por não apresentar, oficialmente, uma regulamentação específica[126].

Em 1985, surge mais um órgão voltado ao patrimônio no município: o Instituto de Planejamento Urbano de Natal – IPLANAT (hoje, Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB). De acordo com João Galvão, a equipe responsável pesquisou os dois primeiros sítios de ocupação da cidade (Cidade Alta e Ribeira) e, a partir disso, estabeleceu um subzoneamento, que se sobrepunha ao zoneamento do Plano Diretor de 1984, caracterizando áreas com restrições urbanísticas que procuravam preservar o arruamento, a volumetria e a ocupação histórica dessa zona especial. E teriam sido esses os estudos responsáveis pela criação da Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH, Lei municipal nº 3.942, de 09 de julho de 1990), que, segundo aqui se defende, trata-se do primeiro momento de uma política urbana voltada para o patrimônio de maneira mais global na cidade. Ressalta-se que, segundo o mesmo relato, esses estudos teriam sido elaborados e executados em parceria com a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (hoje, IPHAN) e com a Prefeitura Municipal do Natal.

> A ZEPH introduziu também, na legislação, uma visão de conjunto do Centro Histórico. Não se tratava de proteger isoladamente determinados imóveis, mas sim orientar a preservação de um ambiente urbano que reúne edificações (coloniais, ecléticas, decó, modernas) de diferentes períodos sobre o traçado da urbanização mais antiga (IBAM, 2010, pp. 15-16).

[125] Entrevista realizada por e-mail, cedida em 21 de abril de 2015.

[126] O zoneamento, proposto com base no uso, dividia-se em catorze categorias. Além das zonas residenciais, comerciais, industriais e de serviço, apresentava uma Zona Eixo de Atividades Múltiplas e Zonas Especiais (de Recuperação Urbana, de Interesse Turístico, Militar, Administrativa, Universitária e de Expansão Urbana). Fonte: <http://www.natal.rn.gov.br/bvn/publicacoes/MariaESM_cap3_ate_final.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2015.

Para João Galvão, o que se debatia na década de 1990 era que a política de preservação objetiva deveria ser instrumento para resguardar as contribuições positivas do urbanismo e da história, além do sentimento de pertencimento do cidadão. Ainda de acordo com seu depoimento, sempre havia um viés de apelo estético quanto ao passado, e a preservação deveria ocorrer "com as devidas e necessárias adaptações, fugindo ao engessamento puro que pode, perigosamente, ter efeito contrário ao pretendido, ao não permitir novos usos e pequenas adaptações que viabilizem o reuso".

Vale situar a mentalidade natalense num contexto mais amplo. Conforme lembra Isabela Tamaso (2012, p.21 apud ASSUNÇÃO, 2014, p. 75), a década de 1990 foi marcada pela "ampliada afeição ao patrimônio", pela "intensificação dos processos de patrimonialização em todo mundo" e "pela corrida ao título de patrimônio mundial junto à UNESCO". E como colocado no capítulo anterior, foi nesse período que a visão da cidade enquanto atrativo turístico e econômico teve seu ápice.

Em 1991, quando Jeanne Nesi era ainda diretora do Centro de Documentação Cultural da Fundação José Augusto, publicou o artigo "O Corredor Cultural de Natal", no Congresso Brasileiro sobre Patrimônio Histórico e Cidadania, realizado em São Paulo – SP. Nele, ela demonstra sua crença de que o corredor representaria um instrumento para preservação da memória local, e assim o definiu:

> O Corredor Cultural de Natal começa na atual praça André de Albuquerque, local onde a Cidade foi fundada, possivelmente em 25 de dezembro de 1599. Prossegue descendo à Ribeira pela avenida Junqueira Aires, percurso obrigatório entre os bairros da Cidade Alta e Ribeira, no início deste século; pois os outros acessos eram quase impraticáveis, desembocando fatalmente na praça Augusto Severo (NESI, 1991).

Porém, até aí, ainda não houvera qualquer delimitação oficial do suposto corredor cultural de Natal. Porém, fato é que ele foi gradativamente sendo absorvido por alguns setores da sociedade, sobretudo aqueles voltados ao turismo. Segundo relato do atual secretário municipal de cultura, Dácio Tavares[127], o objetivo deste corredor seria "traçar um circuito turístico, apresentando aos visitantes os pontos e edifícios culturais mais representativos existentes ainda nos bairros mais antigos da nossa cidade: Ribeira e Cidade Alta". João Galvão complementa, afirmando que a finalidade era prolongar a presença do turista que vinha às praias, lhes oferecendo atividades ligadas à cultura, à gastronomia, ao folclore e à história potiguar.

[127] Entrevista realizada por e-mail, cedida dia 6 de maio de 2015.

Da década de 1990 até 2002, a FJA tombou mais edificações isoladas na cidade. Embora não se tenha precisão das datas, sabe-se que, entre 1989 e 1993, foi analisado o processo de tombamento estadual do Rio Potengi – apesar de não terem sido encontrados, para esta pesquisa, registros de sua continuidade (FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, 2004, p. 128). Tal fato já aponta o valor que vinha sendo construído no imaginário de alguns natalenses sobre este elemento natural.

Cumpre destacar que, em 1993, ocorreu outro importante marco da preservação em Natal: o Seminário Ribeira Velha de Guerra, realizado numa parceria do município do Natal (IPLANAT e STTU[128]) com a Câmara Municipal e a FJA. Segundo João Galvão, o evento ocorreu num momento em que já vinham sendo realizados estudos para atualização do Plano Diretor da cidade, mediante avanços incorporados pela Constituição Federal, que entrara em vigor em 1988. Para o arquiteto, o objetivo do evento era "conhecer e discutir trabalhos e ideias que pudessem contribuir para o estancamento do processo de degradação de algumas edificações que estavam sem uso ou em ruínas", bem como debater projetos que pudessem amenizar esta situação.

Ainda segundo o arquiteto, na oportunidade, houve discussões sobre a demanda do tombamento do centro histórico. Vale lembrar que, nesta mesma década de 1990, houve uma verdadeira febre de revitalizações nos centros históricos brasileiros, como aconteceu em Salvador e no Bairro do Recife, voltadas para o uso turístico e cultural, com a promoção de shows e eventos.

Entre as propostas apresentadas para o bairro esteve o Projeto Viva a Ribeira (NATAL, 2008c, p. 8) que, por sua vez – de acordo com Assunção (2014, p. 21) –, "teve como desdobramento o projeto Fachadas da Rua Chile (1995/96), que foi a primeira reabilitação física de conjunto na área de interesse patrimonial". Teria integrado o "Plano de Reabilitação Urbana Ribeira", da Prefeitura Municipal do Natal, em 1995 (MARANHÃO, 2007).

Quanto ao projeto Fachadas da Rua Chile, este consistiu numa intervenção física em um trecho desta rua, incluindo o Largo que também leva seu nome. No local de intervenção, foi substituída a pavimentação do espaço livre público e, nas edificações, foram restauradas as fachadas e recuperados os telhados (ASSUNÇÃO, 2014, p. 76).

[128] Antiga Secretaria de Transportes e Trânsito Urbano, hoje, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SEMOB).

Executado pelo extinto IPLANAT, o projeto obteve recursos junto ao Ministério da Cultura. Como resultados, recuperou mais de 40 fachadas e incentivou – através da lei de operação urbana – a reabilitação de vários imóveis, tendo transformado o referido Largo em um espaço de manifestações culturais, de modo a atrair diversas casas noturnas. Posteriormente, suscitou a construção do Terminal de Passageiros, hoje em fase de conclusão. Cabe ainda destacar que essa intervenção trouxe, à época, o debate sobre um tombamento em conjunto, bem como desencadeou uma série de pesquisas – inclusive arqueológicas –, decorrentes de estudos realizados devido à identificação de fragmentos de antigos objetos e vestígios de fundações de edificações nas obras de pavimentação do Largo, que foram devidamente documentados por técnicos da UFRN e do IPHAN[129].

Segundo relata Haroldo Maranhão, arquiteto que esteve à frente do projeto, mediante ciência do valor orçamentário previsto para a intervenção – que daria apenas para custear a restauração de uma ou duas casas –, optou-se por fazer um plano com cinco intervenções na Ribeira. Para ele, a primeira delas objetivava chamar a atenção das pessoas para que estas voltassem o olhar para essa parte da cidade e, assim, promover nelas uma conexão com sua memória, sua história.

De acordo com Assunção (2014, p. 76), nas edificações que sofreram intervenção foram incentivados novos usos de caráter lúdico: turístico, cultural e lazer. O governo passou a financiar shows na área, conseguindo atrair uma grande quantidade de visitantes em dias de evento. Parecia ser o fim da imagem negativa que a Ribeira vinha apresentando, gradativa e crescentemente, desde a década de 1970.

Mas Haroldo Maranhão lamenta ao afirmar que, apesar da grande movimentação que houve à época e dos frutos que a ação gerou – em termos de mentalidade de investimento na preservação da cidade –, a descontinuidade administrativa teria barrado a evolução do processo. Com isso, "o escritório técnico de gestão da intervenção foi desativado em 1997 e os eventos no largo diminuíram sua frequência" (ASSUNÇÃO, 2014, p. 76).

Alguns entrevistados comentaram a existência de crônicas que foram escritas no início dos anos 1990. Segundo relata Haroldo Maranhão, "alguns jornais faziam encartes semanais com artigos de antigos moradores da Ribeira, antigos intelectuais, que abordavam esses aspectos memorial, histórico e poético do bairro", tendo sido ele mesmo também convidado a escrever.

[129] Depoimento de técnico que participou do projeto, mas solicitou anonimato.

Em 1994, foi elaborado mais um Plano Diretor de Natal (PDN), que definiu o bairro como nova unidade de planejamento e, ao mesmo tempo, confirmou a legislação que definiu a ZEPH e a Zona Especial Portuária, regulamentadas no início dos anos 90. Entre as novidades que trouxe em relação ao PD anterior estavam instrumentos como a Operação Urbana[130] e a Transferência de Potencial Construtivo, tendo sido instituídos os bairros da Ribeira e da Cidade Alta como Áreas de Operação Urbana, de maneira a buscar a preservação dos imóveis de valor patrimonial neles contidos. Para isso, seriam dados incentivos para o estabelecimento de usos compatíveis com a natureza do parque edificado ali existente.

A partir daí o poder público, por meio do aparato legal, não apenas regulamentou o ordenamento e uso do solo como criou incentivos para a valorização patrimonial, embora sem um maior debate sobre quais seriam os valores a serem preservados.

Assim, em 1997 entrou em vigor a Operação Urbana Ribeira (OUR) que, de acordo com João Galvão, teve sua minuta elaborada em cumprimento às normas da Lei Orgânica do Município (arts. 118 a 120, 133, 134 e 166 a 169), e incorporou as contribuições advindas do seminário Ribeira Velha de Guerra. Segundo ele:

> Mediante discussões em grupos diversos que se reuniram, posteriormente, como grupo único, a proposta foi discutida e encaminhada ao Conselho de Planejamento Urbano e Meio Ambiente do Município – CONPLAM. Após mais essa instância de discussão e contribuição, a minuta de lei foi enviada à Câmara Municipal e transformou-se na Lei Nº. 4.932, de 30 de dezembro de 1997, com vigência definida para seis anos. Findo esse prazo e com a consequente perda de validade do instrumento legal, no fim de 2003, fez-se necessário revalidá-la para que houvesse tempo hábil para discussões e realinhamento de seus objetivos.

A OUR teve como delimitação espacial todo o bairro da Ribeira que apresentava, então, uma imagem de degradação mais acentuada que a Cidade Alta. O bairro foi delimitado em duas áreas: a de recuperação histórica (ARH) e a de renovação urbana (ARU) (ASSUNÇÃO, 2014, p. 77).

Ainda no final da década de 1990, outro marco da legislação da cidade foi publicado: o Conselho Municipal de Cultura (CMC), criado pela Lei Complementar nº 20 de 02 de março de 1999, e vinculado à Fundação Cultural Capitania das Artes (FUNCARTE).

Em suma, vê-se que as ações de patrimonialização pelo Estado vêm ocorrendo desde a década de 1940, passando, porém, a tomar mais vulto a partir da década de 1980, quando

[130] "O Plano Diretor de 94 já fazia referência à Operação Urbana Consorciada como instrumento de planejamento urbano antes da sua regulamentação a nível federal, via Estatuto da Cidade (em 2001)" (IBAM, 2010, p. 20). A definição desse instrumento que constava no art. 24 referido plano: "... aquela que, embora passível de adensamento, apresenta valores histórico-culturais significativos para o patrimônio da cidade e que carecem de formas de recuperação e revitalização" (Op. Cit., p. 21).

começam a ser desenhadas as políticas públicas para o setor. Mas a década que parece ser mais atuante nesse aspecto é a de 1990 quando, inclusive, já começa a ser registrada a demanda pelo tombamento do centro histórico da cidade e os debates sobre as consequências favoráveis e desfavoráveis de preservação do patrimônio são um pouco mais ampliadas.

3.2.3 Século XXI: os anos que precederam e que sucederam o tombamento

Em 2000 foi sancionada a Lei nº 5.191, de 16 de maio, que dispõe sobre a preservação e tombamento do patrimônio histórico, cultural e natural do Município do Natal e dá outras providências. Esta lei institui como órgãos competentes para aplicação de suas disposições: a FUNCARTE, a SEMURB e o CONPLAM. Abriu-se, assim, a oportunidade de tombamentos no nível municipal.

Com o passar dos anos, diferentes foram os cenários aos quais estas e as demais entidades citadas, que atuam na preservação do patrimônio potiguar, se submeteram. A sociedade e seus valores modificaram-se, e passaram a exigir uma atuação cada vez maior desses organismos. Por sua vez, os recursos destes órgãos (humanos, infraestruturais, financeiros, etc.) muitas vezes não acompanharam o aumento dessa demanda. Com isso, surgiram novas organizações, públicas e da sociedade civil, como o Setor de Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Arqueológico (SPHA, antes vinculado à SEMURB, hoje extinto), o Instituto dos Amigos do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural e da Cidadania (IAPHACC[131]), entre outras.

Quanto aos projetos de intervenção em áreas urbanas patrimoniais desse período, novamente o corredor cultural volta a figurar nas políticas públicas, adotadas pela prefeitura. "Inspirado nos projetos desenvolvidos em outras cidades brasileiras, Natal desenhou um eixo cultural que parte do interior da Cidade Alta (Rua Santo Antônio) e vai até o início da Ribeira (Praça Augusto Severo)"[132]. Cabe frisar que o tratamento dado a esse território estabelecido apresentou características de monumentalidade, já que muitas intervenções se davam de modo a valorizar edificações de caráter mais suntuoso e/ou excepcional.

---

[131] De acordo com informações extraídas da página do instituto em uma rede social (Facebook), foi criado em 2004, e tem como bandeiras a Preservação do Patrimônio Histórico e Meio Ambiente.

[132] SIVIERO, Fernando Pascuotte. **Um mapa para outros fazeres**: Territórios educativos e patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro: 2014, p. 40.

Do ponto de vista da iniciativa privada, "assistiu-se na Ribeira a apropriação e ocupação de alguns prédios abandonados por grupos culturais e artísticos da cidade. Catita, Casa da Ribeira, Giradança, Dosol, Cia dos Atores, Nalva Melo etc. são alguns desses exemplos"[133]. Foi nesse momento que teve presença marcante a Sociedade dos Amigos do Beco da Lama e Adjacências (SAMBA) que, de acordo com Siviero (2014), "embora sem sede própria, fomenta diversas manifestações culturais no bairro, como sambas, bailes de carnaval, festival de música, de gastronomia etc."[134]

É válido notar que, foi mediante incentivos implantados na década de 1990 que estes investidores privados e setores da sociedade apostaram numa ressignificação e revalorização da área. A apropriação da temática cultural ocorreu, pois, mediante um impacto positivo sobre alguns fatores de interesse para determinados atores sociais.

Para João Galvão, "sem dúvida, o Corredor Cultural foi sempre pensado junto com as intervenções no Centro Histórico". Inclusive, segundo ele, "no âmbito do IPLANAT/SEMURB, o ano de 2002 marcou o início de elaboração de uma proposta de um Circuito Histórico, Turístico e Cultural de Natal que, concluído, foi disponibilizado em janeiro de 2003". Convertido em publicação, o material que trata dessa proposta contempla o esquema em mapa do circuito na imagem a seguir.

[133] SIVIERO, Ibid.
[134] SIVIERO, Op. Cit., pp. 39-40.

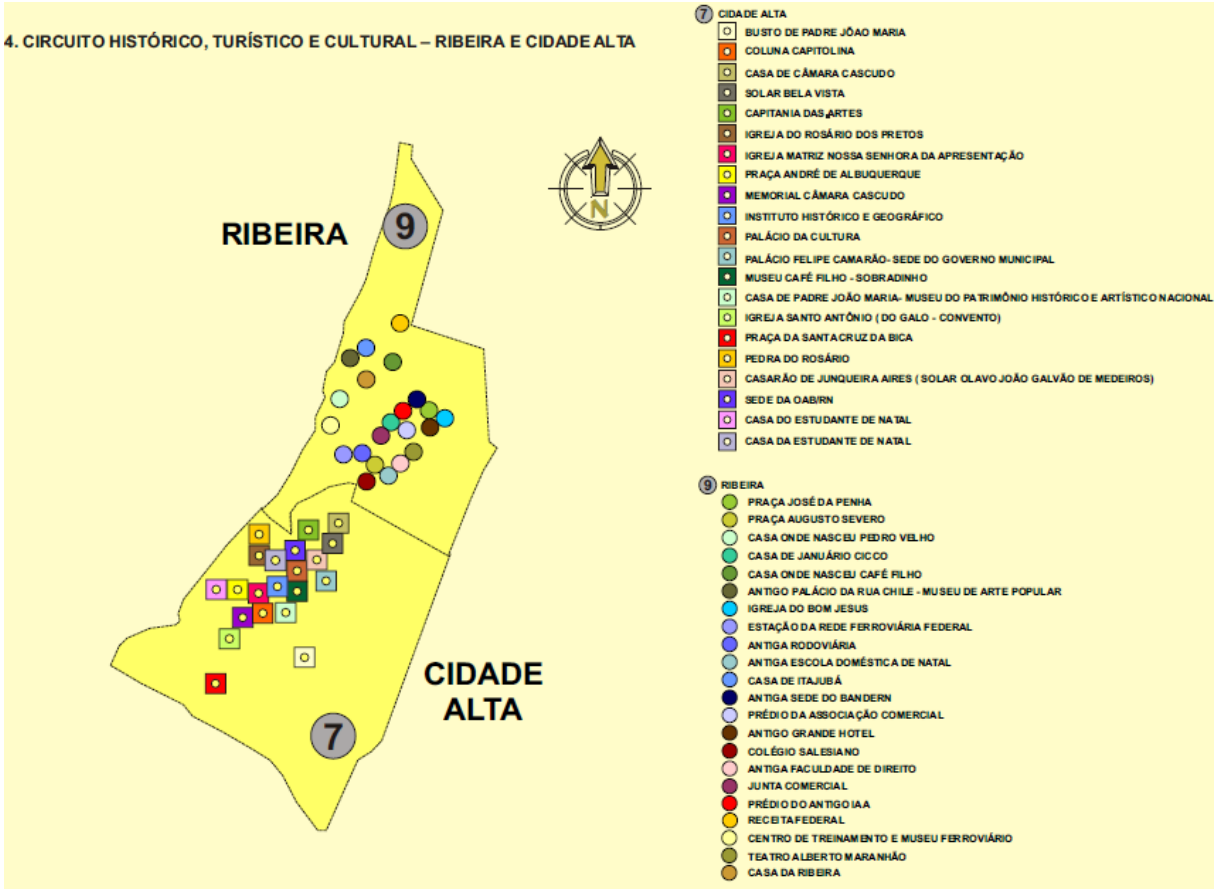


Figura 15 - Mapa do Circuito Histórico, Turístico e Cultural de Natal. Fonte: NATAL, 2003.

No mapa acima, novamente se vê o destaque aos bens tomados individualmente. Muitos deles, de caráter monumental e/ou estético, defendidos por um discurso diretamente vinculado ao do turismo da cidade. Deste modo, se percebe que o caráter de investimentos em "conjunto" ainda se trata, neste momento, de um somatório de elementos com valores individualizados, e não uma noção de totalidade, de outros valores coexistindo com o arquitetônico.

Ainda sobre o discurso da importância do turismo nas políticas públicas, é válido registrar que não foram encontrados dados específicos da contribuição do setor para a economia da cidade, de modo a verificar se essa bandeira levantada tem veracidade em números. Uma pista, fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é relacionada ao setor de serviços, que é apontado como o maior responsável pela renda do estado e da capital (representando mais de 80% do total[135]). Outra informação relevante é colocada por Vidal (2010), que lembra que Natal, além de ser sede de uma Região Metropolitana, concentra todo o aparato institucional e de serviços relacionado ao turismo no estado. E como efeitos creditados

[135] Fonte: IBGE, 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=240810&search=rio-grande-do-norte|natal|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>. Acesso em 25 set. 2015.

à atividade na geração de renda da cidade, o autor cita: os crescimentos das indústrias de vidros (atende à construção civil) e têxtil (atendimento a hotéis e restaurantes), a ampliação do mercado imobiliário (turismo de segunda residência), a ampliação do número de lojas de material de construção civil e de alimentos, além dos estabelecimentos dirigidos a esse fim (tais como agências de viagens, hotéis, pousadas, bares, restaurantes, empresas de transporte, etc.).

Embora os supracitados dados ainda não sejam suficientes para afirmar a importância econômica do setor turístico para a municipalidade, o que se pode denotar é que o discurso existe. Assim, a defesa da preservação da história da cidade, além do sentimento saudosista de rememoração de um passado glorioso, pode ter – conforme anteriormente colocado por João Galvão – forte peso de uma cultura que considera a necessidade de prolongar a permanência dos turistas por meio do incentivo a atividades culturais. Como consequência, há uma interferência desse fator na valoração dos bens patrimoniais da cidade – inclusive na diferenciação dos que sejam vistos positiva ou negativamente[136].

Por meio de um convênio de cooperação técnica entre a Prefeitura Municipal, o Programa Cidade Brasil (da Embaixada da França) e a Caixa Econômica Federal (no âmbito do Programa de Revitalização de Sítios Históricos desta instituição bancária), foi tomado um conjunto de medidas para estimular o uso habitacional na antiga área central de Natal. Este incluiu estudos e projetos, tendo sido realizado, na ocasião, um inventário completo da Ribeira – que subsidiou vários projetos, entre eles, o ReHabitar.

O ReHabitar, que tem base jurídica na Lei nº 5.567/2004, teve como objetivo "auxiliar na reestruturação urbana de espaços públicos e privados localizados em uma determinada área da cidade que apresenta processos de desequilíbrio urbano no uso da infra-estrutura (sic) instalada, no declínio de funções exercidas de desvalorização imobiliária, dentre outros" (NATAL, 2008a, p. 38). Nele foram realizados estudos de viabilidade para recuperação e adaptação ao uso misto de cinco imóveis selecionados a um uso misto. Dentre eles, apenas um edifício (o Edifício Bila) teve seu projeto concretizado, pois os demais esbarraram em questões financeiras ou burocráticas.

A necessidade de planejamento e investimento em habitação nas áreas centrais é temática debatida desde o século XX (conforme apontado no capítulo anterior). Contudo, a experiência de intervenções nestas localidades vem demonstrando a necessidade de se elaborar

[136] A exemplo, se o fator do turismo é algo que motiva os natalenses a valorizarem seu patrimônio, os bens que possuam atributos mais monumentais usualmente serão mais valorizados, e aqueles cujo valor seja mais subjetivamente ou localmente percebidos, podem não ser tão bem vistos.

planejamentos que promovam uma diversidade de usos e, assim, oferecendo maior dinamicidade a estes locais. Com isso, foi pensada uma proposta mais abrangente para Natal, tendo em conta vários usos do solo: o Plano de Reabilitação de Áreas Centrais (PRAC) da Ribeira, que foi elaborado em 2006, com a participação da UFRN e com verbas do governo federal. De acordo com Gabriela Assunção[137], dentro da meta de uso diversificado da área, estava o incentivo aos usos histórico-culturais e aos de habitação de interesse social.

É interessante frisar que, de acordo com a autora, este plano incluiu um estudo detalhado das características físicas e sociais da Ribeira, para o qual foram levantados não somente os dados estatísticos, mas também foram consultados os usuários do bairro. No entanto, as propostas mais diretamente ligadas à "revitalização turístico-cultural" do PRAC-Ribeira não se transformaram em intervenções físicas efetivas[138]. Alguns entrevistados, diante das lembranças de diversos projetos criados e que não se consolidaram, concordaram em dizer que, embora os planos existam, falta vontade política para implementá-los de modo consistente.

A recorrência de projetos iniciados cujos resultados ficaram aquém do esperado pode ter gerado um sentimento de frustração na população, conforme se pode refletir a partir da seguinte manchete, veiculada em junho de 2005: "Revitalização (mais uma vez)"? A reportagem alerta para a repetição de intenções de revitalização da área, alegando que poderia significar, inclusive, uma suposta crise de identidade vivida na cidade. Novamente o debate tem como elemento de destaque o corredor cultural, que foi tema de um evento promovido pela Agência Cultural Sebrae/Sesi, que almejava o fortalecimento econômico e cultural da área histórica a partir desse projeto. Cumpre destacar alguns atores sociais que se fizeram presentes na oportunidade deste debate: Jeanne Nesi (do IPHAN); representantes da secretaria municipal do Meio Ambiente e Urbanismo, e das secretarias de Turismo do município e do estado; empresários; e interessados no assunto, como o presidente da SAMBA[139].

[137] ASSUNÇÃO, Gabriela de A. L. M. **Percepção ambiental do patrimônio cultural**: estudo de caso na Cidade Alta e Ribeira em Natal-RN. Natal: 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, p. 79.
[138] ASSUNÇÃO, Op. Cit., p. 79.
[139] Silva (2005).



Figura 16 - imagem do projeto de integração do Teatro Alberto Maranhão, a praça Augusto Severo e o prédio da antiga Rodoviária. Imagem extraída da reportagem sobre a Revitalização da Ribeira. Fonte: SILVA, 2005.

Prova de que, até este momento, o corredor cultural ainda não tinha sido oficialmente delimitado é que, nesta mesma reportagem citada, foi pauta a viabilidade de se implementar esse projeto. Mas, como se percebe, trata-se de uma apropriação em maior escala deste elemento que, desde (pelo menos) a década de 1980, vinha sendo objeto gradativo de discussão.

Neste momento, um fato de repercussão nacional reverberou de modo significativo no campo da preservação natalense. Como o IPHAN promoveu, em 2005, concurso em nível nacional para ingresso de servidores efetivos, em 2006, a então Sub-regional do IPHAN no Rio Grande do Norte recebeu seus primeiros técnicos concursados: a arquiteta Carina Melo e o historiador Romero Filho. E o olhar que eles ofereceram para a instituição durante sua atuação foi decisivo para os rumos dos processos de patrimonialização subsequentes.

A equipe local era pequena (além dos mencionados técnicos, havia um arqueólogo contratado, Iago Medeiros, um diminuto corpo administrativo e um arquiteto estudante do Programa de Especialização no Patrimônio (PEP), Ricardo Pufal[140]. Este último, que ocupava uma vaga do Edital de Seleção do PEP IPHAN/UNESCO-2006[141] para "participar de estudos, pesquisas e demais atividades que visam a valorização e preservação do 'Corredor Cultural' da cidade de Natal", procedeu os estudos iniciais para um inventário sobre o centro histórico. O objetivo deste trabalho, ao qual os técnicos recém ingressantes deram continuidade, era subsidiar a proposição de um tombamento, tendo por base os bens que compunham o eixo do

[140] Segundo depoimento de Carina Melo.
[141] Informações disponibilizadas pela Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência (COPEDOC), IPHAN.

corredor cultural. Pouco tempo após o início destes estudos, estagiárias foram chamadas para dar suporte técnico a equipe[142].

Enquanto isso, a OUR passou por uma revisão, a partir da publicação da Lei Complementar nº 079 de 04 de janeiro de 2007. Para administração e acompanhamento da aplicação desta lei, seu Art. 29 manteve o Comitê de Gestão da Operação Urbana Ribeira e o Escritório Técnico da Operação Urbana Ribeira[143], a ser formado por equipe multidisciplinar de servidores do município e criou (em seu Art. 34) o Fundo Especial da Operação Urbana Ribeira.

Apesar dos incentivos fiscais previstos, na prática, a operação não gerou recursos próprios que garantissem a execução de muitas das ações voltadas aos bens patrimoniais, previstas como contrapartida (IBAM, 2010, p. 25). Outra crítica posta é a do não funcionamento da estrutura de gestão da operação (IBAM, 2010, p. 28).

Mas um ponto ao qual se quer dar destaque no presente trabalho, ainda relacionado à OUR 2007, é apontado por Assunção (2014, p. 21): o aumento do coeficiente de aproveitamento da construção[144] em relação à operação anterior, que permitiu a verticalização do trecho de topografia mais elevada da Ribeira. Os limites territoriais do bairro foram divididos em três áreas (ver figura 19): a de recuperação histórica (ARH), a de renovação urbana (ARU) e a Adensável (AAd). Nesta última zona, o coeficiente de aproveitamento – que no PD 2007 era 3,0 – passou a ser 3,5 ou 4,0 (este último, caso a empresa execute "unidades residenciais para faixas de renda média ou baixa", com o mínimo de 50% de edificações requeridas, "não necessariamente sendo no mesmo lote"). Vale salientar que, para Assunção (2014, p. 80), esta imposição seria decorrente da política de incentivo habitacional preservacionista do ReHabitar. Por fim, tem-se que era admitido gabarito máximo de 90 metros de altura (ASSUNÇÃO, 2014, p. 80).

Como resultado desta política urbana, foram construídos prédios altos em terrenos que já são mais elevados em relação à área delimitada como o centro histórico e que,

[142] Há registros, nos arquivos internos do IPHAN-RN, de dois termos de referência para dar suporte aos estudos, datados de novembro de 2007. Dando continuidade ao projeto do "Inventário do Centro Histórico de Natal", iniciado em 2006, foram colocados como objeto de contratação um profissional e dois estudantes de arquitetura, para realização de pesquisas documentais e de campo (incluindo levantamentos arquitetônicos), bem como fichamentos e inventário dos imóveis de valor cultural no bairro da Ribeira, que consistiria a segunda etapa da pesquisa.

[143] Organismos de gestão e controle criados pelo Decreto nº 6.279, de 8 de outubro de 1998.

[144] Que visou fornecer condições mais favoráveis a novos investimentos privados na área, de modo a alavancar o processo de recuperação e revitalização do conjunto arquitetônico e urbanístico.

simultaneamente, lhe são vizinhos. Com isso, mesmo que o zoneamento efetuado não incida diretamente na malha que integra as poligonais de proteção, o impacto que gera acarreta danos à apreensão visual deste espaço.



Figura 17 - Vista para o Largo do Teatro Alberto Maranhão e adjacências, na Ribeira. Detalhe do impacto gerado pelas torres habitacionais ao fundo. Fonte: Google Street View, 2014.

Conforme aponta o diagnóstico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), contratado para modernização da Prefeitura Municipal de Natal, "[...] é importante chamar atenção que há um movimento relativamente novo do mercado imobiliário de Natal em direção à área central e à Ribeira mais especificamente" (IBAM, 2010, p. 32). Conforme analisa Nascimento (2012b), nos últimos anos o bairro vem apresentando um novo eixo[145] de renovação urbana que tem colocado em permanente tensão a agenda de intervenção pública no centro histórico.

[145] Segundo Nascimento (2012b, p. 45), trata-se do eixo da av. General Gustavo Cordeiro de Farias, área classificada pelos instrumentos urbanísticos como sendo de "renovação", próxima a bairros nobres (Petrópolis e Tirol) e prolongamento de uma área de expansão imobiliária da cidade que faz uso da própria legislação para favorecer investimentos no setor.



Figura 18 - Mapa com a localização do eixo de verticalização na Ribeira Alta, situando-o tanto em relação às zonas previstas na legislação urbanística municipal quanto às poligonais de tombamento do IPHAN. Fonte: Nascimento (2012b, p. 60), editado pela autora.



Figura 19 - Vista da verticalização do eixo da av. General Gustavo Cordeiro de Farias a partir da Ribeira "Baixa". Fonte: Nascimento (2012b, p. 18).

Conforme se pode notar pela configuração em mapa (figura 19) e pela perspectiva de visualização a partir da av. General Gustavo Cordeiro de Farias (figura 20), a referida verticalização é uma realidade que já vem se mostrando no cenário local e seu impacto é indiscutível, sobretudo considerando a diferença de cotas *versus* gabaritos das construções históricas, de um lado, e dos novos edifícios, do outro.

Se, por um lado, a questão habitacional pareceu ter ganhado força nas propostas de reabilitação da área central, por outro, manteve-se como discurso e prática preponderantes a estratégia de articulação corredor cultural/turismo/preservação. A manutenção dessa política, mesmo frente aos constantes resultados abaixo do esperado, faz suscitar o questionamento sobre os motivos dessa postura de investimentos.

A temática do corredor cultural tomou novo fôlego e passou a figurar nos projetos com distintas delimitações. Consta, nos arquivos do IPHAN-RN, um projeto de roteiros da Sectur elaborado em maio de 2007, por uma equipe técnica composta por membros dos cursos de turismo da UFRN, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e da Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (FACEX). Este material foi incorporado no "Guia para Composição de Roteiros Pedestres de Visitação Turística ao Corredor Cultural de Natal - Cidade Alta/Ribeira", e buscava "contemplar todos os atrativos turísticos inventariados ao longo do denominado Corredor Cultural de Natal, localizado entre os bairros de Cidade Alta e Ribeira". Em 2009, as diretrizes apontadas por este Projeto foram transformadas num "Plano Piloto para o 'Corredor Cultural' do Centro Histórico" (NATAL, 2009).

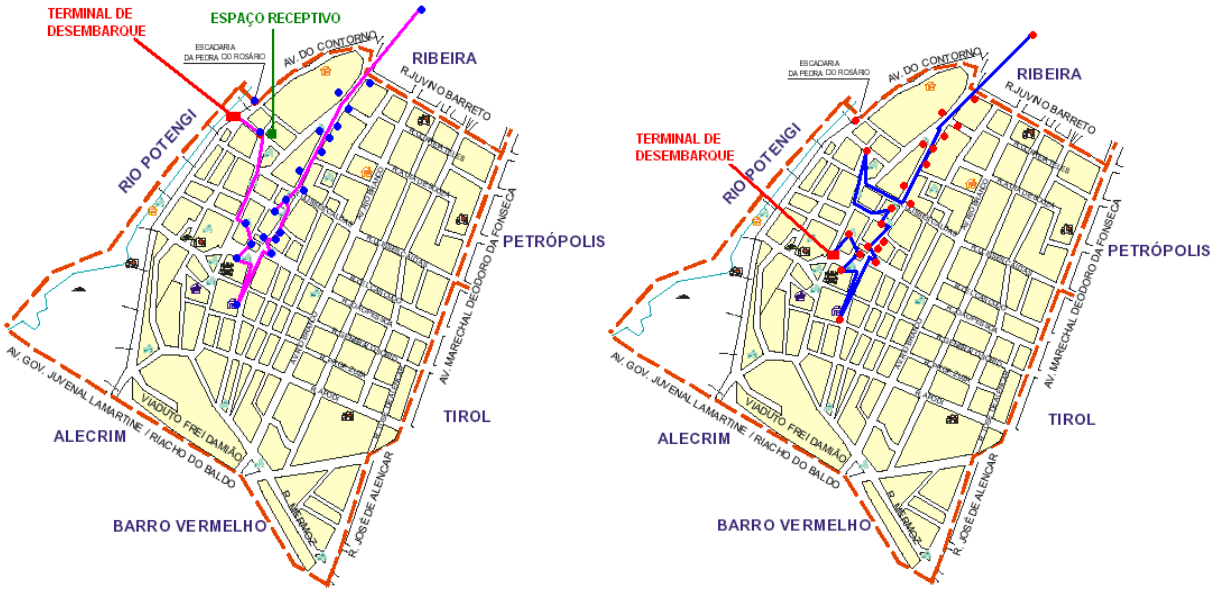


Figura 20 - Roteiros do "Guia para Composição de Roteiros Pedestres de Visitação Turística ao Corredor Cultural de Natal - Cidade Alta/Ribeira": do Rosário (igreja), à esquerda, e da praça (André de Albuquerque), à direita. Fonte: NATAL, 2007.

Outra proposta, de autoria da SEMURB, propôs uma série de projetos estruturantes em torno de um novo projeto de corredor cultural: o "Corredor Cultural Câmara Cascudo" (ASSUNÇÃO, 2014, pp. 82-83).



Figura 21 - Corredor Cultural de Natal. Fonte: acervo da SEMURB. ASSUNÇÃO, p. 83.

Cumpre analisar que, neste momento, a novidade quanto ao projeto do corredor é a intenção de articulação de investimentos com outros projetos. Dois fatores podem ser apontados como possíveis justificativas para a adoção dessa nova postura: os sucessivos descontentamentos com as ações anteriores, que se davam de maneira mais pontual sobre alguns

bens; um pensamento de planejamento urbanístico mais forte, que busca dar um suporte mais completo à temática central (do corredor cultural) por meio de intervenções complementares.

Outra questão digna de nota é que, até este momento, a malha urbana, a paisagem, o rio ou outros tipos de elementos não tiveram destaque. Sempre foram os mesmos bens imóveis historicamente difundidos como merecedores de contemplação e preservação os contemplados pelos projetos.

Embora a difusão sobre a importância da participação da sociedade nas políticas públicas fosse apregoada desde a década de 1970 e enfatizada pela CF 88, sua absorção em diversas cidades se deu de maneira mais lenta. No caso de Natal, João Galvão lembra que, por volta de 2007, o IPHAN foi parceiro da SEMURB – através do extinto SPHA – em seminários em que se discutiram ações de intervenção no sítio histórico. Foi o caso, por exemplo, do evento "CIDADE em ALTA: perspectivas do sítio histórico".

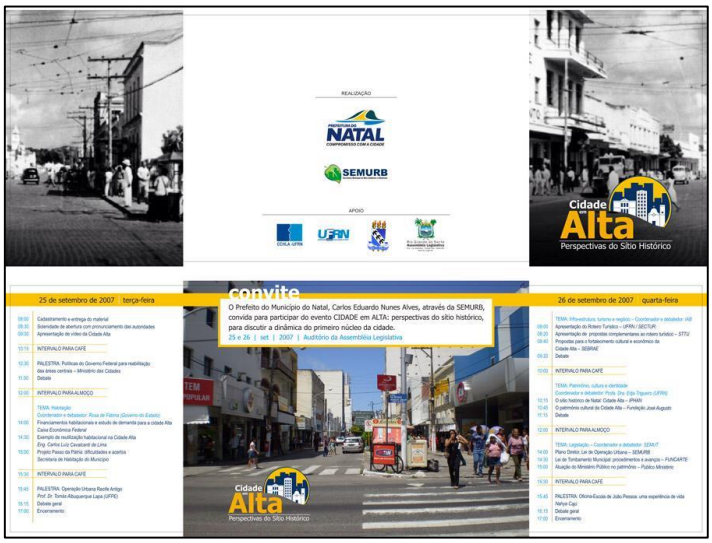


Figura 22 - Folder do evento "Cidade em Alta". Fonte: Arquivo pessoal de Heliana de Carvalho.

O evento, ocorrido antes da solicitação de tombamento pelo IPHAN, teve como mote discutir a dinâmica do bairro que constitui o primeiro núcleo da cidade. Na ocasião, a Superintendência do IPHAN-RN foi convidada a participar, tendo apresentado os estudos para tombamento do Sítio Histórico de Natal.



Figura 23 - Trechos da apresentação de slides feita pelo IPHAN-RN no evento "Cidade em Alta". Fonte: Arquivo do IPHAN-RN (editado).

O conteúdo apresentado, constituído pelos estudos que subsidiaram o posterior pedido de tombamento, apresentou parte dos levantamentos efetuados a partir do inventário realizado e, com isso, o resultado gerado teve bastantes análises arquitetônicas: estado de conservação e de preservação, gabarito e filiação estilística dos bens imóveis individuais, entre outras informações. Apesar disso e, provavelmente por motivo da participação dos técnicos concursados do IPHAN na Superintendência local, também foram registrados dados históricos significativos que permitiram, inclusive, a constatação da manutenção de boa parte da malha urbana colonial da cidade.

Dito material, a propósito, foi transformado em uma publicação intitulada “Centro Histórico de Natal”, de autoria dos técnicos do IPHAN Carina Melo e Romero Filho. O evento de lançamento do livro ocorreu no prédio da Pinacoteca e foi anunciado em reportagem do Jornal Tribuna do Norte[146]. Segundo Heliana de Carvalho[147], a intenção era “tentar ter um *feedback* da comunidade, da população, da universidade, de estudantes. Era um seminário aberto”. Contudo, não foram encontrados registros de ata sobre as contribuições que os

[146] HOLLANDA, 2007.
[147] Entrevista realizada em Natal, dia 17 de maio de 2015.

participantes possam ter dado, ou a indicação, em decorrência desta ocasião, de alterações na proposta de tombamento apresentada.

Na reportagem completa sobre o evento (de 09 de dezembro de 2007) foram, ainda, lançadas as seguintes manchetes: “A importância da corrida pelo tombamento federal” (HOLLANDA, 2007, p. 18) e “Levantamento dos Sítios Históricos”, onde consta a poligonal de tombamento (ver imagem a seguir) e alguns dos prédios mapeados, incluindo o antigo Hotel Majestic (hoje Memorial da Justiça), o Memorial e a Casa de Câmara Cascudo (HOLLANDA, 2007, p. 19).

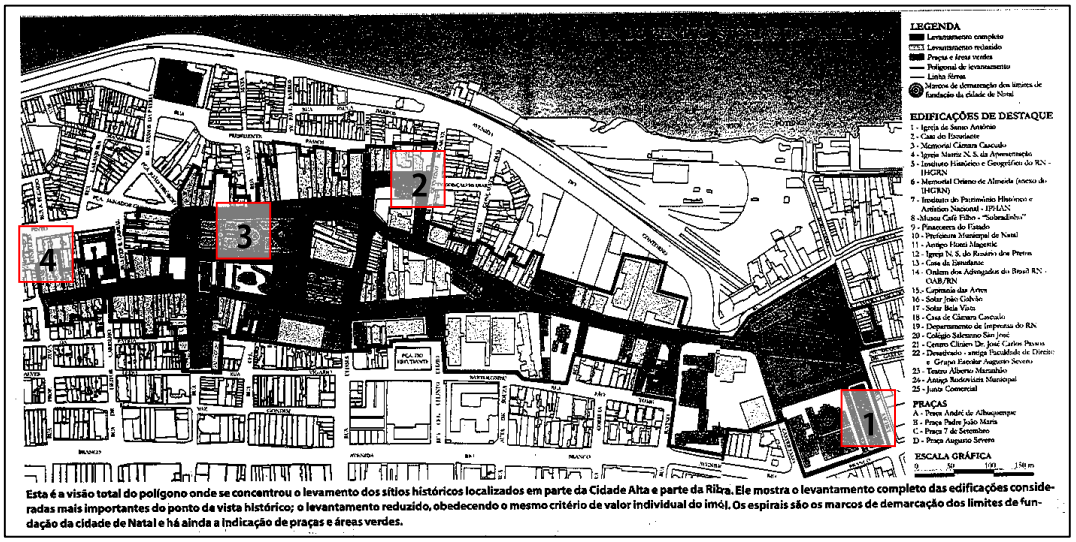


Figura 24 - trecho da matéria publicada antes do evento de lançamento pelo IPHAN-RN do livro sobre o Centro Histórico. Fonte: HOLLANDA, 2007, p. 19, (edição da autora).

Vale fazer uma reflexão sobre a figura anterior. No trecho escuro é marcada a circulação que conecta vários dos bens que são recorrentes nos projetos de roteiros elaborados para o corredor cultural: o Teatro Alberto Maranhão (nº 1), o Largo da Igreja do Rosário (nº 2), a Praça André de Albuquerque (nº 3) e a Igreja do Galo (nº4). Não é sem motivo tal semelhança, sobretudo considerando que a própria direção da unidade do IPHAN-RN (à época, representada por Jeanne Nesi), se coadunava com a defesa de implementação de um corredor cultural em Natal. Com isso, fica muito clara a forte relação entre este projeto e a proposta tombamento apresentada pela referida unidade ao DEPAM.

E para angariar adeptos dessa proposição, a então Sub-regional do IPHAN-RN também promoveu, como ação paralela, a realização de exposições permanentes do acervo arqueológico do estado na sua sede (à época, localizada na Cidade Alta), com o objetivo de mobilizar a comunidade para o tombamento e, com isso, arrecadar assinaturas para “robustecer a documentação sobre a necessidade desse tombamento” (HOLLANDA, 2007). O documento

gerado, que contou com 98 assinaturas[148], é considerado por João Galvão um documento válido, por ter sido assinado por técnicos urbanistas, historiadores e cidadãos, dentre os quais muitos são reconhecidos como estudiosos do tema preservação do centro histórico de Natal. Contudo, deve-se registrar que tal posicionamento reflete uma mentalidade de atribuição de competência para atuar em determinadas temáticas voltada a um público restrito, considerado detentor de capital cultural para tal.

Como reflexos dessas estratégias de poder implantadas, pode-se colocar dois tipos de reação da população: de aceitação/incentivo, e de resistência. Quanto ao primeiro, cabe citar duas reportagens que denotam posicionamentos favoráveis às ações patrimoniais implantadas. Em uma delas (publicada em maio de 2007[149]), se atribuiu ao tombamento de bens o mérito de alguns prédios apresentarem um estado de conservação menos degradado em relação aos demais que não foram salvaguardados enquanto patrimônios históricos. A outra matéria, de 11 de dezembro de 2007, tem como manchete "Natalenses aprovam tombamento" (NATALENSES..., 2007). Trata-se de texto que, embora não veicule qualquer tipo de pesquisa de campo que se tenha feito para coleta de opiniões, aponta para a aceitação do tombamento por parte da população, tendo como falas representativas alguns atores da cena cultural (uma produtora cultural, um fotógrafo, um artista plástico e um poeta)[150].

Uma das frases de destaque diz que frequentadores da Cidade Alta querem o reconhecimento nacional do corredor cultural, a exemplo dos casos ocorridos em Pernambuco e na Bahia. Trata-se, pois, de mais uma manifestação de poder simbólico estabelecido, uma vez que ao imputar uma relevância nacional a estes bens o IPHAN estaria dando uma certa notoriedade – almejada por essa população – ao patrimônio local.

Por outro lado, dois pontos de uma reportagem publicada à época[151] chamam atenção. Um, que foi levantado por um cidadão comum (um professor de História), trata da necessidade de, antes de qualquer reforma, haver uma conscientização da população por meio da educação. Outra questão mencionada foi a da insegurança da área, que afeta a permanência de pessoas na localidade, impactando o número de usuários e até de funcionários nos estabelecimentos.

Estes posicionamentos podem ser vistos como formas de resistência ao discurso apregoado, já que colocam em xeque tanto a forma como se deu o processo (sem um trabalho

[148] (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fls. 130-136).
[149] SENA, 2007.
[150] (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fl. 128).
[151] ALVES, 2007.

de construção de informações junto à população) quanto as pautas da agenda política que devem ser vistas de modo paralelo (como a questão da insegurança). São lacunas alertadas desde antes de o processo de tombamento ter sido solicitado, às quais não se deu a devida importância. Assim, as reportagens mencionadas que refletem as tentativas de diálogo promovidas pelos órgãos demonstram que não houve qualquer tipo de educação patrimonial (que deveria ser, em verdade, uma sensibilização para construção de valores na temática) ou participação social, mas uma mera divulgação das intenções de políticas na área.

Apesar da pouca abertura para a participação social nas políticas patrimoniais, a partir de 2008 – com a inauguração das intervenções físicas que integraram o corredor cultural e as ações da OUR – tiveram início as edições da Caminhada Histórica do Natal (ASSUNÇÃO, 2014). Segundo o produtor do evento:

> A idéia é o resgate na nossa história conhecendo e convivendo este acervo cultural aliado a uma grande ação de cidadania onde estaremos doando livros e alimentos [...] Outro objetivo da caminhada é incentivar o turismo cultural. Queremos mostrar que não vivemos somente de praia, mar e brisa. Uma preocupação nossa é da indiferença das pessoas em relação aos monumentos históricos. Acredito que se tivesse uma pesquisa em relação a este assunto, a cada mil pessoas, 95% não conheceria a história dos monumentos [...] (FERRET, 2008).

Como se percebe, o discurso apregoado, neste momento, parece ser uma apropriação daqueles outrora justificadores das intervenções em patrimônio com foco no turismo. O incremento que se dá, neste momento, é a inserção de novos atores sociais, que se mostram interessados em participar mais ativamente das ações neste sentido, tendo como bandeira a importância da cidadania.

Com o passar dos anos, novas edições foram ocorrendo, e o evento passou a contar com incentivos da Prefeitura, da Lei Câmara Cascudo[152] e de outros parceiros (CAMINHADA HISTÓRICA..., 2010 apud ASSUNÇÃO, 2014, p. 84), demonstrando sua capacidade de mobilização e o interesse crescente em suas temáticas.

Embora os roteiros divulgados mantivessem a prática de apreciação de bens imóveis isolados[153], aos poucos, o discurso incentivado pelo evento foi tomando novas particularidades. É o caso, por exemplo, da caminhada ocorrida em fevereiro de 2013, na qual o objetivo geral era "explicar os conceitos de patrimônio histórico/cultural (material e imaterial), memória e tombamento, promovendo a educação patrimonial". Esta edição, também incluiu "comentários

[152] Lei n° 7.799, de 30 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para financiamento de projetos culturais no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/tecidocultural/curso_acc/3/03_lei_camara_cascudo.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2016.
[153] Ver Correia (2009).

a respeito das políticas públicas de preservação, importância de se preservar o patrimônio, além de reflexões sobre os lugares de memória, enfatizando a relação do cotidiano dos cidadãos com o patrimônio cultural" (INSCRIÇÕES..., 2013).



Figura 25 - imagens da II e IV Caminhadas Históricas, respectivamente, à esquerda e à direita. Fontes: Assunção (2014, p. 84) e Galvão (2010).

Embora não se possa afirmar quais as consequências que este tipo de mobilização gerou na comunidade local, supõe-se que a realização de várias edições da caminhada ao longo dos anos demonstra certa adesão da população a este tipo de canal, que facilita o engajamento das pessoas na temática preservacionista.

Paralelamente a este movimento, o pedido de tombamento do centro histórico de Natal foi acatado e gerou o tombamento provisório do conjunto[154], incrementando a importância e a urgência do debate de algumas questões. É o caso, por exemplo, da preocupação com o gabarito possibilitado pela OUR 2007, que levou à revisão desta operação, sendo proposta também sua ampliação, passando a se chamar Operação Urbana Consorciada Centro Histórico (OUCH) – mas ainda sem processo de revisão concluído.

O cuidado em ampliar os canais de participação também passou a ser mais percebido, embora ainda de modo tímido. Para possibilitar a inclusão de Natal no programa do PAC – Cidades Históricas, a Superintendência do IPHAN-RN precisou elaborar um Plano de Ação para Cidades Históricas em Natal (PACH-Natal). O trabalho de consultoria contratado foi desenvolvido entre dezembro de 2009 a agosto de 2010, e incluiu, nos seus produtos, diversos tipos de bens e referências culturais que vão além do valor meramente monumental – incluindo também valores afetivos. Constam também relatórios de Oficinas Participativas, denotando a

[154] De acordo com o *caput* do art. 10 do Decreto-Lei 25/37, é tombado provisoriamente o bem no estágio inicial do processo administrativo: a partir da sua notificação. Segundo o mesmo artigo, em seu parágrafo único, os efeitos do tombamento já incidem sobre o bem a partir deste momento.

cooperação de atores na elaboração das propostas, conforme apregoado pelas diretrizes nacionais do PAC CH e da própria UNESCO. A partir dos resultados, foram propostos diversos projetos, que foram postos em discussão por meio de oficinas envolvendo empresários, moradores e a universidade[155]. Porém, apesar das diversas ações propostas, foram contempladas pelo PAC Cidades Históricas apenas dez ações, sendo nove delas em bens individuais (oito restaurações e uma requalificação para habitação de interesse social), e a última para requalificação de um conjunto de praças[156]. Para tanto, foram disponibilizados R$ 43,48 milhões em recursos[157].

Outro exemplo do incremento dos canais de participação foi o surgimento do Grupo de Trabalho para Projetos Estruturantes da Ribeira e Entorno (COOPERE). Embora criado oficialmente a partir do decreto municipal n°. 10.706, de 28 de maio de 2015, parte de seus componentes[158] já atuava informalmente, motivada não apenas pelo desejo de revitalização da Ribeira, como também pela necessidade de discutir projetos que eram pensados para a área, mas não dialogavam entre si. Tem por finalidade "promover a integração entre órgãos da administração pública e setores da sociedade civil a fim de formular, implementar e acompanhar projetos, estudos e ações no Bairro da Ribeiro e entorno"[159]. Trata-se de um importante e inédito instrumento para alavancar a socialização de projetos e debates sobre as intervenções na cidade.

Toda essa contextualização é importante para verificar, no cenário local, elementos que vem sendo decisivos na demanda por atribuição de valor e de patrimonialização de bens. Por um lado, percebe-se que a ideia de centro histórico em Natal surge completamente articulada à ideia de corredor cultural e da apropriação turística desta noção. Por outro lado, conforme fora colocado por Assunção (2014, p. 92), é necessário frisar, no âmbito da análise da valoração de bens pela sociedade, que "o reconhecimento institucional de valores patrimoniais na área de estudo e as intervenções físicas realizadas que são amplificadas pela mídia possuem interferência na percepção dos usuários com relação ao ambiente". Pelo que se pôde constatar em notícias de jornais e na elaboração de programas e produtos voltados para esse fim, dita interferência teve bastantes meios para ocorrer.

---

[155] Informação prestada em depoimento de Natália Miranda.
[156] Fonte: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/A%C3%A7%C3%B5es%20selcionadas.pdf.
[157] Fonte: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Investimentos%20por%20cidade.pdf.
[158] É, atualmente, formado por sete Secretarias Municipais, duas estaduais, além do IPHAN, da CODERN (Companhia das Docas do Rio Grande do Norte - Porto de Natal), da CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos) e da UFRN; e coordenado pela SEMURB.
[159] Fonte: <http://www.natal.rn.gov.br/noticia/ntc-21718.html>. Acesso em: 27 ago .2015.

A despeito do número de iniciativas de cunho preservacionista que não se concretizaram, de modo a gerar efeitos mais duradouros nesse conjunto, há suposições de explicações. Para alguns entrevistados, o que houve foi falta de vontade política para que as ações tivessem força e recursos suficientes. Porém, outro ponto merece reflexão: a verba investida, historicamente (até o presente momento), tem tido como principal finalidade a recuperação de bens individualmente, deixando a desejar o investimento necessário à discussão patrimonial local. Por meio desta última, a população seria capaz de reivindicar mais fortemente a concretização de planos para o local, além de contribuir para a conservação do acervo, o que levaria à diminuição de gastos com recuperação de estruturas abandonadas.

Ainda, cabe frisar que a especulação imobiliária tem sido um forte elemento indutor da produção da cidade e da mentalidade dos cidadãos, de uma maneira que, quase sempre, é negativa para a preservação. Somado a isso, tem a busca por lucros de construtoras (que procuram não investir na demanda do centro histórico por considerar inviável economicamente) e de proprietários, que procuram formas de ocupação excessivas dos lotes.

4 O PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE NATAL PELO IPHAN

A análise aqui empreendida do tombamento ocorrido em Natal se deu a partir de dois pontos de vista: do seu processo (que será abordado no presente capítulo) e da repercussão que ele teve no cenário local (tratada no próximo capítulo). No primeiro, foi primeiramente feita uma contextualização dos principais fatos que antecederam e permearam os primeiros estudos relativos ao tombamento, para melhor compreensão do processo. Posteriormente, foi traçada a trajetória do ato administrativo, dividida em dois momentos: a primeira fase do processo, quando se apresentou uma proposta inicial de delimitação, com seus respectivos estudos; e a segunda fase, quando ajustes foram realizados e houve acréscimo de outras visões, na qual serão destacados alguns pontos que subsidiam discussões contemporâneas sobre a matéria.

Porém, antes disso, julga-se importante fazer uma breve explanação sobre esse trâmite administrativo, bem como sobre a estrutura do IPHAN, órgão responsável pela sua execução. A portaria que rege a instauração de processos no instituto é ainda a de nº 11, de 11 de setembro de 1986[160]. Qualquer tombamento deve ser precedido de processo, para a abertura do qual deve ser apresentada proposta contendo estudo minucioso – incluindo a descrição do(s) bem(ns) e área(s) envoltória(s) – e apreciação do mérito de seu valor cultural, bem como outras documentações necessárias.

Instaurado o processo de tombamento, este é remetido ao Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), que irá designar técnicos que procederão às análises e, para tal, deverão requerer toda documentação necessária para ajuizamento de valor, que se dará por meio de parecer técnico. O responsável pela coordenação irá, então, manifestar seu pronunciamento acerca da proposta. Se favorável (lhe sendo possibilitado fazer ressalvas), deverá encaminhar o processo ao setor jurídico. Caso contrário, remetê-lo-á à presidência do IPHAN, que poderá determinar seu arquivamento ou seu reestudo.

Em caso de encaminhamento ao setor jurídico, a este caberá a análise do processo sob os aspectos da legalidade, da motivação e da instrução do ato administrativo, de modo a embasar sugestões de notificações cabíveis, sendo possibilitado o pedido de impugnação ao

[160] Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_11_de_11_de_setembro_de_1986.pdf> . Acesso em: 5 ago. 2015.

tombamento pelo(s) proprietário(s) do(s) bem(ns). Caso haja este tipo de pedido o processo é novamente encaminhado ao DEPAM – para sustentação da iniciativa quanto ao mérito–, e ao setor jurídico – para opinar sobre os aspectos legais.

Após os referidos procedimentos, o processo volta ao presidente do IPHAN, que o distribui, em reunião do Conselho Consultivo[161], a um de seus membros. Caso o Conselho Consultivo seja favorável à decisão, é dado prosseguimento às formalidades legais do processo, cabendo a homologação do ato ao Ministro da Cultura, e posterior inscrição no(s) Livro(s) do Tombo, para o registro final.

Feita essa contextualização, cabe registrar os lugares de fala das pessoas que participaram da pesquisa por meio de entrevistas. Elas podem ser divididas em dois grupos: as que participaram do processo de tombamento e as que não (mas que tiveram sua opinião ponderada por serem intelectuais e profissionais que atuam na cena patrimonial de Natal).

4.1 Considerações preliminares

Como colocado anteriormente, a intenção de Jeanne Nesi de desenvolver estudos que pudessem embasar uma solicitação de tombamento do centro histórico de Natal foi apontada por muitos dos entrevistados. Com a chegada dos primeiros técnicos à unidade, formou-se uma equipe coordenada por ela, para proceder a tais estudos[162]. Entre agosto de 2006 e agosto de 2007, foi desenvolvida pesquisa pela equipe Técnica do IPHAN/RN, utilizando como recursos financeiros os disponibilizados pelo DEPAM, através dos Planos de Ação 2006 e 2007 (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 1).

Conforme já exposto, houve uma continuidade do inventário que o pesquisador Ricardo Pufal vinha desenvolvendo, ainda numa fase muito incipiente. Então, optou-se por dar continuidade ao recorte que fora iniciado – pela Cidade Alta, o primeiro núcleo da cidade – havendo a pretensão de que, depois, houvesse uma segunda etapa. Na figura a seguir é possível

[161] Órgão colegiado de decisão responsável pelo exame, a apreciação e as decisões relacionadas à proteção do patrimônio cultural brasileiro, incluindo aquelas relativas a tombamentos

[162] Segundo relatos informais, teriam participado dessa equipe, entre 2006 e 2009: os primeiros técnicos efetivos (a arquiteta Carina Melo e historiador Romero Filho), a arquiteta Heliana de Carvalho e os estudantes do PEP/IPHAN Ricardo Pufal e Francimario Vito (apoios), as estagiárias de história (Ana Cristina) e de arquitetura (Sara, Ana Paula, Aline e Maria Rita), um arqueólogo (Iago Medeiros) e a própria Jeanne Nesi.

ver a delimitação que fora efetuada para os estudos iniciais, e a forte influência que os projetos para o corredor cultural – demonstrados no capítulo anterior – tiveram na sua configuração.



Figura 26 – Mapa contendo a delimitação da área inventariada (linha vermelha) e a indicação do corredor cultural de Natal (hachura amarela). Fonte: arquivos internos do IPHAN-RN.

É preciso registrar que, nesse momento de delimitação da área a ser estudada e protegida, o fator da gestão teve forte peso na tomada de decisões, tanto para os técnicos (que eram poucos, seja para efetuar os estudos ou para, depois, terem de arcar com os trâmites de fiscalização e de promoção dos bens), quanto para a gestora à época, que se preocupava com as responsabilidades legais que decorreriam da ampliação demasiada do acervo selecionado para salvaguarda estatal.

Segundo Carina Melo[163], os técnicos tinham como diretriz não aumentar demasiadamente a área de proteção. Assim, mesmo reconhecendo uma demanda por estudos na Ribeira, optou-se por um recorte territorial centrado na Cidade Alta, com amplitude condizente com a capacidade de trabalho do corpo técnico local.

[163] Entrevista realizada no Rio de Janeiro, dia 25 de maio de 2015.

Todos os técnicos da unidade do IPHAN-RN que estiveram envolvidos na proposta inicial afirmam que a limitação da abrangência das poligonais não refletia, obrigatoriamente, a ausência de um olhar valorativo deles sobre áreas não contempladas, mas sim os poucos recursos financeiros e humanos disponíveis à época.

Ademais, conforme lembra Helena Mendes[164] (DEPAM), há casos em que é necessário dar alguma celeridade ao estudo de um bem, para que não se deixe passar a oportunidade e a conveniência na aplicação da medida protetiva. Podem ser considerados exemplos que levam a essa urgência a entrada do pedido numa pauta de reunião do Conselho Consultivo, ou mesmo o efeito imediato de salvaguarda que o bem possa estar necessitando.

Os recursos metodológicos adotados para a elaboração dos estudos iniciais para o tombamento foram as pesquisas bibliográfica e em arquivo, e a aplicação do Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos (INBI-SU). A partir deles, foram levantadas informações históricas, arquitetônicas e urbanísticas, que subsidiaram a proposição de um recorte territorial que refletia uma parte dos registros considerados de valor à preservação. Mas também, na oportunidade, foram notadas outras referências culturais, como o modo de viver de determinadas épocas, as mudanças de mentalidade que a sociedade local experimentou, etc., conforme apontam os seguintes trechos: "Cabe ressaltar que, não obstante a presença de testemunhos materiais, ainda são fortes as referências culturais, relativas aos bairros, no imaginário da população natalense" (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 44); "Além disso, estes remanescentes arquitetônicos ajudam a caracterizar como se estabeleciam as relações sociais na área" (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 55).

Quanto ao modelo de inventário utilizado, Carina Melo ressalta que ele exigia a confecção de plantas – que eram desenhadas em *Autocad (software* para desenho técnico de plantas de arquitetura e urbanismo) –, demandando um trabalho braçal significativo. Na oportunidade da aplicação das fichas deste inventário, casa a casa, Romero Filho comenta que os moradores foram abordados e, no pouco diálogo existente, estes foram informados da intenção de se tombar bens em conjunto daquela região[165]. Conforme traduz o técnico, "o contato foi ao estilo IBGE", não tendo havido uma audiência pública para que as pessoas se manifestassem, ou um tipo de pesquisa perguntando ao cidadão sua opinião, muito menos com eles construindo noções de valores.

[164] Entrevista realizada no Rio de Janeiro, dia 26 de maio de 2015.
[165] Entrevista realizada em Recife, dia 25 de abril de 2015.

A ausência de um mecanismo de participação popular no processo é, de fato, uma crítica-chave da presente pesquisa, já que se considera um retrocesso, tanto diante dos avanços já obtidos na democratização da gestão pública brasileiraquanto do discurso patrimonial sobre a importância da participação social na preservação.

Porém, é interessante atentar para um movimento pró-patrimonialização que área central natalense já vinha manifestando ao longo dos anos, conforme apontado no capítulo anterior. Para Natália Miranda[166], o tombamento seria o coroamento dessa história de tentativas de preservação, e ele teria sido esperado por dar um novo *status*, um novo peso como centro histórico reconhecido nacionalmente[167].

Romero Filho e Heliana de Carvalho lembram de um fato ocorrido, onde parte da população se mobilizou a favor de uma preservação: quando foi anunciada a intenção de demolição do antigo Hotel Majestic (que hoje funciona como Memorial da Justiça[168]) para a construção de um estacionamento, a comunidade protestou e conseguiu evitar a destruição do bem[169]. Segundo relatam os referidos técnicos, estiveram à frente do movimento estudantes de arquitetura, professores e pessoas ligadas à área cultural da cidade. Romero Filho atenta para que esse grupo, embora ampliado, ainda representava um setor da população de pessoas que eram instruídas e lidavam com o tema cultural. Para ele, a população moradora do centro histórico, grosso modo, não tinha muita consciência preservacionista, embora considere que, talvez hoje, o debate já tenha avançado. E é essa carência na formação de uma consciência patrimonial da população que, para Haroldo Maranhão, levou (e ainda leva), em muitos casos de intervenções realizadas pelo poder público, a um alto grau de aceitação ou à ausência de qualquer manifestação por parte dos próprios usuários ou moradores do local afetado.

Sem embargo, Helena Mendes, técnica do DEPAM à época, foi informada de que a Superintendência do IPHAN-RN havia apontado o interesse da população na preservação do centro histórico da cidade. Mas o que se denota é que, embora houvesse a expectativa de parte da população, a Superintendência adotou uma velha postura de órgãos preservacionistas: diante das dificuldades (e/ou falta de prioridade) de se efetuar a necessária educação (discussão e construção) patrimonial, preferiu-se agir sem que ela acontecesse. Tratou-se, pois, de uma

[166] Entrevista realizada em Natal, dia 13 de maio de 2015.
[167] Prova de um poder simbólico estabelecido, conforme apontado no capítulo anterior.
[168] Em matéria do Jornal Tribuna do Norte (ALVES, 2005), consta que a FJA fez o projeto de restauro e o Tribunal de Justiça teria ficado responsável pela obra e recursos para tal.
[169] Segundo relatos dos entrevistados, teria sido nesse âmbito de possíveis demolições e modificações de vários prédios antigos que Jeanne Nesi teria começado a pensar no tombamento do centro histórico como uma ferramenta de proteção para o conjunto.

medida emergencial para frear o processo de demolição de bens considerados potenciais à preservação.

Cabe comentar que, em alguns casos – a depender da falta de familiaridade/interesse da população com a temática patrimonial –, a elaboração de processo de tombamento ocorre propositalmente sem dar ampla ciência à comunidade. Isto porque, em muitos lugares, a população discorda da imposição do tombamento (por temerem prejuízos financeiros decorrentes da limitação que os efeitos do instrumento geram), e se antecipa, destruindo os bens antes que estes sejam acautelados. Não se sabe se este temor chegou a influenciar, de alguma maneira, as ações do instituto em Natal. De todo modo, o que se tem é que, conforme se verifica nos registros até aqui efetuados, houve, sim, articulação do IPHAN-RN com setores da sociedade diretamente interessados na temática. Porém, foram tímidas as discussões junto à população, em geral.

Assim, podem ser apontados como atores que foram responsáveis pelas principais ações de patrimonialização locais aqueles relacionados diretamente com as instâncias de preservação, da administração pública e da UFRN, além de alguns artistas e intelectuais influentes. Contudo, as 98 assinaturas de apoio ao tombamento não podem ser consideradas suficientes num processo que afeta uma população – somente nos bairros contemplados pela poligonal de tombamento – superior a 9 mil habitantes[170] e que não foi estimulada a pensar sobre patrimônio nem informada sobre os efeitos deste instrumento.

Sem embargo, Romero Filho lembra de alguns discursos manifestados por natalenses em reuniões de gestão pública à época de sua atuação na unidade do IPHAN-RN. Segundo ele, os valores atribuídos eram, principalmente, a memória da cidade e sua identidade, e se dizia que o potiguar precisava afirma-los, sendo Natal o carro chefe – já que é a capital. E outra questão consensual era sobre a preservação propriamente dita de alguns imóveis pontuais, significativos, tais como o do prédio do IHGRN, o memorial Câmara Cascudo, o conjunto da Rua da Conceição (incluindo o sobrado Véu da Noiva[171]), os Solares Bela Vista e João Galvão, o Teatro Alberto Maranhão, etc. "E eu nunca vi alguém dizer o contrário, que tem que derrubar. Nunca vi", comenta Romero Filho.

Assim, os valores atribuídos por cidadãos de Natal que se pôde averiguar textualmente no processo de tombamento se limitaram aos externados via documentos emitidos por

[170] Segundo dados da prefeitura, em 2007 a Ribeira possuía 1.966 residentes, e a Cidade Alta 7.247 (NATAL, 2008b, p. 4).
[171] Trata-se de mais um nome dado ao edifício onde funcionou o Museu Café Filho.

representantes institucionais (vide documentos de apoio ao tombamento que precedem os estudos técnicos, na sua instrução), dos quais cumpre destacar alguns trechos: "integridade do seu traçado urbano colonial"; "acervo construído [...] constitui a própria expressão cultural da cidade"; "espaço urbano e arquitetura dão-lhe personalidade histórico-cultural e conferem-lhe identidade"; e "preservação de prédios e sítios notáveis pelos valores históricos, arquitetônicos, culturais e paisagísticos" (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fls. 3-4).

Nos supracitados documentos, alguns interesses de parcelas da sociedade pelo tombamento puderam ser detectados – uns explícitos, outros não. É o caso daqueles voltados ao turismo, posto que, embora não tenha havido uma fala direta dos atores que buscam fomentar o setor (tais como empresários), é factível essa realidade, considerando as características de desenvolvimento de Natal, reconhecida interna e externamente por seu potencial turístico; e dos relacionados à cena patrimonial local, conforme colocado anteriormente, representada por pessoas ligadas à arquitetura, a história, ao setor cultural.

Assim, é possível verificar a articulação de grupos em prol da garantia dos seus interesses, o que corrobora para o entendimento de que o tombamento é um ato político. Mesmo que o processo se dê com base numa forte argumentação técnica, e que não esteja envolto numa conjuntura partidária, o fato de se efetuar uma seleção para dar especial tratamento a determinados bens inevitavelmente afeta interesses diversos, além de envolver verbas públicas.

Outro fator que dá peso ao viés político que aqui se afirma quanto aos processos de patrimonialização é a postura institucional do(s) órgão(s) competente(s); seja da administração local, seja do IPHAN. Para exemplificar convém citar que, segundo alguns dos entrevistados, o então diretor do DEPAM, Dalmo Vieira, apregoava em reuniões do Conselho Consultivo, encontros e capacitações, o interesse em aumentar o número de sítios urbanos protegidos. Isto ocorreria por ele achar que os tombamentos já ocorridos até aquele momento eram ainda insuficientes para representar a diversidade do país. Ele também acreditava que, a partir da ampliação do estoque de bens tombados, haveria o fortalecimento da instituição, pois isso garantiria a ela mais recursos e ampliaria as ferramentas de preservação.

Para Jurema Arnaut[172], essa estratégia era parte da política de ação institucional para tombamento de importantes cidades, de modo a contribuir para o entendimento da história da ocupação do território nacional. Como se ouvia falar, inclusive, que Natal era a única capital brasileira sem um centro histórico tombado, e que um estudo já estava sendo realizado, em

[172] Entrevista realizada no Rio de Janeiro, dia 26 de maio de 2015.

paralelo, também por querer agilizar a preservação para garantir alguma segurança contra uma legislação municipal que seria incompatível[173], houve um interesse do DEPAM em viabilizar o andamento do processo de tombamento de Natal, como uma espécie de dívida que o IPHAN tinha com a cidade.

Interessante notar como contribui para esse entendimento a última frase da introdução aos estudos de tombamento, que diz: "[...] a presença de um sítio tombado no Rio Grande do Norte irá aumentar o acervo patrimonial no estado, reforçando a atuação do Iphan no contexto nacional" (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 12).

Ainda na apresentação dos estudos iniciais, é mister registrar um elemento que tem forte peso, não somente na delimitação da área à qual se propôs aplicar a proteção do IPHAN em Natal, mas no próprio cenário preservacionista local e, além dele, no ideário da população local: o já citado corredor cultural. É importante esse parêntese porque, na fala da própria Jeanne Nesi, ele foi o universo que delimitou a fase inicial de estudos ocorridos em Natal, já que seus "limites praticamente se confundem com os limites da própria cidade, do início do século XIX" (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 8).

> Até as primeiras décadas do século passado [...] Natal permanecia limitada ao que hoje corresponde aos bairros da Cidade Alta e Ribeira (MIRANDA, 1999). Assim, ao nos voltarmos para a história dos três primeiros séculos de evolução urbana, falaremos necessariamente acerca do chamado Centro Histórico de Natal, objeto de nosso estudo (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 27).

Apesar desta fala, e do fato de que os estudos iniciais para o pedido de tombamento tivessem tomado por base o corredor cultural, é curioso observar que no primeiro estudo apresentado na instrução de tombamento o corredor não foi sequer foi citado. Segundo Romero Filho, a delimitação inicial apresentada considerou os elementos relacionados à evolução urbana, e foi resultante da pesquisa histórica empreendida. Porém, considerando que muitos acham que nunca houvera uma delimitação oficial do corredor cultural (tendo constado essa informação, inclusive, no processo de tombamento) e que este, pelo que se conhecia popularmente, já estava contemplado pelos limites adotados na primeira poligonal proposta, julgou-se que os supracitados estudos foram responsáveis pela primeira delimitação do que seria o corredor cultural de Natal.

Deste modo, percebe-se que, apesar das instruções recebidas, os técnicos não se limitaram ao estudo sobre o corredor, efetuando uma análise mais abrangente e fundamentada

[173] A Operação Urbana Ribeira, de 2007.

em detrimento da mera reprodução de seleções de bens enraizados junto ao discurso do setor turístico. Demonstram, com isso, a importância que tiveram no rumo do processo.

Para Heliana de Carvalho, na etapa local de seleção dos bens, não houve conflito entre os técnicos porque os bens considerados de valor já constituíam uma coisa muito consolidada, pois já haviam sido incorporados pelo quadro de percepção social local. Segundo a arquiteta, Natal já teve tanta transformação e perda, que o que restou de patrimônio já seria consenso e estaria dentro do que era informalmente conhecido como corredor cultural.

Estes bens remanescentes de maior destaque parecem tecer uma visão, quase consensual, de que o patrimônio de Natal seriam essas edificações de caráter monumental. Nesta temática, vale destacar a publicação de autoria de Jeanne Nesi: o livro "Natal Monumental"[174]. Trata-se da compilação de 45 monumentos com grande destaque no imaginário natalense e/ou na opinião erudita local. Segundo comentários informais, diz-se que este material foi utilizado como base para a eleição das chamadas "Edificações de Destaque" que, embora não tenham sido oficialmente definidas no processo, aparecem nos mapas da instrução de tombamento desde sua primeira delimitação (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 47). Os critérios que norteiam a classificação destes bens parecem estar relacionados a sua relevância para a história local/nacional e/ou para as Belas Artes, segundo critérios meramente técnicos.

4.2 A primeira fase – estudos e delimitação inicial

A princípio de 2008, foram emitidas correspondências ao então diretor do DEPAM, Sr. Dalmo Vieira Filho, pelo coordenador do Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza (órgão vinculado à Fundação José Augusto), e pelo presidente da FUNCARTE (fundação vinculada à prefeitura municipal de Natal), apoiando o tombamento (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fls. 3-4). Na oportunidade, registrou-se a expectativa de que este instrumento preservasse as edificações, e trouxesse geração de renda e emprego, além de atrativos para os visitantes, "promovendo a reurbanização integral do espaço público e melhorando a qualidade de vida dos seus usuários" (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fl. 4). Para Jeanne Nesi, com o tombamento, seria possível atrair linhas de investimentos que permitiriam a execução de ações

[174] NESI, 2012.

preservacionistas (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fl. 8). São documentos e discursos proferidos que denotam os interesses que acompanharam, como "pano de fundo", a bandeira patrimonial.

Segundo fala da referida gestora, em seu texto de apresentação, a pretensão destes estudos era de esclarecer os critérios que iriam definir os perímetros de proteção, de tombamento e de entorno (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 8). De acordo com o documento, embora diversas edificações já possuíssem tombamento individual (quer seja em esfera nacional ou em estadual), faltava, ainda, uma política global que salvaguardasse o sítio histórico em sua totalidade (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fls. 9-10).

Entre as justificativas apontadas, a primeira delas foi a da importância de se preservar áreas históricas urbanas ainda remanescentes, tais como as que existem em Natal por, a partir delas, ser possível o reconhecimento e a divulgação da imagem da cidade em qualquer lugar do mundo, "reforçando seus símbolos e fortalecendo a identidade local da comunidade através do sentimento de pertença do povo com a sua terra" (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 11).

Do ponto de vista da afirmação da importância de Natal no nível nacional, são citados trechos sobre a relevância da fundação da cidade para a história da colonização brasileira, tendo por base o interesse da Coroa Espanhola em efetivar o controle da Capitania do Rio Grande, tendo empreendido ações com esse fim desde o século XVI (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 14). Outros fatos históricos (como a invasão holandesa, o uso da mesma lógica portuguesa de criação do estatuto jurídico antes da povoação efetiva, o elo estético e urbanístico com os aspectos gerais da memória do país, entre outros), sugerem a importância que a cidade teve e o padrão que seguiu em relação a outras localidades brasileiras. O seguinte trecho exemplifica uma das colocações acima:

> Natal não fugiu à regra geral na sua formação urbana como modelo colonial. Elevações, acidentes geográficos e físicos orientaram e induziram seu crescimento espontâneo. Ruas estreitas, terrenos com testada mínima em torno de 6m, acompanhando a curva de nível da elevação, facilitavam a ajuda mútua entre moradores em caso de defesa, pois Natal foi fundada com o objetivo militar de evitar invasores indesejáveis e garantir a posse colonial definitiva. O barroco, tanto na arquitetura quanto no traçado, é o mesmo de tantos outros que Portugal implantou nas colônias de ultramar (MIRANDA, 1999, p. 46 apud IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 29).

Além dos elementos que dão a Natal destaque no cenário nacional, o papel militar desempenhado pela cidade na Segunda Guerra Mundial a colocou como representante brasileira na história internacional (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fl. 22). Heranças deste período, materiais e imateriais, permanecem até os dias atuais.

Ao longo do estudo elaborado, foram utilizadas uma vasta produção bibliográfica e uma documentação histórica significativa, de modo a traçar a evolução histórica da cidade. Para tal, foram pontuados os fatos mais marcantes e suas respectivas consequências no âmbito da configuração urbana.

A primeira poligonal de tombamento buscou selecionar a "área crítica" que melhor concentrava a história da cidade, seu núcleo urbano mais antigo (que aponta para o início da colonização do estado), por este ainda conservar "os testemunhos históricos, seja no traçado urbano, na divisão dos lotes, na conformação dos logradouros, no tratamento dos espaços livres, na sua arquitetura etc." (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fl. 44).

Embora não tenha sido definida, nos pormenores, a justificativa para cada ponto que delimita a poligonal, foi indicado que nela estariam inseridos os "marcos de ocupação inicial, formação e evolução urbana", bem como os "representantes arquitetônicos mais antigos e mais representativos da história da arquitetura urbana de Natal [...]" (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fl. 44).

Já em sua introdução, o dossiê para tombamento aponta estudos e documentos diversos que "[...] atestam que a configuração básica dos quarteirões foi mantida exatamente como nos séculos XVII e XVIII", período em que a cidade se limitava à área central considerada pelo estudo (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fl. 9). Com isso, propõe uma delimitação inicial que abarcou uma área de aproximadamente 182 mil m², contendo cerca de 150 imóveis.

Nota-se, aqui, a importância dos estudos elaborados pelos técnicos no sentido de ampliar a visão sobre os valores existentes no local: não apenas bens isolados e pertencentes a um circuito, mas tendo na trama que os une um valor a ser preservado.

Vale salientar que esta primeira delimitação foi "[...] descrita tomando as ruas como eixos, englobando assim os lotes que lhes são lindeiros e os que estão contidos nos limites definidos" (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fl. 44), denotando uma visão de que a perspectiva de contemplação desses valores se daria a partir das visuais destes eixos.

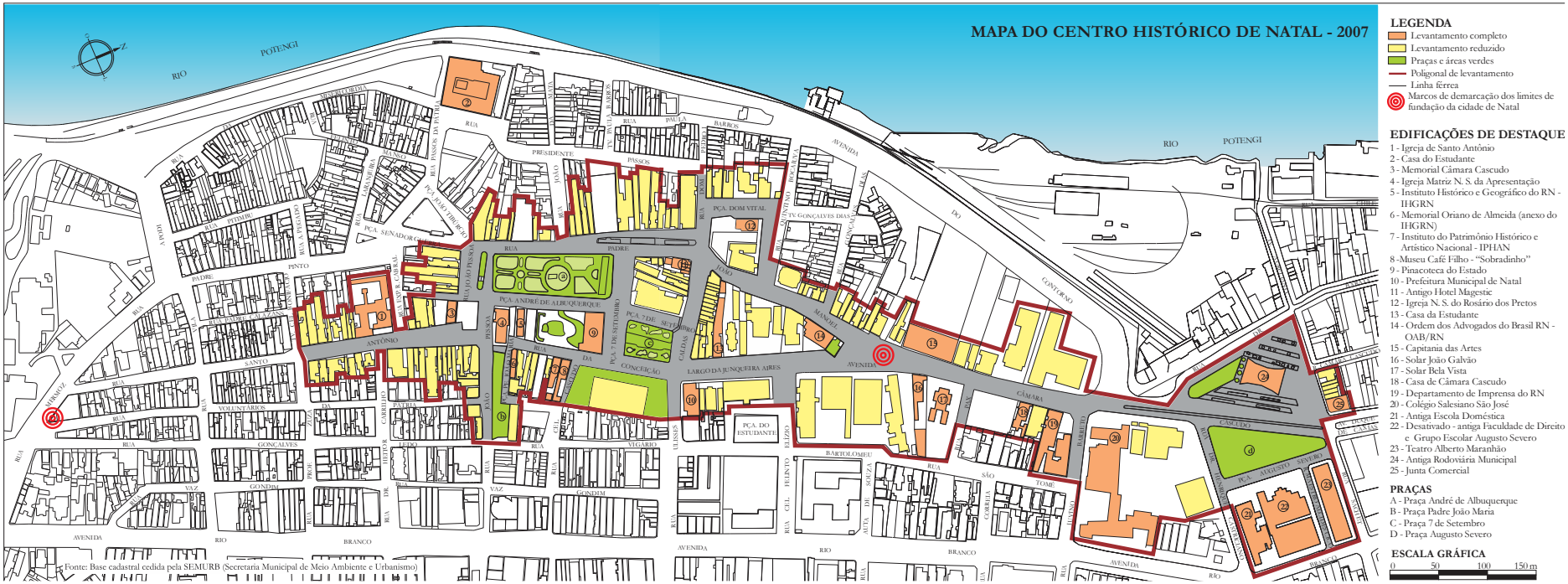


Figura 28 - Planta com a primeira delimitação de tombamento proposta. Fonte: Arquivo do Iphan-RN.

A poligonal de entorno, que teve como mote teórico o entendimento de "ambiência", buscou delimitar uma área que influísse na "percepção estática ou dinâmica" do conjunto tombado, ou mesmo que a ele se vinculasse "de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais" (CURY, 1995, p. 220 apud IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fl. 45). Assim, foi eleita uma área à qual se considerou que, apesar das modificações sofridas, ainda mantinha "no traçado das ruas e logradouros, e no gabarito das suas edificações, as referências à antiga cidade colonial" (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fl. 45).

Porém, vale salientar que esse critério de "áreas descaracterizadas que ainda mantinham a leitura da malha colonial" gera o entendimento de que a descaracterização estaria sendo pautada por critérios arquitetônicos, colocando em xeque a relevância do valor urbanístico. Talvez por isso, a Santa Cruz da Bica, marco sul de colonização da cidade[175] e componente de um espaço territorial que resguarda o traçado urbano correspondente ao antigo perímetro urbano dos primeiros séculos de Natal, foi inserida na poligonal de entorno (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fl. 45).

Além dos perímetros de tombamento e de entorno, integrou a primeira fase do processo de tombamento o perímetro de expansão. Este abarcava o bairro da Ribeira, pouco contemplado pela primeira delimitação, mas considerado de grande importância por nele conter marcos significativos da cidade: foi ponto estratégico de ligação da cidade com o porto, comportou grandes clubes, casas noturnas, prédios e antigos casarões de tempos áureos, foi onde se instalaram as maiores empresas, além de ter sido o palco da adesão norte-rio-grandense à Proclamação da República.

Segundo consta no processo, após a visita de técnicas do DEPAM a Natal, constatou-se que a Ribeira não poderia ser apontada somente como área para estudos futuros, mas sim, deveria integrar as poligonais de tombamento, como consta no parecer técnico emitido por Maria Isabel Câmara:

> Como, inicialmente, a análise dos dados coletados referentes ao bairro da Ribeira, ainda não tinha sido realizada, a Sub regional, ora Superintendência, propôs esta área como futura extensão para o tombamento. Porém, em novembro de 2008, em visita a Natal [...] concluímos pela necessidade de incluir a Ribeira na área proposta para tombamento (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fl. 170).

Embora a importância da Ribeira já tivesse sido assinalada pela equipe da unidade do IPHAN-RN, a sua inclusão só foi efetivada no tombamento a partir do olhar distanciado das

[175] Em algumas cidades – como em Natal – manteve-se o costume português de delimitar o território inicial com duas cruzes. A localização das que marcaram os limites o território inicial natalense foi mencionada no capítulo das transformações urbanas da cidade.

técnicas do DEPAM. Tal fato pode ser visto como um novo marco de contribuição para a ampliação da visão sobre os valores patrimoniais apontados no sítio histórico de Natal.

4.3 A segunda fase – alterações e proposta final

Em relatório de atividades desenvolvidas em 2008, a arquiteta e parecerista do processo de tombamento do centro histórico de Natal, Maria Isabel Câmara, informou as razões que impossibilitaram a conclusão, ainda naquele ano, do parecer técnico sobre a matéria: a ausência de quadro técnico na Sub-regional do IPHAN em Natal para dar continuidade aos estudos complementares para instrução do processo (que consistiriam na relação dos bens imóveis, na Cidade Alta, que formariam um conjunto de edificações isoladas e merecedoras de tombamento; e no exame dos dados coletados no INBI-SU); a falta da análise da legislação e de projetos incidentes na área de estudo (de uso e ocupação do solo, de proteção e de tombamento do patrimônio cultural e natural, da Operação Urbana Ribeira, entre outros); e a falta de definição de critérios e normas básicas para a preservação do conjunto tombado e seu entorno – estes últimos, deveriam se dar em parceria com o município. Na oportunidade, a referida técnica solicita que fosse avaliada a possibilidade de disponibilização de ajuda técnica por parte do DEPAM para o atendimento dessas pendências (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fls. 143-144).

Assim, ocorreu em Natal o mesmo que, segundo relato de Andréa Costa[176], se deu na solicitação de tombamento ocorrida no Piauí: a designação, por parte do DEPAM, de uma força-tarefa para que a Sub-regional do IPHAN-RN procedesse à continuação dos estudos necessários à complementação da instrução do processo de tombamento.

A explicação para essa lacuna no quadro técnico foi devido ao afastamento dos primeiros servidores concursados daquela unidade (Carina Melo e Romero Filho). Estes, após dois anos de trabalho no órgão, precisaram se ausentar em 2008. A equipe, ainda chefiada por Jeanne Nesi, ficou contando apenas com o apoio de Heliana de Carvalho nesta transição, que fora contratada para um projeto. Esta situação perdurou até janeiro de 2009, quando a servidora Andréa Costa ingressou no órgão por meio de uma cooperação técnica. Meses depois, quando a Sub-regional se tornou Superintendência Estadual (SE), Heliana de Carvalho passou a ser

[176] Entrevista realizada em Natal, dia 08 de maio de 2015.

Chefe da Divisão Técnica da unidade e, junto à nova técnica ingressada, deram continuidade aos demais estudos para prosseguimento do processo de tombamento.

A respeito dos estudos previstos para ocorrerem em parceria com a prefeitura (de legislação e de projetos incidentes, bem como de elaboração da normatização), embora tenha havido algumas tentativas de reuniões[177], não se conseguiu desenvolver a questão. E, especificamente quanto à temática da normatização, Andréa Costa comenta que, embora no seu ingresso (em 2009) já houvesse essa demanda (inclusive, já tendo sido iniciados alguns estudos[178]), o fato de que o DEPAM já estava na eminência de publicar um documento com diretrizes para elaboração de estudos para normatização (tendo, inclusive, alguns representantes do IPHAN no Rio Grande do Norte participado das oficinas organizadas por este departamento), levou a se optar por adiar esta tarefa para quando fosse lançado o material previsto.

Conforme dito, após a leitura do dossiê apresentado pela superintendência e a realização da supracitada visita técnica a Natal, as arquitetas responsáveis pela análise do processo propuseram modificações à proposta original. Quando emitido o parecer pela arquiteta Maria Isabel Câmara, foi proposta uma nova poligonal de tombamento que excluiu trechos da Cidade Alta – cujo casario foi apontado como mais descaracterizado –, e incluiu grande trecho da Ribeira referente à ocupação mais antiga, tendo como limites o rio Potengi e a av. Duque de Caxias – já que esta última, por ter sofrido alargamento, rompeu com o traçado urbano colonial.

> Resumidamente, optou-se por concentrar a proposta de proteção ao sítio que na Cidade Alta, ainda guarda a configuração urbana mais original e inclui as edificações de importância histórica e arquitetônica já protegidas isoladamente pelo IPHAN ou pelo estado, e, na Ribeira, à área onde prevalece a configuração urbana colonial, o casario apresenta maior harmonia volumétrica e se concentram as edificações de maior destaque pelo seu estilo arquitetônico (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v.1, fls. 170-171).

Tanto para os técnicos da unidade do IPHAN-RN quanto para as técnicas do DEPAM, as sugestões de mudanças não significaram, propriamente, conflitos técnicos, mas sim, negociações entre as partes envolvidas. Para Romero Filho, o processo é similar à escrita de um texto que necessita uma revisão externa para identificação dos pontos que não estavam sendo vistos.

---

[177] Segundo relato de Heliana de Carvalho, foram várias reuniões, várias tentativas de montar um escritório Técnico, cursos técnicos entre o IPHAN e o Estado, mas nunca foi realmente montada uma coisa mais consistente. Muito pela questão também de fôlego, porque, simultaneamente, havia outras questões e ações pendentes para aquele momento.

[178] Nos arquivos do IPHAN-RN constam estudos de minutas elaborados ainda com o apoio das técnicas Carina Melo e Heliana de Carvalho.

Assim, em julho de 2009, a então superintendente Jeanne Nesi emite memorando a Jurema Arnaut, no qual enviou a documentação do inventário dos imóveis de valor cultural localizados na Ribeira, para que fosse anexada ao processo e analisada (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fl. 145). A partir da nova documentação cartográfica apresentada[179], constam apenas duas poligonais (de tombamento e de entorno), com nome das ruas e com legenda numerada contendo as Edificações de Destaque.

Nesse ponto é interessante registrar que, ao se optar por mudanças nas poligonais, oriundas de sugestões das técnicas do DEPAM, houve bastantes dúvidas quanto à localização dos pontos que definiam os perímetros de tombamento, não ficando muito claro, em alguns casos, o que estaria dentro e o que estaria fora destas áreas. Segundo depoimento de Andréa Costa, "quando chega na prática, para desenhar o mapa, começam a surgir as incoerências". Foi quando apareceram questões de ordem prática, tais como: como se incluir trechos não contíguos num mesmo perímetro[180], ou como se abarcaria somente a fachada de um imóvel.

Vale salientar que, enquanto na primeira delimitação as ruas foram tomadas como eixos (sendo os lotes que lhes eram lindeiros o limite da área de proteção), na nova poligonal, muitos trechos tiveram como demarcação final uma via. Isto significa dizer que, numa mesma via, há bens, de um lado, que são protegidos (e por isso, devem seguir legislação própria), e do outro, há bens não possuem a mesma proteção.

Ao longo da análise técnica do parecer, diversos pontos destacaram o papel do rio Potengi para o desenvolvimento urbano da cidade, bem como para a formação da sua paisagem: a construção da cidade paralela a ele; o obstáculo que representou, por muitos anos, um braço do rio à ligação entre Cidade Alta e Ribeira; o trânsito fluvial de pessoas. Com isso, nas considerações finais do parecer, emite-se a seguinte recomendação:

> [...] tendo em conta a importância histórica e paisagística do rio Potengi para a cidade de Natal e o fato de que ele ainda representa importante papel no transporte de mercadorias e pessoas, sugerimos que qualquer intervenção no rio, no trecho proposto ao tombamento e entorno, tenha a análise e aprovação do IPHAN (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 185).

O tema apresentado no parecer técnico foi ratificado pela então Gerente de Proteção, Jurema Arnaut. Em memorando ao então diretor do DEPAM, encaminha o processo com recomendação de tombamento do "Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade

[179] Memorando nº 101/09/SUP/RN, de 11/09/09 (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, fl. 151).
[180] Na época ainda não havia sido lançado o manual de orientação do IPHAN (IPHAN, 2010), no qual se demonstra a possibilidade de aglutinação de bens isoladamente e de modo não contíguo a uma mesma poligonal de tombamento em conjunto. Com isso, não era clara, para os técnicos em Natal, essa possibilidade.

de Natal, Estado do Rio Grande do Norte", indicando sua inscrição nos livros do Tombo Histórico e do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico[181]. No documento a arquiteta afirma:

> Parece-me indiscutível a importância histórica do rio Potengi para a escolha do sítio onde se edificou a cidade, como via de acesso e ligação, bem como por sua participação na paisagem local. A indicação de inclusão de uma faixa do rio na área proposta ao tombamento não foi, todavia, a decisão dos autores dos estudos técnicos [...] Reafirmamos, então, que o exercício compartilhado da preservação do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Natal deve garantir a preservação da relação entre rio e cidade (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 188).

Análoga à sugestão de acréscimo da Ribeira na poligonal de tombamento, a indicação da inclusão do rio na proteção novamente alarga o rol de valores detectados e valorizados na área, contribuindo, também, para a diversificação de bens no cenário natalense.

Porém, no primeiro volume do processo de tombamento, consta memorando emitido pela procuradora federal Genésia Marta Alves Camelo a Dalmo Vieira Filho (DEPAM), no qual questiona o valor paisagístico do centro histórico de Natal (incluindo do rio), já que, ao longo dos estudos apresentados, este não foi citado. Em resposta, Yole Medeiros (Coordenadora-Geral de Cidades, do IPHAN) justifica a indicação da seguinte maneira: "A categoria do tombamento ora pleiteado trata de 'sitio urbano', onde o critério paisagístico deve ser aplicado, sempre que os aspectos naturais influenciam decisivamente na caracterização ou na qualificação do bem ou da área proposta para ser tombada" (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 193).

Outro fator foi posto em xeque pela mesma procuradora: "(...) apesar de vocês reconhecerem o valor arquitetônico na forma do art. 4º DL 25/37 não haverá inscrição no Livro de Tombo de Belas Artes?" (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 197). Por meio de memorando, Jurema Arnaut alega que, ao se atribuir um valor arquitetônico ao conjunto, não é obrigatório que este apresente relevância para a história da arte do país, tendo sido, para o caso, constatado suficiente valor histórico para proceder à inscrição no Livro do Tombo Histórico. E completa: "[...] a inscrição no Livro de Belas Artes requer, mais do que isto, a identificação de uma excepcionalidade artística e arquitetônica, o que não é o presente caso" (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 197)[182].

---

[181] Segundo relata Jurema Arnaut, queria-se a inscrição do Centro Histórico de Natal em todos os livros, "como se o fato de estar inscrito em mais de um livro desse mais garantia à permanência do sítio."

[182] Todas as informações apresentadas até aqui constituem o Volume I do processo de tombamento. No segundo volume constam algumas tramitações de ordem jurídica, e às folhas 242 a 245, a notificação de tombamento, publicada em Diário Oficial da União aos 23 dias de julho, em 2010 (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 2, p. 246).

Como se percebe, tais debates são de ordem eminentemente técnica, cujo poder decisório sobre qual bem tem determinado tipo de valor ou não, e quanto sua valoração se encaixa em categorias pré-definidas, é do IPHAN.

Sobre o segundo e o terceiro volumes do processo, convém destacar os pedidos de impugnação ao tombamento que foram registrados: um de proprietária particular, e outro de uma autoridade portuária. Em termos de argumentação dos impugnantes, merecem destaque a indicação da ausência de valor à preservação, a restrição à propriedade privada, o prejuízo econômico decorrente da aplicação do tombamento, o conflito com outra legislação e a inviabilidade de solicitação de autorização a cada modificação necessária. É possível identificar, aqui, a dimensão do conflito alertada por Certeau, na qual, contrariando os mecanismos de poder, é verificada a antidisciplina daqueles que não querem se subjugar a determinadas imposições.

Manifestações em resposta aos supracitados pedidos foram elaboradas pela Superintendência do IPHAN-RN, pelo setor jurídico do IPHAN, pelo DEPAM e, uma delas, pelo Conselho Consultivo. Entre os argumentos apresentados estiveram: a afirmação de que a proteção de um bem se justificaria por sua mera localização, mesmo quando não possuísse elementos de valor claramente identificáveis, quando este compusesse ou ajudasse a proteger um valor em conjunto; e a improcedência de um dos pedidos devido à extrapolação do prazo estipulado por lei, de 15 dias. Deste modo, foram acionados mecanismos para imposição do discurso e interesse do órgão, em detrimento da revisão do processo mediante abertura à opinião da população. Não pareceu, inclusive, ter havido a necessidade de maior debate sobre o valor dos bens que estavam em jogo. E, com a recusa dos pedidos, as poligonais propostas para o tombamento e entorno do centro histórico de Natal seguiram sua tramitação até a homologação do ato, através da Portaria nº 72, de 16 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 18/07/2014.

Vale ressaltar que a referida recusa demonstra conflitos de interesses e visões distintas sobre a área, destacando o papel dos atores que exercem relações de poder concretas no território. Os argumentos da ausência de valor e do peso do fator econômico se apresentaram em ambos pedidos. Traduzem a determinação de limitações ao direito de usufruto dos bens pelos seus proprietários ou administradores, decorrente de outra imposição também vertical: de valores.

4.4 Análise da versão final

Aprovada a versão final das poligonais de tombamento, cabe uma análise geral do resultado das decisões tomadas, e do significado que as delimitações adotadas passaram a ter para aqueles que usufruem ou atuam naquela localidade.

Uma característica que foi colocada desde o início, e que acompanhou o processo – até nas argumentações contrárias aos pedidos de impugnação – foi a heterogeneidade do conjunto. Ressalta-se este ponto porque se trata, junto a outros tantos tombamentos que seguiram um discurso patrimonial distinto daqueles apregoados nos primeiros centros protegidos no nível federal[183]. Por não apresentar um conjunto homogêneo de bens, a unidade (enquanto conjunto) atribuída ao centro histórico de Natal foi decorrente da narrativa histórica de construção do território, que tem como elementos preservados suas edificações heterogêneas – que refletem diferentes períodos de sua transformação urbana –, assim como seu traçado, que foi mantido em muitos trechos tal como se conformou desde a fundação da cidade.

[183] Trata-se da já citada transição entre as visões da cidade-monumento e da cidade-documento.

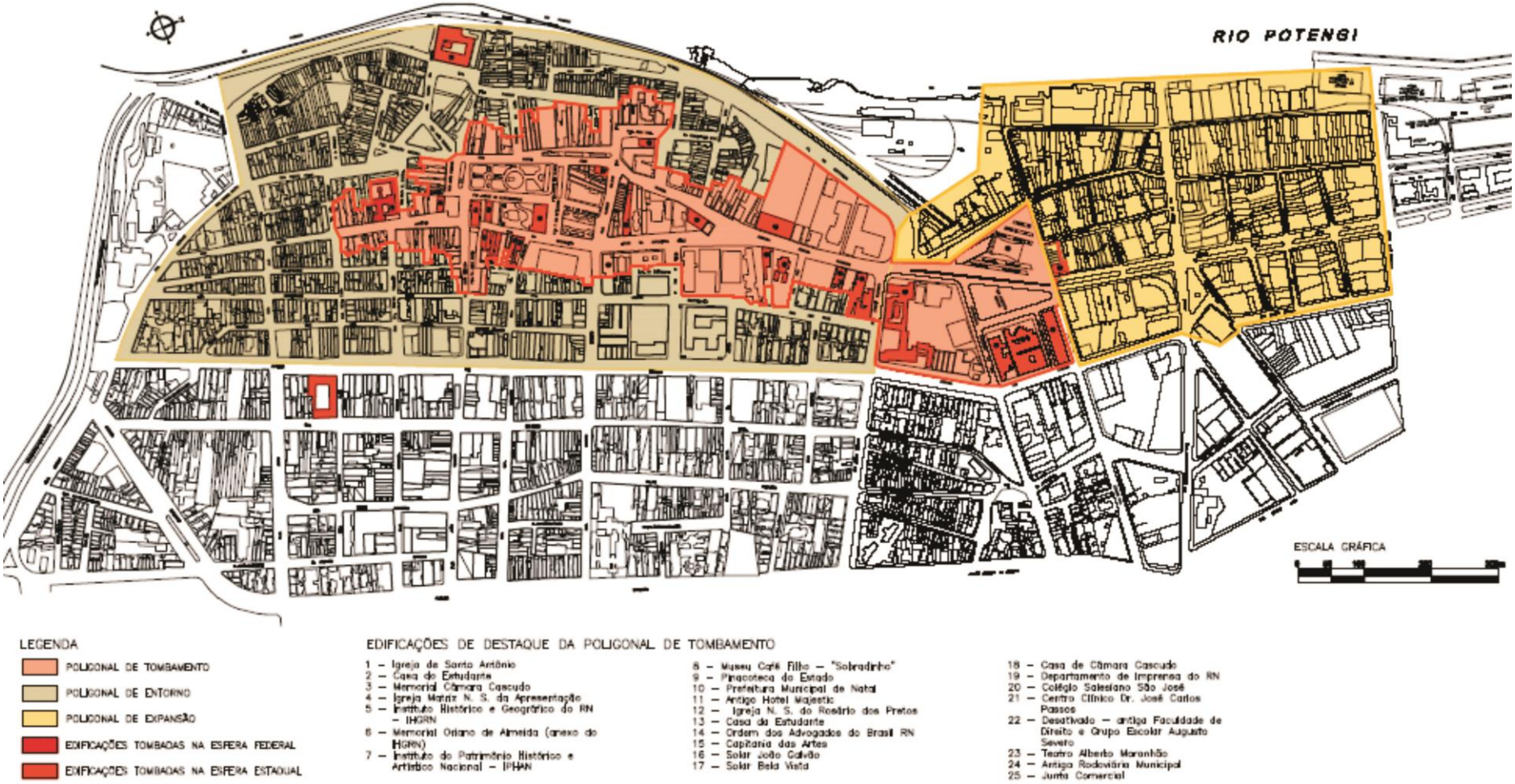


Figura 27 - Planta da primeira delimitação proposta para o tombamento. Fonte: Arquivo do IPHAN-RN.

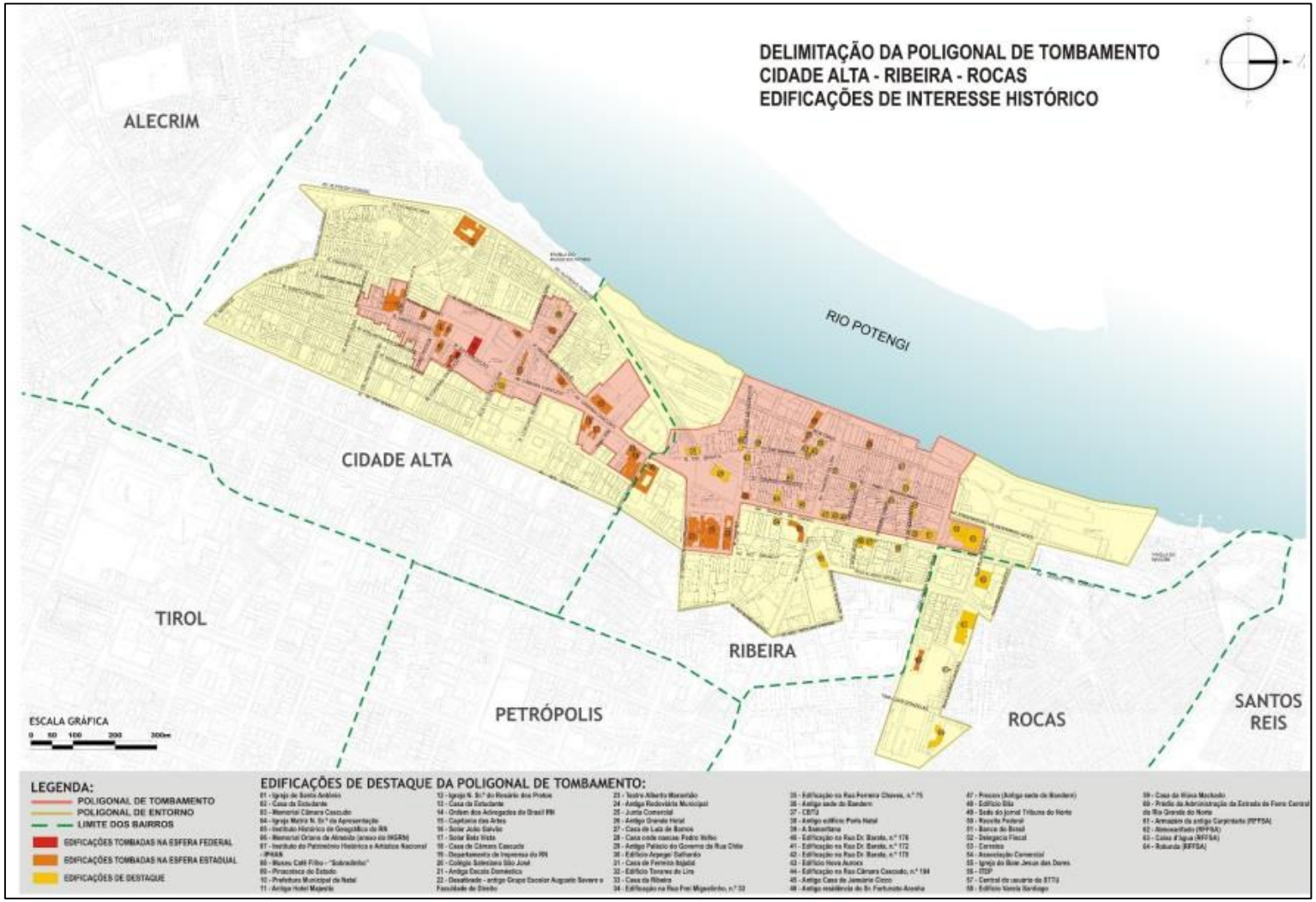


Figura 28 - Planta da segunda delimitação proposta e aceita como versão final para o tombamento. Fonte: Arquivo do IPHAN-RN.

Quanto aos recortes adotados, embora tenha havido, desde sempre, a preocupação com a extensão das poligonais, a ampliação sugerida pelo DEPAM pareceu bem recebida pela unidade do IPHAN-RN. E, talvez, uma versão similar tivesse sido proposta pela equipe local desde o início, caso não tivesse havido a preocupação em limitar o acervo a ser protegido às condições de trabalho dos técnicos locais, pois apesar das restrições apresentadas pelo órgão, foi rica a argumentação histórica elaborada, permeando todo o território contemplado (indo além dele, inclusive).

Analisando a primeira delimitação, vê que teve peso uma visão monumental de patrimônio. Tanto que, mesmo se dando destaque, nos estudos apresentados, à manutenção da malha urbana no trecho entre as cruzes que delimitaram a cidade até o século XIX, este não foi completamente incluído na poligonal de tombamento. A parte desta malha que foi contemplada é aquela onde se inserem as edificações mais monumentais.

Com a inclusão, na segunda etapa, das contribuições das técnicas do DEPAM, fez-se valer a ótica documental do patrimônio, reafirmando-se a importância da Ribeira para compreender a ocupação urbana inicial da Cidade Alta, pois foram áreas que se complementaram durante muitos anos. Com esse acréscimo, se demonstrou a necessidade de abstração de uma limitação técnico-administrativa em prol da manutenção de um setor de grande importância para o entendimento das transformações urbanas ocorridas no centro antigo de Natal.

Inclusive, parte da malha que estaria protegida pela primeira poligonal foi excluída da segunda delimitação (a exemplo do trecho oeste da praça André de Albuquerque, Marco Zero da cidade), pois considerou-se que havia uma descaracterização muito forte dos imóveis. Novamente, a autenticidade e homogeneidade dos elementos arquitetônicos demonstra força na valoração do espaço. Ao lado disso, todo o trecho sul-sudoeste da Cidade Alta, desprovido de edificações monumentais, permaneceu sem indicação de proteção.

Mas talvez essa valoração de cunho mais monumental seja uma herança não somente da tradição do IPHAN, mas também da ação local. Como exemplo, é válido lembrar que a própria ideia de corredor cultural, que foi abraçada pela cidade (que, relembrando, apresenta o turismo como ponto forte), acarreta uma configuração de visualização de bens ao redor de uma via, num formato de circuito. Com isso, muitas dessas edificações de destaque mantiveram-se recebendo recursos pontuais para manterem-se vivas na memória dos natalenses (como colocado no capítulo anterior) Com isso, é possível sugerir que as ações e, por conseguinte, a

mentalidade local têm também apresentado indícios de uma ótica valorativa do patrimônio urbano do tipo "cidade-atração"[184].

Quanto à delimitação do entorno deste conjunto tombado, percebe-se que, no trecho da Cidade Alta, pareceu repetir-se a solução da primeira proposta, tomando por base os limites físicos mais contundentes para ser delineada – as vias principais. Já na Ribeira, sua distribuição foi completamente nova, e o conceito que a orientou não pareceu muito claro.

Para análise crítica da delimitação efetuada, cabe uma reflexão sobre a noção de ambiência e sobre a poligonal de entorno. Segundo entendimentos atuais de um documento do IPHAN (IPHAN, 2010), a delimitação do entorno não pode incluir bens que sejam considerados de valor – já que esse papel é cumprido pela poligonal de tombamento. Mas o que hoje vem sendo debatido é que a estratégia que orientava as delimitações do entorno, em épocas pretéritas, era outra, e não estava baseada fundamentalmente na atribuição de valor.

A visão do documento supra é criticada por alguns, sobretudo por aqueles que vivenciaram, na década de 1980, a abertura conceitual do entorno, e veem tal entendimento como um retrocesso. Neste período considerou-se que o entorno deveria ser uma área diferente da tombada não porque fosse desimportante, ou porque nela não houvesse objetos de valor à preservação, mas porque se entendia que o tombamento era muito rígido e que o tratamento do entorno deveria ser mais flexível. Jurema Arnaut – que teve considerável protagonismo nas mudanças do pensamento institucional a esse respeito –, lembra que uma das coisas que se acreditava (e alguns permanecem com essa visão), é que o entorno ajuda a compreender os valores atribuídos ao bem.

Diante desse panorama, pode haver o entendimento (aqui defendido) de que a área de tombamento, considerada área crítica, seria aquela que resguarda os objetos de maior valor. Caso haja áreas com bens aos quais se atribuiu valor em menor proporção, estas poderão também integrar a área tombada, contudo, já apresentando uma normativa que possibilite maior flexibilidade de intervenção. As áreas envoltórias seriam o conjunto necessário à percepção, à valorização, à proteção contra impactos (visuais ou de uso), à compreensão e à manutenção dos demais aspectos que compõem a ambiência do conjunto tombado. Essa estratégia, contudo,

[184] Conforme já colocado, este foi o período em que ocorreram muitas intervenções e programas destinados aos sítios urbanos declarados patrimônio, uma vez que estes crescentemente adquiriam a função de atrair investimentos.

implicaria não somente o aumento das áreas tombadas, mas também a necessidade uma visão menos rígida e mais flexível dos efeitos do tombamento[185].

Mesmo que tenha havido o entendimento de que o rio ou mar deveria compor o entorno do sítio tombado, dele fazendo parte, o Rio Potengi ficou fora da poligonal proposta de entorno. Sem embargo, sua proteção foi garantida por meio do registro, no processo de tombamento, de uma sugestão de controle de intervenções, por sua importância histórica e paisagística (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 1, p. 185).

Dentre os trechos que passaram a compor a poligonal de entorno do centro histórico de Natal, os de maior área foram os relacionados ao complexo ferroviário (incluindo o pátio localizado na Ribeira, limítrofe com a Cidade Alta, e o conjunto localizado no bairro das Rocas, com diversos equipamentos tombados individualmente) e ao complexo portuário (de propriedade da impugnante CODERN, localizado na Ribeira). Porém, de acordo com as orientações do supracitado documento do IPHAN, a normatização para a regulação de intervenções nessas áreas não poderia considerar seu valor próprio, mas sim, a preservação dos valores atribuídos ao conjunto tombado ao qual são limítrofes.

Neste sentido, por se localizarem no entorno, os complexos ferroviário e portuário não teriam sua preservação pautada no valor que possuem em si (como elementos estruturadores das transformações urbanas, apresentando construções peculiares da sua tipologia de uso e de sua escala, etc.), mas de maneira correlacionada ao valor identificado na área tombada (que apresenta características tipológicas distintas). Isso dificultaria a eleição de diretrizes que fossem capazes de resguardar os valores próprios das suas tipologias.

Em suma, a proteção final do centro antigo abarcou três bairros, com uma área de 28 ha na poligonal de tombamento (perfazendo cerca de 500 imóveis) e de 62 ha na poligonal de entorno (cerca de 1.060 imóveis).

[185] Já que, por sua natureza, o instrumento tende a dar obrigatoriedade de manutenção das características dos bens tal qual foram valoradas no momento de sua aplicação.

5 AS REPERCUSSÕES DO TOMBAMENTO E OUTRAS POSSIBILIDADES

Neste capítulo é feita a análise do processo de tombamento a partir da repercussão que ele teve no cenário local. É fruto de uma metodologia de campo ainda em construção, resultante da coleta de opiniões de uma amostra da população e de entrevistados que atuam com conhecimento técnico em Natal. Com estas correlações de informações e visões sobre o mesmo território trabalhado, efetuaram-se algumas projeções de possibilidades de lidar com este e, mesmo, com outros tombamentos de centros históricos, conforme se verá adiante.

Como se tem colocado e se vem se constatando, cada vez mais, há um discurso, no campo do patrimônio, de ampliação dos agentes sociais a serem envolvidos nos processos de patrimonialização, visto que se tratam, em verdade, de mecanismos de política pública. Com isso, julgou-se interessante a análise de diferentes visões sobre o patrimônio de Natal, seja do ponto de vista técnico, seja do social.

No primeiro caso, tratou-se de uma abertura para que mais profissionais que têm pensado criticamente a área preservacionista expressassem suas opiniões especializadas a respeito. Quanto à visão da população, esta se faz primordial para se pensar processos de patrimonialização de maneira sustentável. Afinal, se é na/para a sociedade que se constrói a importância de se preservar um bem cultural, a indicação das características a serem protegidas deve ser resultante de um processo de atribuição de valor o mais democrático possível.

Com isso, esta pesquisa pretendeu empreender um esforço não apenas para sistematizar críticas ou aceitações técnicas quanto às poligonais propostas, mas para confrontar estas opiniões especializadas com a de pessoas comuns, ligadas ao centro histórico de Natal. Contudo, cabe o registro de que a amostra aqui utilizada tem caráter exemplificativo para a aplicação de uma metodologia experimental. Sabe-se que, sendo modificados os critérios de seleção da amostra, os resultados seriam diferentes.

5.1 O olhar técnico

Quem analisa, hoje, as poligonais de tombamento do centro histórico de Natal, pode ter muitas opiniões a emitir – favoráveis ou contrárias. Fato é que, antes de fazê-lo, é interessante

o conhecimento sobre diversos fatores que influenciaram as tomadas de decisão: sociais, políticos, administrativos, operacionais, entre outros.

Ademais, o que hoje se tem para efetuar esta análise – que é o documento de instrução do processo de tombamento – é um resultado rígido, linear, repleto de lacunas referentes às discussões, impasses e limitações que os atores participantes enfrentaram, mas que não foram explicitados documentalmente. Em seu depoimento, Jurema Arnaut comenta que o resultado de uma tomada de decisões não implica que não tenham sido, antes, pensadas outras formas de atuação. Durante a construção do processo, diversos pontos foram colocados, mas tiveram que ser ajustados, e o que se reproduziu no processo foi apenas o resultado final ao qual se chegou, não contemplando tudo que foi refletido.

Porém, em alguns casos, determinadas ações não foram pensadas como atualmente imaginamos ser possível porque, outrora, foram resultantes de um tempo diferente, com seus ideais e limitações respectivos. Sabe-se que as divergências de posições sempre vão existir (os conflitos), e através delas é possível identificarmos, nos seus argumentos, alguns elementos que deflagram discursos e interesses estratégicos.

Embora, hoje, seja mais comum a tentativa de se fazer articular diversos projetos que atuam sobre um mesmo território – para otimizá-los e fazê-los dialogar –, anos atrás isto era mais difícil. Segundo Heliana de Carvalho, simultaneamente ao início do processo de inventário do IPHAN para subsidiar o processo de tombamento, ela já participava de um inventário sobre a Ribeira, realizado pela UFRN[186]. Porém, mesmo sabendo desta iniciativa[187], a Superintendência do IPHAN-RN não se dedicou a concretizar ação de interinstitucional para o desenvolvimento destes estudos no referido bairro – como um convênio com a universidade, por exemplo, que possibilitaria compartilhar projetos e experiências. E, considerando que um dos motivos de a primeira delimitação proposta ter sido mais limitada à Cidade Alta foi a falta de fôlego da equipe para proceder ao estudo sobre a Ribeira, vê-se que foi perdida a oportunidade de aproveitamento de um material bastante rico que, em conjunto, resultaria num estudo mais completo desde o princípio.

Como consequência das limitações iniciais, foi recomendada a inclusão da Ribeira nas poligonais de tombamento e entorno, tanto porque ela conta parte significativa da história da cidade, como porque resguarda, ainda hoje, um forte caráter cultural no imaginário dos

[186] Estudos que subsidiaram a elaboração de projetos como o ReHabitar, conforme colocado no capítulo anterior.
[187] Segundo relato de Carina Melo.

natalenses. Assim, o primeiro estudo (que se debruçou mais na Cidade Alta) foi apenas acrescido de dados complementares sobre a Ribeira, e a construção da justificativa de sua proteção – constante no processo de tombamento – não foi refeita à luz da ampliação do rol de bens contemplados, demonstrando-se insuficiente para dar conta do resultado final das novas poligonais de tombamento e entorno. A heterogeneidade do conjunto, por exemplo, colocada nos primeiros estudos de modo generalizado ao centro histórico (já que a delimitação anterior era focada na Cidade Alta), não representa alguns conjuntos mais homogêneos da Ribeira. Com isso, surge a dimensão do conflito, e alguns trabalhos produzidos localmente[188] vêm questionando a falta de correspondência entre os valores motivadores do tombamento e sua espacialização no território, nas poligonais adotadas.

Para além das distintas atribuições de valor aos bens, a preocupação com a gestão, como já dito, teve forte peso na opção por um recorte. E este foi um ponto estratégico, bastante abordado pelos técnicos que participaram do processo. Segundo eles, este parâmetro acarreta o envolvimento de outros valores, tais como as limitações para proceder aos estudos e à posterior gestão dos bens. Sem embargo, para alguns entrevistados, as poligonais deveriam ter sido ampliadas, independentemente das dificuldades institucionais ocorridas, devendo o IPHAN, como órgão federal, ter buscado entendimento com os órgãos locais para poder efetivar esse tombamento, através da articulação de instrumentos e da compatibilização da legislação.

Como consequência de tais limitações, a eleição de quais bens merecem a proteção legal, que já é inevitavelmente polêmica, passou a ser ainda mais criticada, devido às fragilidades apresentadas ao longo do processo – decorrentes de diversas condicionantes. Não se trata apenas dos citados fatores da gestão, mas também de metodologia, da atribuição de valores adotada ou de quaisquer critérios que tenham sido considerados insuficientes ou passíveis de revisão, e que interferem na forma que se constrói uma narrativa e a justificativa da inclusão ou exclusão de determinadas áreas.

Para José Clewton do Nascimento[189], a área histórica de Natal, delimitada pelo tombamento do IPHAN, apresentou-se sob a perspectiva da definição de Cidade Monumento (na qual se privilegia o objeto arquitetônico). Mesmo que os estudos iniciais tenham registrado fortemente que a malha urbana se manteve bastante conservada, o valor urbanístico pareceu ter sido suplantado por outro valor: o da monumentalidade e da autenticidade arquitetônica. Fato

[188] MEDEIROS, Elaine; VIEIRA, Natália. O sítio Histórico de Natal agora é tombado como patrimônio nacional. E daí. ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA, 4. Salvador, 2013; MEDEIROS, 2014.
[189] Entrevista realizada em Natal, dia 12 de maio de 2015.

que corrobora para este entendimento é o de exclusão da Praça da Santa Cruz da Bica na poligonal de tombamento, conforme já citado.

Do mesmo modo, o tecido colonial foi fortemente atrelado à Ribeira na instrução do tombamento, não tendo sido dado o mesmo destaque ao tecido residencial da Cidade Alta, que pode não ter sido incluído pelo mesmo motivo da ausência de elementos estilísticos arquitetônicos mais preservados. Para Andréa Costa, inclusive, "o atributo mais forte na Cidade Alta, é a malha urbana.". Ruth Ataíde[190] acrescenta, ainda, que a restrição da delimitação das poligonais ao eixo monumental pode representar um perigo por não ter incluído a área residencial desse bairro que, embora hoje não seja do interesse do mercado imobiliário, caso venha a ser, estará desprotegida.

Outras ausências também foram questionadas na poligonal rigorosa de tombamento (na qual se localizam os bens considerados de valor para a proteção). É o caso de alguns bens individuais – como o Grande Hotel, o Hotel Reis Magos, o prédio do IFRN (na av. Rio Branco), algumas casas do bairro Petrópolis, o prédio da AABB, o Memorial da Medicina, o edifício Ducal e o Hotel Tirol – e bens em conjuntos – como o do Sítio Histórico da Rampa (com todos os equipamentos militares que o compõem), o do Porto e o do Complexo Ferroviário (que estão no entorno); e trechos dos bairros do Alecrim, das Rocas e de Santos Reis (além da já mencionada Cidade Alta). Abaixo, segue um esquema gráfico com os principais bens e áreas que não foram protegidos, mas são considerados representativos pelos entrevistados.

[190] Entrevista realizada em Natal, dia 12 de maio de 2015.

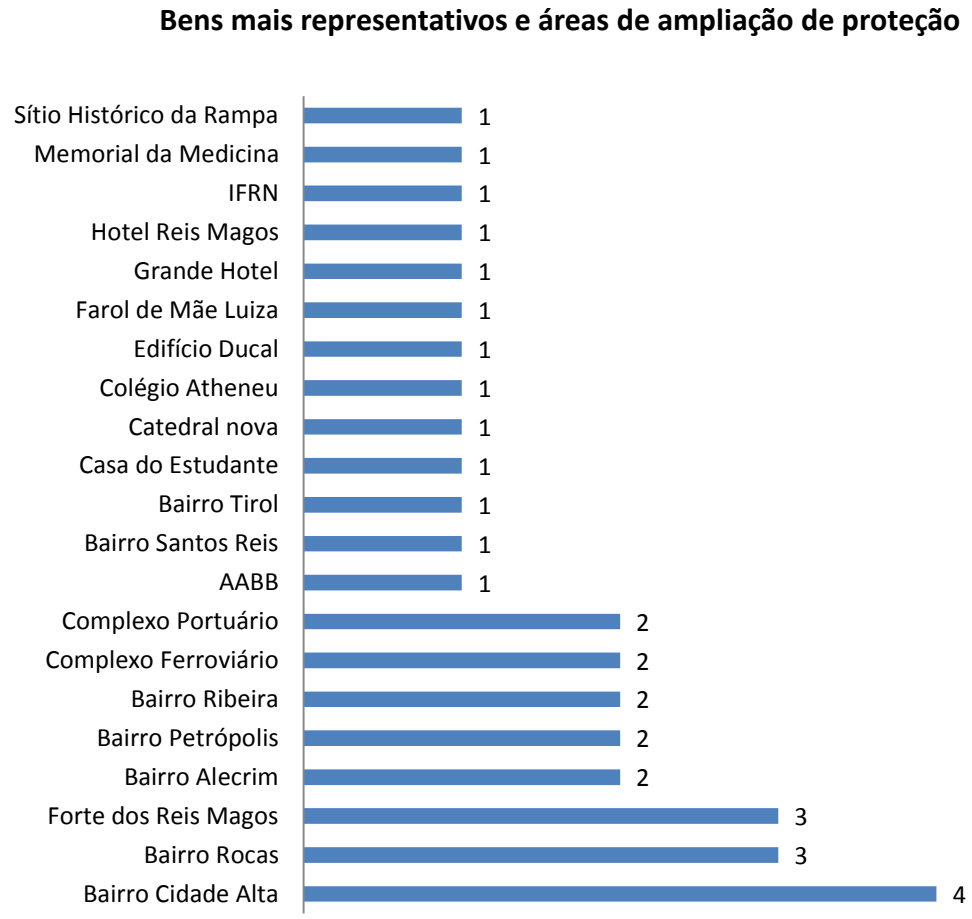


Gráfico 1 - Bens mais representativos e áreas de ampliação de proteção citados pelos entrevistados. Fonte: pesquisa, 2015.

A predominância nas respostas é de acréscimos relacionados a trechos da Cidade Alta (sobretudo da área residencial) que, segundo os entrevistados, resguardaria traços[191] importantes da ocupação colonial, do ponto de vista urbanístico.

Em seguida, aparece o bairro das Rocas, cuja importância foi atrelada a, sobretudo, dois pontos principais: seus grandes equipamentos (do complexo ferroviário), que impactaram enormemente as transformações urbanas da cidade; e seus valores imateriais, diversos. Com igual número de menções apareceu o Forte dos Reis Magos, considerado o bem mais representativo da cidade e, para alguns, do estado do Rio Grande do Norte.

Apontado enquanto local onde há ricos valores imateriais e um traçado urbano também de grande valor histórico, o bairro do Alecrim aparece no grupo seguinte. Com o mesmo número de menções estiveram os complexos ferroviário (nas Rocas) e portuário (na Ribeira), e

[191] Tais como a concentração de lotes estreitos e profundos, bem como a formação de becos e outros espaços característicos do período colonial.

trechos do bairro Petrópolis (cuja principal característica está relacionada a edificações e traçado modernos).

A ausência do Parque Ferroviário na poligonal de tombamento foi, inclusive, um dos questionamentos propostos para serem refletidos durante as entrevistas. Para Clewton do Nascimento, este conjunto estaria atrelado ao centro histórico por ser a materialização de um processo histórico urbano, constituindo uma importante rede técnica que influenciou a transformação o espaço.

De acordo com técnicas da Superintendência do IPHAN-RN que tiveram participação na etapa de ampliação das poligonais de tombamento (quando houve a transição entre a delimitação proposta inicialmente e aquela que foi homologada), a importância do conjunto ferroviário foi considerada. Contudo, foi criada uma legislação específica para aquele conjunto – a de extinção da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA[192] –, além de ter havido o tombamento individual da Estação Central de Natal pela FJA[193], conferindo ao complexo ferroviário alguma proteção legal. Com base nisso e, para não ampliar ainda mais a área das poligonais – já que se temiam as limitações de gestão –, optou-se por inserir o Complexo Ferroviário no entorno, dando a ele somente uma proteção mínima.

Ainda no âmbito das críticas à não inclusão de alguns bens nas poligonais de tombamento, fato que merece nota – e que foi perguntado a alguns dos participantes do processo –, foi o motivo de não terem sido protegidas as comunidades do Passo da Pátria e do Maruim. Na leitura do seguinte trecho, extraído dos estudos para o tombamento, é possível identificar uma provocação a esse respeito:

> O local que veio a ser conhecido como Passo da Pátria já no período colonial servia de importante ponto de integração da cidade com o rio' Junto a este porto existiu uma feira, para abastecimento da Cidade Alta [...] Os melhoramentos do Passo continuam durante todo o final do século XIX e até o início do Século XX o telheiro e o cais continuavam com considerável movimentação comercial [...] (IPHAN, Processo 1.558-T-08, fl. 174).

Vê-se aí, no registro dos fatos históricos relevantes, ser dada certa a importância a uma dessas ocupações: o Passo da Pátria. Porém, a possibilidade de ela integrar a área protegida legalmente foi sequer sugerida. Siviero (2014, p. 45) apontou seu estranhamento sobre essa matéria: "por que as comunidades do Passo da Pátria e do Maruim – marginais da cidade e do

[192] Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.
[193] Proc. N.º 1769/85/FJA- 27.12.85-Portaria nº. 849/87 da SEC-GS- D.O. E. 24. 10.87. Informação consulta por e-mail à FJA.

Centro Histórico – foram excluídas das poligonais sendo que suas histórias se confundem com a história da Cidade Alta e da Ribeira?”.

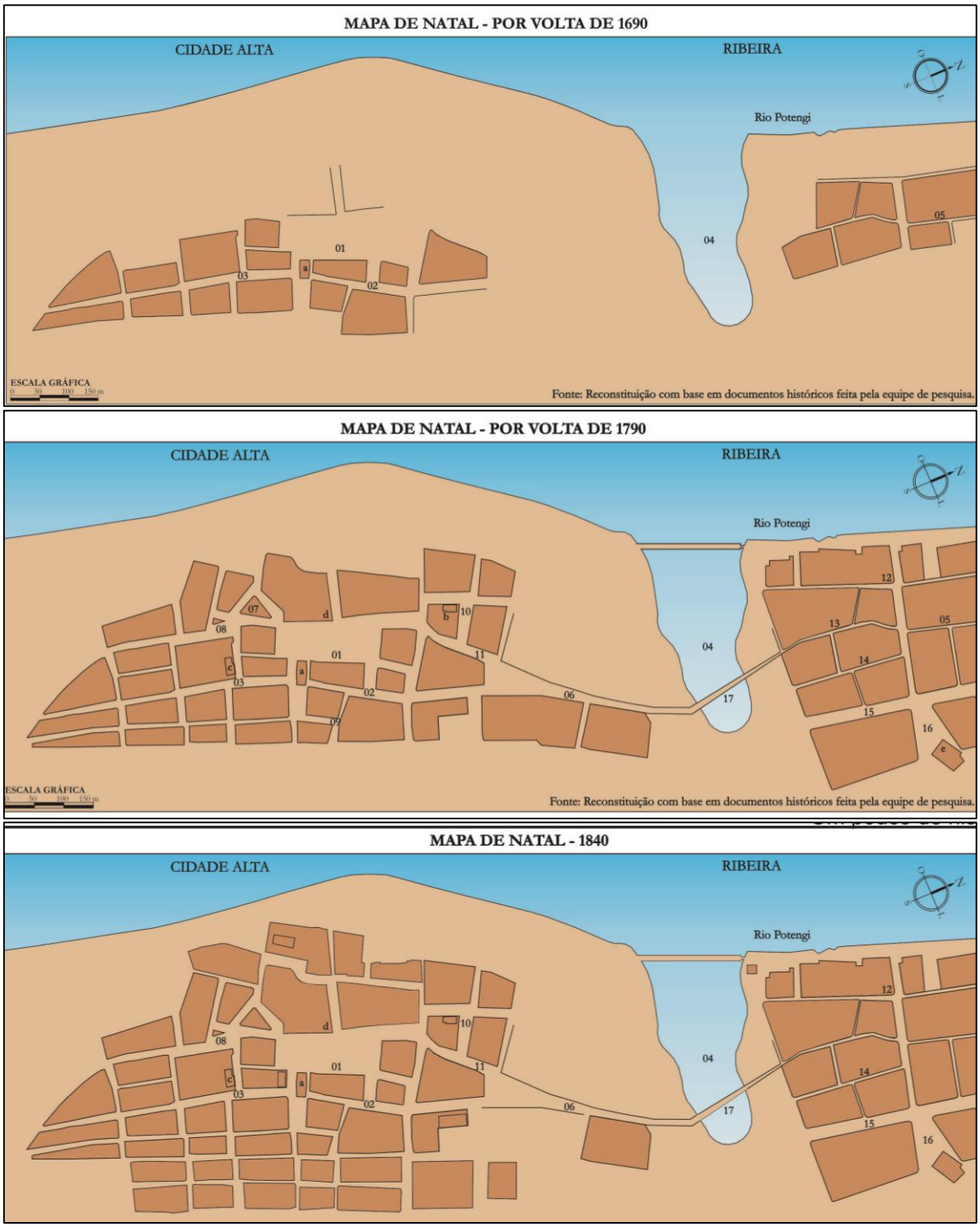


Figura 29 - Mapas das transformações urbanas de Natal entre 1690 e 1840. Fonte: MELO; FILHO, 2007, pp. 28-30.

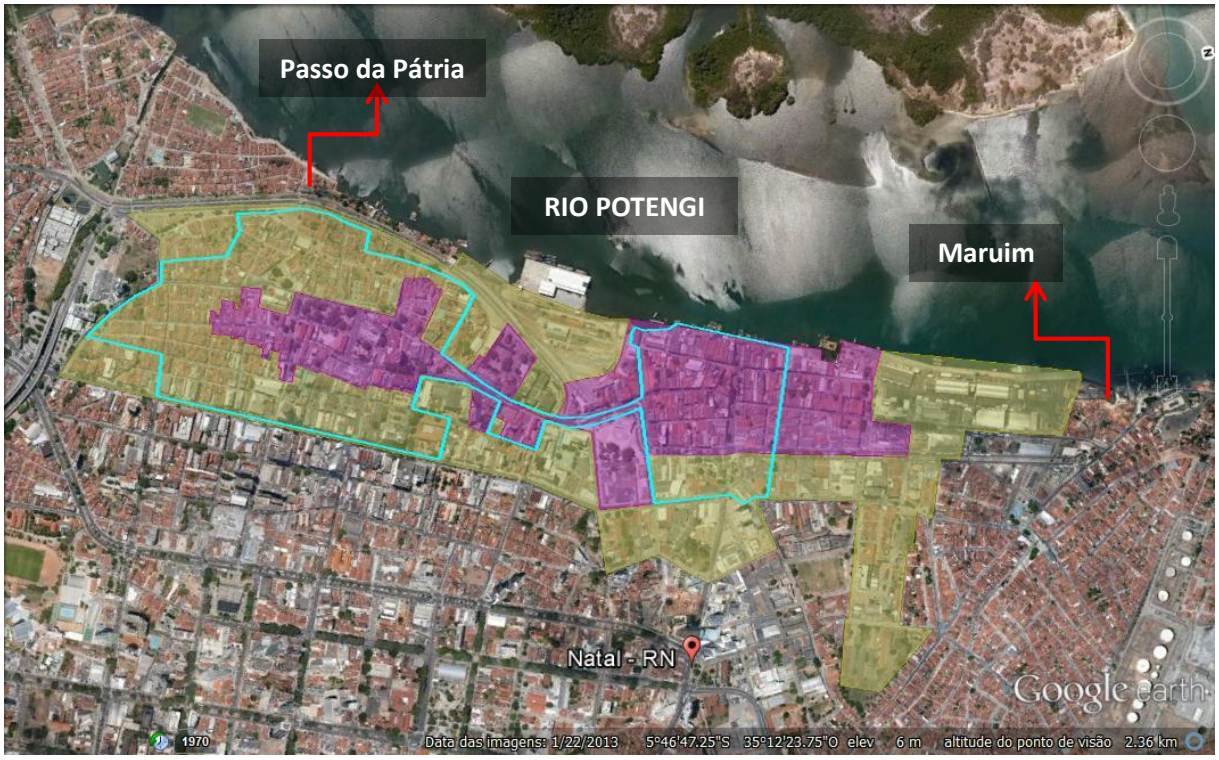


Figura 30 - Mapa contendo a sobreposição das poligonais de tombamento (em rosa) e de entorno (em amarelo), o perímetro da malha viária constante no mapa datado de 1840 (azul), e a localização das comunidades do Passo da Pátria e Maruim. Fonte: Google Earth, 2015.

Os entrevistados que participaram do processo de tombamento deram diferentes visões sobre o motivo da não inserção destas comunidades na área de proteção. Embora Romero Filho tenha frisado que o argumento do tombamento foi histórico (tendo como referência urbanística o traçado do período colonial), se revemos o trecho transcrito acima, vê-se que o tecido do Passo da Pátria, por exemplo, já tinha se formado e apresentava certa dinâmica desde este período.

Contudo, ao se analisar os mapas das transformações urbanas da cidade entre 1690 e 1840 (que foram inseridos nos estudos iniciais para o pedido de tombamento, constantes na figura 31), na área que margeia o rio (onde se localiza o Passo da Pátria), não houve indicação de ocupação, não sendo possível aferir se a que hoje existe no local ainda mantém o traçado inicial. Quanto à Comunidade do Maruim, cuja localização está a norte da Ribeira (não aparecendo nos referidos mapas), tampouco teve sua conformação urbana identificada.

Diversas foram as justificativas ou suposições apontadas pelos técnicos que participaram do processo, para a exclusão das comunidades. Helena Mendes, técnica do DEPAM à época, acrescenta que a discussão da inserção desta área chegou a ser tratada, tendo sido avaliadas as consequências da utilização do instrumento do tombamento naquele modo vida, porque um dos seus efeitos é a conservação dos valores atribuídos ao bem.

Já Heliana de Carvalho[194] – embora não afirme que isso foi levado em consideração à época – reflete que dita exclusão talvez não fosse um problema, pois a legislação as trata como Áreas Especiais de Interesse Social (pelo Plano Diretor), oferecendo a elas uma regulamentação já restritiva, que não permite remembrar e limita o número de pavimentos, a taxa de ocupação, entre outros índices. Andréa Costa[195] citou, ainda sobre essa temática, a delicadeza de se impor regras normativas que pudessem acarretar ônus àquelas populações, que já são carentes – a exemplo da necessidade de contratar um arquiteto para solicitar intervenções.

Ao serem provocados quanto a suposições que justificassem a não inclusão destas áreas, alguns entrevistados (professores universitários) opinaram sobre diversos fatores possíveis: a falta de força política para vencer esse tipo de obstáculo; uma suposta má qualidade ambiental daqueles espaços; a fragilidade da relação dos seus elementos com a dimensão histórica; a existência de conflitos pelo território; e a manutenção de critérios de tombamento do IPHAN historicamente mais elitistas, que representam a dificuldade (que não seria exclusiva deste instituto) de atribuir valor ao informal, inserindo-o como um bem patrimonial.

Não há uma unanimidade sobre a intenção de inclusão destas áreas, embora parte da dificuldade resida exatamente na transgressão das barreiras de limitações de gestão e metodológicas, que possibilitaria uma revisão e maior flexibilidade das formas de atribuição de valores e dos instrumentos de proteção.

Para além destes fatores, outro que merece atenção pela fragilidade que deflagra é o da recomendação de inclusão do centro histórico na titulação de "conjunto paisagístico", decorrente da importância atribuída ao rio Potengi em relação à formação desse território. Por não ter sido um valor apontado nos estudos que embasaram a instrução do tombamento, a indicação de sua proteção somente via pareceres não foi acompanhada da elaboração de um material mais consistente para fundamentar qual, exatamente, seria a influência desse rio teve na formação da cidade e na constituição da sua paisagem, bem como avaliar quais os pontos (elementos e visadas) que mereceriam atenção para a gestão dessa preservação recomendada.

Não se pretende, aqui, retirar o mérito dos estudos que subsidiaram o processo de tombamento, considerados bastante ricos de informações, sobretudo diante das condições que houveram para tal. Contudo, diante desse rol de críticas às poligonais delimitadas, é iniciado um processo de amadurecimento dos pontos que poderiam (aos olhares atuais) ter ocorrido de

[194] Foi servidora da unidade do IPHAN no Rio Grande do Norte à época do processo de tombamento.
[195] Foi técnica da unidade do IPHAN no Rio Grande do norte e professora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Hoje é superintendente do IPHAN-RN.

maneira distinta. É somente diante da vivência da proteção legal efetuada no cotidiano das práticas e das reflexões voltadas à preservação que algumas lacunas se fazem mais evidentes.

A ausência de um mecanismo de construção de opiniões junto a grupos da sociedade natalense para seleção dos bens a serem protegidos, por exemplo, levou a se colocar em xeque a representatividade que estes bens selecionados poderiam realmente ter para a cidade, e para que grupos ela existiria.

Embora muitos entrevistados tenham considerado o conjunto tombado como sendo suficientemente representativo por constituir a parte mais antiga da cidade – contemplando os bairros a partir dos quais a cidade se originou –, houve citação de bens julgados mais importantes para o imaginário local que não foram incluídos na seleção feita: o Forte dos Reis Magos, o Farol de Mãe Luiza, o prédio do Atheneu, a área residencial da Casa do Estudante, além de trechos dos bairros Tirol e Petrópolis, que já têm um traçado modernista.

Jurema Arnaut defende que esse tombamento não atende a um só grupo, ou a um grupo de especialistas do órgão oficial por ele ser resultado de um somatório dos olhares da Superintendência do IPHAN-RN, do Conselho Consultivo, e de um desejo político local de um reconhecimento maior. Mas para Haroldo Maranhão, essa representatividade estaria mais atrelada a um grupo intelectual, que ditou a opção do que teria importância a ser preservado.

Neste sentido, convém destacar a fala de Natália Miranda que, embora considere que a seleção de bens homologada é representativa, aponta que é preciso haver outro processo de construção pra saber se essa opinião é comungada pelos diferentes grupos que compõem a sociedade; e caso não seja, para quais é, e para quais não.

Para Ruth Ataíde, no entanto, o que se deve priorizar na hora de selecionar os bens mais representativos é a identificação do significado do tombamento e dos objetivos de sua delimitação. Com isso – segundo outro entrevistado –, a definição do público-alvo acaba sendo uma questão programática, de acordo com a perspectiva de a quem a preservação serve: se à população residente no interior das áreas tombadas, se ao turismo cultural, se às atividades terciárias, se à inserção de novos usos em áreas degradadas, entre outros.

Há quem ache, como Dácio Tavares, que o público-alvo para tomada de decisões neste setor deveriam ser meramente arquitetos, ambientalistas, antropólogos, historiadores e pesquisadores da área. Para ele, são estes os profissionais que podem contribuir para as ideias de preservação/conservação mais válidas, constituindo um discurso de resistência ao que se vem difundindo, de democratização das ações de patrimonialização.

Contudo, muitos foram os entrevistados que apontaram variados atores a serem ouvidos nesse tipo de processo, tais como: a população do centro histórico (que incluiria, além dos moradores, outros frequentadores mais transitórios), bem como as pessoas de bairros diferentes da cidade (já que o centro histórico é referência para toda a urbe) ou mesmo (embora não seja consenso), de outras cidades[196]; os formadores de opinião, a exemplo da universidade e das escolas; aqueles profissionais e organizações interessados na defesa da preservação local (como o IAPHACC e a SAMBA); e órgãos ligados à gestão pública.

Clewton do Nascimento frisa, contudo, que não se deve pensar (para ele, utopicamente) que seria possível fazer representar toda a população nesse tipo de discussão, pois muitas pessoas não reconhecem esses tipos de valores. De acordo com sua experiência, enquanto foi técnico do IPHAN no Ceará, nem sempre a intenção de incluir a população traz os resultados esperados. Segundo ele, houve casos em que foram convocadas audiências, mas que compareceram pouquíssimas pessoas, porque a maioria delas só passa a querer participar mais ativamente quando são afetadas individualmente em seus direitos (restrição do direito de propriedade, etc.). Contudo, vale refletir se, além desses fatores, influenciam no grau de participação os meios de diálogo adotados.

Com isso, reitera-se a importância de que este não seja um trabalho superficial ou somente de coleta de opiniões, mas uma construção contínua junto à população. Para Natália Miranda, inclusive, "as pessoas entenderiam muito mais o que é ter um centro histórico tombado se tivessem tido uma participação maior durante o processo de discussão desse tombamento". Ruth Ataíde alerta, ainda que, o simples fato de convocar as pessoas pode não significar muito, se eles não tiverem entendimento sobre o que estão falando.

Se pôde notar, ao longo da realização destas entrevistas, que muitas opiniões acabaram convergindo, embora ainda tenha havido algumas divergências. Denotam uma relativa aprovação do tombamento no sentido de sua necessidade, apesar das diversas críticas à forma como se deu, e aos bens que não foram contemplados pela seleção ocorrida.

A seguir, serão constados os dados levantados junto a atores sociais selecionados, de modo a tentar analisar um pouco da repercussão do tombamento do ponto de vista das pessoas

[196] Para Jurema Arnaut, por exemplo, devem ser ouvidas todas as pessoas que têm interesse na cidade pois, como no caso de Ouro Preto, a cidade "não interessa só à população de Ouro Preto [...] Ela tem um valor que lhe foi atribuído que transcende o interesse local. [...] É claro que quem vive o cotidiano da cidade tem uma importância fundamental, mas ele, tanto quanto os outros públicos, tem importância".

que atuam diretamente no centro histórico ou através de instituições e organizações civis a ele atreladas.

5.2 A visão da população

Conforme dito anteriormente, a população amostral utilizada neste trabalho teve caráter exemplificativo, de modo a permitir o exercício de aplicação de uma metodologia que busca levar a um plano concreto de gestão patrimonial algumas reflexões de ordem teórica.

Para o levantamento da visão da população sobre as temáticas relacionadas ao tombamento do centro histórico de Natal, foi elaborado um trabalho de campo junto a alguns dos atores sociais que estão inscritos nesse território, ou a ele se vinculam diretamente.

Perfil dos respondentes

Foram selecionados representantes de instituições, estabelecimentos e organizações civis, tendo sido aplicados 50 questionários. Um fator interessante é a verificação da localização dessas unidades. Constatou-se que os três bairros abarcados pelo tombamento foram contemplados, além de outros nos quais ficam as instituições que, embora estejam fora daquele território, atuam sobre ele.

Os gráficos a seguir mostram um pouco do perfil dos respondentes, segundo a classificação que receberam quanto ao tipo de atividades que exercem e ao vínculo que possuem com a área objeto de estudo.

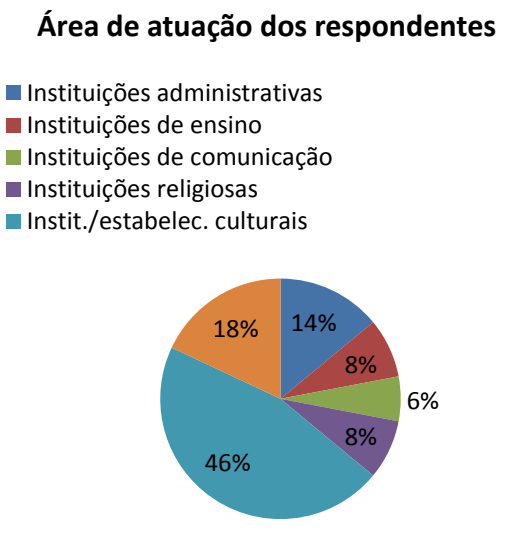


Gráfico 2 - Perfil dos respondentes segundo atividade exercida. Fonte: pesquisa, 2015.

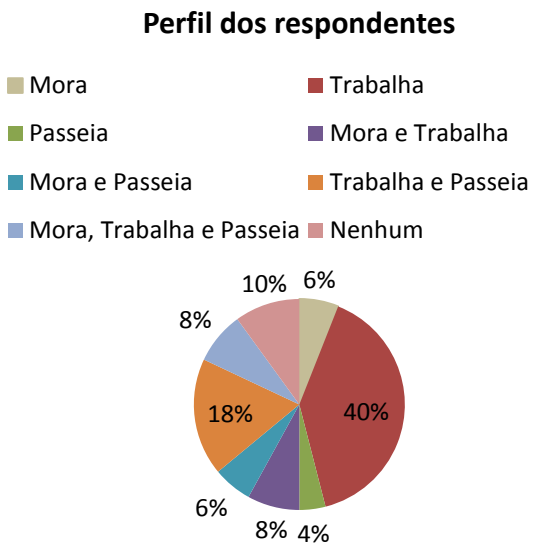


Gráfico 3 - Vínculo dos respondentes com o centro histórico. Fonte: pesquisa, 2015.

Como é perceptível no gráfico 2, a maior discrepância é do porcentual de respondentes que trabalham em locais de atividades culturais. Porém, cabe registrar, que essa foi uma estatística já prevista desde a etapa de contato prévio (via telefone), porque nela se pôde perceber a diferença de receptividade e de disponibilidade para responder dos que atuavam na área cultural em relação aos dos demais setores.

Pelo gráfico 3 se pode notar que a maioria dos entrevistados (74%[197]) trabalha no centro histórico. Este alto porcentual pode ser decorrente do recorte adotado, pois foram selecionados estabelecimentos e organizações que atuam na área. Por outro lado, avaliando o porcentual dos que moram (estes somam 28%), embora constitua uma representatividade menor, a opinião de tais respondentes é considerada valiosa, pois morar implica uma vivência maior e mais intensa da área, inclusive nos fins de semana.

Quanto ao questionário, este foi confeccionado de modo a se buscar aferir quatro pontos principais: o grau de participação já ocorrido e desejado (hipotético) de cada respondente (e/ou das unidades que representam) nos processos de patrimonialização relacionados ao centro histórico de Natal; o conhecimento dos respondentes sobre a temática preservacionista; a relação dos respondentes com o local e seus bens; os valores atribuídos pelos respondentes aos bens culturais da área estudada.

[197] Somando todos os resultados que incluem essa categoria.

Grau de participação já ocorrido e desejado (hipotético) nos processos de patrimonialização relacionados ao centro histórico de Natal

A primeira pergunta do questionário (dirigida aos respondentes que tinham conhecimento sobre o processo de tombamento), foi medido o primeiro grau de participação do grupo selecionado. Nenhum desses respondentes teve qualquer participação no processo.

Aos que afirmaram conhecer o tombamento do centro histórico (pois os que desconheciam o tombamento não conheceriam alguém que teve participação), foi perguntado se, ao menos, conheciam alguém que teve participação, e apenas 27% deles afirmaram conhecer. Este dado passa a ser mais significativo se consideramos que, entre os respondentes, havia representantes de diversas instituições, estabelecimentos e organizações civis que atuam na área – ou seja, que têm interesses diretamente envolvidos no que toca a qualquer tipo de regulamentação relativa ao uso do local.

A relevância dessa análise é ser um modo de avaliar o alcance (ou a falta dele) das ações empreendidas pelo IPHAN à época do tombamento, no sentido de levar ao debate público suas intenções de proteção legal.

Porém, para se criticar a falta de participação da população no processo, é interessante, inclusive, investigar o grau de interesse dela neste tipo de ação. Assim, investigou-se, no questionário, os seguintes pontos: Você gostaria de ter voz nas próximas decisões sobre o que preservar e como preservar? Participaria de audiências públicas ou debates? As respostas foram sistematizadas em formato de gráfico, e expostas a seguir.

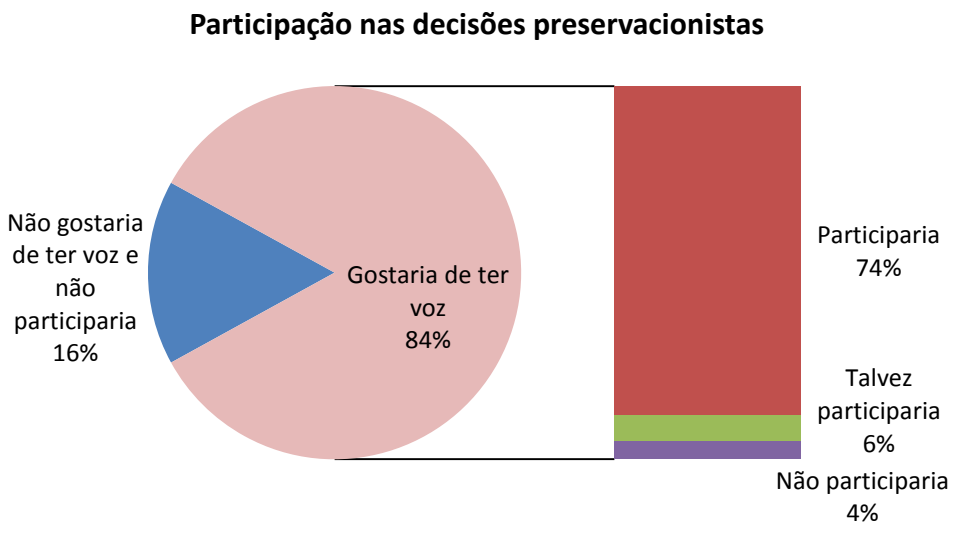


Gráfico 4 - Questão 11: grau de interesse de participação da população. Fonte: pesquisa, 2015.

De acordo com os resultados obtidos, a maioria dos respondentes tanto gostaria de ter voz nas próximas decisões sobre o que preservar quanto alegaram que participariam de possíveis debates a respeito da temática.

Porém, neste ponto cabe atentar para o que Costa (2009) chama de Expectativa Social da Resposta. Segundo a autora, essa expectativa ocorre quando o entrevistado procura "responder o que é socialmente aceito, o que é referido como *adequado* ou *certo* para aquele grupo social" (COSTA, 2009, pp. 117-118). Com isso, não é possível saber até que ponto esse compromisso realmente seria concretizado, ou se tais falas seriam meras demonstrações de uma resposta politicamente correta. Mas o alto índice dos que afirmam desejar essa participação já constitui um dado importante.

O nível de conhecimento dos respondentes

Como colocado anteriormente, o ponto de partida do questionário foi a indagação acerca do conhecimento sobre o tombamento do centro histórico de Natal como um patrimônio cultural nacional. Considerando que a publicação do tombamento provisório ocorreu em julho de 2010[198], tem-se um período de praticamente cinco anos de vigência dos efeitos do tombamento na cidade.

De acordo com os dados coletados na pesquisa, o grau de conhecimento sobre o tombamento do centro histórico de Natal é alto entre os que ali frequentam ou atuam (80%), conforme a amostra coletada. E esta proporção se mantém em relação àqueles que moram no centro histórico (79%). Com isso, buscou-se efetuar um cruzamento de dados, de maneira a se tentar identificar um possível padrão entre os que demonstraram desconhecer esta informação.

[198] Atendendo à obrigatoriedade de dar publicidade ao ato, foi publicado "Aviso de Notificação" em nota de jornais de grande circulação local constando as informações sobre o tombamento e impugnação (IPHAN, Processo 1.558-T-08, v. 3, fls. 402/408-415).

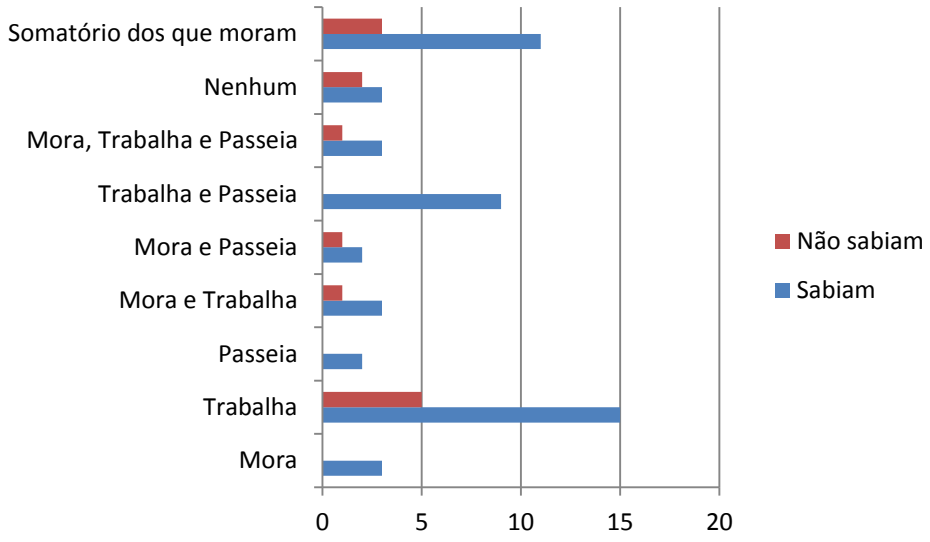


Gráfico 5 - Ciência do tombamento de acordo com o vínculo com o centro histórico. Fonte: Pesquisa, 2015.

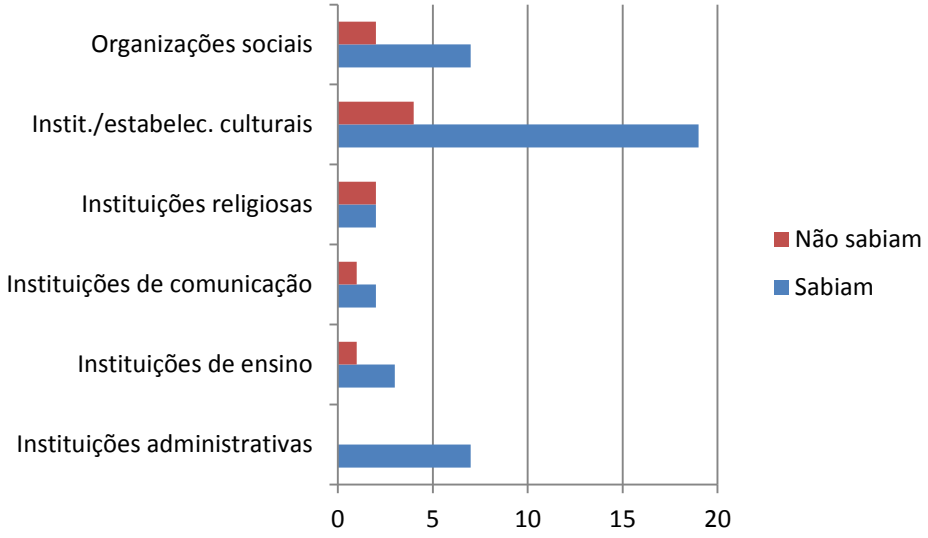


Gráfico 6 - Ciência do tombamento de acordo com o tipo de atividade no centro histórico. Fonte: pesquisa, 2015.

Como se pode averiguar nos gráficos acima, é bastante diversificado o perfil dos respondentes que alegaram não saber do tombamento do centro histórico. Os resultados com maior número de pessoas que não sabiam são aqueles que, em geral, já significam a maioria dos respondentes: aqueles que somente trabalham no centro histórico e aqueles que estão vinculados a estabelecimentos culturais. Porém, dois outros dados chamam a atenção no gráfico 6. O primeiro deles é relativo às instituições administrativas em geral (públicas ou privadas, ligadas à gestão da área), pois a totalidade dos respondentes que as representavam sabia do tombamento (provavelmente por se tratarem de instituições públicas de gestão). Outro fator é

que, dentre as demais categoriais, a ligada à cultura foi a que teve maior diferença de porcentagem entre os respondentes que sabiam e os que não sabiam do tombamento. Constitui, assim, o segundo maior porcentual de ciência sobre o tombamento dentre as categorias analisadas.

Avançando com a averiguação do nível de conhecimento dos respondentes sobre a temática, outra questão observada foi a respeito do significado de tombamento. A maioria dos entrevistados (92%) julgou, ao menos, ter noção do que significa tombamento – número, inclusive, maior que o de pessoas que alegaram saber da incidência desse instrumento na cidade.

Porém, no espaço destinado às definições apresentadas pelos respondentes sobre o que seria tombamento, é possível relativizar este dado. As respostas foram agrupadas em 5 padrões de entendimento. Mas para que se possa entender a divisão proposta, é preciso, antes, compreender os mecanismos de "objetivação" e "ancoragem" apontados por Costa (2009), em sua pesquisa. Ancoragem é o processo que permite que um conceito não-familiar passe a ser familiar por meio de uma recorrência a outros mais próximos (COSTA, 2009, p. 110); já no processo de objetivação, a recorrência não se dá em relação a outros conceitos, e sim, em relação a uma figura (ou objeto) que representa aquele conceito, de modo a materializar a definição (COSTA, 2009, p. 111).

Assim, o primeiro grupo de respostas diz respeito àqueles que utilizaram mecanismos de objetivação para tentar definir Tombamento, associando-o a objetos: "A arquitetura, a pintura", "Os prédios que foram tombados", "É um prédio antigo que tem que se manter em suas características". Os respondentes demonstram, aqui, não saberem o que significa, de fato, a palavra, mas recorrem a exemplos para demonstrar terem alguma noção do que se trata.

Outros grupos identificados valem-se do mecanismo de ancoragem, e suas respostas foram associadas a temáticas específicas. Uma delas é de ideias relacionadas a proibição, conforme se verifica nos exemplos a seguir: "Sei dos deveres dele. Sei mais o que não pode fazer do que de direitos", "Não se pode mexer na estrutura histórica". Outra é de ideias relacionadas a preservação: "Quando passa a fazer parte do rol de patrimônio", "Preservação de todo patrimônio que representa identidade", "É um patrimônio histórico que passa a ser tombado devido ao tempo, sua antiguidade", "Preservação, valorização, cuidado".

Outra temática recorrente foi a de associação do tombamento ao Estado, enquanto poder público, ou ao órgão que lhe corresponde (IPHAN/FJA), como se fosse dele o dever da

preservação e/ou a propriedade do bem tombado: “É um ato para dizer que um imóvel pertence à União”, "O IPHAN tomba o prédio ou festa e dá manutenção para conservar".

Também tiveram bastante recorrência associações a atos administrativos e legais, relacionando o tombamento a uma ferramenta do direito, da lei: “Ato administrativo que reconhece um patrimônio e o protege por leis específicas”, “É um poder diferente”, “É um instrumento de salvaguarda do patrimônio cultural”.

Vale salientar que algumas respostas correspondem a mais de uma categoria. A exemplo de: "Calçamento que não pode asfaltar porque é tombado" (objeto e proibição), “Algo que é tombado pelo Estado e a ele pertence, não podendo mexer”, “Qualquer coisa que não mexa, que seja uma coisa do estado, município” (proibição e Estado).

A seguir, o gráfico demonstra a distribuição, em porcentagem, de cada um desses grupos de resposta.

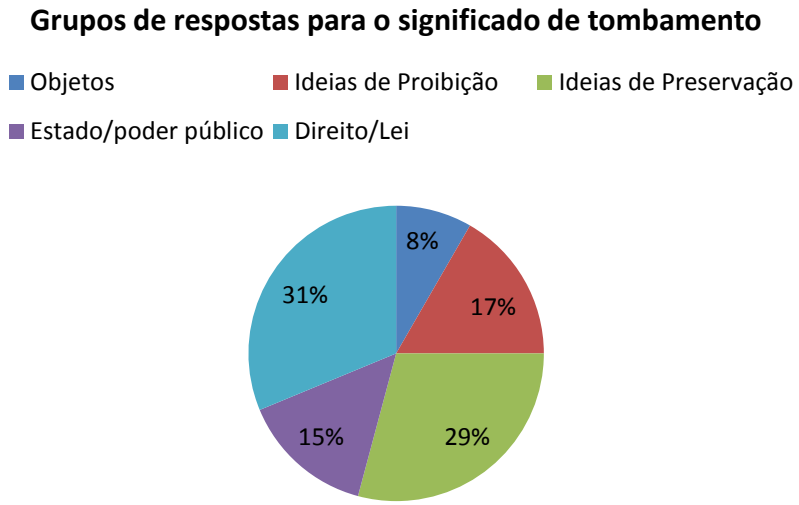


Gráfico 7 - Questão 02: grupos de respostas para o significado de tombamento. Fonte: pesquisa, 2015.

Considerando o entendimento de que o tombamento “é um instrumento jurídico a partir do qual alguns bens selecionados passam a gozar de proteção do Estado, e por ele são submetidos a normas especiais”, foram revistas todas as respostas para se verificar as que mais se aproximavam desta definição. Apenas cerca de um terço dos respondentes apresentou respostas neste sentido. Os demais apresentaram definições equivocadas, vagas ou demasiado simplificadas. Com estas constatações, percebe-se que o porcentual do gráfico anterior (onde 92% dos respondentes julgavam saber o significado de tombamento) não reflete, de fato, a realidade, caindo o índice de respostas para algo em torno de 30% dos respondentes.

Aprofundando ainda mais a investigação sobre o nível de conhecimento, os respondentes foram perguntados sobre as poligonais de tombamento: se conheciam seus limites e, caso sim, se concordavam com eles, tendo sido também solicitadas justificativas para suas respostas.

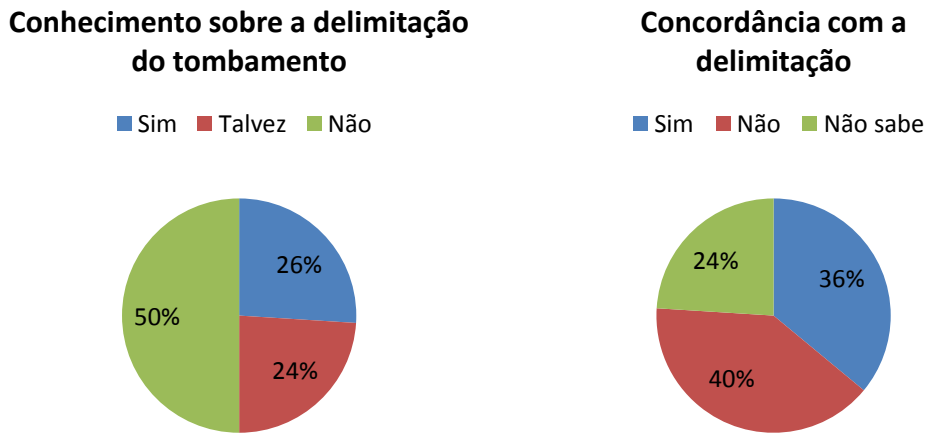


Gráfico 8 - Conhecimento e concordância quanto às poligonais de tombamento. Fonte: pesquisa, 2015.

É interessante perceber que, embora 80% dos respondentes tenha alegado saber do tombamento, apenas 26% deles informou conhecer, de fato, seus limites. Metade dos respondentes alegou desconhecer as poligonais. A outra metade se dividiu entre os que disseram saber e os que não tinham certeza disso. Deste segundo grupo, 36% disse concordar com as delimitações propostas pelo tombamento – perfazendo 18% do total de respondentes. Os motivos apresentados pelos que discordaram das poligonais delimitadas (20% do total de respondentes) seguem no quadro abaixo:

Motivos para discordância quanto à delimitação	**%**
Deveria incluir Petrópolis	20
Concorda parcialmente (não especificou)	10
Queria uma preservação maior	10
Queria a inclusão de alguns prédios da Ribeira	10
Faltou a Casa de Câmara Cascudo (porém, ela está dentro)	10
A delimitação é abrangente	10
Deveria incluir prédio da antiga Legião Brasileira	10
Deveria incluir o Iate Clube	10
Ela não traduz os valores atribuídos ao sítio que foram expressos no processo de tombamento	10

Quadro 2 - Questão 05: motivos para discordância quanto às poligonais de tombamento. Fonte: pesquisa, 2015.

Dentre as respostas acima, percebe-se três tipos que merecem comentário: a que acena para uma necessidade de ampliação da poligonal, de modo a incluir outros bens que seriam

considerados representativos para parte dos respondentes; outra exatamente oposta, que alega que a poligonal já é abrangente demais. Outra resposta é, notoriamente, uma interpretação mais técnica, relativa a um possível descompasso entre os valores defendidos no processo e os bens que foram selecionados para proteção – que também pode ser vista como oposta a muitas outras respostas de pessoas que não comungam desse nível de conhecimento/interesse.

Deve-se atentar para o fato de que a concordância ou não com estes limites requer um maior conhecimento e pensamento crítico sobre a área, o que, via de regra, corresponde a um perfil de respondentes mais reduzido e especializado na temática. A julgar pelas respostas apresentadas anteriormente, é possível afirmar que a população, de modo geral, não costuma debater tanto sobre preservação, e ainda menos especificamente sobre o tombamento do centro histórico.

Com isso, não é possível dizer que os resultados obtidos a partir desta questão levem, propriamente, a uma informação representativa da aceitação ou não das poligonais propostas pelo tombamento pela população. Os percentuais relativos às dúvidas corroboram este entendimento: 24% dos respondentes admitiram não ter certeza sobre conhecer as poligonais. Considerando que alguns que afirmaram conhecer as poligonais não tinham certeza se concordavam ou discordavam delas, é possível, em verdade, que também não as conheçam.

Seguindo na investigação do grau de conhecimento dos respondentes sobre a temática, lhes foi questionado o significado de patrimônio cultural. As respostas que se repetiram foram agrupadas, estando relacionadas no quadro a seguir:

Questão 6	
Para você, o que significa patrimônio cultural ou bem cultural?	
Tudo que remete a cultura/tradição/memória/identidade	38
Acervo construído que remete a história e tem valor	15
Exemplos de Bens (materiais e imateriais)	15
Algo a se dar valor/preservar	10
Algo que pertence à sociedade	3
Que tem relação com beleza	2
É o usufruto de espaços culturais por meio de política	1
Algo que não se faz mais	1
Objetos/espaços que dão identidade a parte da população	1
objeto ao qual se deu valor institucional a partir de um crivo	1
Não soube responder	4

Quadro 3 - Questão 06: respostas para o significado de patrimônio (bem) cultural. Fonte: pesquisa, 2015.

Novamente, os mecanismos de objetivação e ancoragem puderam ser encontrados nas respostas. Como exemplo dos primeiros, foram citados diversos bens, materiais ou imateriais. Quanto aos mecanismos de ancoragem, diversos conceitos mais próximos – como "cultura", "valor", "identidade", "memória", entre outros – foram utilizados como forma de tentar interpretar o conceito indagado.

É interessante perceber que, nesse rol de respostas, apareceram bastantes bens imateriais, sendo apontadas diversas manifestações culturais que, mesmo em menor número, já vão além das consagradas visões de patrimônio construído e monumental, tão fortemente midiatizadas. Comprovam a resistência destas manifestações – que, diga-se de passagem, raramente são alvo de políticas públicas – como bens que, para alguns grupos da sociedade, trazem significação e valor aos espaços centrais. É por meio da sua afirmação e ressignificação que o centro histórico é considerado, por muitos, um reduto cultural. Trata-se, possivelmente, de um valor não induzido pela mídia, mas sim natural à própria sociedade.

Também convém destacar uma resposta que chamou atenção: a de que patrimônios culturais seriam "objetos/espaços que dão identidade **a parte da população**". Em negrito é frisado um entendimento não tão comum: a de que este valor e significado não é, obrigatoriamente, representativo para toda a cidade ou um povo, mas apenas para parte dela(e).

A relação dos respondentes com o local e seus bens

Para compreender o "lugar de fala" dos respondentes, é interessante também verificar o grau de relação que estes têm com o território. A terceira pergunta do questionário permite o cruzamento de duas indagações: a relação de uso do centro histórico pelo respondente e a existência ou não de memórias atreladas a ele. O gráfico a seguir esquematiza as respostas a ambas perguntas, correlacionando as respostas de cada respondente.

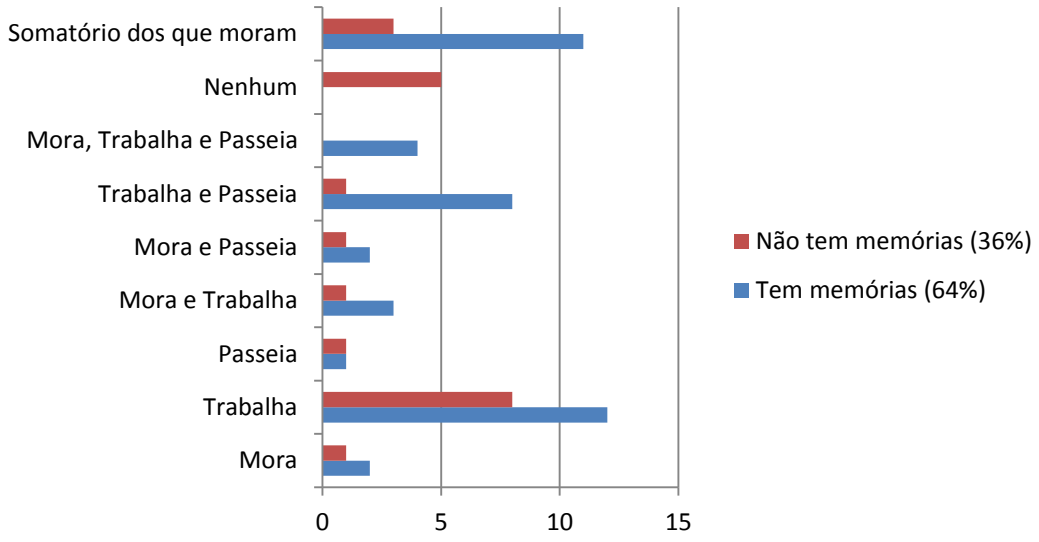


Gráfico 9 - Questão 03: relação entre o tipo de uso e a existência de memórias atreladas ao centro histórico. Fonte: pesquisa, 2015.

Vale destacar que, dentre estes, foram significativos os resultados quanto à existência de memórias atreladas a esse espaço, tendo sido de maiores valores, respectivamente, os respondentes que trabalham (que já são maioria), seguido dos que trabalham e passeiam. Outro dado que chama atenção é que os que além de trabalhar, também passeiam, apresentam maior índice positivo de memórias atreladas à área. Talvez isto se deva ao fato de que o passeio é uma opção, e a frequência ao trabalho pode não ser. Por fim, merece frisar a proporção daqueles que moram no local (somando todas as categorias com essa opção), cujo resultado se apresenta no gráfico a seguir, denotando um alto índice positivo.

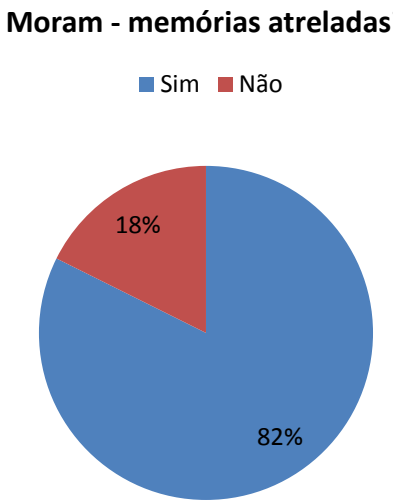


Gráfico 10 - Ausência ou presença de memórias atreladas ao centro histórico de pessoas que lá moram. Fonte: pesquisa, 2015.

Um dado que não aparece neste gráfico, mas que é relevante para sua análise – e que foi constatado em informações extras prestadas pelos respondentes – contribui em parte para a justificativa dos que têm memórias atreladas: é o fato de que, embora muitos não morem lá, atualmente, já moraram e, naquele período de infância/juventude, estabeleceram fortes lembranças.

Os que não têm qualquer desses vínculos tampouco possuem memórias, já que não têm vivência. Convém atentar, porém, que alguns respondentes alegaram terem se mudado recentemente para Natal, não tendo tido tempo suficiente para conhecer bem a localidade e, com isso, estabelecer memórias atreladas a essa área.

Quando indagados sobre a importância ou não de haver a preservação de patrimônios (bens) culturais, 100% dos respondentes afirmaram que é importante haver esta preservação. A unanimidade desse posicionamento chama a atenção, visto que muitos respondentes alegaram desconhecimento sobre o centro histórico e/ou não verem relação entre a qualidade de vida das pessoas e a preservação dos bens patrimoniais[199]; ou ainda, apresentaram pouco ou vago conhecimento sobre a própria definição do que seria um patrimônio cultural.

Assim, embora pareça, a princípio, uma resposta animadora, é interessante atentar para a já citada Expectativa Social da Resposta (COSTA, 2009), devendo-se considerar a possibilidade de que parte desses respondentes não saiba, realmente, o significado da sua aprovação quanto ao ato da preservação.

Contudo, na continuidade da pergunta – que solicitou o motivo da resposta dada –, alguns fatores foram apresentados e agrupados no quadro a seguir:

[199] Dado a ser apresentado a seguir.

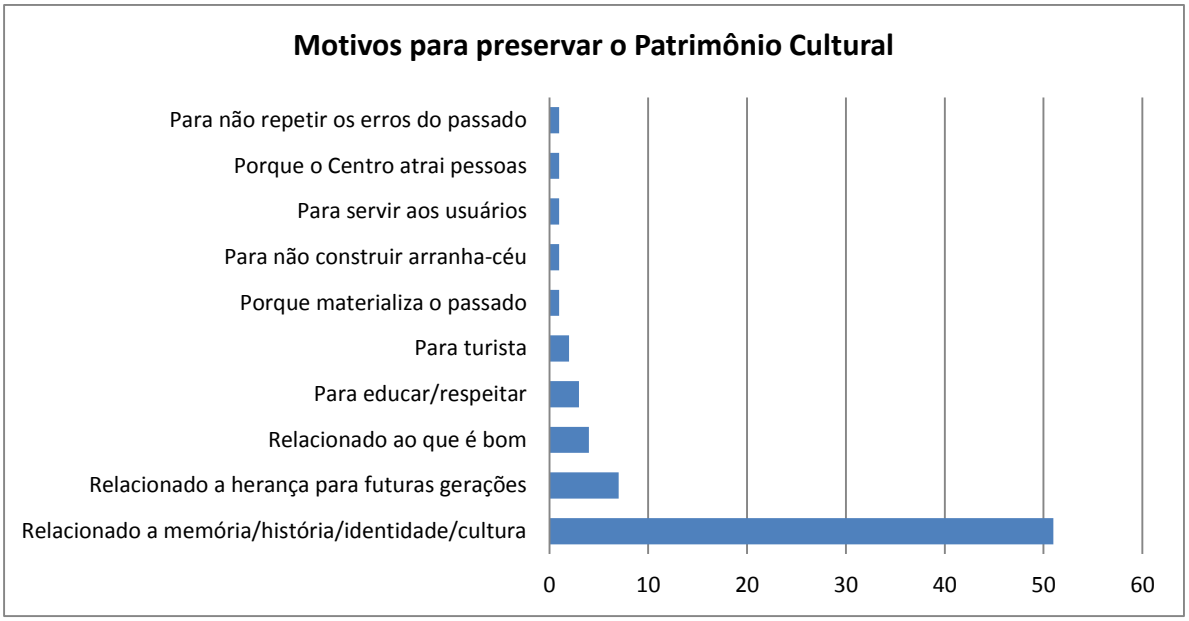


Gráfico 11 - Questão 07: motivos para preservar o patrimônio cultural. Fonte: pesquisa, 2015.

Algumas das respostas acima podem ser vistas como concordantes com a hipótese de Expectativa Social da Resposta já citada, uma vez que não apresentam uma justificativa mais substancial. É o caso, por exemplo, de colocações "Relacionadas ao que é bom". Porém, a ideia predominante (embora, em muitos casos, dita de forma vaga) é a relação do motivo da preservação com aspectos de memória, história, identidade e cultura. Em seguida e, de modo complementar, houve a ênfase à necessidade de transmissão desses elementos às futuras gerações.

Um ponto que figura entre as respostas é o do turismo. Este é um importante setor da cidade, dado o discurso generalizado de incentivo ao seu estímulo, sempre apregoado nas políticas locais. A visão de Natal como uma "cidade turística" pode, inclusive, acarretar uma forma de os cidadãos se identificarem com tal caracterização da cidade, passando a reproduzir o discurso da necessidade de investimentos para fortalecimento do setor, inclusive em áreas alternativas à categoria de belezas naturais (como é o caso do corredor cultural).

Buscando aprofundar o entendimento sobre as motivações mais concretas que os respondentes poderiam apresentar para justificar a importância de haver a preservação dos bens culturais de Natal, lhes foi indagado se existiria alguma relação entre a conservação das praças, calçadas, vegetação, edifícios etc., e a salvaguarda de festas, comidas e lendas do centro histórico de Natal e a qualidade de vida, solicitando uma justificativa para a resposta.

A maioria dos entrevistados (86%) alegou haver uma relação entre a conservação/salvaguarda destes locais/elementos/manifestações e a qualidade de vida no centro histórico de Natal. Outros responderam que "dependeria" (4%), argumentando que "tem gente que não faz questão". As respostas dos que julgaram haver uma ligação foram agrupadas, e seguem abaixo, com seus respectivos números de menções:



Gráfico 12 - Questão 10: relação entre a conservação de bens culturais e a qualidade de vida. Fonte: pesquisa, 2015.

Como notório, o posicionamento mais recorrente foi o de que, ao se conservar estes locais e/ou preservar as manifestações culturais, se estaria promovendo qualidade de vida pelo fato de se manter a história. São incluídos, nessa resposta, posicionamentos como "aprender com o passado", "ver como era a qualidade ambiental dos espaços antigos", entre outros. Nessa mesma linha, valores afetivos, relações de pertencimento e de reforço da identidade também figuraram entre os mais mencionados.

Outros fatores estiveram relacionados à afirmação de que a preservação estaria agregando valor aos espaços, seja de modo geral, seja específico (por promover o uso, a segurança, a socialização de pessoas e a geração de empregos)[200]. Em seguida, apresentam significativo número de menções os motivos relacionados à promoção de formas de lazer, de prazer e de usufruto de espaços ou manifestações belos. A preocupação com os turistas volta a

[200] Observar que esses fatores não demonstram, obrigatoriamente, um diferencial por ser uma área carregada de bens de valor cultural.

aparecer na resposta “mostrar para visitante”, porém, com pouca expressividade – perto das demais respostas.

Os valores atribuídos pelos respondentes aos bens culturais da área estudada

Uma vez contextualizado o perfil dos respondentes e seus lugares de fala, de modo a entender sua relação com o território, convém destacar os resultados encontrados quanto às formas de atribuição de valor a bens culturais, identificadas ao longo do questionário. Uma das perguntas que trouxe bastantes elementos para essa análise foi a que requeria dos respondentes uma descrição do centro histórico de Natal para alguém de longe. Nesta questão, solicitou-se que refletissem quais elementos (naturais e construídos, festas, comidas, danças, lugares, pessoas) seriam importantes nesta descrição.

As respostas foram agrupadas em dois grandes grupos: as que citaram características atribuídas ao centro histórico como um todo, e aquelas que citaram bens que o compõem. O primeiro grupo, por sua vez, foi subdividido entre os que não opinaram (por desconhecerem o centro histórico), os que opinaram positivamente e os que atribuíram conotações negativas a ele. Vale salientar que alguns respondentes atribuíram, simultaneamente, opiniões positivas e negativas.

A seguir, foram condensadas as principais respostas em formato de quadro:

Descrições positivas sobre o centro histórico	Menções
Local de arquitetura de vários estilos, singulares, de valor histórico e estético	12
Lugar atrativo/legal/rico/bonito/boêmio	10
Referência de antiguidade/história/acontecimentos importantes	10
Local de qualidade/resistência cultural	5
Dividido em dois planos: um de fundação e um de conexão com o rio / uma zona religiosa e residencial e outra comercial / uma administrativa e outra cultural Pontos	4
Marcado por belezas naturais	4
Local de manifestações populares	2
Lugar discreto	1
Cidade típica portuguesa	1
Lugar de importância militar	1
Cidade vanguarda	1
Lugar importante para o turismo	1

Quadro 4 - Questão 04: respostas contendo descrições positivas do centro histórico. Fonte: pesquisa, 2015.

É interessante notar que a arquitetura (imbuída de valores históricos, estéticos e de singularidade) apresenta significativo número de saídas. Porém, o apelo estético e boêmio do local, assim como o histórico, parecem ser considerados diferenciais positivos para sua imagem. Também merece destaque a visão que o centro histórico é atrelado à cultura, incluindo ser ali considerado um espaço de resistência de movimentos da área. A presença de elementos naturais e de manifestações imateriais também foi apontada, assim como outras caracterizações mais específicas. Por fim, vê-se, novamente, a citação do fator turístico[201].

Características negativas	Menções
Pouco valorizado/cuidado	7
Carece de manutenção/infraestrutura	7
Violência/insegurança	6
Carece de políticas	5
Abandonado	4
Nada/pouco preservado	4
Ribeira sem importância econômica	1
Prédios se perdem, culpa de herdeiros	1
Carece de roteiro histórico	1
Comparado a outros, é vergonhoso	1
Comparado a outros, não é tão extenso	1
Já foi o centro da vida na cidade	1
Seu valor é ainda desconhecido pelos natalenses	1
Baixa dinâmica cultural	1
Burocracia grande	1
Não tem o que se ver	1

Quadro 5 - Questão 04: respostas contendo descrições negativas do centro histórico. Fonte: pesquisa, 2015.

Como se percebe pelo quadro anterior, a visão de carências de cuidado, manutenção e segurança despontam entre os principais fatores negativos apontados pelos frequentadores respondentes na descrição do centro histórico. Contudo, analisando as respostas apontadas, vê-se que estas traduzem não uma falta de valorização desse tipo de área, mas a constatação de que há vários fatores relacionados à má gestão do espaço, que acabam por afetar o usufruto dos bens que ali existem.

Quanto ao segundo grupo de respostas, os resultados foram bastante diversificados, tendo sido apresentados 54 bens diferentes. Dentre eles, os mais citados foram o Forte dos Reis Magos (embora não esteja no perímetro oficialmente delimitado pelo tombamento) e o

[201] Convém ressaltar que a recorrência desse discurso não significa a efetividade da importância desse setor para a economia local.

Instituto/Casa de Câmara Cascudo, ambos com 4 menções. Sem seguida, vieram a Capitania das Artes, o Museu ou Casa de Café Filho, a Praça Padre João Maria, o Rio Potengi, o Solar Bela Vista, o Teatro Alberto Maranhão e a Ribeira, citada de modo geral – cada um deles, mencionados por 3 respondentes. Os demais bens tiveram 2 ou 1 menções.

Como se observa no decorrer das respostas, figuram principalmente bens construídos quesão emblemáticos no imaginário natalense. Mas também aparecem elementos de importância urbanística, como praças, largos e becos, que traduzem locais de socialização e, em alguns casos, de grandes acontecimentos. Igualmente, é interessante ver que o Rio Potengi teve um número de menções expressivo, o que corrobora para o entendimento dado nos pareceres que constam do processo de tombamento, que alegaram a importância deste elemento para a cidade.

Saindo do campo da descrição e aprofundando a questão da relação de pertencimento, a oitava questão solicitou dos respondentes que citassem os edifícios, espaços livres e festividades que considerassem bens culturais e que fossem, por eles, usados, observados ou conhecidos. Segundo dados coletados, a maioria dos respondentes (92%) afirmou usar, observar ou conhecer ao menos um bem cultural de Natal.

Aos que disseram usar, observar ou frequentar, foi solicitada a indicação de quais seriam esses bens, de modo a exemplificá-los, para que fossem posteriormente mapeados. Esta foi mais uma forma de fazê-los refletir sobre quais seriam, para eles, os bens culturais natalenses mais representativos. A proporção das respostas segue no gráfico a seguir.

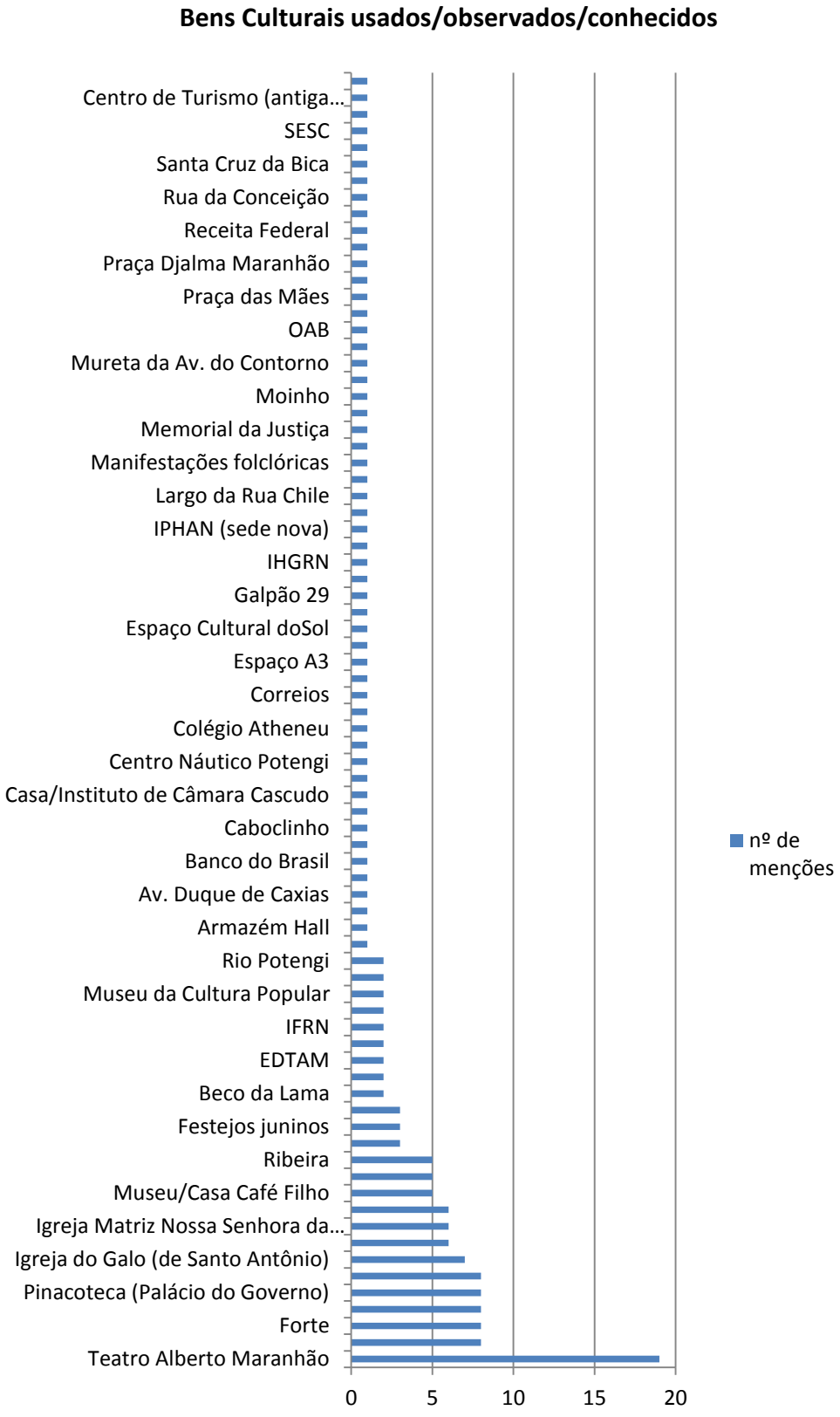


Gráfico 13 - Questão 08: bens culturais usados/observados/conhecidos[202]. Fonte: pesquisa, 2015.

[202] Este gráfico apresenta uma distribuição visual das respostas, não correspondendo a todos os bens citados, já que são muitos e inviabilizaria a descrição de todos os bens mencionados.

Conforme demonstra o gráfico, o Teatro Alberto Maranhão foi o que teve maior número de menções (18, perfazendo uma considerável média de 36% dos entrevistados). O segundo grupo é o de bens que tiveram 8 menções cada, dentre os quais estão a Capitania das Artes, o Forte dos Reis Magos, o Museu Câmara Cascudo, a Pinacoteca e o Solar Bela Vista. Tiveram entre 5 e 7 menções cada, as igrejas Matriz e do Galo, o Instituto Câmara Cascudo, a Casa da Ribeira, o Museu Café Filho, a Prefeitura, e a Ribeira, considerada no geral. Outros 65 bens foram citados por 1 a 3 respondentes.

Assim, tem-se que, no total, foram mencionados 78 bens culturais nesta questão. Embora se verifique uma grande recorrência de alguns bens em diversas respostas (promovendo um desequilíbrio nos gráficos), a variedade também demonstra uma diversidade de apropriações de bens culturais.

Vale frisar que, tanto no gráfico acima quanto no gráfico de bens citados na descrição do centro histórico, a Ribeira foi citada, de modo geral. O bairro, que é por muitos considerado homogêneo e com traços de antiguidade nos seus imóveis, é também visto como um reduto da cultura na cidade.

A última pergunta do questionário foi dividida em duas partes: uma primeira, que buscou relacionar bens e os respectivos tipos de valores que estes pudessem representar para os respondentes; e uma segunda, que buscou complementar a valoração dada a cada bem, através da investigação de como cada respondente julgou que os bens deveriam ser tratados, para que permanecessem com as características responsáveis pelas atribuições de valor que lhes foram imputadas (para visualização dos resultados completos em tabela, ver Apêndice E).

Quanto à primeira parte, os respondentes foram solicitados a darem exemplos de bens culturais para cada um dos valores apresentados (histórico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, estético, religioso, científico, social e afetivo). Quando aparentavam ter alguma dificuldade para lembrar por meio desse roteiro de pensamento, foi proposto o exercício inverso: pediu-se que pensassem em um bem cultural qualquer, e depois, se perguntou-se a qual ou a quais valores aquele bem se vinculava. Assim, um mesmo bem pôde receber apenas uma valoração (exemplo, só ter valor social), ou receber várias, incluindo alguns casos em que receberam, de um mesmo respondente, os nove tipos de valores sugeridos.

É importante atentar para a recorrência dos mesmos bens em diversas respostas. Na questão 12, por exemplo, 12 (de um total de 75 bens citados) receberam, aproximadamente,

60% do total de valorações. Dentre eles estão o Teatro Alberto Maranhão (12,6%), a Igreja Matriz (7,09%), a Pinacoteca/Palácio do Governo (6,05%) e a Prefeitura/Palácio Felipe Camarão (5,67%).

Embora se perceba a repetição de bens que já são considerados, por muitos, emblemáticos da história da cidade, cabe lembrar que isso não significa que foram citados todos os bens de relevância para as pessoas. E, considerando que esta foi intencionalmente a última pergunta do questionário – por ser a de maior complexidade, para não intimidar os respondentes – é possível que, ao respondê-la, muitos tenham ficado com preguiça de pensar, estivessem cansados ou apressados, ou mesmo que não lembrassem, no momento, de outros bens menos emblemáticos, mas de grande valia.

Quanto aos tipos de valores atribuídos, estes foram somados para identificação daqueles que, de um modo geral, receberam mais indicações. A proporção que cada categoria de valor recebeu, no total de respostas, encontra-se no gráfico a seguir.



Gráfico 14 - Questão 12: valores atribuídos. Fonte: pesquisa, 2015.

Como é possível perceber na leitura do gráfico acima, é razoavelmente equilibrada a proporção de cada tipo de valor atribuído. Porém, algumas informações se destacam: o valor de maior representatividade é o histórico, cuja porcentagem é maior que a soma dos dois menores valores apontados pelos respondentes: respectivamente, valor científico e valor religioso[203].

[203] Analisando as respostas referentes aos bens citados e os valores, considerou-se a possibilidade de que algumas pessoas talvez não tenham citado outros bens imateriais por não associá-los aos valores colocados como opção –

Com relação ao valor histórico, é compreensível que tenha sido o mais votado, posto que a ideia principal que se faz é que os bens citados contem parte da história da cidade por algum ponto de vista (incluindo da arquitetura, do urbanismo, etc.). Quanto aos resultados dos valores arquitetônico, estético e social, estes tiveram proporções bastante similares. Embora possa tratar-se de uma interpretação precipitada da representatividade desse conjunto de valores, poderia ser questionada a existência de um estereótipo enraizado no natalense relacionado ao patrimônio– de visão monumental, ao estilo "edificações de destaque", mencionado na análise do processo de tombamento.

Os valores urbanístico, paisagístico e afetivo também se encontram num patamar equivalente. Mas talvez figurem com menores resultados não somente por serem visto com menos importância: em verdade, podem ser valores de assimilação não muito precisa por alguns dos respondentes – sobretudo o valor urbanístico e o paisagístico –, não os deixando à vontade para citar bens que os exemplifiquem. Já o afetivo, pode ser menos recorrente pela falta de uso, propriamente, destes bens pelos respondentes, ou de memórias atreladas a eles.

Pode haver algumas explicações para o fato de alguns valores terem tido menor representatividade nos resultados: o valor religioso, por ser limitado a um dos campos que compõe a esfera da sociedade – que é a de bens que evocam espiritualidade; o valor científico, além do mesmo motivo anterior, por talvez não ter seu sentido e possibilidades dominados pelo conhecimento de alguns respondentes.

Agrupando os bens por tipos (de acordo com suas características), é possível fazer diversas outras análises. Foram aqui considerados: as igrejas, por sua peculiaridade de tamanho, riqueza arquitetônica, impacto urbanístico e social; os demais imóveis; as praças; os demais logradouros (becos, ruas, etc.); elementos naturais; manifestações culturais, monumentos diversos; e bens vistos em conjuntos, paisagens e visadas.

talvez se houvesse sido utilizada a opção de valor "cultural", de modo generalizado, poderia haver mais menção a bens dessa natureza.

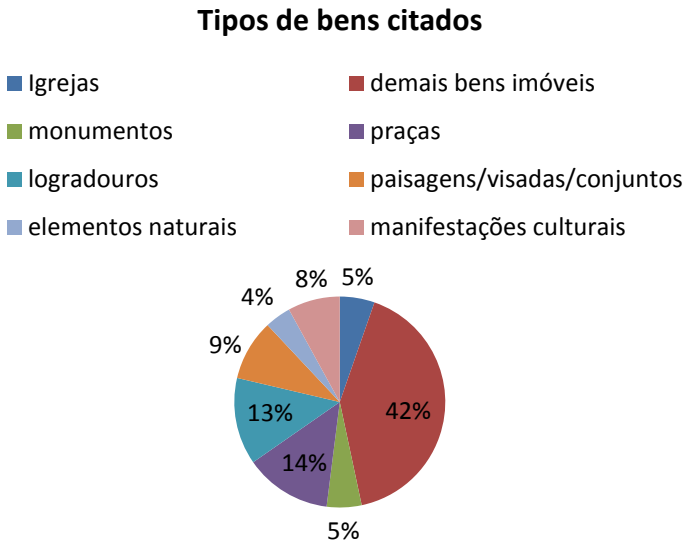


Gráfico 15 - Questão 12: tipos de bens citados. Fonte: pesquisa, 2015.

Como se percebe, por meio da leitura do gráfico, quase metade de todos os bens citados são imóveis individuais (somando igrejas e demais bens imóveis, perfazem 47% do total). Tal dado já era esperado, considerando que ao longo dos processos de patrimonialização ocorridos na cidade, a visão de patrimônio foi calcada nos bens tomados individualmente. A seguir, os de maior representatividade estão nas categorias urbanísticas (praças e logradouros), seguidos pelas visões em conjunto (paisagens/visadas/conjuntos) e pelas manifestações culturais. Por fim, os resultados menos expressivos foram os monumentos e elementos naturais que, porém, podem estar integrados a outras categorias. Traçando o perfil dos tipos de valores atribuídos a cada uma dessas categorias de bens, temos a seguinte distribuição:

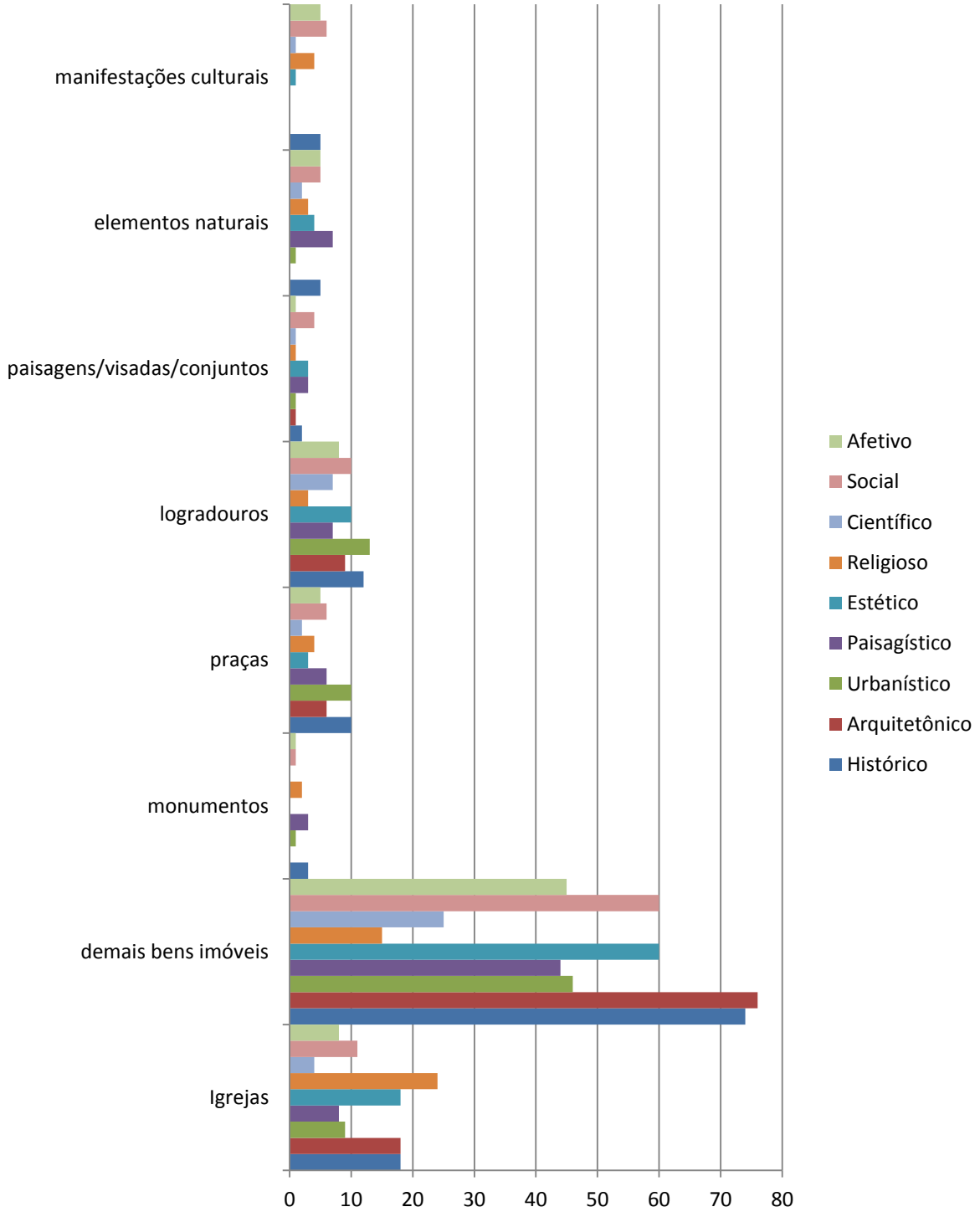


Gráfico 16 - Questão 12: valores atribuídos por tipo de bem. Fonte: pesquisa, 2015.

A partir desse gráfico podemos, primeiramente, relativizar o dado referente ao valor histórico – que foi o que teve maior índice de valoração na totalidade dos bens. Como se percebe na distribuição acima, ele não teve resultados superiores aos demais valores em nenhuma das categorias de bens. Contudo, aparece de maneira proporcionalmente expressiva em todas elas.

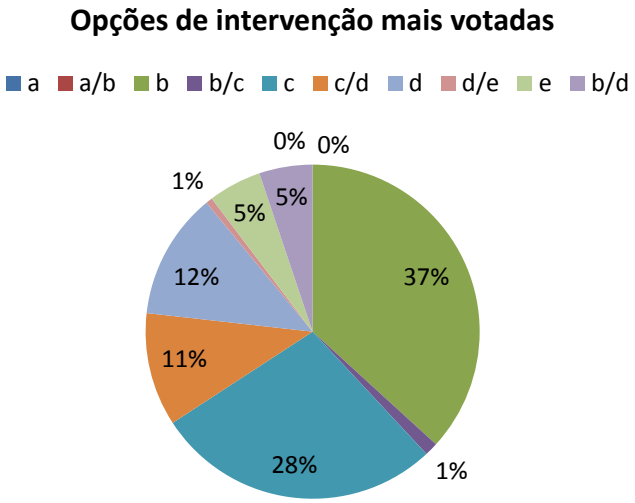
Outros valores acabam sendo mais fortes a depender da categoria. Por exemplo: o valor arquitetônico se sobressai nos bens imóveis e igrejas; o valor urbanístico, nas praças e logradouros; o valor paisagístico, nos monumentos, elementos naturais e visões em conjunto; o estético, nos bens em conjunto e nos imóveis isolados (incluindo igrejas); o valor religioso, nas igrejas (embora não apenas nelas); proporcionalmente, os valores científicos tiveram mais representatividade nos logradouros; o valor social destacou-se nas manifestações culturais, mas também figurou junto ao valor afetivo entre os maiores resultados dos bens em conjunto, dos bens naturais, dos logradouros e demais bens imóveis.

É interessante notar que estas análises podem ser ferramentas para melhor compreender a forma de intervir em cada um dos bens citados. Embora se trate de apenas um exercício metodológico (feito por uma só pesquisadora), se aplicado num grupo mais significativo de respondentes (incluindo opinião técnica, claro) – de modo acompanhado a discussões coletivas para (re)construção de valores e de conhecimento sobre a temática preservacionista –, poderia contribuir para a formulação de regras de intervenção mais conectadas com as necessidades da sociedade (objetivas e subjetivas).

Neste sentido, a segunda parte da última questão aplicada levou os respondentes à seguinte reflexão: “Caso tenha listado, entre os exemplos acima, bens construídos (prédios, praças, monumentos), de que forma você acha que eles deveriam ser tratados para manterem seu valor ao longo dos anos?”

Como apontado na Introdução, estas alternativas tiveram por inspiração os valores constantes do inventário proposto por Riegl (2006). Não traduzem, fielmente, todas as características apresentadas pelo autor para cada um dos tipos de monumentos por ele classificados, mas tentam trazer para reflexão, de uma maneira mais simplificada (para o público leigo), as diferentes possibilidades de tratamento das edificações, de acordo com o valor que possuam: desde os de antiguidade aos de contemporaneidade. É dizer: é uma ferramenta que tenta operacionaliza possíveis valores atribuídos a cada bem, e que deveriam ser priorizados numa possível intervenção.

Quando solicitados a escolher entre as opções de intervenção supracitadas, os respondentes foram informados que poderiam, quando julgassem pertinente, escolher duas alternativas para um mesmo bem, de modo a lançar alguma proposta intermediária ou abrir possibilidade à flexibilidade. As respostas seguem no gráfico abaixo:



LEGENDA
a. Não deve ser conservado ou restaurado, de modo a se ver nele, com o passar dos anos, as marcas do tempo (como ruínas poéticas)
b. Por ser retrato de uma época de Natal, deve ter seus materiais e formas originais preservados a todo custo, como se fosse um documento histórico, uma fonte de conhecimento
c. Por ser uma obra construída para transmitir mensagens às pessoas (como monumentos), deve ser mantida viva na cidade e presente ao longo das gerações. Por isso, pode ter seus materiais originais restaurados/modificados para se mantê-la em perfeito estado
d. Os usos atuais que comporta são importantes e, para atender a eles, poderá ser renovado e adaptado
e. Poderá ser restaurado/modificado para resgatar/valorizar os seus elementos artísticos que sejam considerados mais bonitos no gosto atual

Gráfico 17 - Questão 12: opções de intervenções em bens mais votadas. Fonte: pesquisa, 2015.

Percebe-se que a primeira opção (letra a), que considera o respeito rigoroso ao imóvel, deixando-o intocável, foi escolhida por nenhum respondente. Embora, em algumas localidades, a ruína seja considerada pictórica, não condiz com a realidade do acervo e das expectativas sobre ele na localidade estudada. Porém, a alternativa que busca tratar a autenticidade com o valor – mas permitindo intervenções mínimas de conservação (letra b) –, foi a mais votada entre todas as opções ofertadas (teve 37% dos votos). Em seguida, a opção que valorizava as informações históricas, mas que permitia – em detrimento da autenticidade extrema – a possibilidade de refazer partes perdidas para recuperar a informação que o bem transmitia (letra c), recebeu 28% dos votos. A resposta que dá peso ao valor de uso dos bens também teve resultado expressivo (12% dos votos), seja diretamente, através da escolha da letra que lhe correspondia (letra d), seja indiretamente, associando esta alternativa a outras (formando as combinações b/d, c/d e d/e, que apresentaram, respectivamente, 5%, 11% e 1% dos votos). A última alternativa (letra e) contou com apenas 5% dos votos.

Nota-se, por estes dados, que mesmo que muitos não tenham conhecimento técnico sobre os bens, demonstram preocupação com a preservação das suas informações originais, sobretudo de alguns que consideram mais ricos de elementos e/ou relevantes para a sociedade. Porém, em muitos casos, respondentes também demonstram a necessidade de flexibilização, seja para que um bem não deixe de transmitir suas mensagens – mostrando-se sempre com todas as informações que o levaram a ser considerado de valor –, seja para adaptações às necessidades atuais – como o gosto estético e, sobretudo, o uso –, abrindo espaço aos valores de contemporaneidade.

A intenção deste trabalho não é analisar cada bem individualmente, mas a partir desta metodologia, considerar possibilidades de extração de informação para serem trabalhadas de diferentes formas. O gráfico a seguir, por exemplo, esquematiza o tipo de intervenções mais recomendados de acordo com o tipo de bem.

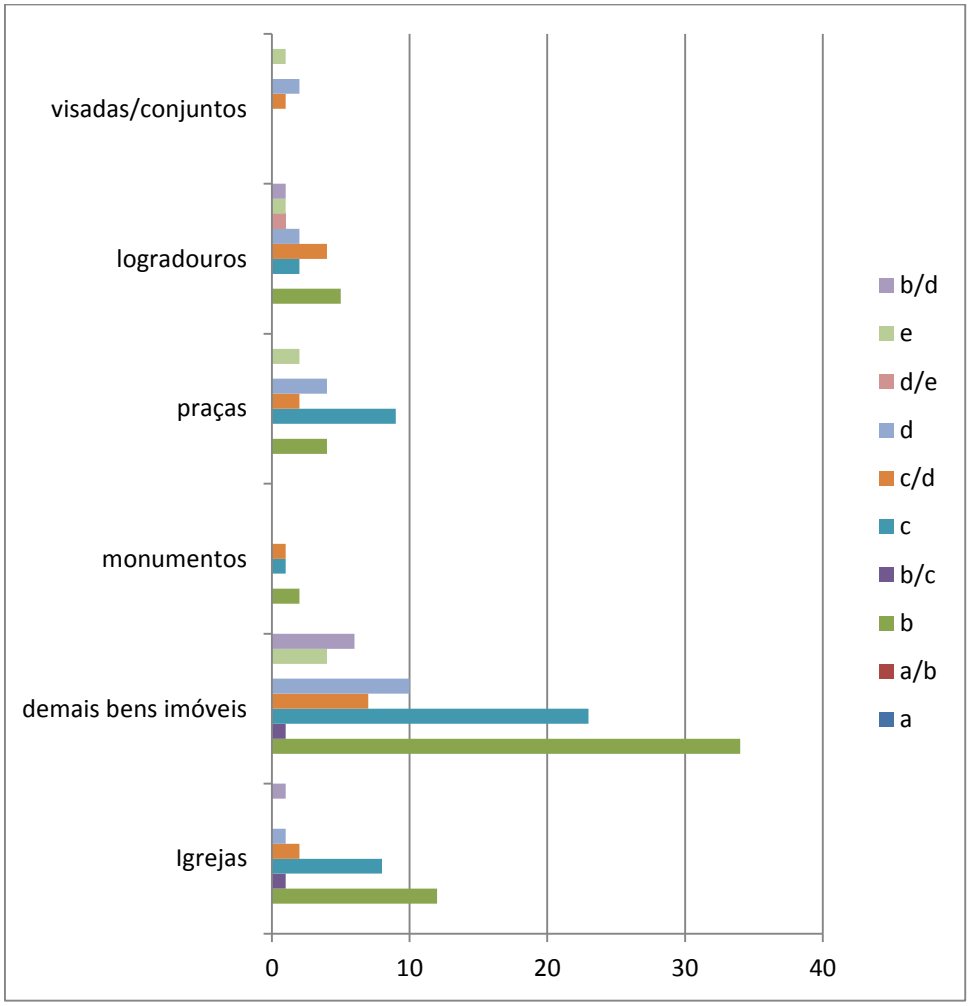


Gráfico 18 - Questão 12: tipo de intervenção por grupos de bens. Fonte: pesquisa, 2015.

LEGENDA
a. Não deve ser conservado ou restaurado, de modo a se ver nele, com o passar dos anos, as marcas do tempo (como ruínas poéticas)
b. Por ser retrato de uma época de Natal, deve ter seus materiais e formas originais preservados a todo custo, como se fosse um documento histórico, uma fonte de conhecimento
c. Por ser uma obra construída para transmitir mensagens às pessoas (como monumentos), deve ser mantida viva na cidade e presente ao longo das gerações. Por isso, pode ter seus materiais originais restaurados/modificados para se mantê-la em perfeito estado
d. Os usos atuais que comporta são importantes e, para atender a eles, poderá ser renovado e adaptado
e. Poderá ser restaurado/modificado para resgatar/valorizar os seus elementos artísticos que sejam considerados mais bonitos no gosto atual

Os monumentos, por sua função de transmitir mensagens às gerações, mantiveram-se com os votos que estimulavam a preservação das informações históricas, tendo se sobressaído, minimamente, a opção de maior rigor no respeito à autenticidade.

Os grupos das igrejas e dos demais bens imóveis tiveram como alternativas mais sugeridas a letra b (que valoriza a autenticidade), primeiramente, e em segundo lugar a letra c (que valoriza a informação a ser transmitida, sempre bem apresentada, mesmo que não seja mais com o material original do bem). Porém, no segundo grupo (talvez por sua maior variedade) houve uma presença mais marcante de outras alternativas. É o caso das opções que reforçam a necessidade de adaptação ao uso (opções c/d e "d") e ao gosto estético atual (opções d/e e "e").

Vale salientar que, se esses tipos de bens fossem geridos segundo essas escolhas, haveria muito contradição. Por exemplo: se a preservação proposta para uma rua for de modo mais rigoroso, mas a proposta para os imóveis que estejam nela seja de possibilitar adaptação destes ao uso e ao gosto atual. Riegl (2006), na sua obra, já previa esse tipo de conflito de valores. E é nesse ponto que deve ser verificado qual valor prevalece, de modo negociado coletiva e socialmente, para que se faça uma priorização de ações mais justa e eficaz.

5.3 Ratificação ou rerratificação das poligonais?

Para analisar a compatibilidade da seleção de bens abarcada pelo tombamento do centro histórico de Natal com a opinião levantada pelos entrevistados e respondentes dos questionários aplicados, inicialmente foram listados todos os bens por eles citados.

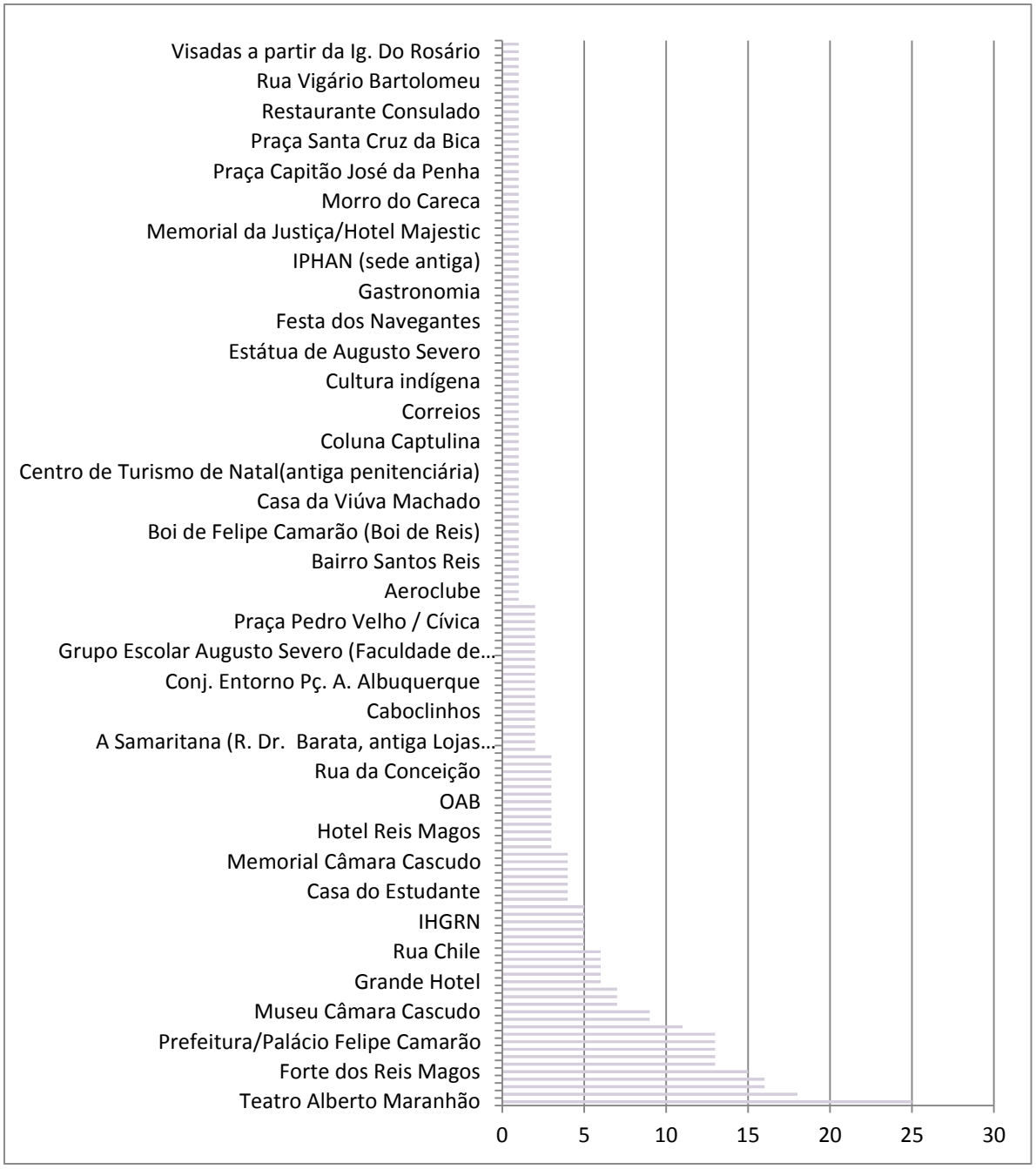


Gráfico 19 - Lista dos bens e áreas citados por respondentes e entrevistados[204]. Fonte: pesquisa, 2015.

Neste gráfico não consta o número de menções a cada bem ou área, mas o número de pessoas que os mencionaram em, pelo menos, uma questão. Citado por metade dos respondentes, o Teatro Alberto Maranhão demonstrou destaque indubitável frente aos demais bens. É dotado de inúmeros atributos que justificam várias atribuições de valores (seus elementos arquitetônicos, seu papel na história, sua beleza, etc.). Contudo, cabe lembrar que este foi um bem que recebeu muitas intervenções do poder público, inclusive acompanhadas de

[204] Este gráfico apresenta uma distribuição visual das respostas, não correspondendo a todos os bens citados, já que são muitos e inviabilizaria a descrição de todos os bens mencionados.

divulgação em massa (via midiatização). Ademais, por sua implantação (em frente ao antigo largo, hoje Praça Augusto Severo, possibilitando-lhe uma melhor visualização) e localização (antes, era fronteiro à rodoviária da cidade), teve consideráveis motivos para ter sido ainda mais impregnado no imaginário local.

Outros bens vêm logo em seguida: a Pinacoteca (citada por 18 respondentes) e as igrejas Matriz e do Galo (citadas por 16 respondentes cada). No grupo dos que receberam entre 10 e 15 menções, estão: o Forte dos Reis Magos, o Bairro da Ribeira, o Instituto Câmara Cascudo, a Praça André de Albuquerque, a Prefeitura, o Solar Boa Vista e a Capitania das Artes. A igreja do Rosário e o Museu Câmara Cascudo foram citados por 9 respondentes, cada. Vale notar que, dos 142 bens e áreas listados, o grupo destes 13 mais comentados representou 41% do total de menções. Inclusive, muitos destes são bastante emblemáticos, não somente pelo interesse da população local, mas pelo conhecimento que estes têm de serem edificações bastante procuradas por turistas.

Porém, logo em seguida, figuraram nos resultados duas manifestações culturais de bastante relevância para a região central de Natal: o Carnaval e o Araruna, citadas por 7 pessoas, cada. É um dado muito interessante a se frisar, porque muitos dos locais citados pelos respondentes tinham significado por estarem atrelados a eles (a exemplo da rua Vigário Bartolomeu e do bairro das Rocas). É dizer: embora os números referentes a manifestações apareçam menores, podem estar indiretamente citados em outros bens. Com esse mesmo número de menções aparece a Casa da Ribeira que, para além da arquitetura e localização de relevância urbanística, foi bastante referenciada como polo cultural importante da área central.

Outra categoria que merece destaque é a dos elementos naturais. No grupo dos bens e áreas citados por 5 respondentes estão as árvores centenárias e o Rio Potengi. Considerando a pouca divulgação que estes bens possam ter em relação ao centro histórico (frente a diversos bens que recebem investimentos diretos, sobretudo praças e imóveis), trata-se de um valor significativo de respostas.

O segundo passo na intenção de identificar a compatibilidade entre a seleção oficial e a seleção fruto da metodologia aplicada de bens para preservação foi o mapeamento destes no território, de modo a confrontar suas localizações com as poligonais do tombamento do centro histórico de Natal (ver Apêndice F).

Pela escala do mapa, é possível aferir que nem todos os bens citados são próximos ao núcleo mais antigo da cidade. Em verdade, há de se registrar que, embora o questionário tenha

tido como objeto o centro histórico (informação transmitida aos respondentes pela pesquisadora desde os primeiros contatos), muitas respostas foram generalizadas, abarcando outros bens culturais que julgavam merecer proteção. Tal reação dos respondentes leva a relativizar categorizações pré-definidas como a de centro histórico, frente à amplitude de seus anseios.

Assim, por exemplo, foi citado o Morro do Careca que se trata de um cartão postal da cidade bastante conhecido, e que foi alvo de discussões pioneiras de proteção ambiental em Natal. Outro bem citado, que é afastado dessa área central natalense, é a Ponte de Igapó. Este é um elemento de reconhecida relevância para a história e o desenvolvimento da cidade, visto que por muito tempo foi o único canal de ligação com a Zona Norte da cidade, tendo sido construída no âmbito dos avanços nos meios de transporte, para passagem do trem. Ela se encontra sobre o Rio Potengi, outro bem que foi bastante citado. Juntos, formam uma paisagem bastante pitoresca.

Ainda neste mapa (Apêndice F), é possível visualizar a localização dos bens e áreas citados em relação às poligonais de tombamento e de entorno. Muitos deles, por exemplo, encontram-se na poligonal de entorno, na qual não é possível ter o mesmo rigor de proteção existente na de tombamento.

Contudo, o mapa também permitiu a verificação que é considerável o número de bens e áreas citados que já se encontram inseridos na área protegida pelo IPHAN, o que leva a um índice de compatibilidade razoável entre a valoração de bens efetuada por esta pesquisa e a seleção realizada pelo órgão nacional.

Porém, não basta verificar as divergências entre a seleção efetuada nesta pesquisa e a do tombamento ocorrido. Para uma análise metodológica mais aprofundada, este mapeamento deve ser não somente quantitativo, mas qualitativo. Para tanto, é necessário avaliar o grau de pertinência do bem em relação a um tombamento de centro histórico, o ponto de vista técnico, bem como a significância do bem para a população (aqui representada pelos participantes da pesquisa). Também é passível de discussão o nível de tombamento a ser efetuado (de acordo com as categorias ainda hoje compartimentadas de competência: federal, estadual ou municipal[205]), além da avaliação do instrumento e/ou da ação de proteção mais adequados.

[205] A divisão dos níveis de competência apresentada se deu como forma de operacionalizar, para uma situação real, as possibilidades de se trabalhar com os dados coletados. Contudo, no presente trabalho defende-se o compartilhamento de atribuições de preservação entre os entes federados. Ver Sant'Anna (1995).

Assim, os bens que já foram listados acima foram avaliados nos seguintes grupos: os bens que estão fora das poligonais de tombamento homologadas, considerando a possibilidade de sua inclusão ou não em alguma das referidas áreas de proteção; os bens que estão na área de entorno, avaliando se possuiriam valor suficiente para serem inclusos na área rigorosa; e os bens que estão na poligonal de tombamento, avaliados quanto aos tipos de valores a eles atribuídos pelos respondentes, de modo a subsidiar a elaboração de critérios de intervenção mais adequados aos mesmos. Como complementação das ações propostas para os bens não contemplados pela poligonal de tombamento, ver espacialização apontada no Apêndice G.

Bens que estão fora das poligonais de tombamento

Convém destacar que a representatividade de alguns destes bens deve ser relativizada porque, além de se tratar de uma amostra pequena, diz respeito a localizações que não correspondem ao objeto de estudo apresentado aos respondentes. Deste modo, os que tinham ciência dos limites propostos pela pesquisa podem não ter citado os bens a seguir (ou outros) porque estão fora das poligonais de tombamento, e não por desconhecerem sua significância.

BEM	VÍNCULO COM O CH	RELEVÂNCIA DO PONTO DE VISTA TÉCNICO	SIGNIFI-CÂNCIA (MENÇÕES)	AÇÃO/INSTRUMENTO SUGERIDA (O)	NÍVEL SUGERIDO
Morro do Careca (97)	Vínculo não reconhecido	Importância Ambiental, debatida pioneiramente nas discussões de preservação locais	1	Já é protegido pela Zona de Proteção Ambiental 6 – Plano Diretor	Municipal
Ponte de Igapó (108)	Vínculo não reconhecido	Sua importância já foi apontada por outros estudos, como o PACH-Natal.	3	Tombamento individual ou temático ferroviário, ou poderia compor uma proteção de paisagem (chancela) junto ao Rio Potengi, evidenciando menos sua materialidade.	Federal
Rio Potengi (125)	Vínculo reconhecido	Sua proteção junto ao Centro Histórico foi indicada, via pareceres, no processo de tombamento	5	Deve ser primeiramente estudado. Pode ser incluso no tombamento do CH no entorno que conforma a ambiência do CH, contribuindo para seu entendimento; ou ter a paisagem que conforma junto ao território chancelada, combinando diferentes áreas de conhecimento e de competência para sua gestão integrada	Federal
Forte dos Reis Magos (68)	Vínculo reconhecido	Elemento essencial para a fundação do CH. O caminho que os conecta já sofreu bastantes alterações	15	Já possui tombamento individual. É possível estudar a relevância de um Plano de gestão visando à preservação do trajeto que o interliga ao CH	Federal
Sítio Histórico da Rampa (135)	Vínculo não reconhecido	Conjunto de bens que representa a importância da aviação em Natal na 2ª Guerra Mundial, desde 2001 é alvo de proteção da Fundação da Rampa. Com estudos talvez se identifique uma ligação com o CH	3	Pode ser aplicada à área alguma proteção via tombamento, de conjunto (caso se justifique importância da materialidade) ou isoladamente (sobretudo da edificação conhecida como "A Rampa", estabelecendo-se áreas de entorno. Caso seja detectada sua importância para a construção do CH, verificar se a sua inserção no tombamento já ocorrido seria mais vantajosa	Federal
Iate Clube (76)	Vínculo não reconhecido	Trata-se de uma estrutura que marca a tradição de atividades aquaviárias potiguares. É preciso verificar se o uso tem	1	Caso seja constatada uma maior relevância social que a auferida pela pesquisa, sugestão de ações de fomento à prática	Municipal ou Estadual

		mais relevância que a materialidade edilícia			
Centro de Turismo (36)	Vínculo não reconhecido	Sua relevância técnica é confirmada pela proteção que nele já incide	1	Tombado pelo IPHAN	Federal
Hotel Reis Magos (75)	Vínculo não reconhecido	Sua relevância técnica vem sendo apontada por grupos que estão reivindicando sua proteção. Compõe o patrimônio moderno de Natal, e pode ser considerado, para alguns, um marco da hotelaria local	3	Foi tombado provisoriamente pela FJA em 2014. Recomenda-se estimular a efetivação dessa proteção. Sua relevância nacional é cogitada, merecendo estudo.	Estadual
Farol de Mãe Luiza (61)	Vínculo não reconhecido	Sua importância naval pode levar a um diagnóstico de indicação de proteção	3	Efetuar estudo para analisar sua importância a nível municipal ou estadual, apontando o tombamento, caso sua relevância técnica e significância social sejam detectados	Municipal ou Estadual
Bairro Santos Reis (16)	Vínculo reconhecido	O vínculo com o CH reconhecido é, sobretudo, referente ao caminho que ligava o Forte à área que hoje conforma o CH	1	Efetuar estudos sobre as referências do bairro, e um Plano de Gestão junto à prefeitura visando à preservação dos traços que sejam importantes nesse trajeto que liga o Forte ao CH	Federal/ Municipal
Bairro Petrópolis (13)	Vínculo reconhecido	Traçado e alguns bens, isoladamente, considerados de valor, na maioria correspondentes ao período moderno	2	De acordo com a estrutura de gestão atual, sua inclusão no CH levaria a uma ampliação demasiada da área protegida, que deve ser analisada. Contudo, se houvesse adequação dos seus instrumentos e compartilhamento de gestão entre as instâncias, seria possível não haver tanta preocupação com limitação. De toda forma, seria interessante uma proteção a nível municipal (indicada em Plano Diretor), diferenciando os índices urbanísticos para proteção do traçado, além de tombamentos individuais ou temático (acervo moderno)	Municipal e/ou Federal

Bairro Tirol (17)	Vínculo reconhecido	Traçado e alguns bens, isoladamente, considerados de valor, na maioria correspondentes ao período moderno	1	Vide bem anterior (Bairro Petrópolis)	Municipal e/ou Federal
Bairro Alecrim (11)	Vínculo reconhecido	Sua importância como bairro de ocupação operária, seu traçado e alguns elementos individualmente destacados podem configurar uma relevância técnica de muitos dos seus trechos	2	Mereceria estudo (a exemplo, aplicação do INRC) para identificar suas referências e verificar quais delas poderiam ser incluídas no CH	
Bairro Cidade Alta (12)	Integra o CH	Bairro que não foi contemplado em sua totalidade, e que pode ter elementos ainda a serem protegidos	5	Merece estudo (a exemplo, aplicação do INRC) dos trechos que não compõem o CH para identificar referências que possam ser incluídas, além de possíveis Planos de Salvaguarda para manifestações culturais que ali ocorram	
Bairro Ribeira (14)	Integra o CH	Bairro que não foi contemplado em sua totalidade, e que pode ter elementos ainda a serem protegidos	13	Merece estudo (a exemplo, aplicação do INRC) dos trechos que não compõem o CH para identificar referências que possam ser incluídas, além de possíveis Planos de Salvaguarda para manifestações culturais que ali ocorram	
Bairro Rocas (15)	Integra o CH	Bairro que não foi contemplado em sua totalidade, e que pode ter elementos ainda a serem protegidos	4	Merece estudo (a exemplo, aplicação do INRC) dos trechos que não compõem o CH para identificar referências que possam ser incluídas, e principalmente Planos de Salvaguarda para manifestações culturais que ali ocorram	
Colégio Atheneu (40)	Vínculo reconhecido	De arquitetura e implantação urbana arrojados para o período de sua construção, também é um marco no âmbito educacional, tendo formado grandes personalidades e sido palco de fatos históricos	2	Seu tombamento já foi solicitado por uma deputada, podendo ocorrer via FJA. Porém, também é possível sua inclusão no CH, como edificação representativa do século XIX	Estadual / Federal

Praça Cívica (117)	Vínculo não reconhecido	Acompanha o traçado moderno do bairro, e sua importância histórica levou ao pedido de seu tombamento municipal, em 2011	2	Em caso de constatação da relevância social, efetuar tombamento municipal e/ou integrar conjunto de prescrições urbanísticas especiais aqui recomendado para o bairro Petrópolis	Municipal
Catedral Nova (33)	Vínculo não reconhecido	Construção considerada por alguns um dos representantes do modernismo em Natal, possui forte valoração religiosa e estética, além de ter caráter excepcional local	1	Pode integrar algum tombamento temático de patrimônio moderno natalense (caso seja valorada como tal) ou tombamento individual estadual, por sua abrangência	Municipal / Estadual
AABB (1)	Vínculo não reconhecido	Clube de grande importância histórica para o esporte amador potiguar, é considerado acervo moderno da cidade	1	Poderá compor tombamento temático do patrimônio moderno natalense	Municipal
Clube de Radioamadores (39)	Vínculo não reconhecido	Local e atividade de importância histórica e social para a cidade	1	Tombado pela prefeitura	Municipal
Aeroclube	Vínculo não reconhecido	Possui representatividade na aviação natalense e, por tal, pode ter significância social. Sua edificação original foi modificada	1	Caso tenha representatividade social forte, recomenda-se ações de fomento	Municipal
Museu Câmara Cascudo (100)	Vínculo não reconhecido	Acervo rico, porém, edificação contemporânea, sem maior relevância histórica ou arquitetônica	9	Tombamento de acervo	Municipal
Árvores centenárias (7)	Vínculo variável	Existem muitas e merecem especial atenção de manutenção	5	Já são monitoradas pela SEMURB	Municipal
Cemitério do Alecrim (34)	Vínculo reconhecido	Sua importância já foi apontada por alguns estudos (vide PACH Natal),	1	Efetuar estudo dos seus bens e sua representatividade frente à população para verificação de quais referências devem ser protegidas. Sendo a materialidade importante,	Municipal/ Federal

		apresentando bens integrados interessantes		recomenda-se tombamento individual municipal. Também pode ser inserido no tombamento do CH	
Prédio da antiga LBA (87)	Vínculo reconhecido	O prédio e a atividade originais não existem mais. No local foi erguido uma edificação de traços modernos. Porém a importância do funcionamento desta atividade, que marca a história dos flagelados pela seca nordestina, a mantém viva na memória popular	1	Estudo para registro do histórico	Municipal, Estadual ou Federal
Pedra do Rosário (106)	Vínculo reconhecido	Monumento de forte caráter religioso. A imagem é uma réplica e a base já foi reconstruída	3	Ações de fomento e aplicação de inventário para registro do movimento cultural/religioso decorrente da sua existência. Não se recomenda o tombamento	Municipal, Estadual ou Federal
IFRN (77)	Vínculo reconhecido	Sua relevância técnica levou ao seu tombamento pela FJA	6	Poderia ter sido incluído no tombamento do CH, mas sua proteção já existe	Estadual

Quadro 6 - Classificações dos bens que estão fora do centro histórico, de acordo com o vínculo que possuem com o mesmo, a relevância que apresentem do ponto de vista técnico, o número de menções, a ação ou instrumento (e respectivo nível) sugerida (o). Fonte: pesquisa, 2015.

Bens que estão na poligonal de entorno

Os bens a seguir apresentados são aqueles que podem ser vistos com valor próprio, e não somente como constituintes da ambiência de outros bens. Assim como sugerido com os bens que estão fora das poligonais de tombamento, são apontadas ações ou instrumentos compatíveis com suas peculiaridades, relevância técnica e significância para a população.

BEM	RELEVÂNCIA DO PONTO DE VISTA TÉCNICO	SIGNIFI-CÂNCIA (MENÇÕES)	AÇÃO/INSTRUMENTO SUGERIDA (O)	NÍVEL SUGERIDO
Complexo portuário (43) – inclui Moinho (95)	Importante elemento estruturante da cidade. Possui legislação específica (ZEP, Plano Diretor)	2 + 1	Tombamento do conjunto poderia influenciar negativamente o funcionamento. Sugestão de elaboração de estudos para registro e, sendo o caso, tombamento individual do Moinho	Municipal
Complexo ferroviário (42)	Importante elemento estruturante da cidade, ainda resguarda muitos bens de valor cultural. Possui legislação específica (RRFSA) e tombamentos individuais	4	Inserção na poligonal de tombamento ou tombamento temático em conjunto (incluindo a Ponte de Igapó e outras vias de trem)	Estadual ou Federal
Escola Severino David (57)	Não foi possível verificar seus valores atribuídos	1	Pesquisa para averiguar se há valor afetivo ou social em maior escala	Municipal
Conjuntos de entorno: pç. André de Albuquerque (44), av. Duque de Caxias (45) e av. Rio Branco (10)	As edificações que conformam estes conjuntos são consideradas de valor por constituírem a moldura de um bem. Por não se localizarem completamente inseridas na poligonal rigorosa, seu valor está apenas parcialmente resguardado, comprometendo sua fruição e unidade pela diferença de tratamento que acarreta	2 + 1 + 1	Estudo para seleção de trechos mais relevantes para inserção na poligonal de tombamento	Federal
Ig. Bom Jesus das Dores (78) e pç. Cap. José da Penha	A igreja e a praça a que emoldura são do século XVIII, tendo sido a primeira bastante descaracterizada com a inserção de azulejo na fachada.	1 + 1	A menos que um estudo demonstrasse maior representatividade social, não se recomenda proteção	---
Grande Hotel (73)	Possui representatividade para a arquitetura e o urbanismo modernos, bem como para a história do turismo local	6	Recomenda-se inserção na poligonal de tombamento do CH e/ou em tombamento de conjunto temático moderno	Federal e/ou Municipal

Associação Comercial (8)	Embora a edificação date de 1944, a entidade é atuante desde o século XIX, caracterizando sua importância social atrelada à riqueza da construção	1	Recomenda-se inserção na poligonal de tombamento do CH	Federal
Memorial de Medicina (93)	Imóvel que externamente apresenta-se com bastantes elementos históricos relevantes, internamente pode já ter sofrido muitas alterações[206]. Possui um acervo museológico importante	3	Tombamento do acervo. Em caso de constatação de maior relevância social, tombamento individual municipal da edificação	Municipal / Estadual
SESC (134)	Edificação moderna/contemporânea, não apresenta atributos claros para merecer proteção	1	Caso haja valoração social, verificar a motivação para identificação da ação adequada. Tombamento somente quando for detectada importância da materialidade	Municipal
Antiga sede do Clube de Futebol América (38)	Já foi completamente descaracterizada	1	Elaboração de placa informativa e registros históricos, pela importância do clube na cidade	Municipal
Casa do Cordel (31)	Edificação sem maior relevância arquitetônica	1	Caso o local fosse valorado pela atividade ali exercida, ações de fomento (não é um uso típico do local para justificar registro de lugar)	Municipal
Edifício Ducal (55)	Edificação emblemática do período moderno e do início da verticalização na cidade	2	Incorporação no tombamento do CH ou em tombamento de conjunto temático moderno	Federal / Municipal
Praça Kennedy (115)	Há pouca informação sobre sua relevância	1	Caso fosse constatada valoração popular significativa, averiguar as motivações para escolha do instrumento adequado. Tombamento caso o monumento seja indicado à proteção	Municipal
Praça Sta. Cruz da Bica (118)	Limite sul da cidade por séculos, ainda mantém seu traçado	1	Inserção na poligonal de tombamento do CH	Federal
Loja Maçônica (88)	Não apresenta elementos para valoração técnica	1	Caso fosse constatada valoração popular significativa, averiguar as motivações para escolha do instrumento adequado.	Municipal

[206] Constatação superficial a partir de visita *in loco*.

Pç. João Tibúrcio (114)	Figura nos mapas de Natal desde o século XVIII, estando inserida numa área de malha colonial bastante íntegra	1	Inserção na poligonal de tombamento do CH	Federal
Casa do Estudante (32)	Sua relevância técnica é confirmada pelo tombamento que recebeu pela FJA	4	Não recomenda-se outra proteção	---
Conjunto da av. do Contorno – pç. Djalma Maranhão (113) e mureta (99)	A praça é recente e sem maior relevância em si, mas compõe, junto à mureta, um importante trecho de contemplação do rio Potengi. Também vincula-se ao monumento da Pedra do Rosário.	1 + 1	Poderia ser estudada a constituição de um conjunto de paisagem a ser chancelado, tendo como narrativa o Rio Potengi e agregando, além da referida estrutura de contemplação (mureta e praça), o monumento da Pedra do Rosário e a Ponte de Igapó.	Federal

Quadro 7 - Classificações dos bens que estão no entorno do centro histórico, de acordo com a relevância que apresentam do ponto de vista técnico, o número de menções, a ação ou instrumento (e seu respectivo nível) sugerida (o). Fonte: pesquisa, 2015.

O gráfico a seguir resume a localização dos bens em relação às poligonais de tombamento:

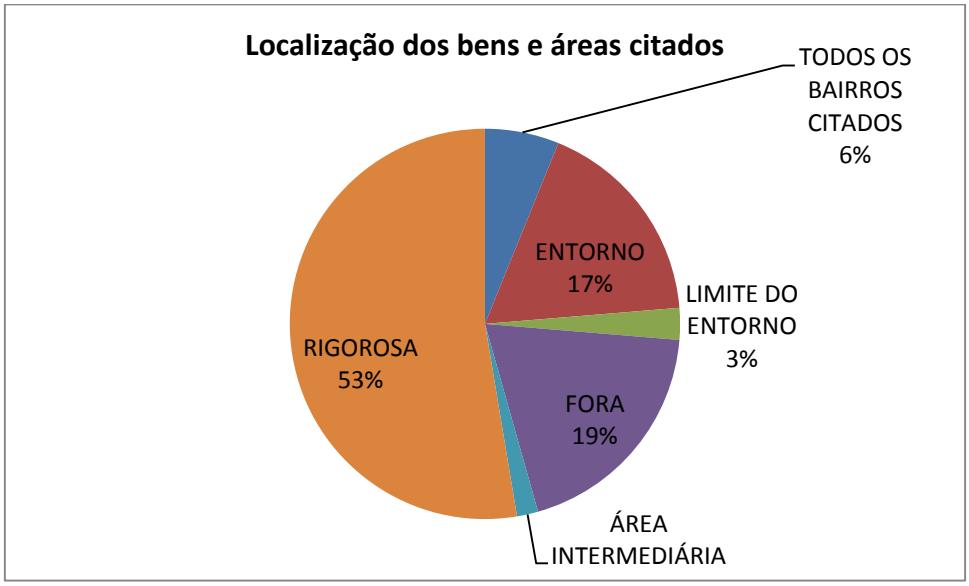


Gráfico 20 - localização dos bens citados em relação às poligonais de tombamento. Fonte: pesquisa, 2015.

Bens que estão na poligonal de tombamento

Para os bens que já estão protegidos, é interessante fazer o exercício de pensar diretrizes para a construção de normas de intervenção. É importante frisar que as respostas dadas ao questionário não consistem, propriamente, na geração de diretrizes concretas de tratamento. Isto porque estas deverão ser resultado de um estudo muito mais complexo, desde o método de construção de valores, como também devem ir além de edificações isoladas, e serem aplicadas em casos práticos para uma formulação mais real. A proposta metodológica aqui apresentada é de fomentar discussões sobre as possibilidades que as indicações de tratamento coletadas na pesquisa podem gerar, tomando como exemplos alguns casos em que essas sugestões permitem elaborar recomendações incipientes. Porém, esta análise só cabe para os bens de natureza material.

Como forma de exercício, foram extraídas da lista de edificações valoradas aquelas que foram classificadas, no mapa das poligonais de tombamento, como sendo Edificações de Destaque, e que serão analisadas a seguir.

LEGENDA
a. Não deve ser conservado ou restaurado, de modo a se ver nele, com o passar dos anos, as marcas do tempo (como ruínas poéticas)
b. Por ser retrato de uma época de Natal, deve ter seus materiais e formas originais preservados a todo custo, como se fosse um documento histórico, uma fonte de conhecimento
c. Por ser uma obra construída para transmitir mensagens às pessoas (como monumentos), deve ser mantida viva na cidade e presente ao longo das gerações. Por isso, pode ter seus materiais originais restaurados/modificados para se mantê-la em perfeito estado
d. Os usos atuais que comporta são importantes e, para atender a eles, poderá ser renovado e adaptado
e. Poderá ser restaurado/modificado para resgatar/valorizar os seus elementos artísticos que sejam considerados mais bonitos no gosto atual

No caso da Escola de Dança EDTAM (antigo Palácio do Governo), houve igual peso na valoração a história, a arquitetura, a estética e a relevância social do bem. Para ela foi recomendada uma solução intermediária entre ter seus materiais e formas originais preservados a todo custo (letra b), e poder ser renovada/adaptada por necessidade de uso (letra d). Embora seu uso já tenha sido modificado, sabe-se que, há anos, esta edificação vem atendendo à atividade da dança, e que, em decorrência disso, vem trazendo alguma movimentação para a Rua Chile (onde se localiza). Neste sentido, vê-se a possibilidade de que as diretrizes de intervenção visem à manutenção das suas características estilísticas, porém, sem necessidade de reconstrução de informações perdidas (que caberia à resposta da letra c), de modo a preservar a autenticidade do monumento. Contudo, caso seja constatada a necessidade de pequenas adaptações para viabilizar a manutenção do seu uso atual, estas poderiam ser permitidas, desde que devidamente justificadas e com o máximo de reversibilidade.

A Igreja do Bom Jesus das Dores teve como valores mais apontados o histórico e o estético, embora não tenha sido a ela indicado tratamento algum. Apesar de ter tido sua fachada descaracterizada (por ter sido completamente revestida de azulejo), se é considerada bonita e com valor histórico, as possíveis obras a ocorrer nela deveriam evitar a perda de mais elementos históricos. Quando possível e, mediante consulta popular, poderia ser revertida a inserção do material cerâmico.

Nas igrejas do Galo e do Rosário, nas quais houve forte valor religioso (além de histórico e estético na primeira, e arquitetônico na segunda), cabe registrar um importante diferencial: enquanto para a segunda foi sugerido apenas o tratamento da edificação como se fosse um documento, com total respeito às suas características originais (letra b), a primeira teve como indicações também a alternativa c (referente ao resgate de informações perdidas). Assim, para

a Igreja do Rosário (somente letra b), sugere-se predominância no rigor das formas e materiais originais, enquanto que na Igreja do Galo (letras b e c), poderiam ser feitas reconstituições de adornos, vãos e quaisquer outros elementos que transmitissem mensagens significativas daquele local – mesmo que não tais intervenções não se dessem com os materiais originais.

Por fim, cabe ainda destacar casos como o do Solar Bela Vista e o do Teatro Alberto Maranhão. Pela grande relevância social que estes bens apresentam, recomenda-se que solicitações de intervenção que alterem mais fortemente suas características sejam abertas a discussão em comissões especiais envolvendo representantes da sociedade civil.

Cabe lembrar que, na visão leiga, o valor histórico não implica obrigatoriamente uma noção de intervenção vinculada à autenticidade dos seus materiais e aspectos formais, mas um valor de antiguidade, que, segundo Riegl, relaciona-se à demonstração da passagem do tempo. Então é preciso, para cada caso, a verificação da intenção de cada valoração.

As recomendações acima foram apenas uma forma de trabalhar os dados disponibilizados, demonstrando sua utilidade para formulação de uma proteção mais calcada na atribuição de valor oriundo da população. Porém, para um estudo mais completo, é importante que haja um nivelamento do significado de cada um desses parâmetros e um debate contínuo para construção social desses valores.

Ratificação ou rerratificação?

Cabe frisar que o que se vem apresentando aqui é um exercício metodológico de pesquisa e, a partir dele, a definição de possibilidades de análise para obtenção de direcionamentos mais objetivos nas etapas do processo de patrimonialização de centros históricos.

Este é apenas um dos diversos mecanismos de amadurecimento que são necessários para se pensar uma possível rerratificação do tombamento do centro histórico de Natal. É preciso também se vivenciar a área – considerando-se a dinâmica da cidade, quais áreas vêm sofrendo mais pressão, quais não estão tendo a representatividade esperada –, e assim ir costurando a teoria à prática, e a técnica à opinião pública.

Jurema Arnaut, inclusive, adverte que não se pode propor uma revisão a cada novo olhar descoberto dentre os atores envolvidos. É preciso exercitar as propostas já realizadas para identificar suas lacunas e melhor avaliar as alternativas possíveis, pois as ações públicas, de uma maneira ou de outra, sempre mediam diferenças. Vale registrar que Helena Mendes se

coaduna com esta técnica ao destacar a recorrência de pedidos de rerratificação de tombamentos recentes. Por um lado, como afirma Helena Mendes, isto pode significar a ocorrência de novos fatos, situações ou elementos que as pessoas/técnicos envolvidos na época não tinham conhecimento ou não achavam que seriam relevantes. Por outro lado, Jurema Arnaut julga que tais ações podem estar sendo precipitadas, pelo pouco tempo transcorrido desde os tombamentos.

Para se pensar uma rerratificação, é preciso maturar o que já se conseguiu para fazer diferentes exercícios não feitos antes: construir com a população valores e conhecimento sobre os instrumentos políticos e as implicações dos processos de patrimonialização; ponderar que a escolha dos locais para intervenções públicas de valorização e a midiatização desses processos influencia diretamente nessa construção simbólica; estabelecer um diálogo contínuo com diferentes setores da sociedade, de modo a identificar os valores técnicos e leigos, estabelecendo entre eles uma negociação; etc.

Embora se tema pelo que não está sob proteção, as ações de tombamento geram efeitos e não podem ser tomadas apenas por setores reduzidos da sociedade. Se é, como diz a CF 88, da sociedade que devem emanar os valores a serem protegidos, cabe também a ela essa mobilização para preservação. Sabe-se da limitação das instâncias administrativas, mas quando se coloca uma necessidade/prioridade em jogo, a pressão decorrente pode (e costuma) gerar mudanças.

5.4 Proposta de diretrizes para a instrução de processos de tombamento de centros históricos

Registrados alguns pensamentos e conceitos relativos às transformações ocorridas no campo do patrimônio (capítulo 2), contextualizado o cenário local (capítulo 3), feita a análise do processo de tombamento do centro histórico de Natal (capítulo 4) e observadas as principais repercussões no presente capítulo, o presente item pretende encaminhar algumas considerações e recomendações a serem observadas em quaisquer processos de tombamento de centros históricos.

Em verdade, não se trata de considerações somente voltadas para o tombamento de centros históricos, mas sim, para todas as ações de patrimonialização citadinas que possam

ocorrer. Isto significa a necessidade de uma visão ampla sobre o patrimônio, buscando-se efetuar estudos e identificações de maneira completa para, só depois, se buscar quais instrumentos específicos deverão ser aplicados para atendimento de cada tipo de bem identificado.

Com isso, este subcapítulo tem como preocupação registrar algumas fragilidades e potencialidades às quais deva ser dada atenção, para minimizar as lacunas que levam a pedidos de revisão tão próximos ao período de tombamento – como chegou a ser pensado, por alguns, para Natal. Propõe-se sugestões do ponto de vista do processo administrativo (as dinâmicas, os atores envolvidos, etc.), da seleção (incluindo os processos de identificação) e dos instrumentos (avaliando as indicações e contraindicações, em alguns casos). Contudo, essa compartimentação foi feita apenas a título de agrupamento de ideias, posto que muitas considerações pertencem a mais de uma etapa do processo de patrimonialização.

Uma atitude que se considera salutar desde o início do processo é deixar claro, para a população, não apenas as potencialidades, mas também os limites dos órgãos e dos instrumentos que utilizam. É importante se desfazer a ideia de que, com a instituição do tombamento, o Estado para a ter a obrigação de fazer sozinho a conservação dos bens. Cabe a este, principalmente, regulamentar as intervenções, mas aos cidadãos, financeiramente solventes, continua sendo obrigatória a manutenção dos seus bens.

Outra coisa é a questão de se pensar menos em expectativas voltadas a investimentos. Em matéria como a veiculada em jornal local[207], foi exposto o seguinte descontentamento: "Tombamento do Centro não garante revitalização da área" (DANTAS, 2011). Na reportagem é dito que os natalenses esperavam que, a partir deste instrumento, os espaços públicos e as edificações fossem revitalizados. É preciso verificar, nos discursos proferidos durante o processo, quais informações são "passíveis" de acontecer e as que, efetivamente, são previstas, para evitar confusões.

Mais que isso, a gravidade do problema começa no momento em que não é feito um diagnóstico mais completo da situação (do ponto de vista morfológico, socioeconômico e urbano) para subsidiar o estabelecimento de um plano de preservação que contemple as dimensões normativas, operacionais e de acompanhamento/avaliação necessárias à preservação do patrimônio urbano (que é dinâmico por natureza). Afinal, proteger uma área urbana significa não apenas reconhecê-la como patrimônio. Se o patrimônio passou a ser visto como elemento

[207] Matéria de 10 de novembro de 2011.

do planejamento urbano desde o início do século passado, deve ser efetivamente construído como tal. Da forma como vem sendo feito, na maioria dos casos, qualquer coisa que é pensada nesse sentido (quando pensada), ocorre somente depois do ato de tombar; e com isso, gera uma expectativa na sociedade.

O processo tem que ocorrer em parceria também com os demais atores que legislam sobre a cidade, para não se correr o risco de serem realizados estudos simultâneos que representem conflitos na hora de coexistirem, havendo a possibilidade de retrabalho de um ou mais deles.

Defende-se que os estudos a serem realizados sobre um dado território não sejam restritos, mas se debrucem sobre sua totalidade, de modo a buscar as Referências Culturais daquela localidade – por meio da aplicação do INRC junto à população ou outra forma de estudo. A partir disso, seriam estudadas as formas de tratar cada bem ou conjunto de bens, elegendo, para tal, os instrumentos mais adequados e os recursos (humanos e financeiros) com os quais cada ente federado – ou mesmo a iniciativa privada – poderia contribuir (cada qual dentro das suas possibilidades, limitações e competências).

Um fator que suscitou críticas do ponto de vista técnico foi a limitação da identificação e da valoração de bens, por parte da Sudperintendência do IPHAN-RN, decorrente da preocupação administrativa de gestão. Esta restrição teria acarretado a realização de um estudo e de uma proposta de tombamento diminutos frente ao desejo de muitos.

Sabe-se que este tipo de limitação existe, considerando que o aparelho administrativo estatal não pode ser demasiadamente grande. Em sendo uma realidade já conhecida, é preciso, então, rever que partes do mecanismo que tem regido a preservação no Brasil necessitam de transformações por não possibilitarem o atendimento satisfatório da demanda gerada. Um deles, como já mencionado, é a revisão do papel do Estado, de modo a que a sociedade passe a ser, efetivamente, corresponsável nesta tarefa. Outro ponto a ser refletido é o atual modelo de gestão, que permite a coexistência de competências (dos três entes federados) sobre um mesmo objeto, levando à necessidade de quadro técnico e de infraestrutura para cada um desses níveis. Na falta de recursos suficientes, isso gera uma insuficiência gestora de todos os entes. Se a proteção fosse uma só, e as competências fossem distribuídas[208], haveria uma otimização de recursos, possibilitando um trabalho mais completo e rápido.

[208] Seria considerada, nesse caso, a experiência e as atribuições, bem como as potencialidades e as fragilidades que cada ente já tem. A exemplo, sabe-se que o município é o mais suscetível a pressões locais por interesses, então as tarefas a ele delegadas teriam que ter isso em conta.

No caso de Natal, especificamente, somado ao peso que as limitações da gestão trouxeram, houve aquele oriundo da urgência na aprovação da proteção – para que a solicitação se encaixasse no calendário do Conselho Consultivo e, quanto antes, freasse as demolições que vinham ocorrendo na cidade. Embora saiba-se que a questão não é consensual ainda, conforme apontou Miranda (2014, p. 9), a partir do Art. 216, §1º, da CF 88, o inventário pode ser utilizado como instrumento de proteção ao patrimônio cultural – havendo, inclusive, jurisprudência no caso da Chácara Eberle, no município de Caxias do Sul.

Por outro lado, no caso de sítios urbanos, a partir do momento que fosse delimitada uma área para efetuar o tombamento provisório (garantido após publicação de edital), as equipes de instrução poderiam ganhar tempo para fazer o seu trabalho de modo mais completo, mesmo em caso de ameaças de destruição. Isto porque, pelo DL 25, enquanto o processo durar, o bem fica protegido.

Para realizar este tipo de trabalho é preciso, antes de mais nada, a montagem de uma equipe multidisciplinar para negociar opiniões técnicas e sociais, para subsidiar uma proposta inicial que, então, seria debatida publicamente, a partir da qual se poderia chegar a ações concretas. Segundo relatos informais de técnicos da Superintendência do IPHAN-RN que já realizaram eventos chamando a população e profissionais especializados ao debate, não adianta tentar construir do zero a proposta. É preciso ter uma proposta inicial a apresentar, em relação à qual se estabelecerá o diálogo e as contrapropostas.

O exercício de captação de opiniões por meio de questionários, aqui apresentado, serviu de simulação sobre como trabalhar alternativas práticas a partir do confronto de informações levantadas (técnicas, valorativas, jurídicas, etc.). Mas para um trabalho efetivo, deverão ser organizados debates junto a coletivos sociais, capilarizando as discussões de modo a que as indicações de bens a serem preservados seja fruto de uma construção coletiva, e não de uma simples interpretação e hierarquização de opiniões sociais a partir de uma visão técnica.

Também é interessante um equilíbrio entre os que opinam sobre a temática: de moradores a interessados que vivam em outras localidades. Se um bem é considerado de relevância nacional, por exemplo, a sua preservação poderá ser almejada não somente pelos cidadãos da localidade onde se situa, mas por quaisquer pessoas de outras cidades que julguem relevante seu valor. Contudo, os que vivenciam aquele bem diariamente e com ele possam manter uma relação de significância mais intensa devem ser priorizados em suas opiniões.

Os mecanismos para inserção da população no processo podem ser os mais diversos. A realização de audiências públicas já tem sido um avanço em alguns lugares, mas talvez não seja

o mais adequado, dada a intimidação que pode causar na população. É preciso aprender com a experiência de outras áreas também (como o urbanismo, que há tempos promove audiências participativas para a elaboração de planos diretores). Mas defende-se, aqui, que a verdadeira forma de legitimar um bem cultural é com o poder público dando condições para uma construção contínua e coletiva dos valores que vão defini-lo como tal. Tal construção se daria não somente por audiências públicas, mas por canais contínuos de troca de informação e investigação de desejos de preservação no seio da sociedade.

Deve-se atentar, contudo, para o que Huyssen (2014) fala sobre a possível injustiça da democracia, já que, ao falarmos de direitos de uma maioria, aqueles que se encaixam em grupos minoritários podem não ter voz neste processo[209]. Outro ponto é o dos perigos de manipulação neste modelo político, conforme alertado por Teixeira (2002). Embora o aumento da participação social seja promissor quanto à legitimação das políticas públicas, para que haja uma construção social de valores mais justa – e com menores chances de manipulação midiática das massas –, é preciso dar à população as bases para pensarem o patrimônio crítica e cotidianamente. Projetos como o trazido por Siviero (2014) – dos Territórios Educativos – e o Projeto das Casas do Patrimônio, são exemplos de ferramentas para isso.

Ainda, entende-se que, da mesma maneira que o IPHAN disponibiliza, em seu portal da internet, as atas dos debates ocorridos no Conselho Consultivo, os documentos que melhor historiam os debates ocorridos junto à população, durante a tramitação de um tombamento (tais como atas, vídeos de debates, etc.), deveriam ter publicidade. Isto levaria a uma melhor compreensão dos pontos que estariam sendo negociados, evitando retrabalhos de discussão.

Em suma, com relação ao processo, dois aspectos deveriam ser julgados prioritários. A ampliação da produção de conhecimento sobre a área, durante a instrução, indo além dos levantamentos históricos, arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos: buscando-se uma compreensão mais ampla do uso, da dinâmica e da função atual da área com relação à estrutura urbana, suas possíveis vocações, fragilidades e potencialidades; além, naturalmente, da investigação sobre as referências culturais da população usuária, moradora e, até mesmo, citadina. Como disse Marcia Chuva, é necessário "colocar em destaque os sentidos e os significados atribuídos ao bem pelos grupos [...]". Para tal, é também mister a ampliação/diversificação dos canais e das formas de participação da população, para além da mera notificação via edital (possibilitando, inclusive, o aumento do prazo para manifestação, a

[209] "As democracias, com extrema frequência, violaram os direitos das minorias, e anda os violam" (HUYSSEN, 2014, p. 202).

exposição da informação em mapa – e não somente por descrição, como é feito nos editais de notificação), além de uma proposta de abertura a opiniões.

Quando se adota uma narrativa, se está escolhendo o principal critério que irá selecionar ou excluir determinados bens de uma história a ser transmitida. Se dá o destaque ou se promove o esquecimento de objetos e fatos, e a forma que o resultado final toma representa o espírito que o gerou. Com isso, a leitura que se faz da área protegida reflete se apenas o monumental tem destaque, ou se outros elementos o acompanham, informando-o.

Não significa dizer que os monumentos não possam ter o seu lugar de destaque. Inclusive, é mais comum a assimilação (e mesmo fruição) de valores atribuídos a este tipo de bem do que de outros valores que necessitam de maior conhecimento técnico para sua percepção. Mas é preciso, neste trabalho, dar a devida importância e contextualização a esse espaço edificado de modo a situá-lo num cenário que, simultaneamente, integra uma paisagem, um traçado, um conjunto de elementos arquitetônicos que refletem comportamentos sociais e técnicas construtivas de uma época, e parte de uma história que deixou marcas na cultura daquela sociedade.

Considerando que é a justificativa da seleção que irá ditar os parâmetros de proteção dos bens elencados, é importante identificar bem os diversos tipos de valores atribuídos e que estão em jogo. É preciso ir além de uma mera descrição histórica ou arquitetônica, e resgatar os diversos substratos e outros olhares que contam essa mesma história, complementando-a. Neste sentido, a importância da existência de uma equipe multidisciplinar ganha força. Afinal, o resultado proposto para o tombamento de Natal, por exemplo, certamente teria sido bem diferente se antropólogos, urbanistas e geógrafos participassem da equipe que formulou os estudos.

Há narrativas ricas que trazem contribuições para outras leituras sobre esse espaço, como as apontadas por estudos que vêm sendo desenvolvidos na área (a exemplo dos percursos adotados por Elaine Medeiros, ou os eixos representativos apontados por Gabriela Assunção). É preciso unir as análises morfológicas, espaciais, históricas, urbanísticas e antropológicas, ampliando a escala de importância para além da noção de autenticidade, abarcando a representatividade de uma maneira mais completa.

É válida a verificação, desde a etapa de identificação e de construção de narrativas, dos valores que estão em jogo, tanto para que o processo seja mais compartilhado com a sociedade,

quanto para que não se trate de maneira igual bens valorados de modo distinto. A metodologia aqui proposta buscou trabalhar a partir de ambas as preocupações.

Quanto à primeira questão, foram verificadas algumas potencialidades e limitações. Cabe nota, quanto aos fatores positivos, que a participação em questionários ou outras atividades promove, em muitos respondentes, a curiosidade sobre o assunto, a reflexão crítica, muitas vezes fazendo-os pensarem numa temática que antes não haviam cogitado se apropriarem. Claro que este não é um resultado comum a todos, mas já se considera frutífero aos que forem. Contudo, por ter sido um processo aplicado e analisado por uma só pesquisadora, inevitavelmente, deixa a desejar. Mas, vale lembrar, que outro instrumento que não foi aplicado por falta de equipe – mas que foi comentado por sua importância – foi o INRC. Até o momento, esta é a única metodologia disponível no IPHAN para a realização de um inventário de conhecimento amplo (material e imaterial) do patrimônio de um território, que, além de disso, tem caráter participativo (constitui, em si, um canal para tal) e parte do princípio constitucional de que cabe também à sociedade indicar o que é patrimônio.

Quanto à segunda questão, considerou-se que, a partir das contribuições de Riegl (ainda que de maneira bastante incipiente, a título de reflexão), foi possível estabelecer uma metodologia que reafirmasse a importância da diferenciação do tratamento de bens de acordo com a atribuição de valor por eles recebida. Por se tratar de uma aplicação ainda embrionária, os produtos colhidos ainda necessitam amadurecimento e exercício de aplicação em casos concretos para verificação de possíveis incoerências e limites.

É interessante lembrar que as fichas do INRC já preveem uma diferenciação de categorias que caminham para outras formas de atribuição de valor, indo além da descrição arquitetônica clássica: nos "Tipos" vê-se a distinção entre edificação e lugar; na "Condição Atual" vê-se a distinção entre íntegro e ruína; na "Descrição", tem-se, como parte do roteiro a ser seguido, a indicação da importância para a vida local (ver figura a seguir).

DENOMINAÇÃO	Nome como é conhecido.			IDENTIFICADO SIM / NÃO	7
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO	☐ EDIFICAÇÃO	☐ FORMA DE EXPRESSÃO	☐ LUGAR	☐ OFÍCIO
CONDIÇÃO ATUAL	☐ VIGENTE / ÍNTEGRO		☐ MEMÓRIA	☐ RUÍNA	
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Se possível data.	LUGAR	Onde ocorre.	
DESCRIÇÃO	Desenvolver o seguinte roteiro: 1 – Caracterizar o bem no contexto das classificações consideradas (tipo e condição atual). 2 – Informar sobre principais características e etapas se for o caso. 3 – O público envolvido. 4 – Importância para a vida local. 5 – Outras informações relevantes.				
REGISTROS	Título ou descrição do documento.			Nº	Cf. Anexo 2
CONTATOS	Pessoa ou instituição que poderá informar a respeito do bem.			Nº	Cf. Anexo 4

Figura 32 - modelo de ficha pertencente ao INRC. Fonte: IPHAN, 2000, anexo 2.

Embora o INRC já caminhe para algumas investigações de sentidos referenciais (ver figura 38) daqueles que participem do processo, não chega a ser de um modo sistematizado, em que a interpretação das formas de atribuição de valor embase a maneira de regulamentação de intervenções neles. A metodologia aqui aplicada empreende um esforço na intenção de efetuar esse cruzamento, de modo a que sejam identificados os valores e, a partir deles, a melhor forma de resguardá-los.

Prevê-se (assim como é feito na obra de Riegl), casos em que haja conflitos de valores. Avalia-se, nestas situações, onde acaba a proeminência de um valor e começa a do outro, negociando-se, de acordo com cada fator condicionante. A título de exemplo, deve-se relativizar a preservação da forma original quando, para dado bem, os valores atribuídos estão mais fortemente ligados ao uso, à estética ou mesmo às informações visuais nele contidas (independente da originalidade dos materiais).

6. DESCRIÇÃO DO LUGAR

6.1. DESENHO DO LUGAR

6.2. OBSERVAÇÕES E ESCLARECIMENTOS SOBRE O DESENHO

6.3. QUAIS OS PRINCIPAIS MARCOS NATURAIS E EDIFICADOS DO LUGAR?
Descrever mencionando as principais características arquitetônicas.

6.4. QUAIS OS PRINCIPAIS MARCOS CENOGRÁFICOS E RITUAIS DO LUGAR?
Descrever mencionando as principais características.

6.5. COMO SE FORMOU ESTE LUGAR?

6.6. CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE ESTE LUGAR OU ALGUM FATO NELE OCORRIDO?
Em caso afirmativo, registrar e preencher *Ficha de Campo: Registros Audiovisuais*.

6.7. QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS MUDANÇAS QUE OCORRERAM NESTE LUGAR? QUANDO E PORQUE OCORRERAM?

6.8. O QUE TORNA ESTE LUGAR IMPORTANTE NA LOCALIDADE?			
USO	QUEM	QUANDO	ONDE
Atividade cerimonial ou cotidiana que tenha importância para o lugar	Categoria social em que se enquadram os principais participantes; número	Data/duração/periodicidade	

7. SENTIDOS REFERENCIAIS

7.1. QUAL É A ORIGEM DESTA EDIFICAÇÃO?
Quem construiu, quando e com que finalidade? Se não souber informar, desde quando conhece?

7.2. CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE ESTA EDIFICAÇÃO OU ALGUM FATO NELA OCORRIDO?
Em caso afirmativo, registrar e preencher *Ficha de Campo: Registros Audiovisuais*.

7.3. QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS MUDANÇAS QUE OCORRERAM NESTA EDIFICAÇÃO? QUANDO E PORQUE OCORRERAM?

7.4. O QUE TORNA ESTA EDIFICAÇÃO IMPORTANTE NA LOCALIDADE?			
USO	QUEM	QUANDO	ONDE
Atividade cerimonial ou cotidiana que tenha importância para o lugar	Categoria social em que se enquadram os principais participantes; número	Data/duração/periodicidade	

Figura 33 - itens do questionário e ficha aplicado a edificações, pertencente à metodologia do INRC. Fonte: IPHAN, 2000.

Do ponto de vista de recomendações para tombamentos, julga-se possível a instituição de que todo processo relacionado a área urbana tivesse início com a aplicação do INRC. De um modo mais completo, poderia haver uma mescla das metodologias, durante a realização do inventário, averiguando os diversos modos de atribuição de valor (sejam aqueles já destacados pelo INRC, sejam aqueles adaptados do trabalho Riegl pela presente pesquisa, ou outros que a prática venha a sugerir). Mas, indo além, dever-se-ia verificar a potencialidade de que estas ações ocorressem após e conjuntamente a um processo de debate, e não somente de coleta de opinião – já que os valores, desse modo, seriam construídos coletivamente, com debate de argumentos e confronto de visões.

Outro ponto que deve ser bastante amadurecido no momento de se pensar uma instrução de tombamento é o papel que cada poligonal tem na hora de regulamentar os fragmentos urbanos. Conforme apontado no capítulo de análise do processo de tombamento, é preciso refletir e se posicionar quanto à atribuição de valores dos bens de cada poligonal, bem como atentar para a interdependência entre estas áreas.

E, considerando o fator da visibilidade, a delimitação deve ponderar não apenas o impacto das quadras vizinhas na área tombada, mas as visadas da paisagem na qual está inserida – a exemplo de um relevo mais acidentado. É preciso identificar também as áreas que sofrem mais pressão do mercado imobiliário. Conforme apresentado no capítulo que trata das transformações urbanas de Natal, a área delimitada para o entorno não foi suficiente para resguardar "uma área que influísse na 'percepção estática ou dinâmica' do conjunto tombado", dado o processo de verticalização sofrido pela Ribeira Alta e que vem interferindo na apreensão visual do conjunto. A falta de previsão desta informação pode levar, deste modo, a um subdimensionamento, por exemplo, da poligonal de entorno, que passa a ser insuficiente para evitar uma interferência na leitura do bem. Nessa etapa, é interessante lembrar a recomendação de se efetivar estes estudos – bem como a elaboração de instrumentos para regulamentação – junto com o município, a quem compete legislar sobre o solo.

Por fim, considera-se um avanço o modelo de delimitação que permite o estabelecimento de zonas não contínuas como pertencentes a um mesmo conjunto[210]. Porém, vê-se como problemático o modelo (conforme adotado parcialmente em Natal) que utiliza como limite das poligonais o eixo de vias. Como já apontado, a leitura que se faz no espaço não é

[210] Ver caso exemplificado de Salvador em IPHAN (2010).

compartimentada, e a legislação não deve incidir de modo tão abruptamente diferente em dois lados de uma mesma visada. Corre-se o risco, inclusive, de perder a unidade da leitura.

Sabe-se que existem diferentes instrumentos e mecanismos para se trabalhar a patrimonialização de conjuntos urbanos. Porém, é forte a permanência da adoção do tombamento como a única alternativa para preservação de bens materiais. É importante verificar, dentro das potencialidades e limites de cada instrumento, quais os que mais se adequam à proteção dos bens, que sejam identificados nos estudos de identificação e na seleção de referências culturais.

É preciso identificar, igualmente, as proteções já incidentes sobre os objetos, verificando em que pontos elas não protegem o tipo de valor ao qual se quer manter, ou quando é desnecessária a adoção de mais um instrumento (como no caso de alguns bens que não foram inseridos no tombamento do centro histórico de Natal por já serem protegidos individualmente). Também se deve averiguar em quais situações esse acréscimo de proteção seria válido (nos casos em que os instrumentos vigentes não sejam capazes de resguardar os valores em questão). No item anterior do presente capítulo, por exemplo, foram indicadas algumas possibilidades de se trabalhar com outras ações e outros instrumentos.

O mais importante deles é aqui considerado o inventário. Afinal, é ele que dá a fundamentação e as bases para quaisquer outras ações. Este tipo de instrumento, mesmo quando aplicado em conjuntos urbanos, deve cumprir uma função de articular satisfatoriamente os valores imateriais aos materiais. Por isso, considera-se tão relevante o INRC. É preciso resgatar o substrato que é mais acessível à população (as histórias lendárias, como a dos xarias e cangoleiros de Natal) para associá-lo à materialização que tomou. Assim, as pessoas atribuiriam aos bens valores históricos e afetivos, contribuindo para a vontade de conservá-los.

Considerando a necessidade de buscar formas de atuação que possibilitem a preservação dos sítios protegidos de maneira planejada e corroborando para a consolidação de uma cultura urbanística de patrimônio, o IPHAN criou, em 2004, o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano (PPSH). Trata-se de um instrumento de caráter normativo, estratégico e operacional, que fomenta a construção de uma gestão compartilhada dos sítios históricos urbanos tombados entre os principais atores públicos e privados, constituindo-se um processo participativo (IPHAN, 2004).

Entre as ações que o Plano pode incluir estão as de promoção e de fomento a alguns bens, por meio de incentivos fiscais, financiamentos, fornecimento de infraestrutura, informações, campanhas e eventos, entre outros. Também é possível o estabelecimento de

parcerias, como no caso das Operações Urbanas, junto à iniciativa privada. Mas para isso, é preciso verificar possíveis áreas de conflito com a legislação municipal, sobretudo no que se refere a prescrições urbanísticas e compatibilização de expectativas para algumas áreas, a exemplo das Zonas Especiais do Plano Diretor. Também podem ser adotadas ferramentas como a Matriz de Conflitos e Convergências, citada ao final do primeiro capítulo.

O tombamento de área urbana, inclusive, deveria estar obrigatoriamente atrelado à elaboração de um plano deste tipo (durante ou depois do processo). De acordo com o Art. 8º, da citada Portaria, para os trabalhos necessários ao PPSH, tem-se como referência básica a área tombada e seu entorno imediato. Ele prevê a constituição de uma Comissão Gestora Local, bem como a aplicação dos instrumentos de conhecimento e pesquisa produzidos pelo IPHAN (INBI-SU; Inventário de Configuração de Espaços Urbanos-INCEU; Inventário de Bens Arquitetônicos-IBA; e INRC). A partir dos dados obtidos pela utilização destes instrumentos, seriam empreendidas análises relativas ao sítio histórico urbano, à dinâmica urbana, às tendências de desenvolvimento urbano e à classificação e valoração patrimonial do sítio histórico urbano.

Outros instrumentos que podem e devem ser considerados nestes processos coexistentes de proteção são os Planos de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial e a Chancela de paisagem cultural. Estes incidem sobre a riqueza imaterial que foi detectada na área, de modo a que as manifestações culturais possam ser valorizadas, juntamente aos espaços que as emolduram.

Ainda na perspectiva das limitações do instrumento do tombamento, convém comentar o caso das ocupações subnormais (popularmente chamadas "favelas"), como o Passo da Pátria e o Maruim. Considera-se que estas formações podem, sim, ser patrimonializadas. Deve-se, contudo, atentar para as peculiaridades envolvidas, sobretudo quanto à escolha do instrumento.

Com relação aos casos em que o tombamento seja adequado, é importante se atentar para outras questões quando da elaboração do instrumento normativo para regulamentação de intervenções nos bens. Primeiramente, convém comentar uma citação de Sonia Rabello de Castro:

> Claro está que o tombamento de conjunto não se dá pelo valor cultural individualizado de cada parte, mas pelo que representa no seu conjunto... Eventualmente, alguma parte pode não se adequar ao todo; neste caso, ainda sob os efeitos de tutela do tombamento, o grau de modificação ou alteração que será permitido naquela parte poderá ser maior ou menor, mas sempre de modo a adequá-la à composição do todo (CASTRO, 1991, p.74).

Denota-se, da afirmação supra, o grau de relativização do instrumento quanto à suposta ação de "congelamento" dos bens no estado em que foram identificados como portadores de valores, tão apregoada no senso comum. Sendo o tombamento o instrumento que inicialmente

fora pensado para monumentos isolados, sua aplicação, em caráter de conjunto, traz algumas flexibilizações para acompanhar a elasticidade da conceituação e das possibilidades de conformação de um patrimônio.

Nota-se também que, ao serem formuladas as normas de intervenção, os técnicos que as confeccionam assumem o direito e o dever de eleger qual (is) teoria (s) do restauro pretendem seguir. Porém, considera-se que esta decisão não deveria ser algo resultante somente do que estes julgam melhor. Ao se negociar com outros atores, se abre a possibilidade de divisão desta responsabilidade. Ademais, deve-se frisar que a elaboração de normas deve levar em conta não somente os valores atribuídos, mas também a dinâmica e os processos urbanos em curso, dentro e fora da área protegida.

Considera-se, por fim, uma proposta a ser devidamente analisada pelo IPHAN e legisladores: assim como previsto em itens de normas recentes e nos planos de salvaguarda de patrimônio imaterial (que, a cada 10 anos, passa por revalidação), sugere-se que o tombamento também tenha um tempo de vigência, e que passe por reestudo para análise sobre sua ratificação ou rerratificação. Certamente não se trataria de um espaço de tempo tão curto, e também exigiria a revisão do Decreto que imputa somente ao presidente da república o poder de destombar[211]. Mas, desse modo, considerar-se-ia não somente que os valores são mutantes, mas que a própria cidade passa por transformações, mesmo sob proteção do instrumento.

[211] Para Miranda (2014, pp. 56-57), o Decreto-Lei nº 3.866/41 – a partir do qual o presidente da república podia efetuar o destombamento de um bem – não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, tanto porque tal direito não fora previsto no art. 84 da Carta Magna, quanto pelo disposto no artigo 225 desta: que a supressão dos espaços protegidos só poderia ocorrer através de lei. Porém, na revisão do referido decreto que aqui se aponta como proposta, o juízo de valor sobre a possibilidade de destombar não poderia ser individual, e sim coletivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontado na Introdução deste trabalho, a pesquisa aqui empreendida pretendeu se debruçar sobre uma dupla crítica ao processo de tombamento do centro histórico de Natal: quanto à forma vertical que ocorreu, e quanto à seleção de bens, decorrente do modelo metodológico e administrativo adotado. Para tal, foram apontadas algumas questões norteadoras de reflexões, de modo a embasar a busca por parâmetros da teoria e da prática que subsidiassem a análise pretendida.

Quanto à trajetória da constituição do campo do patrimônio, viu-se que esta consiste em mais do que uma mera formalidade nos trabalhos relativos à temática: ajuda a compreender a dinâmica de transformação do pensamento e da prática preservacionistas. Ademais, revela-se um instrumento para verificação dos problemas que ainda representam desafios a serem enfrentados por diversos centros urbanos.

Muito se transformou na perspectiva conceitual preservacionista, levando à ampliação da noção de patrimônio e ao aumento da pressão por participação na indicação dos bens que constituem sua identidade cultural. Sem embargo, a forte adoção de modelos eruditos como suporte às operações de identificação, seleção e gestão do patrimônio, tem evitado que a prática corresponda, a contento, aos novos discursos apregoados. Propostas como a de Riegl (de tratamento do bem a partir de uma lógica fenomenológica), partem de uma visão diferente de atribuição valor. E, para que modelos como este tenham mais espaço, é necessária uma revisão estrutural de todas as ferramentas que balizam a atuação protetiva: legislação, políticas públicas, instrumentos, etc.

Abordagens como a da Paisagem Histórica Urbana, da UNESCO, podem ser promissoras para a gestão, já que esta não apenas prevê a participação social, mas a capacitação da população para esse processo, de modo a promover nela a necessária reflexão para tomada de decisões. Contudo, casos como o de Dresden – onde o governo local desafiou a UNESCO por querer atender aos próprios interesses em detrimento da manutenção de um título –, são emblemáticos para se refletir até que ponto os organismos de proteção estão, de fato, preparados para a adoção de modelos mais dialógicos de gestão do patrimônio urbano.

Conforme anteriormente apontado, a inexistência de canais permanentes de interlocução entre os diversos atores e as estruturas de poder é uma das dificuldades rumo à democratização das políticas públicas – incluindo do patrimônio. O IPHAN vem buscando aproximação com a sociedade – PCH, PRRNH, conceito de Referência Cultural, Casas do Patrimônio, etc. –, mas

sem o devido investimento (priorização) para efetiva transformação da prática. Suas políticas permaneceram, sobretudo no âmbito da dimensão material do patrimônio, restritas à atuação de técnicos e segmentos restritos da sociedade.

Experiências como as que vêm ocorrendo na Bahia (com a implantação de órgãos colegiados), embora ainda sejam muito incipiente e sem qualquer reflexo na preservação do patrimônio, demonstram um caminho possível para buscar amadurecer e verificar sua eficácia ou fracasso. As Casas do Patrimônio, os Territórios Educativos e outras estratégias vêm tentando trazer uma nova condição para a relação estado-patrimônio-sociedade. Mas, para eficácia destes novos paradigmas, as prioridades necessitam ser invertidas desde o processo de identificação de qualquer bem. Aliás, desde antes disso: nas políticas institucional e governamental.

Em nossa cultura, nos acostumamos à ideia de que somente por meio da imposição de normas que criam deveres para o cidadão, ou proibições (e respectiva punição), se aprende a conservar o patrimônio. Mas é importante atentar-se para a potencialidade que a educação (ou melhor, a sensibilização) patrimonial pode ter na efetivação de afirmações culturais e consequentes apropriações do patrimônio que as representam. Enquanto as políticas voltadas ao estudo das referências culturais e ao seu debate junto à sociedade forem menos priorizadas do que as ações de tombamento e outras correlatas, seguiremos sem concretizar essa intenção de efetivação de uma participação social nos processos de patrimonialização a partir da ação do Estado.

Cabe lembrar que, nessa missão de proteção do patrimônio, é preciso haver parcerias em todas as etapas (identificação, seleção e gestão), entre todos os entes (município, estado e nação) e incluir a corresponsabilidade civil. E para que as ações mais estruturais sejam, de fato, implantadas, é necessária vontade política, seja dos órgãos de preservação ou dos executivos.

A exemplo, cabe mencionar as críticas feitas ao engavetamento do Plano de Ação elaborado para Natal (este elaborado de modo participativo e planejado) em detrimento da seleção de obras de restauro em edificações monumentais com verbas federais, pelo PAC-CH. Os recursos vieram para dez ações voltadas os mesmos bens monumentais que vêm corroborando para uma imagem do centro histórico de Natal reduzida ao que ficou localmente conhecido como o seu corredor cultural, não tendo sido contempladas ações mais estruturantes, sobretudo relacionadas ao debate participativo na cena patrimonial e à interação de ferramentas junto aos demais entes que atuam na gestão desse território.

Sabe-se que, desde a década de 1980, vem-se investindo, via poder público, em diversas ações voltadas à preservação em Natal. Mas reportagens como a intitulada "Revitalização (mais uma vez)?" levam à constatação de que requalificações sem o devido planejamento que lhe deem sustentabilidade, ficam fadadas a não apresentarem resultados duradouros. Se não é por falta de projetos e ações que muitas pretensões de preservação do patrimônio não têm ocorrido, é preciso refletir sobre que erros elas continuam propagando. Estas ações devem ser devidamente planejadas, desde suas bases, de modo integrado e pactuado, para que as mudanças desejadas ocorram. É preciso ir além do investimento em grandes obras que saem nos jornais e funcionam como portfólio para eleições. Ações de base demandam tempo e investimentos a longo prazo, mas são o caminho necessário para se efetivarem políticas patrimoniais de qualidade.

Buscando apreender, da trajetória patrimonial natalense, algumas das relações de poder ali atuantes, seus principais atores, interesses e produtos, foram identificados alguns elementos de dominação e de resistência. A força do discurso turístico no estado é refletida no interesse de empresários do ramo e de instâncias governamentais locais, se reflete no modelo de desenvolvimento da cidade, nas sucessivas tentativas de consolidação de um corredor cultural e nos grandes projetos e investimentos. Estes, por sua vez, passam por processos de midiatização, divulgando as imagens de apelo não apenas turístico, mas de caráter monumental (bens imóveis de destaque). Tecem, assim, quadros para consumo visual que são absorvidos pela população local, que passa a ver nesse tipo de patrimônio as referências de sua cultura. O IPHAN, por sua vez, gerencia diversos interesses, inclusive os próprios (a exemplo da estratégia institucional de aumento do estoque patrimonial ocorrida à época do tombamento). Gera, a partir de um discurso de preservação da memória local (que também apresenta relevância para a memória nacional), a imposição de valores a serem preservados, por meio de normas e imposições ao modo de transformação da cidade (decorrentes da aplicação do tombamento). A sociedade local, em parte, é alheia a todo esse processo; em parte, exime-se (ou é eximida, pela falta de capital cultural) do papel de opinar sobre seu patrimônio; em parte é contrária (vide pedidos de impugnação e demolições irregulares); em parte defende uma visão patrimonial mais ampla (sobretudo, movimentos artísticos e intelectuais). O mercado imobiliário oferece resistência às imposições preservacionistas (aproveitando-se de brechas na legislação para atender aos próprios interesses), além de alimentarem discursos contrários ao reaproveitamento de estruturas antigas (ressaltando que o novo é culturalmente melhor aceito).

Diante da trajetória preservacionista de Natal, é perceptível que o resultado final apresentado pelo tombamento promovido pelo IPHAN não pode ser atribuído somente ao órgão federal. Trata-se de um somatório de olhares e de experiências, influenciado não somente pelas visões tradicionais da instituição, mas pelas políticas e entendimentos patrimoniais locais. Contudo, a estratégia adotada para construir o processo (não apenas da parte da Superintendência Estadual, mas com a corresponsabilidade do DEPAM) foi, inegavelmente, vertical. A abordagem ao estilo "IBGE" da aplicação dos inventários[212], acompanhada da realização de seminários de pequeno vulto, provou ser estratégia insuficiente para promover um debate sobre preservação ao nível compatível com sua importância. Prova disso é que, dentre os respondentes que sabiam da existência do tombamento, poucos foram os que emitiram uma opinião fundamentada a respeito das questões a ele relacionadas.

O tombamento ocorrido na cidade não foge às críticas costumeiras de seleção: incoerências, dúvidas, possibilidades alternativas de seleção e de processo, etc. Aquelas que vêm sendo registradas (nesse e em outros trabalhos) são, contudo, parte do exercício de vivência e amadurecimento desse instrumento. A questão de caracterização das seleções efetuadas como sendo voltadas ao monumento ou à atração de investimentos deve fornecer subsídio para as implicações disso, apreendidas de ações pretéritas, de modo a se evitar recair nos mesmos erros – e não simplesmente constituir uma crítica por si só.

Enquanto não se julga ser este o momento ideal para proposição de sua rerratificação – que aqui se considera salutar por possibilitar a revisão/mutação de valores que informam o tombamento –, deve-se continuar debatendo alternativas, inclusive, a serem experimentadas de modo piloto, verificando potencialidades e fragilidades. Inclui-se no bojo da reflexão a própria categoria "Centro Histórico" que, conforme resultados apontados, segue sendo insuficiente para a amplitude de valorações apontadas no território.

Na presente pesquisa, a aplicação dos questionários se mostrou uma forma válida de exercício e reflexão sobre as possibilidades de aprimoramento de instrumentos de participação, consulta e ampliação de visões.

Quanto ao cruzamento do perfil dos respondentes do questionário com alguns resultados, vê-se que muitos dos que moram no centro histórico têm, em relação a ele, memórias atreladas, conhecimento do tombamento e perspectiva de que é positiva a relação entre preservação do patrimônio existente e a qualidade de vida local. Trata-se de um público ao qual

[212] Citada no capítulo 4 - da análise do processo de tombamento.

se deve dar especial atenção – embora, não o único –, já que são os que por mais tempo vivenciam o lugar e, com isso, são os seus guardiões em potencial.

Mas, de modo geral, muitas das respostas apresentadas demonstram desconhecimento real das questões relacionadas a patrimônio, deflagrando a falta de participação no processo, aliada à carência de reflexão crítica a respeito. Contudo, sabe-se que não é possível pensar o tombamento de uma área sem que a população conheça, minimamente, esses instrumentos. Esta carência deveria ser suprida por meio de políticas públicas que, por sua vezes, deveriam ser requisitadas por organizações civis.

Quanto à metodologia utilizada para a atribuição de valor, vê-se que esta ainda apresenta dificuldades de operacionalização, sobretudo ao se considerar que o processo de análise do valor do patrimônio necessita, ainda, muito avanço. Conforme apontado em alguns momentos, sabe-se que a amostra tem caráter exemplificativo, não podendo ser considerada reflexo real da opinião dos natalenses. Ademais, a própria definição prévia das categorias de valor já limita os respondentes em suas respostas. Apesar de tais fragilidades, considera-se o exercício válido pela proposta de discussão teórica que apresenta e pela demonstração da possibilidade de operacionalização de novos métodos, constituindo um passo inicial rumo ao desafio de reciclar os atuais instrumentos utilizados nos processos de patrimonialização.

Ademais, a adoção de Riegl como inspiração metodológica pode ser questionável se ponderado que as categorizações que propôs não são tão operacionais quanto o modo como foram aqui empregadas. Contudo, tal opção resultou numa proposição, ainda carente de investigação, de como valores atribuídos aos bens culturais podem informar a decisão sobre como nesses intervir.

Espera-se que ditas possibilidades metodológicas contribuam efetivamente para um processo de patrimonialização mais aberto, democrático e compartilhado. Embora se considere que a prática preservacionista é cercada de imposições contingenciais que dificultam a realização de um processo mais adequado, os direcionamentos aqui registrados constituem medidas alternativas a serem analisadas.

Porém, tal exercício proposto não retira a importância – já colocada – de se fomentar o debate patrimonial de modo a não apenas levantar a opinião da população, mas construí-la coletivamente e de modo negociado. Na prática, o universo de pesquisa e a equipe para desenvolvê-la devem ser maiores e interdisciplinares, capacitados para atuar na investigação de

sentidos e significados das pessoas em relação aos bens patrimoniais. Assim, espera-se promover as bases para uma gestão efetivamente pactuada e democrática, sintonizada com a expectativa conceitual atual do campo do patrimônio.

Por fim, cabe ressaltar que, ao ser este trabalho fruto de um mestrado profissional, a tendência de se querer apresentar soluções para os problemas é grande. Mas o decorrer da pesquisa demonstrou que, em se tratando de um estudo desenvolvido por uma só pessoa, a maior contribuição seria trazer pontos importantes à reflexão, apresentando, contudo, posicionamentos e, quando possível, propostas de atuação. Espera-se, desse modo, apresentar possibilidades de caminhos para a revisão de alguns pontos da prática institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, João Maria. Prefeitura promove evento para revitalizar bairro Cidade Alta. **Jornal Tribuna do Norte,** Natal, 22 set. 2007. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/prefeiture-promove-evento-para-revitalizar-bairro-cidade-alta/53548>. Acesso em: 25 jul. 2015.

ASSUNÇÃO, Gabriela de A. L. M. **Percepção ambiental do patrimônio cultural:** estudo de caso na Cidade Alta e Ribeira em Natal-RN. Natal: 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BATISTA, Flávia; SILVA, Maria Auxiliadora. O orçamento participativo em Salvador. In: Grupo de Pesquisa Produrb (Produção do Espaço Urbano) [internet]. Disponível em: <http://www.peu.igeo.ufba.br/Or_amento_Participativo_em_Salvador_flavia%20e%20auxiliadora.doc>. Acesso em: 28 ago. 2015.

BIONDO, Fernanda; OLIVEIRA, Fernanda. Políticas de preservação na perspectiva da cidadania cultural: um estudo do processo de tombamento do centro histórico de Natal/RN In: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS Casa de Rui Barbosa, 2015, Rio de Janeiro. **Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p.525 539.

BIONDO, Fernanda; NITO, Mariana, BALTHAZAR, Raissa, OLIVEIRA, Fernanda. Interdisciplinaridade e Patrimônio Cultural: a Experiência do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. In: **Interdisciplinaridade e desenvolvimento**, Série Desenvolvimento Regional em Perspectiva. Franca-SP: UniFACEF, 2014, p.108-123.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 [1989].

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA. **Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 28 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura; IPHAN. Planos de Ação para Cidades Históricas Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social - Construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Brasília: IPHAN, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cartilha%20-

%20Planos%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20para%20Cidades%20Hist%C3%B3ricas.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos. Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

_____. PAC Cidades: Históricas Formulação e Implementação. In: Portal IPHAN [Internet]. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Formula%C3%A7%C3%A3o%20e%20Implementa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2015.

BRASIL. Ministério das Cidades; NATAL. Prefeitura Municipal. Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais – PRAC: Mapeamento Grupos Organizados da Sociedade Civil, 20--. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/relatorio/prac2.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

BRASIL. Ministério das Cidades. Programa Nacional de Capacitação das Cidades – CAPACIDADES. Matriz de Conflitos e Convergências. In: **Curso de Reabilitação Urbana com foco em Áreas Centrais** (Módulo II – Unidade 3), 20--.

_____. Programa Nacional de Capacitação das Cidades – CAPACIDADES. Métodos para incorporar participação da sociedade civil qualitativamente nas ações de reabilitação. In: **Curso de Reabilitação Urbana com foco em Áreas Centrais** (Módulo II – Unidade 3), 20--.

CASTRIOTA, Leonardo B. Conservação e Valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. In: CORRÊA, E. L; GOMES, M. A. A. de F. **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011, 254 p. (coleção Arquimemória, v. 1).

CASTRO, Sonia Rabello de. O Estado na Preservação de Bens Culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CAVALCANTI, Carlos. **Carnaval de 1958**. Blog de Carlos Cavalcanti [Blog], fev. 2010. Disponível em: <http://radioamadorismonobrasil.blogspot.com.br/2013/10/natal-de-ontem.html>. Acesso em: 15 jul. 2015.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 14. Ed. Petrópolis, Vozes, 2008, [Tradução: Ephraim Ferreira Alves].

CERTEAU, Michel de.; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do cotidiano**. Morar, cozinhar. 9. Ed. Petrópolis, Vozes, 2009, [Tradução: Ephraim Ferreira Alves].

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. 3. Ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: **REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. n. 34. Brasília: IPHAN, 2011. P 146-165.

CORRÊA, Sandra R. M. **O Programa de Cidades Históricas (PCH)**: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979. Brasília: 2012. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10482/12372>. Acessado em: 26 dez. 2014.

CORREIA, Hilneth. Caminhando... **Jornal Tribuna do Norte**, Natal, 02 jul. 2009, p. 3.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408 p.

DANTAS, Aldair. Tombamento do Centro não garante revitalização da área. **Jornal Tribuna do Norte**, Natal, 10 nov. 2011, p. 14.

EDUARDO, Anna R. B. **Natal – RN**: SICG Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão das Cidades Históricas. Documento Técnico nº 05/10. Natal: IPHAN; Ministério da Cultura, 2010.

FERREIRA, Angela; EDUARDO, Anna Rachel; ANDRADE, Alenuska; DANTAS, George. Câmara Cascudo e a construção da (história da) cidade: representações e saber urbanístico nos anos 1920. In: ANAIS DO SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO – SUCU 1990. V. 8, n. 3, 2004. Disponível em: < http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/997>. Acesso em: 25 ago. 2015.

FERRET, Michelle. Passeio pela História. **Jornal Tribuna do Norte**, Natal, 13 dez. 2008, caderno Viver.

FIGUEIREDO, Vanessa. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos par a velhas concepções? REVISTA PAISAGEM E AMBIENTE: ENSAIOS, n. 32, SÃO PAULO, 2013. P. 83 - 118. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/download/88124/91004>. Acesso em: 28 ago. 2015.

FILHO, Dirceu R. C. de M. **Operacionalizando uma categoria:** a contribuição da noção de dano para a paisagem cultural. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 12.. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/4d2be56fa14bfab9b23b0acd0382a59a.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2014.

FONSECA, Cecília Londres. O Patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação Patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012, pp. 14-21. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine. **Fundação José Augusto:** 40 anos 1963-2003. Fundação José Augusto: Natal, 2004. Disponível em: < http://www.portal.rn.gov.br/content/aplicacao/sec_cultura/instituicao/livros/livro_fja_40_anos.pdf>. Acessado em: 19 jan. 2015.

FURTADO, Eider. ...E a Ribera! In: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. v. 89, ano 2000 a 2012 (Coleção Cultura Potiguar, n. 38). Natal: Fundação José Augusto, 2013, p. 115-119.

GALVÃO, Marcus. Caminhada Histórica do Natal. **EmDia Notícias**, Natal, 15 dez. 2010. Disponível em: <http://emdianoticias.blogspot.com.br/2010/12/caminhada-historica-do-natal.html>. Acesso em: 20 jun. 2015.

GARZEDIN, Maria A. S. Espaços livres urbanos, paisagem e memória. In: CORRÊA, E. L; GOMES, M. A. A. de F. **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011, 254 p. (coleção Arquimemória, v. 1).

GASPARINI, Audrey. **Tombamento e direito de construir**. Imprenta: Belo Horizonte, Fórum, 2005.

GIANNECCHINI, Ana Clara. O IPHAN e o Programa MONUMENTA: Lições para a gestão do patrimônio urbano. In: ANAIS DO XVI ENANPUR – ESPAÇO, PLANEJAMENTO E INSURGÊNCIAS. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=675>. Acesso em: 28 ago. 2015.

GONÇALVES, José R. Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Iphan, 2002.

GUIMARAENS, Cêça. Rodrigo Melo Franco de Andrade e a paisagem hiper-real do patrimônio. In: **Revista Arquitextos**. São Paulo, ano 13, n. 149.06, Vitruvius, out. 2012. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4543>. Acesso em: set. 2014.

HOLLANDA, Marcelo. IPHAN quer tombar Cidade Alta e Ribeira. **Jornal Tribuna do Norte,** Natal, 09 dez. 2007. 3º Caderno. Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/livro-do-iphan-mapeia-os-predios-historicos-de-natal/60757>. Acesso em: 05 jun. 2015.

INSCRIÇÕES encerradas para a caminhada histórica. Portal do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, 14 fev. 2013. Disponível em: < http://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcentral/noticias/coas-promove-caminhada-historica-para-servidores-do-ifrn>. Acesso em: 01 jan. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. Projeto Modernatal. Módulo 3 – urbanístico. Produto 9. Subprojeto 2: Atualização e consolidação da legislação. Produto Legislação 24 – PL 24: **Versões finais para o tratamento das Operações Urbanas Consorciadas**. Natal: IBAM, Dez., 2010.

IPHAN. Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência – COPEDOC. **Dicionário IPHAN de patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, (Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN, 3), 2008.

_____. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240> Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3415>. Acessado em: 15 ago. 2014.

_____. **Normatização de cidades históricas**: orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas. Brasília. IPHAN, 2010.

_____. **Portaria nº 299**, de 6 de julho de 2004. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_299_de_6_de_Julho_de_2004.pdf>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. **Processo de tombamento nº 1.558-T-08.** Centro Histórico de Natal, no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, IPHAN: Arquivo Central.

_____. **Relatório de Atividades 2011-2014**. Brasília: IPHAN, 2015. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4987> Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. Lista dos bens tombados pelo IIPHAN. **Portal do IPHAN** [Internet], 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_pelo_Iphan_%202015.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2015.

_____. Ações selecionadas. Pac Cidades Históricas 2. **Portal do IPHAN** [Internet], 201-. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/A%C3%A7%C3%B5es%20selcionadas.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2015.

JUNIOR, Nivaldo V. de A. Rediscutindo alguns aspectos da preservação do patrimônio urbano: a cidade como palimpsesto e a estratificação dos sítios de valor histórico-artístico. In: **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 10, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/1210/1185>. Acesso em: 20 ago. 2014.

KÜHL, Beatriz M. (org.). **Gustavo Giovannoni:** textos escolhidos. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2013.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Natal**: uma nova biografia. Natal: Infinita Imagem, 2011.

LIMA, Nestor; SOARES, Antonio; CASCUDO, Luis da Camara. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte:** volumes XXXV a XXXVII (1938 a 1940). Natal: Sebo Vermelho, 2013.

MACEDO, Mirela. A concepção do projeto corredor cultural do Rio de Janeiro: a participação de técnicos e intelectuais no processo de planejamento urbano. In: REVISTA DO SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO (Sessão temática 4 "Políticas Públicas e Instrumentos do Urbanismo"), v. 8, n. 4, 2004. Disponível em: < http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/search/authors/view?firstName=Mirela&middleName=Arcangelo%20da%20Motta&lastName=Macedo&affiliation=USP&country=BR>.

MAGNAVITA, Pasqualino. Diferença *versus* Identidade nos processos culturais. *ROCHA*, Renata; RUBIM, Antonio A. C. (org.) **Políticas Culturais para as Cidades**. Salvador: EDUFBA, 2010. . p. 67-74. Disponível em: <http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/176/1392494461158941900.pdf>. Acesso em: 21 ago.2014.

MARANHÃO, Haroldo. A Revitalização da Ribeira, dez anos depois. In: NATAL. Secretaria de Meio Ambiente e Turismo. Natal Não-Há-Tal. Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007.

MEDEIROS, Elaine. **A (re) leitura de um documento**: o processo de tombamento do centro histórico de Natal (RN). Natal: 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MEC-Sphan. Pró-Memória. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília, 1980. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.31. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531>. Acessado em: 15 jan. 2015.

MELO, Carina Mendes dos Santos; SILVA FILHO, Romero de Oliveira e (org.). **Centro Histórico de Natal**. Natal: IPHAN, 2007.

MEIRA, Ana L. G. Políticas públicas e participação da sociedade na preservação do patrimônio cultural arquitetônico no Rio Grande do Sul no século XX. In: Encontro Internacional Arquimemória, 4., Salvador. **Anais..** Salvador, 2013.

MENEGUELLO, Cristina. **O coração da cidade**: observações sobre a preservação dos centros históricos. In: Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN, Vol. 1, pp.1-3. Campinas, SP, BRASIL, 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=3194A80C8EFE0660686DBE26039F8647?id=523>. Acessado em: 25 ago. 2014.

MENESES, Ulpiano. **O campo do patrimônio cultural:** uma revisão de premissas**.** Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto: Iphan, 2009. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>. Acesso em: 5 mar. 2014.

MIRANDA, João Mauricio F. **Evolução Urbana de Natal em 400 Anos**: 1599 - 1999. Prefeitura de Natal, 1999.

MIRANDA, Marcos P. de S. **Lei do Tombamento Comentada:** Doutrina, Jurisprudência e Normas Complementares. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N. 22. Brasília: IPHAN, 1987. P 108-122.

_____. **Patrimônio urbano e memória social:** práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990. Rio de Janeiro: 2000. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Memória Social e Documento, Universidade do Rio de Janeiro.

NARDI, Letícia; CASTELLS, Alicia. Contexto urbano como paisagem cultural: reflexões a partir do centro histórico de Paranaguá – PR. In*:* **Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**: Desafios e Perspectivas, 1. 2010, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: IEDES; Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, 2010. Disponível em: < http://naui.ufsc.br/files/2010/09/249-ArtigoAnais-LNardi.pdf>. Acessado em: 25 ago. 2014.

NASCIMENTO, Flávia. Preservando a arquitetura do século XX: o Iphan entre práticas e conceitos. In: REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PROARQ (CADERNOS PROARQ 19). Rio de Janeiro: UFRJ. N. 19, dez. 2012.. Disponível em: <http://www.proarq.fau.ufrj.br/revista/public/docs/Proarq19_PreservandoArquitetura_Flavia Nascimento.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.

NASCIMENTO, Ingrid G. R. **O Mercado Imobiliário e a Reinvenção da Ribeira, Natal-RN:** verticalizar para renovar? Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2012. Disponível em: < http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/16433/1/IngridGRN_DISSERT.pdf >. Acesso em: 25 set. 2015.

NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB. Natal ontem e hoje. Natal: SEMURB, 2006. Disponível em> < http://www.natal.rn.gov.br/bvn/publicacoes/natal_ontem_e_hoje.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2015.

_____. **ReHabitar em Natal**. Natal: SEMURB, 2008. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/Rehabitar.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2015.

_____. **Natal em Dados – 2008**. Natal: SEMURB, 2008. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/Folder_Natal_dados.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2015.

_____. **Ribeira** (série Conheça Melhor o seu Bairro). Natal: SEMURB, 2008. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/bvn/publicacoes/leste_ribeira.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2015.

NATALENSES APROVAM TOMBAMENTO. **Jornal Tribuna do Norte**, Natal, 11 dez. 2007, p. 5.

NESI, Jeanne. O Corredor Cultural de Natal. Congresso Brasileiro sobre Patrimônio Histórico Patrimônio Histórico e Cidadania, São Paulo, 1991.

_____. **Caminhos de Natal**. Natal: Gráfica Diplomata, 2002.

_____. **Natal Monumental**. Natal: IPHAN, 2012.

NOBRE, Paulo J. L; PEREIRA, Marizo V. Modernismo na Província: a apropriação local do ideário modernista no projeto do terminal rodoviário Presidente Kennedy. In: ANAIS 2º Seminário DOCOMOMO N-NE, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia Salvador, jun. 2008. Disponível em: < http://www.docomomobahia.org/AF_Marizo%20Pereira%20e%20Paulo%20Nobre_2.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

OLIVEIRA, Fernanda R.; AMARAL, João. Referências Culturais e Patrimônio Cultural: precedentes, práticas e perspectivas para a diversidade. Revista ODC Observatório da Diversidade Cultural, v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <http://observatoriodadiversidade.org.br/revista/revista-odc-volume-2-no-01-2015/>. Acesso em: 01 nov. 2015.

PEREIRA, Julia da Rocha. **Sobrepondo valores:** A construção do território de Igarassu-PE. Rio de Janeiro: 2012. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto Histórico e Artístico Nacional.

PORTO, Mário M. Fundação José Augusto. **Jornal Tribuna do Norte**, Natal, 07 ago. 1983, caderno Tendências, p. 12.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. 160p.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Série Pesquisa e Documentação, 1ª ed. Brasília: IPHAN, 2007.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina vicentine. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. 121 p.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil**: tristes tradições. Revista Galáxia, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

SANT'ANNA, Marcia. **A cidade-atração:** a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2004.

_____. **Da cidade-monumento à cidade-documento:** a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Salvador: 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Junior. Ponte é marco da engenharia no RN. **Jornal Tribuna do Norte,** Natal, 28 mar. 2010, caderno História, p. 15.

SANTOS, Paulo. Nosso hábito de submissão a Pernambuco. In: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE**. v. 89, ano 2000 a 2012 (Coleção Cultura Potiguar, n. 38). Natal: Fundação José Augusto, 2013, p.259-260.

SENA, Rodrigo. A memória arquitetônica de Natal ameaçada. **Jornal Tribuna do Norte**, Natal, 20 maio 2007, p. 3.

SILVA, Yuno. Revitalização (mais uma vez?). **Jornal Tribuna do Norte**, Natal, 16 jun. 2005.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. **Um mapa para outros fazeres:** Territórios educativos e patrimônio cultural. Rio de Janeiro: 2014. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto Histórico e Artístico Nacional.

SOARES, Arilza. **Lendas da cidade**: bicho papão, papa figo e a viúva machado. Vento Nordeste [Blog], jul. 2011. Disponível em: <http://papjerimum.blogspot.com.br/2011/07/lendas-da-cidadebicho-papao-papa-figo-e.html>. Acesso em: 23 ago. 2015.

STARLING, Mônica B. de L. Patrimônio, participação local e democracia: o papel dos conselhos municipais de patrimônio cultural de Minas Gerais. In: **Políticas Culturais em Revista**, 1(2), 2009, p.140-156. Disponível em: < http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/download/3729/2801.> Acesso em: ago. 2014.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o Global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: Equip; Salvador: UFBA, 2002. 224p.

UNESCO. Recomendación sobre el paisaje urbano histórico, con inclusión de un glosario de definiciones, 2011. P 19-25. Disponível em: <http://www.historicurbanlandscape.com/themes/196/userfiles/download/2014/3/31/3ptdwdsom3eihfb.pdf>. Acesso em> 28 ago. 2015.

VIDAL, Soraia. Dunas, lagoas e praias - turismo e sustentabilidade (?) em Natal – RN. REVISTA PONTO E VÍRGULA, n. 7, 1º sem., São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. Disponível em: < http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/viewFile/13962/10285>. Acesso em: 25 set. 2015.

Arquivos:

Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro.

Jornal Tribuna do Norte

Arquivo IPHAN-RN

APÊNDICE A – Relação dos entrevistados

ENTREVISTADO	ATIVIDADE QUE DESEMPENHA/DESEMPENHOU	OBSERVAÇÃO
	IPHAN	
Jeanne Fonseca	Foi gestora do IPHAN de 1995 a 2012	Indisponível
Heliana Lima de Carvalho	Atuou no IPHAN-RN como apoio na realização de trabalhos até seu ingresso como chefe da Divisão Técnica	Realizada em 17/05
Carina Melo	Compôs o primeiro quadro técnico do IPHAN-RN e foi uma das autoras da primeira delimitação. Hoje atua no IPHAN-RJ	Realizada em 25/05
Romero Filho	Compôs o primeiro quadro técnico do IPHAN-RN e foi um dos autores da primeira delimitação. Hoje atua no IPHAN-PE	Realizada em 25/04
Jurema Arnaut	Foi Gerente de Proteção do DEPAM, à época do tombamento.	Realizada em 26/05
Helena Mendes dos Santos	Foi Arquiteta e Urbanista do DEPAM à época do tombamento.	Realizada em 26/05
Arq. Maria Isabel Braga da Câmara	Foi Arquiteta e Urbanista do DEPAM à época do tombamento.	Não respondeu
Dalmo Vieira	Foi diretor do DEPAM à época do tombamento.	Não respondeu
	NATAL	
Andréa Costa	Foi técnica do IPHAN-RN na segunda etapa do tombamento, e hoje atua como superintendente da unidade.	Realizada em 08/05
Haroldo Maranhão	Arquiteto atuante na área central de Natal desde a década de 1980.	Realizada em 13/04
Florésia	Arquiteta que atuou em órgãos públicos de Natal por vários anos.	Não respondeu
Marcelo Tinoco	Arquiteto que foi gestor público por muitos anos, atuando na área central. Hoje é professor universitário.	Realizada por e-mail em
João Galvão	Arquiteto que foi gestor público por muitos anos, atuando na área central. Hoje é professor universitário.	Realizada por e-mail em
Ruth Ataíde	Professora da UFRN, estuda a temática preservacionista	Realizada em 12/05
Paulo Heider	Atua há anos na FJA e na universidade	Não respondeu
Dácio Tavares de Freitas Galvão	Secretário de Cultura do município	Respondida por e-mail em
Natália Miranda	Professora da UFRN, estuda a temática preservacionista	Realizada em 13/05
Clewton	Professor da UFRN, estuda a temática preservacionista	Realizada em 12/05
Ana Miriam	Profissional com vasto conhecimento sobre as políticas de preservação desenvolvidas em Natal	Não respondeu

APÊNDICE B – Entrevistas aplicadas

EXPLANAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A etapa de aplicação dos questionários ocorreu entre os meses de abril e maio de 2015. O passo inicial dado foi o estabelecimento de um primeiro contato por telefone para a apresentação da pesquisadora e do tema da pesquisa, para depois solicitar alguém que representasse a entidade, o estabelecimento ou a organização eleita para aplicação do questionário – informando que haveria agendamento em data próxima. Embora tenha havido bastante dificuldade de contato (por não encontrar números de contato, ou por não conseguir com os números telefônicos que se dispunha), esta ação possibilitou planejar melhor a etapa de visitas em campo. Um dado interessante foi a percepção de que alguns não queriam responder, ou por acharem que não saberiam falar sobre o assunto, ou por não terem interesse na temática.

A partir do *feedback* sentido nessa fase também foi possível redigir a primeira proposta de questionário, com base, inclusive, na dificuldade de entendimento que as pessoas contatadas tinham com a temática. Esta primeira versão foi submetida a um pré-teste com os funcionários da Superintendência do IPHAN-RN (não apenas da área técnica, mas da área administrativa e de apoio – funcionários de empresa terceirizada e estagiários). Com base nisso, pôde-se aperfeiçoar a diagramação, e, com a leitura do grau de dificuldade de alguns entendimentos, dar clareza a determinados questionamentos.

Porém, nem todos os atores selecionados responderam ao questionário. Com muitos não se conseguiu contato, outros já não existiam mais, outros não demonstraram interesse, etc. Assim, foi estipulado um período para a realização da etapa de campo, tendo sido obtidos 50 questionários respondidos – número considerado significativo diante das dificuldades de realização encontradas.

A cada pessoa convidada para entrevista foi oferecida a realização desta por telefone, via e-mail ou de modo presencial (com gravador de voz). Ao final, foram realizadas 13 entrevistas, totalizando 09h43m de áudio que, transcritas (10) ou respondidas por e-mail (3), somaram 157 páginas de informações brutas a serem trabalhadas. Durante a elaboração da escrita, foi enviada versão preliminar a cada um dos participantes, para que pudessem efetuar ajustes de entendimento, evitando falhas de interpretação.

Quanto aos primeiros, cederam seus depoimentos: Jurema Arnaut, arquiteta, que foi Gerente de Proteção (GPROT) do DEPAM, à época do tombamento; Helena Mendes, arquiteta,

que colaborou na análise do processo de tombamento; Romero Filho (historiador) e Carina Melo (arquiteta), que foram os primeiros servidores técnicos do IPHAN-RN, e participaram da equipe que iniciou o processo de tombamento; Heliana de Carvalho (arquiteta) e Andréa Costa (advogada e arquiteta, hoje superintendente do IPHAN-RN), que participaram da equipe que deu continuidade ao processo. Quanto ao grupo dos profissionais locais, estão: Haroldo Maranhão, arquiteto que atua na área central através de projetos e debates; Marcelo Tinoco, que já coordenou projetos públicos de grande vulto na área central e que hoje leciona na UFRN; João Galvão, arquiteto aposentado da prefeitura, que hoje ensina no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN); Dácio Tavares, atual secretário municipal da cultura; e os arquitetos e professores da UFRN Natália Miranda, Ruth Ataíde e Clewton do Nascimento (este último, que foi também servidor da Superintendência do IPHAN no Ceará).

ROTEIRO APLICADO

Apresentação

A entrevista que aqui se configura é parte da pesquisa de mestrado intitulada “Novos olhares e antigas práticas no Tombamento de Centros Históricos: o caso de Natal-RN”, que vem sendo realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/MP) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no período de 2013 a 2015. A referida pesquisa tem como objetivo geral *identificar, nos processos de patrimonialização referentes à constituição de Centros Históricos, quais as estratégias de poder responsáveis pelas incongruências entre os avanços teóricos e políticos já obtidos no campo da preservação e sua prática, apontando também possibilidades para minimizá-las, tendo como cenário hipotético/laboratorial o Centro Histórico de Natal*.

As linhas abaixo não constituem uma sequência de perguntas fechadas em si mesmas, embora seu formato acabe se apresentando como tal. São apenas um guia que contempla questionamentos surgidos de inquietações que não puderam ser supridas somente através da leitura de documentos e bibliografias. Sinta-se à vontade para expressar sua opinião livremente. Os resultados finais da pesquisa constituirão uma dissertação que poderá ser divulgada em meio digital.

Roteiro

SOBRE O PROCESSO DE TOMBAMENTO

1. **Na sua opinião, houve algum peso político na intenção de efetuar tombamento de centro Histórico (CH) em Natal? Caso sim, qual?**
2. **Você tem conhecimento se partiu da população alguma demanda que tenha originado essa intenção de tombar o CH de Natal?**
3. **Você soube de algum debate que tenha ocorrido entre o IPHAN e a população antes ou durante o processo?**

4. **Você tem conhecimento sobre conflitos técnicos durante a realização do processo? Tais como sobre a escolha dos bens/poligonais, ou quanto à forma que se deu o processo.**
5. **Você teria feito/proposto algo diferente quanto à seleção de bens ou quanto à dinâmica do processo de tombamento?**
6. **Considerando o seguinte trecho:** "[...] a arquiteta [...] procurou destacar os valores atribuídos por cidadãos de Natal quando justificam diferentes manifestações em favor do tombamento do que reconhecem como 'centro histórico'[...] O interesse manifestado pela preservação desse patrimônio da cidade foi acolhido pelo IPHAN [...]" (Processo de Tombamento, fl. 187)
   Você saberia dizer quais foram os "valores atribuídos por cidadãos de Natal"? Sabe do registro de alguma manifestação a respeito além dos posicionamentos que constam no processo de tombamento através de documentos de apoio emitidos por órgãos locais?
7. **Se hoje você participasse de uma equipe que iria propor um estudo de identificação dos bens patrimoniais de Natal, quais públicos-alvo você indicaria para terem sua opinião considerada na tomada de decisões? Por quê?**

SOBRE O CORREDOR CULTURAL

8. **Sabe dizer quem esteve à frente das discussões sobre preservação na década de 1990 em Natal?**
9. **Você tem conhecimento sobre o que se debatia sobre preservação em Natal à época do tombamento?**
10. **Você sabe quando começaram as discussões sobre o Corredor Cultural de Natal?**
11. **Sabe qual era a finalidade do Corredor Cultural de Natal?**
12. **Saberia dizer quando e por quais atores houve (se houve) alguma definição do que constituiria o Corredor Cultural de Natal?**
13. **Houve alguma delimitação oficial do Corredor Cultural até a proposta de tombamento?**
14. **Você tem conhecimento sobre quais eram os projetos públicos e privados solicitados ou já correntes na área, antes do tombamento?**

SOBRE AS POLIGONAIS

15. **Considerando o seguinte trecho**: "Como, inicialmente, a análise dos dados coletados referentes ao bairro da Ribeira, ainda não tinha sido realizada, a Sub regional, propôs esta área como futura extensão para tombamento. Porém, em novembro de 2008, em visita a Natal e reunião com a superintendente Jeanne Fonseca Leite Nesi, a arquiteta Heliana Lima de Carvalho, o historiador Romero de Oliveira e Silva Filho, a arquiteta Helena Mendes dos Santos e eu [Maria Isabel Braga da Camara], concluímos pela necessidade de incluir a Ribeira na área proposta para tombamento." (Processo de Tombamento, fls 170 e 171)
    Você saberia dizer por que a Ribeira foi considerada área de expansão desde a primeira proposição, ao invés de ter o mesmo peso de valor que o Corredor Cultural?
16. **Considerando o seguinte trecho**: "'O local que veio a ser conhecido como Passo da Pátria já no período colonial servia de importante porto de integração da cidade com o rio.' Junto a este porto existiu uma feira, para abastecimento da Cidade Alta [...] Os melhoramentos do Passo continuam durante todo o final do século XIX e até o início do Século XX o telheiro e o

cais continuavam com considerável movimentação comercial [...]" (Processo de tombamento, fl. 174)

Por que comunidades como o Passo da Pátria e Maruim não foram incluídas na área protegida?

17. **Para você, por que o parque ferroviário foi incluído no entorno?**
18. **Considerando o seguinte trecho**: "Hoje, a Ribeira possui aproximadamente 1.934 habitantes e a Cidade Alta 9.096 habitantes" (Processo de Tombamento, fl. 178).

    Você considera que as poligonais de tombamento incluem os bens que sejam mais representativos de Natal? Caso não, por quê? Caso sim, para quem?
19. **Há algo mais que você gostaria de acrescentar e que considere relevante para esta discussão?**
20. **Você concorda em ter seu nome identificado no texto da pesquisa? Ou prefere anonimato?**

Obrigada!

APÊNDICE C – Questionário aplicado

QUESTIONÁRIO

Nota de esclarecimento: *Este questionário foi elaborado para auxiliar no desenvolvimento de uma pesquisa que trata sobre o tombamento do Centro Histórico de Natal como patrimônio cultural nacional.* ***Não há respostas certas ou erradas!*** *A pretensão é entender qual o grau de conhecimento dos entrevistados sobre o tombamento ocorrido desde 2010 e sobre os bens culturais que foram contemplados.*

NOME:

ENTIDADE, ORGANIZAÇÃO OU ESTABELECIMENTO A QUE PERTENCE:

_____

CARGO/OCUPAÇÃO: _____

(se proprietário(s), indicar).

CONTATOS

E-mail: **telefones:**

PERGUNTAS

Com relação ao tombamento e ao Centro Histórico de Natal

1. Você sabia que o Centro Histórico de Natal foi tombado como patrimônio cultural nacional? _____. Caso sim, teve ou conhece alguém que teve participação nesse processo? _____

2. Você sabe o que significa tombamento? _____. Caso sinta-se à vontade, diga o que entende disso. _____

_____

_____

_____

3. Qual sua relação com o lugar que é tema desta entrevista? (mora/trabalha/passeia). Tem memória atreladas a ele ou a lugares dele? _____

_____

4. Se você tivesse que descrever o Centro Histórico de Natal para alguém de muito longe, por telefone, como o faria? Quais elementos (naturais e construídos, festas, comidas, danças, lugares, pessoas...) seriam importantes nesta descrição? _____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

5. Você conhece a delimitação (os limites) do tombamento? _____. Caso sim, está de acordo com a delimitação proposta? Por quê? _____
_____
_____
_____

Com relação às noções de patrimônio e preservação

6. Para você, o que significa *patrimônio cultural* ou *bem cultural*? _____
_____
_____
_____

7. Para você, é importante haver a preservação de patrimônios ou bens culturais? Por quê?
_____
_____
_____
_____

8. Você usa/observa/conhece algum bem cultural (edifícios, espaços livres, festividades, etc.)? Quais?
_____
_____
_____
_____

Com relação às expectativas sobre o Centro Histórico

9. Que monumentos, praças, ruas, festas, prédios você sentiria falta se fossem demolidos?
_____
_____
_____
_____

10. Para você, existe alguma relação entre a conservação das praças, calçadas, festas, comidas, lendas, vegetação e edifícios do Centro Histórico de Natal e a qualidade de vida? Por quê?
_____
_____
_____
_____
_____

11. Você gostaria de ter voz nas próximas decisões sobre o que preservar e como preservar? _____. Participaria de audiências públicas ou debates? _____.

12. Pelo seu conhecimento, que valores, dos listados abaixo, você associa ao Centro Histórico de Natal? Dê exemplos (*podem ser repetidos*).

Histórico		Arquitetônico		Urbanístico		Paisagístico	

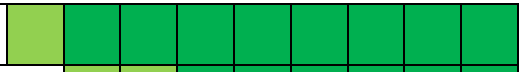
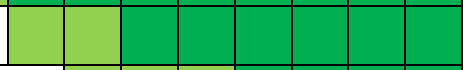
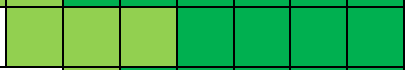
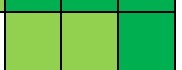
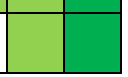
Estético		Religioso		Científico		Social		Afetivo	

Caso tenha listado, entre os exemplos acima, bens construídos (prédios, praças, monumentos), de que forma você acha que eles deveriam ser tratados para manterem seu valor ao longo dos anos? (*preencha a letra correspondente na coluna à direita de cada tipo de bem*).

a. Não deve ser conservado ou restaurado, de modo a se ver nele, com o passar dos anos, as marcas do tempo (como ruínas poéticas).
b. Por ser retrato de uma época de Natal, deve ter seus materiais e formas originais preservados a todo custo, como se fosse um documento histórico, uma fonte de conhecimento.
c. Por ser uma obra construída para transmitir mensagens às pessoas (como monumentos), deve ser mantida viva na cidade e presente ao longo das gerações. Por isso, pode ter seus materiais originais restaurados/modificados para se mantê-la em perfeito estado.
d. Os usos atuais que comporta são importantes e, para atender a eles, poderá ser renovado e adaptado.
e. Poderá ser restaurado/modificado para resgatar/valorizar os seus elementos artísticos que sejam considerados mais bonitos no gosto atual.

APÊNDICE D – Matriz de Compatibilidade e Conflito

Propostas		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	...
01	Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Confins																										
02	Ampliação e articulação do sistema viário																										
03	Utilização do entorno da lagoa para atividades de lazer/serviços/comércio																										
04	Reforçar vias estruturadoras locais, ampliando pistas e passeios																										
05	Reforçar as vocações identificadas na área (habitação, lazer, uso institucional)																										
06	Alteração da legislação																										
07	Ampliação da oferta de habitação, inclusive abaixo de 6 salários (horizontal)																										
08	Ampliação serviços /comércio locais (apropriação e novos empregos)																										
09	Garantir compatibilidade entre os usos																										
10	Ampliação de serviços de uso coletivo no entorno imediato da Praça Délio Jardim de Matos (prática de atividades de lazer e cultura)																										
11	Estruturar o transporte coletivo de acordo com a demanda local																										
12	Atendimento da demanda por vagas de estacionamento internamente às novas edificações																										
13	Ciclovia																										
14	Articulação visível com o aeroporto																										
15	Melhoria das articulações com outras áreas do município e com os municípios do entorno																										
16	Ampliação dos passeios																										
17	Adequação sinalização																										
18	Utilizar vias mistas (rias de caixa muito estreita e com pouco poder de articulação)																										

19	Implantar *traffic caiming*	
20	Estacionamento dos automóveis (em caso de incremento do turismo)	
21	Definir locais de estacionamento, minimizando conflitos com a circulação veicular	
22	Valorizar o desenho sinuoso	
23	Qualificar o espaço livre de edificações como espaço projetado	
24	Plano de massa	
25	Revegetar APP lagoa	
...	Demais ações...	

LEGENDA



APÊNDICE E – Tabela de Atribuição de valor e sugestão de tratamento

ATRIBUIÇÃO DE VALOR E SUGESTÃO DE TRATAMENTO																			
BEM	NÚMERO DE MENÇÕES PARA CADA VALOR QUE POSSUI									TRATAMENTO RECOMENDADO (somente para bens materiais)									
	HI	AR	UR	PA	ES	RE	CI	SO	AF	a	a/b	b	b/c	c	c/d	d	d/e	e	b/d
Aeroclube								1	1										
Araruna	4				1	2	1	3	3										
Árvore (baobá)	2			1	1	1		2	2										
Associação Comercial	1	1							1										
Beco da Lama	1		2		1		1	1	1			1					1		
Beco da Quarentena	1	1	1		1		1	1	1						1				
Cais da Tavares de Lira	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1							
Capitania das Artes/FUNCARTE	2	1		1	2			1				1		1				1	
Capoeira								1											
Carnaval	1					1		1	1										
Casa da Ribeira	2	2	1	1	2		1	2	1			1			1				
Cemitério do Alecrim	1		1			2	1	1	1			1							
Centro Náutico Potengi	1	1						1	1										1
Clube de Radioamadores								1	1										
Conjunto urb. Av. D. de Caxias					1											1			
Conjunto urb. Pç. 7 de setembro					1											1			
Corredor Cultural	1							2										1	
Culinária Junina									1										
Edifício Ducal	1	1										1							
EDTAM	1	1			1			1											1
Entorno Pç. André de Albuquerque	1	1	1	1	1	1	1	1	1						1				
Faculdade de Direito	1	1	1	1	1									1					
Farol de Mãe Luiza				1															
Festa de Santo Antônio								1											
Forte	5	6	3	4	3	2		3	3			4	1			1			
Galpão 29	1	1	1	1	1	1	1	1	1						1				
Casa do Estudante	1	2	1	1	1	1	1	1	1						1	1			
Grande Hotel	4	4	3	2	2	1	1	3	1			3		1					
Grande Ponto			1																
Hotel Reis Magos		1										1							
IFRN	1	1	1	1	1		1	1	1					1					
IHGRN	2	2	1	1	2		1	2	1			1		1					1
Igreja do Bom Jesus	1				1														
Igreja do Galo	7	5	4	4	6	9	1	4	3			5		4					
Igreja do Rosário	3	5			3	5		2				3		1	1				1
Igreja Matriz	7	8	5	4	8	10	3	5	5			4	1	3	1	1			

Instituto/Casa de Câmara Cascudo	5	4	4	3	5		1	3	3			1		2	1	1			
Loja Maçônica Filhos da Fé	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1							
Memorial Câmara Cascudo	1	1			1			1				1							
Monumento à Câmara Cascudo	1											1							
Morro do Careca				1					1										
Museu Café Filho		2										2							
Museu Câmara Cascudo	2	2	1	1	1		1	2	2					1		1			
Museu da Cultura Popular D. M.	1	1	1		1		1	1	1										1
Museu Sacro	1					2		1	1			1			1				
OAB	3	3	2	2	2	1	2	3	2			1		1					1
Pedra do Rosário	1		1	1		2		1	1					1	1				
Pinacoteca/Palácio do Governo	7	8	4	5	7	2	3	6	5			3		2	1	1			1
Ponte de Igapó	1			1								1							
Praça A. de Albuquerque	4	5	6	5	3	3	2	4	4			2		2		3		1	
Praça Augusto Severo	1		1	1				1						2					
Praça Cap. José da Penha (e EEE)			1									1							
Praça Cívica	1													1					
Praça Djalma Maranhão	1													1	1				
Praça Presidente Kennedy	1													1				1	
Praça Pe. João Maria						1								1	1				
Praça Pedro Velho	1		1					1				1		1					
Praça Sete de Setembro			1													1			
Prefeitura/Palácio Felipe Camarão	7	8	6	4	7	2	3	4	3			4		3		1			
Rampa	2	1	1	1	1									1				1	
Restaurante Consulado	1	1			1			1				1							
Rio Potengi	3		1	5	3	2	2	3	2										
Rocas								1											
Rua Chile	5	4	3	3	4	1	2	4	3			1		1	1	1		1	1
Rua Dr. Barata	1	1			1			1						1					
Rua Frei Miguelinho	1	1	1	1	1		1	1	1						1				
Rua João Pessoa			1	1												1			
Santa Cruz da Bica	1	1							1										
Solar Bela Vista	3	3	2	3	3		1	4	2			1		1		1		1	
Teatro Alberto Maranhão	16	16	11	11	14		5	14	11			5		7	1	3		1	
Travessa Pax	1		2									2							
Umbanda						1													
Vaz Gondim	1	1	1	1	1	1	1	1	1						1				
Visadas a partir da Ig. Do Rosário				1															
Visadas p/ Ribeira (a partir da C.A)				1															

LEGENDA					
VALOR					
HI	Histórico	**AR**	Arquitetônico	**UR**	Urbanístico
PA	Paisagístico	**ES**	Estético	**RE**	Religioso
CI	Científico	**SO**	Social	**AF**	Afetivo

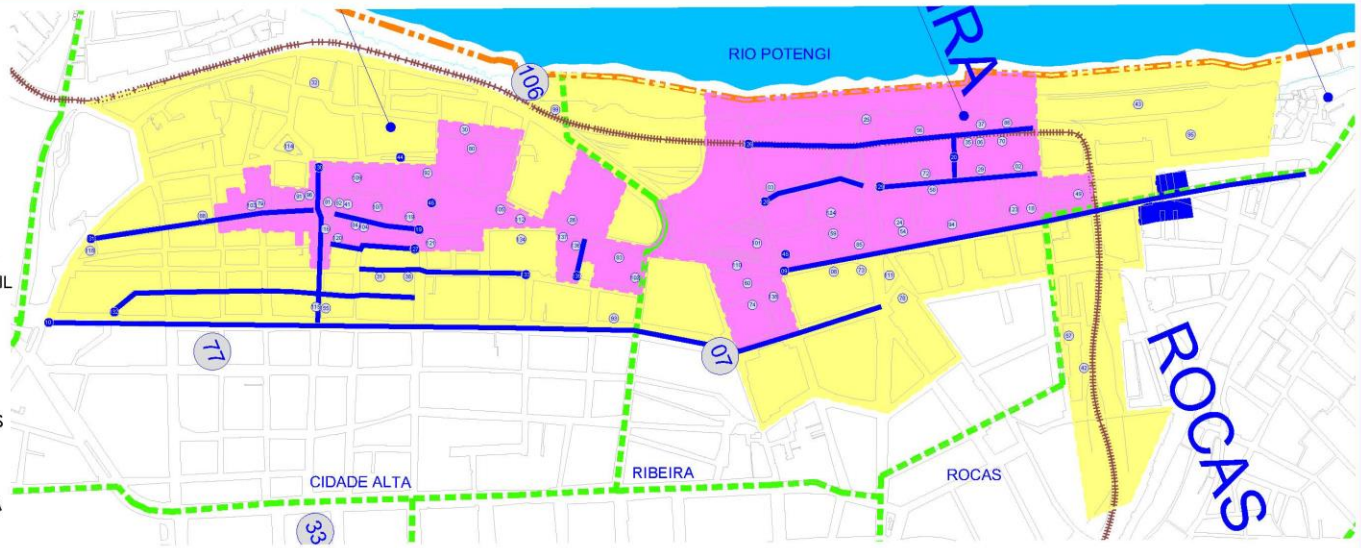
TRATAMENTO	
a	Não deve ser conservado ou restaurado, de modo a se ver nele, com o passar dos anos, as marcas do tempo (como ruínas poéticas)
a/b	Tratamento intermediário entre os apontados nas opções a e b
b	Por ser retrato de uma época de Natal, deve ter seus materiais e formas originais preservados a todo custo, como se fosse um documento histórico, uma fonte de conhecimento
b/c	Tratamento intermediário entre os apontados nas opções b e c
c	Por ser uma obra construída para transmitir mensagens às pessoas (como monumentos), deve ser mantida viva na cidade e presente ao longo das gerações. Por isso, pode ter seus materiais originais restaurados/modificados para se mantê-la em perfeito estado
c/d	Tratamento intermediário entre os apontados nas opções c e d
d	Os usos atuais que comporta são importantes e, para atender a eles, poderá ser renovado e adaptado
d/e	Tratamento intermediário entre os apontados nas opções d e e
e	Poderá ser restaurado/modificado para resgatar/valorizar os seus elementos artísticos que sejam considerados mais bonitos no gosto atual
b/d	Tratamento intermediário entre os apontados nas opções b e d

APÊNDICE F – Mapa com a localização de bens próximos ou pertencentes ao centro histórico de Natal



LISTA DE BENS

02 A BOCA
03 A SAMARITANA
06 ARMAZÉM HALL
08 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL
09 AV. DUQUE DE CAXIAS
10 AV. RIO BRANCO
18 BANCO DO BRASIL
19 BECO DA LAMA
20 BECO DA QUARENTENA
24 CAFÉ SALÃO
25 CAIS DA TAVARES DE LIRA
26 CAPITANIA
29 CASA DA RIBEIRA
30 CASA DA VIÚVA MACHADO
31 CASA DO CORDEL
32 CASA DO ESTUDANTE
35 C.C. DO SOL
37 CENTRO NÁUTICO
38 C.F. AMÉRICA
41 COLUNA CAPTULINA
42 COMPLEXO FERROVIÁRIO
43 COMPLEXO PORTUÁRIO
44 ENTORNO PÇ. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE
45 ENTORNO AV. D. CAXIAS
46 ENTORNO PÇ. 7 SETEMBRO
49 CORREIOS
54 EDIFÍCIO BILA
55 EDIFÍCIO DUCAL
56 EDTAM
57 ESCOLA SEV. DAVID
58 ESPAÇO A3
59 BURACO DA CATITA
60 ESTÁTUA A. SEVERO
70 GALPÃO 29
72 GIRADANÇA
73 GRANDE HOTEL
74 GRUPO ESCOLAR
78 IG. BOM JESUS
79 IG DO GALO
80 IG. DO ROSÁRIO
81 IG. MATRIZ
82 IHGRN
83 CASA CÂMARA CASCUDO
84 IPHAN – ANTIGA SEDE
85 IPHAN – NOVA SEDE
86 LARGO R. CHILE
88 LOJA MAÇÔNICA
91 MEMORIAL C. CASCUDO
92 MEMORIAL DA JUSTIÇA
93 MEMORIAL DA MEDICINA
94 MINISTÉRIO DO TRABALHO
95 MOINHO
96 MONUMENTO C. CASCUDO
99 MURETA AV. CONTORNO
101 MUSEU C.P.D.M
102 MUSEU DA IMPRENSA
103 MUSEU DA ARTE SACRA
104 MUSEU CAFÉ FILHO
105 OAB
107 PINACOTECA
109 PÇ. A. DE ALBUQUERQUE
110 PÇ. AUGUSTO SEVERO
111 PÇ. CAP. JOSÉ DA PENHA
112 PÇ. DAS MÃES
114 PÇ. JOÃO TTIBÚRCIO
115 PÇ. KENNEDY
116 PÇ. PE. JOÃO MARIA
118 PÇ. STA. CRUZ DA BICA
119 PÇ. 7 DE SETEMBRO
120 PRÉDIO DE ESQUINA
121 PREFEITURA
123 RECEITA FEDERAL
124 RESTAURANTE CONSULADO
126 R. CHILE
127 R. DA CONCEIÇÃO
128 R. DR. BARATA
129 R. FREI MIGUELINHO
130 R. JOÃO PESSOA
131 R. STO. ANTÔNIO
132 R. VAZ GONDIM
133 R. VIGÁRIO BARTOLOMEU
134 SESC
136 SOLA BELA VISTA
137 SOLAR J. GALVÃO
138 TEATRO ALBERTO MARANHÃO
139 TRAVESSA PAX



LEGENDA

- LIMITE DE BAIRROS
- LIMITE DE REGIÃO
- POLIGONAL DE TOMBAMENTO
- POLIGONAL DE ENTORNO
- VIA FÉRREA
- RIO–MAR

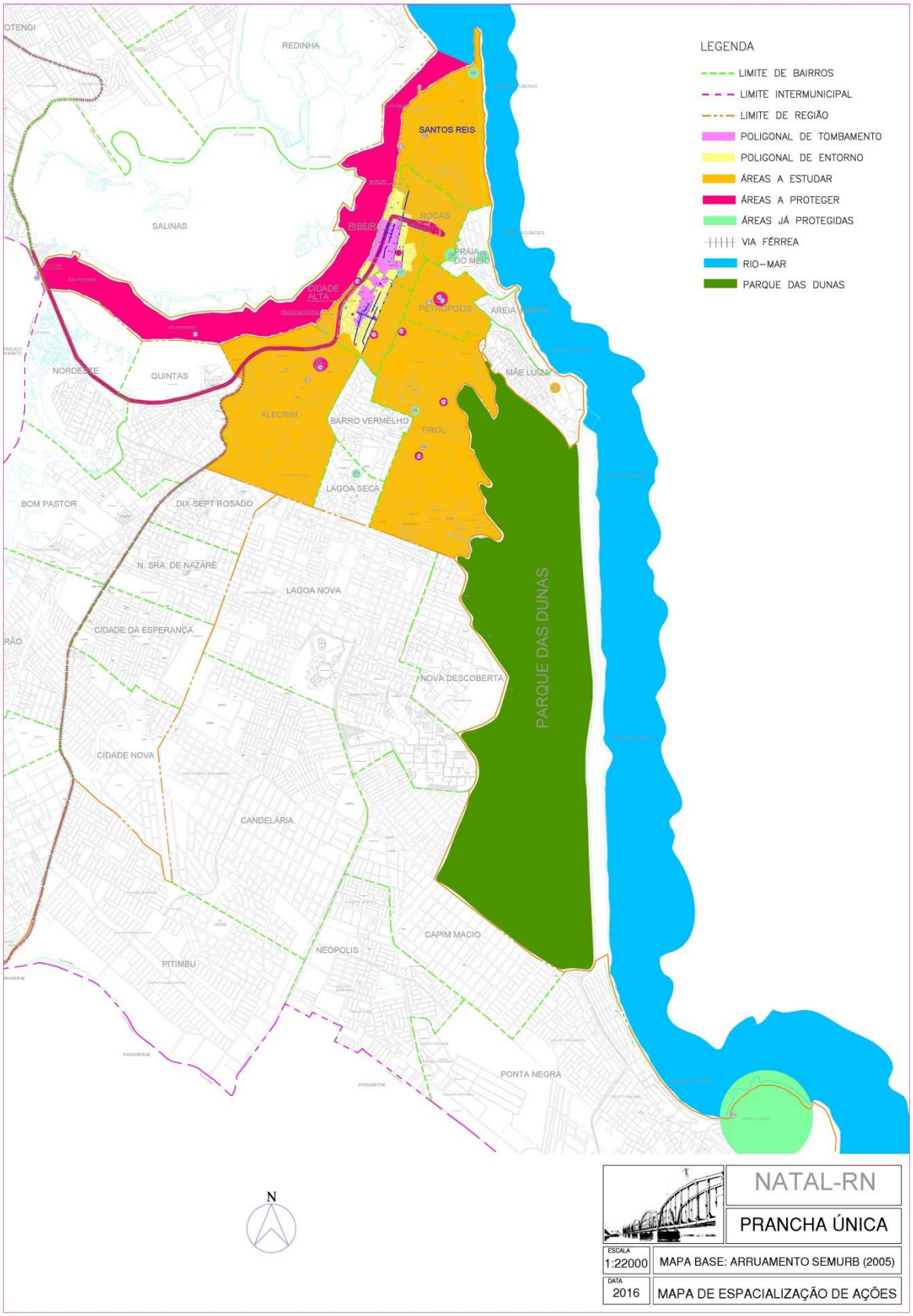


NATAL-RN

PRANCHA 2/2

ESCALA 1:22000	MAPA BASE: ARRUAMENTO SEMURB (2005)
DATA 2016	MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS BENS

APÊNDICE G – Mapa com a espacialização de ações propostas



APÊNDICE H – Quadro dos bens citados pelos respondentes

NR	BENS CITADOS	M	NR	BENS CITADOS	M
4	Teatro Alberto Maranhão	25	137	Av. Rio Branco	1
8	Pinacoteca/Pal. do Gov./da Cult./Poteng.	18	140	Bairro Santos Reis	1
9	Igreja do Galo	16	141	Bairro Tirol	1
10	Igreja Matriz/Catedral Antiga/N.S.Apres.	16	142	Banco do Brasil	1
16	Forte dos Reis Magos	15	2	Biblioteca Pública Câmara Cascudo	1
17	Bairro Ribeira	13	3	Boi de Felipe Camarão (Boi de Reis)	1
18	Instituto/Casa de Câmara Cascudo	13	6	Café Salão Nalva Melo	1
21	Praça André de Albuquerque	13	11	Cais da Tavares de Lira	1
22	Prefeitura/Palácio Felipe Camarão	13	13	Capoeira	1
24	Solar Boa Vista	13	23	Casa da Viúva Machado	1
25	Capitania das Artes (FUNCARTE)	11	35	Casa do Cordel	1
27	Igreja do Rosário	9	40	Catedral nova	1
30	Museu Câmara Cascudo	9	43	Cemitério do Alecrim	1
31	Araruna	7	44	Centro de Turismo de Natal(antiga penitenciária)	1
33	Carnaval	7	55	Centro Náutico Potengi	1
34	Casa da Ribeira	7	56	Clube de Futebol América	1
36	Grande Hotel	6	58	Clube de Radioamadores	1
37	IFRN	6	74	Coluna Captulina	1
38	Museu da Cultura Popular Djalma Maranhão (rodoviária velha)	6	85	Conjunto Urb. Av. D. de Caxias	1
39	Museu/Casa de Café Filho	6	86	Conjunto urb. Praça 7 de setembro	1
41	Rua Chile	6	112	Cordel	1
45	Árvores Centenárias	5	117	Correios	1
46	Bairro Cidade Alta	5	128	Cultura cigana	1
47	Beco da Lama	5	130	Cultura de bar (bebidas tradic./gastro.)	1
49	IHGRN	5	20	Cultura de matriz africana	1
50	Praça Augusto Severo (Largo do TAM)	5	61	Cultura indígena	1
51	Rio Potengi	5	75	Edifício Bila	1
52	Bairro Rocas	4	90	Escola Severino David	1
53	Casa do Estudante	4	93	Espaço Cultural Buraco da Catita	1
54	Complexo Ferroviário	4	103	Estátua de Augusto Severo	1
57	Corredor Cultural	4	105	Festa da Padroeira	1
59	Festejos/culinária junina	4	106	Festa de Santo Antônio	1
60	Memorial Câmara Cascudo	4	108	Festa de Santos Reis	1
62	Praça Padre João Maria	4	119	Festa dos Navegantes	1
63	Beco da Quarentena	3	127	Festival Literário	1
64	Farol de Mãe Luiza	3	135	Frevo	1
65	Hotel Reis Magos	3	139	Galpão 29	1
67	Mamulengo	3	15	Gastronomia	1
69	Memorial da Medicina	3	32	Giradança	1
70	Museu Sacro / Arte Sacra	3	42	Iate Clube	1

71	OAB	3	48	Igreja do Bom Jesus das Dores	1
72	Pedra do Rosário	3	66	IPHAN (sede antiga)	1
76	Ponte de Igapó	3	91	Legião Brasileira de Assistência (desativada)	1
78	Praça Sete de Setembro / dos três poderes	3	116	Loja Maçônica	1
84	Rua da Conceição	3	7	Maculelê	1
87	Sítio Histórico da Rampa	3	12	Memorial da Justiça/Hotel Majestic	1
88	Travessa Pax	3	19	Ministério do Trabalho e Emprego	1
89	A Boca	2	82	Moinho	1
92	A Samaritana (R. Dr. Barata, antiga Lojas Paulistas)	2	110	Monumento a Câmara Cascudo	1
94	Armazém Hall	2	125	Morro do Careca	1
95	Bairro Alecrim	2	73	MPBeco	1
96	Bairro Petrópolis	2	77	Mureta da Av. do Contorno	1
97	Caboclinhos	2	101	Museu da Imprensa	1
98	Centro Cultural doSol	2	104	Praça Capitão José da Penha	1
99	Colégio Atheneu	2	126	Praça Djalma Maranhão	1
102	Complexo Portuário	2	5	Praça João Tibúrcio	1
111	Conj. Entorno Pç. A. Albuquerque	2	28	Praça Kennedy	1
113	Edifício Ducal	2	29	Praça Santa Cruz da Bica	1
114	Escola de Dança (EDTAM)	2	80	Prédio de Esquina (pç. João Maria)	1
115	Espaço A3	2	100	Projeto 6 e meia	1
118	Grupo Escolar Augusto Severo (Faculdade de Direito)	2	26	Receita Federal	1
120	IPHAN (sede nova)	2	14	Restaurante Consulado	1
122	Largo da Rua Chile	2	83	Rua Frei Miguelinho	1
123	Praça das Mães	2	109	Rua Santo Antônio	1
124	Praça Pedro Velho / Cívica	2	121	Rua Vaz Gondim	1
129	Rua Dr. Barata	2	136	Rua Vigário Bartolomeu	1
131	Rua João Pessoa / O Grande Ponto	2	68	SESC	1
1	AABB	1	79	Solar João Galvão	1
132	Aeroclube	1	81	Umbanda	1
133	Associação Comercial	1	107	Visadas a partir da Ig. Do Rosário	1
134	Av. Duque de Caxias	1	138	Visadas p/ Ribeira (a partir da C.A)	1

LEGENDA
NF – Número de Referência
M – Número de respondentes que mencionou o bem em pelo menos um momento do questionário

Fonte: Pesquisa, 2015.